

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

WELLINGTON TAVARES

**REDES SOCIAIS VIRTUAIS COMO ESPAÇOS PARA AÇÕES COLETIVAS:
POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM MOVIMENTOS
SOCIAIS**

Belo Horizonte
2015

WELLINGTON TAVARES

**REDES SOCIAIS VIRTUAIS COMO ESPAÇOS PARA AÇÕES COLETIVAS:
POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM MOVIMENTOS
SOCIAIS**

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Paes de Paula

Ficha Catalográfica

T231r
2015

Tavares, Wellington.
Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas
[manuscrito] : possibilidades de interação e organização em
movimentos sociais / Wellington Tavares. – 2015.
402 f. : il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Ana Paula Paes de Paula.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 383-402).

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Redes de relações sociais –
Teses. 3. Ciberespaço – Teses. I. Paula, Ana Paula Paes de.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-
Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 303.484

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM033/2015



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **WELLINGTON TAVARES**, REGISTRO N° 144/2015. No dia 24 de abril de 2015, às 09:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 26 de abril de 2015, para julgar o trabalho final intitulado "**Redes Sociais Virtuais como Espaços para Ações Coletivas: Possibilidades de Interação e Organização em Movimentos Sociais**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO:

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 24 de abril de 2015.

NOMES

ASSINATURAS

Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Ana Paula Paes

Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira
(CAD/UFMG)

Rafael Diogo Pereira

Profª. Drª. Ana Cláudia Farranha Santana
(Universidade de Brasília/DF)

Ana Cláudia Farranha Santana

Prof. Dr. Bezamat de Souza Neto
(Universidade Federal de São João Del Rei)

Bezamat de Souza Neto

Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira
(DCP/UFMG)

Marcus Abílio Gomes Pereira

Profª. Drª. Marilene Andrade Ferreira Borges
(Universidade Federal de Ouro Preto/MG)

Marilene Andrade Ferreira Borges

À minha mãe, que, além da vida e de seus ensinamentos, sempre se doou para que eu pudesse conquistar meu mundo de acordo com meus sonhos e com as possibilidades que ela soube criar à sua maneira e me fornecer como subsídio. E, lógico, pela sua adorável e corajosa forma de encarar a vida.

À minha família, em especial aos irmãos e irmãs, que sempre foram espelho e base das minhas escolhas e conquistas.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos são resultado do reconhecimento do seu papel e da sua importância na minha vida, em especial na fase em que este trabalho ocorreu.

A Deus pela vida, saúde e capacidades que me permitiram vivenciar este mundo até aqui e ter condições de chegar ao fim de mais um projeto profissional e de vida. A ele eu direciono meus mais profundos e principais agradecimentos!

À minha mãe, Francelina, que em seu misto de simplicidade e coragem mostrou seu papel primordial e basilar na minha vida e formação como pessoa, que confiou nos meus propósitos e objetivos e fez de tudo para me apoiar, seja em cada auxílio moral, sentimental ou financeiro a mim ofertado ou mesmo em cada oração e pensamentos positivos que com certeza fizeram a minha caminhada mais confortável e meus passos mais firmes.

À minha família, que me serviu de diferentes formas e em diferentes momentos, mostrando a confiança no meu trabalho e a torcida a cada etapa conquistada. Aos meus irmãos que, da mesma forma ou até mais intensamente, seguiram o exemplo da dona Fran e passaram por inúmeras dificuldades e desafios para ajudar nossa família a seguir, cada um com seus sonhos e objetivos. E o mais importante é que, nesse caminho de lutas, a perseverança e a cooperação foram e são maiores que as adversidades, servindo de bases para que eu pudesse chegar à realização deste sonho. O agradecimento especial é direcionado para meu irmão-pai Tueli que, seja distante ou próximo, nunca deixou de estender a mão para mim e me incentivar a ser quem me tornei como pessoa e profissional. No mesmo sentido, mas de diferentes formas, ressalto o importante papel das minhas irmãs Josy e Gleicy que nas suas possibilidades me ajudaram a chegar até aqui e realizar mais um sonho, especialmente na forma carinhosa e sincera com que sempre choraram e sorriram comigo.

Ao meu companheiro André, que, há muito, me acompanha, me suporta e dá suporte, ajudando a ter fôlego nos meus propósitos e objetivos, e me acompanhando na realização dos mesmos. A ele, que me ajuda a equilibrar nossas vidas e decisões, ponderando nossos passos a cada etapa vivida e me mostrando o valor do companheirismo e da cumplicidade.

Aos amigos essenciais que, às suas maneiras, me suportaram em momentos de estresse e pressão, e também puderam se alegrar comigo nesta minha jornada até aqui. A eles que também são meus espelhos e parte da família que eu escolhi, e que há anos têm provado que

amizades duradouras representam comprometimento, cumplicidade e amor de irmãos. A eles, meu muito obrigado! Vocês são ‘os caras’ ou ‘as minas’ que dão mais graça à minha vida. Obrigado por tudo e também pela amizade!

Aos amigos conquistados nas cidades em que vivi até aqui (Campo Belo, São João del-Rei, Lavras, Belo Horizonte e Ouro Preto), que fizeram minha passagem nestas e a caminhada serem mais leves e gostosas, especialmente na companhia para eventos culturais, bares, shows e demais rodas de conversa que ajudaram a aliviar a pressão dos estudos e trabalhos.

Aos colegas de trabalho na UFOP que me auxiliaram e acompanharam no trabalho e atividades da docência, mesmo período no qual passei meus anos de estudos na UFMG. Um período conturbado, mas muito proveitoso, no qual já foi possível conquistar grandes amizades e perceber a cumplicidade de alguns destes. Aos colegas do ‘Totogep’, meu muito obrigado!

À minha orientadora Ana Paula Paes de Paula que, com simpatia e coração aberto, me recebeu com braços também abertos, disposta a acolher mais que um estudante de doutorado, alguém cheio de sonhos e interesses profissionais que, naquele momento, se sentia oprimido e desacreditado. A ela que, mesmo diante de nossas limitações de tempo e distância, me ajudou com orientações, conversas e incentivos. A ela que, mesmo sem saber da minha existência, me despertou respeito e interesse de estar perto, pelas leituras de seus trabalhos, os quais muito influenciaram minha forma de pensar e postura acadêmica.

Ao meu orientador do mestrado, Cleber Carvalho de Castro, pela disposição em sempre me auxiliar e incentivar meu desenvolvimento para além da UFLA. Sou grato ainda pelo acompanhamento até nas várias etapas em que passei no doutorado, especialmente nos seus pareceres e orientações no Ensaio Teórico e na Banca de Qualificação. Estendo ainda os cumprimentos e agradecimentos aos demais professores presentes na banca de qualificação, Ana Cláudia Farranha Santana e Marcus Abílio Gomes Pereira, os quais tiveram papel fundamental no direcionamento da pesquisa e nos resultados que apresento. A vocês, que me inspiraram pelas conversas e pelos textos que pude acessar, agradeço por ensinamentos e auxílio nessa etapa!

A cada um dos demais professores que me inspiraram ao longo da vida, como exemplos para minha formação, desde a pré-escola. Contudo, reforço meus cumprimentos e agradecimentos aos professores que me deram a inspiração inicial para seguir minha carreira acadêmica, os

professores Bezamat de Souza Neto e Janio Caetano de Abreu. Obrigado por conversas, incentivos e oportunidades que me fizeram acreditar no meu potencial e carreira.

À Elinor de Oliveira Carvalho, que com muito carinho, cuidado e atenção fez uma revisão minuciosa e primorosa deste trabalho, demonstrando grande interesse em colaborar com sua melhoria, enquanto se encantava com os aprendizados que informava obter deste.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) pela estrutura disponibilizada para a minha formação no doutorado e à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao Departamento de Gestão Pública (DEGEP), pelas oportunidades profissionais e pela estrutura de trabalho e de pesquisa que me oferecem e colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

"A liberdade, que é uma conquista, e não uma
doação, exige permanente busca. Busca
permanente que só existe no ato responsável
de quem a faz. Ninguém tem liberdade para
ser livre: pelo contrário, luta por ela
precisamente porque não a tem."

[...]

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta
sozinho, as pessoas se libertam em
comunhão."

Paulo Freire

"Se procurar bem, você acaba encontrando não
a explicação (duvidosa) da vida, mas a poesia
(inexplicável) da vida."

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente tese apresenta como objetivo a discussão da importância de redes sociais virtuais como espaço e ferramentas úteis para a organização e gestão de grupos e de ações coletivas de movimentos sociais. Para o alcance deste apresenta discussões baseadas em três eixos teóricos. No primeiro se discute a organização social através de redes sociais, enfocando-se as redes sociais virtuais do ciberespaço surgidas a partir do desenvolvimento tecnológico e da *Web 2.0*. No segundo discute-se a crise da democracia representativa e o desenvolvimento da democracia participativa e da ciberdemocracia. Já no terceiro eixo teórico apresenta-se uma discussão sobre Movimentos Sociais e uma contextualização dos movimentos sociais e do contexto sociopolítico brasileiro. Apoiando-se na abordagem crítica como perspectiva epistemológica, definiu-se a abordagem dos Novos Movimentos Sociais e a Perspectiva de Enquadramento como Diretrizes Metodológicas. O estudo baseou-se na pesquisa qualitativa, utilizando a Netnografia como método e as técnicas de Observação Participante e Análise de Documentos para a coleta de dados, os quais foram posteriormente tratados pela Análise Qualitativa. Na análise foi elaborado o enquadramento de uma Organização do Movimento Social Contra a Corrupção a partir de suas ações realizadas em uma página virtual no Facebook. Além disso, foram realizados enquadramentos sobre o Governo, como antagonista do movimento, e sobre a Mídia, como antagonista secundário e agente jornalístico sobre o contexto sociopolítico. Nestes enquadramentos também foram selecionadas páginas virtuais no Facebook, sendo seis páginas de representantes do Governo e cinco da Mídia. Entre os principais resultados encontrados em relação ao Movimento analisado ressalta-se a utilização da rede social virtual e de suas ferramentas para a construção de ideologia e cultura política, bem como para a construção social de significados e de sentidos, entre os quais se destacaram elementos de oposição ao Governo, atores políticos e Mídia. Além disso, a rede social virtual se mostrou relevante para a construção e divulgação de quadros estratégicos de ação, como também para a manutenção e gestão de práticas diárias. Em relação ao Governo ressalta-se a utilização da rede para divulgar ações de agentes políticos e o pouco uso para combater a corrupção e atender às demandas sociais advindas do Movimento e de manifestações, especialmente as ocorridas durante as Jornadas de Junho, demonstrando apatia e despreparo do Governo em relação a este contexto sociopolítico. Em relação à Mídia ressalta-se a atenção

dada à cobertura dos movimentos e das ações policiais de enfrentamento, bem como sobre avaliações das repercussões das Jornadas de Junho sobre a sociedade brasileira, em especial quanto ao uso de redes sociais virtuais para a mobilização social. Fato importante é a diferença na postura adotada pelos representantes da Mídia analisados, especialmente no caso do canal de mídia alternativo e as suas ações de “Midiativismo”. Por fim, realiza-se uma discussão sobre a importância das redes sociais virtuais para a gestão de grupos e de ações de movimentos sociais e sobre seu papel nas mudanças culturais contemporâneas a partir do desenvolvimento do conceito de Redes Sociopolíticas Virtuais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Ações Coletivas. Ciberdemocracia. Redes Sociais Virtuais. Redes Sociopolíticas Virtuais.

ABSTRACT

This thesis presents an objective discussion of the importance of virtual social networks such as useful space and tools for the organization and management of groups and collective actions of social movements. To achieve this discussions are presented here that are based on three theoretical axes. The first discusses the social organization through social networks, focusing on the virtual social networks of cyberspace arising from technological development and Web 2.0. The second discusses the crisis of representative democracy and the development of participatory democracy and cyberdemocracy. In the third, a theoretical axis is presented that includes a discussion of social movements and the contextualization of social movements and the Brazilian socio-political context. Building on critical approaches as an epistemological perspective, the study sets out the approach of the New Social Movements and sets the perspective of Frameworks as Methodological Guidelines. The study was based on qualitative research, using Netnography as method and techniques of participant observation and document analysis for data collection, which were further processed by Qualitative Analysis. The analysis prepared a framework for an organization's Social Movement Against Corruption from actions performed on a virtual page on Facebook. In addition, frameworks have been conducted on Government, as an antagonist of the movement, and the media, as a secondary antagonist and journalistic agent on the sociopolitical context. In these frameworks were also selected virtual pages on Facebook, six pages of government representatives and five in the Media. Among the main findings in relation to the Movement analyzed the use of virtual social network and its tools for the construction of ideology and political culture as well as the social construction of meanings and senses, among which stood out elements opposition to the Government, political actors and media were emphasized. In addition, the virtual social network was also relevant for the construction and dissemination of strategic frameworks of action and also for the maintenance and management of daily practices. Regarding the Government emphasizes the use of the network to publicize actions by politicians and the little use to combat corruption and meet social demands arising Movement and protests, especially those that occurred during June 2014, demonstrating apathy and unpreparedness of the Government regarding this sociopolitical context. Regarding the media emphasize the attention given to cover the movements and police actions to face and on evaluations of the impact of the June 2014 protests in Brazil, especially regarding the use of virtual social networks for social

mobilization. Importantly, the difference in attitudes adopted by media representatives were analyzed, especially in the case of the alternative media channel and its mediaticism actions. Finally, there a discussion of the importance of virtual social networks for the management of groups and actions by social movements and on its role in contemporary cultural changes from the development of the concept of Virtual Sociopolitical Networks is discussed here.

Keywords: Social Movements, Collective Actions, Cyberdemocracy, Virtual Social Networks, Virtual Sociopolitical Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formação de redes sociais e possibilidades de ações	41
Figura 2 – Ciberespaço e surgimento da cibercultura e da ciberdemocracia	56
Figura 3 – Linha histórica dos computadores e da Internet.....	58
Figura 4 – Linha histórica dos <i>Softwares</i> Sociais.....	61
Figura 5 - Democracia e participação.....	96
Figura 6 - Movimentos sociais: elementos e configuração	104
Figura 7 – Paradigmas sociológicos e organizações	139
Figura 8 - Coleta de dados.....	172
Figura 9 - O caso Renan Calheiros.....	190
Figura 10 - Denúncia de corrupção de candidatos e partidos em período pré-eleitoral	190
Figura 11 - Ingerência na gestão pública da educação	191
Figura 12 - João Havelange e as relações com a FIFA	192
Figura 13 - Gastos com capas de chuva para períodos de seca	192
Figura 14 - Protesto contra a violência.....	194
Figura 15 - Contra a corrupção e a favor da educação	196
Figura 16 - PEC 43/2013 e #VotoAbertoJá.....	196
Figura 17 - Julgamento do mensalão.....	197
Figura 18 - Campanha do Outubro Rosa.....	198
Figura 19 - Cérebro preso em uma jaula	200
Figura 20 – Cérebro dominado pela TV	200
Figura 21 - Percepções sobre postagens dos usuários do <i>Facebook</i>	201
Figura 22 - Até que você acorde, nós lutaremos por você	202
Figura 23 - Proposta de Emenda Constitucional 33	203
Figura 24 - O caso dos “justiceiros”	204

Figura 25 - Crítica à Marcha da Família com Deus	205
Figura 26 - Renan Calheiros: presidente por um dia.....	206
Figura 27 - Advogada dá voz de prisão a PM por abuso de autoridade.....	207
Figura 28 - Aviso urgente sobre a PEC 37	208
Figura 29 - Definição de objetivos: causas trabalhistas e dívida interna	209
Figura 30 – Formato padrão de comerciais em campanhas eleitorais.....	210
Figura 31 - Formato de material de divulgação em campanhas eleitorais	211
Figura 32 - Diga não.....	212
Figura 33 - Corrupção Esporte Clube.....	213
Figura 34 - Vandalismo é.....	214
Figura 35 - Custo do minuto de celular mais caro no Brasil	214
Figura 36 - Copa do povo ou dos políticos?.....	215
Figura 37 - Falta de segurança nas obras da Copa do Mundo.....	216
Figura 38 - Falta de investimentos em hospitais	216
Figura 39 - Copa do Mundo: o circo mais caro do mundo.....	218
Figura 40 - Pergunta para reflexão e discussão	219
Figura 41 - Ferramenta de enquete do <i>Facebook</i>	220
Figura 42 - Grupo de discussões e atividades de criação	221
Figura 43 - Criação de conteúdo	222
Figura 44 - Participação em enquete	223
Figura 45 - Mentira contada por políticos	224
Figura 46 - Políticos aproveitadores.....	225
Figura 47 - Políticos estelionatários	225
Figura 48 - Políticos ineficientes.....	226
Figura 49 - Políticos ladrões.....	227
Figura 50 - Políticos ladrões e o voto.....	227

Figura 51 - Gangue ou partido?	228
Figura 52 - Coligações partidárias	229
Figura 53 - Corrupção como crime hediondo	230
Figura 54 - Impunidade no Brasil	231
Figura 55 - Exploração do trabalhador	232
Figura 56 - Dia do Trabalho	232
Figura 57 - Dia do Trabalho e ausência de lutas	233
Figura 58 - Palavras, ideias e revolução	234
Figura 59 - Inércia e comodismo no cenário político	236
Figura 60 - Amarras e liberdade	237
Figura 61 - Doações para campanhas eleitorais	238
Figura 62 - Justiça para quem?	239
Figura 63 - O Brasil acordou	240
Figura 64 - Mentos na geração coca-cola	241
Figura 65 - Eu quero justiça	242
Figura 66 - Vem pra rua	243
Figura 67 - Dia do basta e formação política	244
Figura 68 - Saia do comodismo e lute contra a corrupção	245
Figura 69 - Campanha: corrupção como crime hediondo	246
Figura 70 - Resistam! Resistindo, venceremos!	246
Figura 71 - Manifestações e resistência	247
Figura 72 - Manifestações e resistência	248
Figura 73 - Eu quero paz!	249
Figura 74 - Você pode lutar contra a corrupção	249
Figura 75 - A luta continua	250
Figura 76 - Vandalismo nas manifestações	252

Figura 77 - Caminhão com canhão de água	256
Figura 78 - Policial ameaçando manifestante.....	256
Figura 79 - Policial atropela manifestante.....	257
Figura 80 - Policial joga spray de pimenta em manifestantes	258
Figura 81 - Policial atira bomba em cinegrafista.....	258
Figura 82 - Policiais reprimindo manifestantes.....	259
Figura 83 - Policial manipulando fatos	260
Figura 84 - Policial infiltrado na manifestação	260
Figura 85 - Crítica à repressão policial.....	261
Figura 86 - Repressão na época da ditadura.....	262
Figura 87 - Corrupção na Petrobrás.....	264
Figura 88 - Injustiça em julgamentos	265
Figura 89 - Sobre corrupção ligada ao PSDB	266
Figura 90 - Sobre corrupção ligada ao PT.....	267
Figura 91 - Semelhanças entre PSDB e PT	267
Figura 92 - Superfaturamento na Copa do Mundo.....	268
Figura 93 - Segurança para quem?	269
Figura 94 - Libertem os manifestantes	270
Figura 95 - A passagem é um assalto	273
Figura 96 - Pelo fim do voto secreto parlamentar	273
Figura 97 - Fora Renan em Aracaju	274
Figura 98 - Independência de quem?.....	275
Figura 99 - Petição para o voto aberto no Congresso.....	276
Figura 100 - Participação urgente.....	277
Figura 101 - Cartilha de eleitor partidário.....	278
Figura 102 - Ocupa Câmara Rio.....	280

Figura 103 - Regiões nas quais os seguidores moram.....	282
Figura 104 - Denúncia de casos de nepotismo	283
Figura 105 - Denúncia sobre mau uso do dinheiro público.....	284
Figura 106 - Exemplo de ações pontuais em contextos específicos.....	285
Figura 107 - Exemplo de movimento regional.....	286
Figura 108 - Opinião sobre o vandalismo nas manifestações	289
Figura 109 - Opinião sobre o julgamento do mensalão.....	290
Figura 110 - Opinião sobre o julgamento do mensalão.....	290
Figura 111 - Críticas à Rede Globo de Televisão.....	293
Figura 112 - Críticas em relação à cobertura da mídia.....	294
Figura 113 - Crítica aos jornais	294
Figura 114 - Crítica às mentiras da Rede Globo de Televisão	295
Figura 115 - Linha de tempo da criação de páginas do governo no Facebook	301
Figura 116 - Estrutura de segurança para manifestações	302
Figura 117 - Pesquisa sobre as manifestações.....	303
Figura 118 - Pesquisa sobre o uso de máscaras em manifestações	304
Figura 119 - Debate sobre “rolezinhos”	305
Figura 120 - Participa BR.....	307
Figura 121 - Pactos pelo Brasil: reforma política.....	308
Figura 122 - Pauta prioritária de votações no Senado	310
Figura 123 - Pauta prioritária: resposta às ruas	311
Figura 124 - Canais de participação popular na Câmara.....	313
Figura 125 - Intolerância à corrupção	314
Figura 126 - Manifestação contra a corrupção no Alô Senado	315
Figura 127 - Alô Senado	316
Figura 128 - Entrega de pauta de reivindicações	317

Figura 129 - Linha de tempo da criação de páginas das mídias no Facebook	323
Figura 130 - Manifestantes provocam tumulto	325
Figura 131 - Professores entram em confronto com PMs	326
Figura 132 - A voz que não se cala	327
Figura 133 - Pedidos por paz nos protestos.....	328
Figura 134 - Cartão vermelho para a Copa	329
Figura 135 - Ação dos <i>Black Blocs</i>	330
Figura 136 - Ocupação do Congresso Nacional	331
Figura 137 - Concentração para manifestação	332
Figura 138 - Detenções em protesto anti-Copa	334
Figura 139 - Diferentes ações policiais em cada situação	335
Figura 140 - Protestos, confrontos e depredação em Brasília	336
Figura 141 - Repressão realizada pela “Tropa do Braço”	337
Figura 142 - Confronto entre policiais e MST	338
Figura 143 - Manifestante ferido, surgimento de um herói para as manifestações	339
Figura 144 - Perfil dos manifestantes	340
Figura 145 - Você sabe quem são eles?.....	341
Figura 146 - Proposta de pacto político durante protestos das Jornadas de Junho.....	342
Figura 147 - A era dos extremos	343
Figura 148 - Protestos e a dúvida sobre a Copa do Mundo.....	344
Figura 149 - Horizontes do #15M	345
Figura 150 - A nova cara do Brasil	348
Figura 151 - Brasileiros descobrem mobilização pelas redes sociais.....	349
Figura 152 - Protesto contra a Folha de S.Paulo	351
Figura 153 - Enquadramento do Dia do Basta	356
Figura 154 - Enquadramento do Governo	358

Figura 155 - Enquadramento da Mídia.....	362
Figura 156 - Enquadramento Geral	362

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos estruturais e relacionais nas redes	48
Quadro 2 - Possibilidades presentes nas redes sociais virtuais	70
Quadro 3 - Comparativo entre características e críticas das abordagens de estudo dos movimentos sociais.....	115
Quadro 4 - Categorias de análise na perspectiva de enquadramento	157
Quadro 5 - Categorias e agrupamentos de informações.....	297
Quadro 6 - Categorias de análise do Governo e repertório de ações	319
Quadro 7 - Categorias de análise da Mídia e repertório das coberturas realizadas.....	352

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALCA Área de Livre Comércio das Américas
- ANT Actor-Network Theory
- ARS Análise de Redes Sociais
- BBS Bulletin Board Systems
- CC Comportamento Coletivo
- CEBs Comunidades Eclesiais de Base
- CGU Controladoria Geral da União
- CIMI Conselho Indigenista Missionário
- CJP Comissão de Justiça e Paz
- CMC Comunicação Mediada por Computador
- CNA Campanha Nacional contra a ALCA
- CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COL Comitê Organizador Local
- CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPT Comissão Pastoral da Terra
- DB Dia do Basta
- DEM Democratas
- EZLN Exército Zapatista de Libertação Nacional
- FAB Força Aérea Brasileira
- FdE Fora do Eixo
- FHC Fernando Henrique Cardoso
- FIFA Fédération Internationale de Football Association
- LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

- MCD Movimento de Luta Contra o Desemprego
- MCV Movimento do Custo de Vida
- TMR Teoria da Mobilização de Recursos
- MSCC Movimento Social Contra a Corrupção
- MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MTV Music Television
- NMS Novos Movimentos Sociais
- ONU Organização das Nações Unidas
- OP Orçamento Participativo
- P2P Peer to Peer
- PDC Projeto de Decreto Legislativo
- PEC Proposta de Emenda Constitucional
- PL Projeto de Lei
- PLS Projeto de Lei do Senado
- PM Polícia Militar
- PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PSC Partido Social Cristão
- PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
- PT Partido dos Trabalhadores
- SMO Social Movement Organization
- SNS Social Network Sites
- STF Supremo Tribunal Federal
- TAR Teoria Ator-Rede
- TICs Tecnologias de Informação e Comunicação
- TMR Teoria da Mobilização de Recursos

- TPP Teoria dos Processos Políticos
- UPA Unidade de Pronto Atendimento
- VLT Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	27
2. SOCIEDADE, REDES SOCIAIS E INTERNET	35
2.1 Contexto Histórico	38
2.2 Estudos de Redes	42
2.3 Estrutura de Redes	44
2.4 Tipologia de Rede	48
2.5 Transformações Tecnológicas e Ciberespaço	50
2.5.1 Ciberespaço e Estabelecimento da Cibercultura	51
2.5.2 <i>Web 2.0</i> e os <i>Softwares Sociais</i>	57
2.6 Redes Sociais Virtuais	63
3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CIBERDEMOCRACIA	72
3.1 Crise de Representação e Democracia Participativa.....	72
3.2 Participação: Formas Institucionalizadas e Deliberação Pública.....	79
3.2.1 Participação por Mecanismos Institucionalizados	80
3.2.2 Participação por Deliberações Públicas da Sociedade Civil	83
3.3 Internet e Democracia Digital	87
3.3.1 Ciberdemocracia: Governabilidade Eletrônica e Ativismo na Internet	88
3.3.2 Contexto Sociopolítico Contemporâneo	94
4. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES SOCIOPOLÍTICAS VIRTUAIS.....	98
4.1 Movimentos Sociais: Conceitos e Abordagens de Estudo.....	98
4.1.1 Abordagem do Comportamento Coletivo	105
4.1.2 Teoria da Mobilização de Recursos	106
4.1.3 Teoria dos Processos Políticos	108
4.1.4 Novos Movimentos Sociais.....	110
4.1.5 Perspectiva de Enquadramento	113
4.2 Contextualização Sociopolítica e Movimentos Sociais no Brasil	117
4.2.1 Contexto Sociopolítico, Cultural e Científico	117
4.2.2 Contexto dos Movimentos Sociais.....	121
4.3 Ativismo em Redes Sociais Virtuais e Estabelecimento das Redes Sociopolíticas Virtuais.....	123

5. ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICA E DIRETRIZES METODOLÓGICAS.....	132
5.1 Possibilidades de Estudo de Redes no Campo Social.....	132
5.2 Posicionamento Epistemológico: Abordagem Crítica.....	139
5.3 Diretrizes Metodológicas: Perspectivas dos Novos Movimentos Sociais e de Enquadramento	142
5.3.1 Diretrizes Metodológicas	145
5.3.2 Justificativa e Aplicação em Estudos sobre Movimentos Sociais.....	147
5.3.3 Foco dos Enquadramentos	150
5.3.4 Metodologias Aplicáveis e Encaminhamentos para Estudos	157
6. METODOLOGIA.....	159
6.1 Método	159
6.1.1 Etnografia.....	160
6.1.2 Netnografia.....	163
6.1.3 Aplicabilidade e Usos da Netnografia.....	164
6.1.4 Operacionalização	168
6.2 Objeto de Estudo.....	170
6.3 Plano de Coleta de Dados	171
6.3.1 Observação Participante.....	172
6.3.2 Análise de Documentos.....	173
6.4 Plano de Análise dos Dados.....	174
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO	181
7.1 Movimento Social Contra a Corrupção	182
7.2 Enquadramentos do Contexto do Movimento Social Contra a Corrupção.....	185
7.2.1 Movimento Social Contra a Corrupção.....	187
7.2.1.1 Comunicação	189
7.2.1.2 Construção Social de Significados e Sentidos.....	199
7.2.1.3 Ideologia	223
7.2.1.4 Cultura e Símbolos	235
7.2.1.5 Experiências Pessoais	251
7.2.1.6 Relações de Poder.....	255
7.2.1.7 Quadros Estratégicos de Ação.....	263

7.2.1.8 Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização.....	271
7.2.1.9 Distinção de Atores, Papéis e Contextos	281
7.2.1.10 Lideranças.....	287
7.2.1.11 Mídia.....	292
7.2.2 Governo.....	298
7.2.2.1 Posicionamento Institucional.....	302
7.2.2.2 Ações Realizadas	306
7.2.2.3 Combate à Corrupção	314
7.2.2.4 Divulgação Institucional.....	316
7.2.3 Mídia	319
7.2.3.1 Cobertura Midiática das Manifestações	325
7.2.3.2 Ações Policiais e Enfrentamento	334
7.2.3.3 Avaliações das Manifestações pela Mídia.....	340
7.2.3.4 Mudanças Comportamentais, Redes Sociais Virtuais e “Midiativismo”	347
7.2.4 Enquadramento Geral.....	354
7.3 Redes Sociopolíticas Virtuais	364
7.3.1 Redes Sociais Virtuais como Espaço para a Gestão de Grupos e de Ações Coletivas	367
7.3.2 Possibilidades de Ações Coletivas em Redes Sociais Virtuais e Formação da Cultura Política.....	370
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	377
REFERÊNCIAS	383

1. INTRODUÇÃO

Os estudos organizacionais voltam o foco, normalmente, para assuntos relacionados ao trabalho e à dinâmica contextual que envolve os indivíduos nas organizações, considerando-os muitas vezes como moldados por padrões criados pela estrutura e não como indivíduos repletos de interesses, experiências e necessidades de autonomia. Com isso, diferentes formas de estudo foram se desenvolvendo com o propósito de melhor compreender as organizações e nelas as relações das pessoas, embora pouco se discuta ainda sobre os conflitos de dominação e as diferenças de papéis e possibilidades dos indivíduos em virtude de posições nas estruturas. Isso fica mais evidente quando são analisadas as organizações sociais, já que, por natureza, deveriam apresentar maiores espaços para a atuação dos indivíduos, especialmente nos sistemas democráticos.

A conservação ou manutenção da estrutura e da ordem social se dá pela interação dos indivíduos e pela maneira como se organizam na sociedade, assumindo papéis em vários contextos que envolvem dominação, que se configuram em detrimento de condições econômicas e de etnia, raça, gênero, sexo, entre outras características. Contudo a questão da dominação esbarra na questão primeira do indivíduo, relacionada à liberdade, autonomia e igualdade. Assim, várias questões e reflexões emergem apontando possibilidades de ação para os indivíduos, como forma de assegurar a própria conservação na sociedade por meio de reflexões e ações críticas sobre as estruturas vigentes. Embora a primeira necessidade social dos indivíduos pareça ser a autoconservação ou a manutenção na sociedade, questões referentes à dominação e inserção social se mostram importantes diante da necessidade de emancipação dos indivíduos na sociedade, em defesa de seus interesses, seja por meio de ações individuais, seja, especialmente, por meio de ações coletivas.

A tradição das relações sociais, nas quais as de subordinação e dominação por vezes são defendidas como necessárias para permitir mais coesão social e atribuir papéis para os indivíduos e grupos, parece estar perdendo a força continuamente nos últimos tempos. O que se nota, predominantemente, é que as estruturas vigentes se sustentam e se legitimam mais em virtude do emprego dos diversos tipos de capitais do que de uma legitimação a partir de ações dos indivíduos e grupos. Geralmente, as estruturas socialmente construídas são assumidas como fruto da hereditariedade ou da defesa do argumento de que a estrutura social estabelecida e mantida é dada pronta, tendo os indivíduos apenas que aceitá-la e adaptar-se a

ela. A defesa de continuidade é realizada tanto por representantes do poder público, em razão do tipo de política e dos regimes políticos adotados, quanto por grupos sociais hegemônicos que se colocam em posições de elite.

A própria democracia foi fundada como um modelo embasado predominantemente em atos de representação, deixando os indivíduos representados à margem das decisões e, muitas vezes, sem condições de acompanhar e controlar as ações dos representantes. O fato é que o modelo se desvencilhou da natureza da democracia, passando por crises relacionadas à representação e trazendo à tona a necessidade de mudanças nas formas de fazer política por participação popular. É nesse contexto que teve início, em vários regimes democráticos, uma série de movimentos populares exigindo mudanças nos processos políticos para torná-los mais participativos e abertos aos cidadãos, especialmente em decorrência do distanciamento dos políticos e partidos em relação “ao povo” e de casos recorrentes de corrupção e atos antidemocráticos.

Em vista da realidade e da crescente desaprovação das estruturas políticas vigentes pela sociedade, vários tipos de ação coletiva têm levado os indivíduos a apresentar demandas sociais e insatisfações diversas por meio de movimentos sociais, muitas vezes estabelecidos através de redes que englobam demandas e objetivos semelhantes e compartilhados e que favorecem a atuação em favor de causas coletivas. As bases desse tipo de ação são bem fundamentadas na história por órgãos de classe, como sindicatos e associações civis diversas, bem como por revoltas populares e movimentos sociais.

Atualmente, o que chama atenção é a utilização de diferentes formas de ação coletiva e a utilização de novos espaços e recursos que possibilitam aos indivíduos se (re)conhecerem em grupos, se organizarem e agirem coletivamente. Em vista disso, a gestão social pode colaborar com a mobilização e agregação de indivíduos e a formação de grupos, bem como a capacitação e organização destes para a realização de ações coletivas, em especial por meio de uma série de aparatos tecnológicos e comunicacionais contemporâneos. Esses é que possibilitam a integração de indivíduos e grupos que, mesmo estando em diferentes e longínquos espaços físicos, se aproximam por meio de objetivos e causas semelhantes e compartilhadas.

Segundo Scherer-Warren (2005), os movimentos sociais apresentam uma configuração diferente na sociedade da informação, marcadamente alterada em virtude do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Para análise desses movimentos, importa considerar três dimensões: temporalidade, diante da possibilidade de análise de tempos sociais

distintos; espacialidade, diante do surgimento de novos espaços ou territórios, virtuais e reais, bem como suas interações, e sociabilidade, diante de novas formas de relações sociais em termos de intensidade, alcance, intenções e conectividade com dimensões da esfera pública.

A busca por emancipação, igualdade e/ou tipos de participação política passa a ser realizada exclusivamente em espaços virtuais de interação ou em extensão dos espaços reais/físicos disponíveis. Na atualidade, tem sido possível observar uma série de movimentos sociais espalhados pelo mundo que buscam empreender ações no meio virtual e agregar o maior número de interessados em suas questões, independentemente das localidades nas quais se encontram. Muitos desses movimentos têm buscado exigir mudanças no cenário político para possibilitar acesso a informações públicas, transparência nos atos de políticos, fim da corrupção, participação em processos decisórios, entre outros aspectos políticos e democráticos. Por exemplo: algumas das demandas políticas apresentadas pelo Movimento Social Contra a Corrupção (MSCC) através das ações coletivas realizadas no Brasil.

O espaço virtual denominado ciberespaço, estruturado na internet, tem permitido novos formatos de organização social e criação, estabelecimento, organização e repercussão de movimentos sociais de várias partes do mundo nas redes sociais virtuais. Essas redes, com base no desenvolvimento da *Web 2.0* e de *softwares* sociais, têm ganhado espaço e importância na sociedade, permitindo mais interação entre as pessoas. Como resultado e exemplo das mudanças, tem havido constantes repercussões na mídia mundial de ações coletivas que se desenvolvem, em especial nos casos de alguns regimes autoritários que foram desestabilizados ou ruíram a partir de movimentos iniciados e/ou organizados em redes, como Facebook e Twitter, sendo alguns dos casos mais recentes os relacionados a regimes autoritários, como os do Egito e da Líbia, que se convencionou denominar de Primavera Árabe, além do caso clássico do Movimento Zapatista, no México. A internet foi utilizada como forma de dar voz aos ativistas. Além disso, outros eventos têm sido abrigados nas redes sociais, como movimentos contra corrupção, formas de autoritarismo e opressão, violência, homofobia, racismo, entre outros dos contextos sociais, econômicos e políticos.

No caso do Brasil, por exemplo, acompanha-se, desde 2013, uma série de movimentos populares de grande porte, de finalidades políticas, iniciados por redes sociais virtuais, como o “Fora Renan”, direcionado à saída de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal, e o movimento pela saída do deputado federal Marcos Feliciano da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM). Foram apenas o início de um ano no qual as redes sociais se destacaram como importantes meios e mecanismos para a criação e

organização de movimentos populares no Brasil, em especial as grandes manifestações ocorridas em 2013, durante a Copa das Confederações da FIFA e antes dela, nas cidades-sede dos jogos e em outras, em todo o Brasil, as Jornadas de Junho, que tiveram como um dos focos a luta contra a corrupção.

Portanto se entende que as redes sociais têm desempenhado papel importante em diversos países, com os mais variados propósitos, a partir da (re)definição da dinâmica relacional de grupos sociais com a sociedade mais ampla ou diretamente com o Estado, ainda que influenciados por grupos políticos. A relevância dessas redes para a organização social tem ocasionado importantes mudanças nas formas como a democracia é realizada na e pela internet, configurando o que se denomina de democracia digital ou ciberdemocracia por meio do desenvolvimento da cibercultura. Contudo o contexto está repleto de questionamentos e necessidades de esclarecimento quanto às interações sociais e à organização dos grupos e suas ações. Várias discussões têm vindo à tona quanto às formas virtuais de ações que se configuram como ativismo virtual e ações baseadas em “simples” compartilhamento de informações por meio do que se pode definir de “cliqueativismo”, isto é, ação no espaço virtual por meio do compartilhamento e disseminação de informações entre os grupos sociais dos quais se faz parte.

Em virtude dessas recentes inovações nos processos comunicacionais e organizacionais, bem como dos desafios e das possibilidades inerentes, várias questões surgem como forma de permitir mais entendimentos sobre esses fenômenos sociais. Por exemplo: Como os indivíduos formam grupos e agem coletivamente nos movimentos sociais por meio das redes sociais virtuais? Quais são e como se desenvolvem as ações coletivas nas redes sociais virtuais? As redes sociais virtuais concedem mais possibilidades de ação para os indivíduos ao possibilitar aproximação, integração e cooperação, ainda que virtuais? Como os movimentos sociais têm se servido das redes sociais virtuais para estabelecer organização e coesão entre os grupos e de seus movimentos? Quais diferenças e complementaridades podem ser observadas em relação ao ciberespaço e aos espaços físicos para os movimentos sociais? Qual a importância do ativismo virtual e do “cliqueativismo” para os movimentos sociais e o estabelecimento de novos contextos sociais? Quais os impactos das redes virtuais na cultura e na democracia?

Diante, pois, de uma série de questionamentos, este estudo se propõe a responder aos seguintes problemas de pesquisa: Quais as influências das transformações tecnológicas e da cibercultura nos movimentos sociais que se estabelecem nas redes sociais virtuais? Como se

dão a formação e a organização de grupos e ações coletivas nos movimentos sociais realizados nas redes sociais virtuais? Quais são as relações existentes entre as ações coletivas, a construção de significados e a cultura política dos movimentos sociais que se estabelecem nas redes sociais virtuais? Como diferentes atores envolvidos no contexto dos movimentos sociais percebem as ações coletivas realizadas nos espaços virtuais e reais?

A principal proposição levantada é a de que as redes sociais virtuais se constituem como importantes espaços que permitem ampliar as potencialidades dos indivíduos de mobilização, agrupamento e ação coletiva diante de transformações ocorridas na tecnologia, cultura e sociedade, bem como dos impactos das redes virtuais e dos movimentos sociais. Assim, para compreender essa dinâmica social, organização e processos, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos deste trabalho.

Objetivo Geral: analisar as possibilidades e a dinâmica de ações coletivas de movimentos sociais estabelecidas em redes sociais virtuais com vistas a identificar e analisar a utilização como espaço para formação, organização e gestão de grupos e ações coletivas, bem como a relação com a formação da cultura política.

Objetivos Específicos: a) analisar e discutir a influência das redes sociais virtuais na formação e no fortalecimento da ideologia e da cultura política; b) identificar e discutir casos nos quais as redes sociais virtuais, no Brasil, constituem base e ambiente de discussões e ações coletivas de movimentos sociais, com foco na política, especialmente contra formas de corrupção; c) analisar a formação, a organização e a gestão, por meio das redes sociais virtuais, dos grupos e das ações coletivas em um movimento social; d) identificar e analisar ferramentas e conteúdos utilizados nas interações e discussões relacionadas aos processos de mobilização, recrutamento e às ações no ambiente virtual; e) identificar as principais mídias presentes nas redes sociais, no Brasil, e discutir o papel e posicionamento delas em relação aos movimentos analisados com enquadramento global do fenômeno em questão.

Para o alcance dos objetivos a que este estudo se propõe, utiliza-se a abordagem crítica, que possibilita realizar reflexões sobre formas de dominação e gestão, procurando esclarecer as possibilidades de ações emancipatórias por meio de novas oportunidades e recursos. Defende-se que as ações de organização são essenciais para dar ordem e coesão social e, por isso, não devem ser o alvo de crítica. O que se critica são as formas de dominação que emergem e tentam impor vontades e interesses individuais ou de pequenos grupos sobre grande parte da sociedade. Assim, a abordagem crítica pode sair do campo teórico e possibilitar reflexões que

atendem às necessidades dos indivíduos quanto a atitudes emancipatórias, em especial as relacionadas à participação em grupos e ações coletivas de movimentos sociais.

Além disso, a abordagem da gestão pode colaborar para o esclarecimento da atuação e organização de grupos e de ações. No caso específico deste trabalho, a gestão está tanto compreendida no âmbito societal quanto no âmbito do Estado, já que se propõe discutir a organização de indivíduos em um tipo de rede sociopolítica virtual e em ações coletivas, enquanto analisa a relação com o Estado por meio do movimento social contra a corrupção.

Portanto uma forma de promover a emancipação dos indivíduos pode ser encontrada na criação e ampliação dos espaços que permitem mais possibilidades de interação entre eles e entre seus grupos para o alcance de objetivos, anseios e demandas coletivas. As redes sociais virtuais parecem despontar como importantes espaços nos quais demandas individuais são identificadas e reconhecidas como coletivas e permitem que a cooperação dê mais condições de ação aos indivíduos, em comparação com ações individualizadas.

Conforme a breve análise apresentada, observa-se que a sociedade contemporânea, guardadas algumas exceções, tem se servido de uma série de conhecimentos disponíveis nos vários meios de comunicação, em especial por meio da internet e das redes sociais virtuais. Vários movimentos sociais vêm se desenvolvendo e possibilitando extensão da capacidade comunicativa e organizativa de grupos sociais, em especial para manifestações contra corrupção, regimes políticos autoritários, problemas ambientais, de classes e de gênero etc. Assim, essas redes têm feito surgir movimentos sociais pelo reconhecimento de opiniões e interesses comuns entre os cidadãos, bem como pelo recrutamento e pela incitação de indivíduos dos vários segmentos sociais a uma atuação mais ativa, formando redes sociopolíticas.

O presente estudo justifica-se teoricamente diante da escassez de trabalhos que contemplam análises dos movimentos sociais que se desenvolvem através de redes sociais virtuais, no caso do Brasil, que, como a maior parte dos países, apenas recentemente tem acompanhado o surgimento de uma série de ações ativistas na internet, bem como os impactos destas nos governos e na própria sociedade. Existem estudos recentes que apresentam análises ainda incipientes de algumas ações desses movimentos, contudo faltam esclarecimentos sobre as formas como os indivíduos se organizam em grupos e como gerenciam suas ações nas Redes Sociopolíticas Virtuais. Assim, este estudo procura contribuir teoricamente, ampliando as análises sobre as relações que os movimentos sociais estabelecem com demais atores sociais, como os representantes do governo e das mídias. Além disso, busca fornecer esclarecimentos

sobre como esses movimentos e as redes sociais virtuais têm contribuído com a cultura política, já que se objetiva dar enfoque ao movimento direcionado para o combate à corrupção.

Empiricamente, este trabalho pretende apresentar casos e discussões para reflexão sobre as ações contemporâneas de um movimento social e permitir que, de alguma forma, possa gerar aprendizados sobre formatos de organização, de ações coletivas e seus impactos, de utilização das mídias sociais, de relações com os demais entes no contexto sociopolítico e de alterações nesse contexto, entre outros aspectos que perpassam o objeto de estudo e permitem transformações no campo da prática política, já que se baseia em pressupostos de empoderamento, emancipação social e participação democrática.

Para possibilitar mais clareza na discussão que se pretende realizar, a primeira seção apresenta conceitos e definições de sociedade e discussões sobre redes sociais. Também realiza uma explanação sobre transformações tecnológicas e surgimento do ciberespaço, com apresentação dos principais dados e argumentos que demonstram as novas possibilidades de interação social por sistemas de informação e comunicação. Além disso, apresenta o desenvolvimento da internet ou ciberespaço, da *Web 2.0* e dos *softwares* sociais que permitem o estabelecimento de redes sociais virtuais, que, utilizadas com propósitos políticos, possibilitam que se criem Redes Sociopolíticas Virtuais. Na segunda seção, é feita uma discussão sobre democracia representativa, que culmina na democracia participativa. Além disso, apresentam-se considerações e conceituações sobre democracia digital ou ciberdemocracia. Na terceira seção, apresentam-se informações sobre movimentos sociais, incluindo principais conceitos, desenvolvimento e abordagens possíveis. Para complementar, apresenta-se uma discussão sobre o contexto sociopolítico dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas para expandir o foco de discussão sobre a inserção dos movimentos sociais nas redes sociais virtuais. Na quarta seção, apresentam-se orientações para estudos a serem desenvolvidos no contexto das redes sociais, bem como posicionamento epistemológico e as diretrizes metodológicas que orientam este estudo. Na quinta seção, apresentam-se aspectos da metodologia, como o método denominado netnografia e as técnicas de coleta e análise dos dados utilizadas. Na sexta seção, apresentam-se os resultados, que foram agrupados em dois eixos. O primeiro corresponde ao enquadramento do contexto do movimento social, no qual estão os enquadramentos do Movimento Social Contra a Corrupção, do Governo, da Mídia e o Geral; no segundo se apresentam as discussões sobre o

conceito de Redes Sociopolíticas Virtuais. Na sétima seção estão as considerações finais sobre este estudo.

2. SOCIEDADE, REDES SOCIAIS E INTERNET

Atualmente há um embate entre aspectos locais e globais que cria uma crise de identidade nos indivíduos, visto que, com a mundialização cultural, as identidades parecem ter ficado fragilizadas diante do surgimento de certos valores sociais, como “ser cidadão do mundo” e “fazer parte da aldeia global”. Segundo Recuero (2004a), o deslocamento das identidades em busca de identificação com outras pessoas ocorre mais em função de interesses comuns do que da localidade, especialmente quando se consideram as tecnologias contemporâneas.

Com perspectiva semelhante, Baudrillard (1997) afirma que a mundialização traz consigo movimentos de resistência, sejam sociais, sejam políticos, que se impõem como movimentos de rejeição à modernidade. O autor defende que, na atualidade, tudo que gera acontecimento ocorre como forma de contradição à universalização, como forças heterogêneas ante a potência diluidora e homogeneizadora da mundialização. Depreende-se, pois, que vários são os aspectos sociais afetados pelo alto grau de transformações que levam o mundo a se tornar cada vez mais homogeneizado, em especial a identidade. Hall (2005) destaca a perda, a desintegração ou o deslocamento das identidades culturais nacionais como resultado de processos e forças de mudanças relacionados ao processo globalizante, marcadamente acentuado desde a década de 1970.

Como forma de defesa ante processos de desintegração das identidades nacional e pessoal, uma série de movimentos sociais têm sido estruturados na busca de formas de socialização, aceitação e/ou inclusão. A sociabilidade pode ser formal ou informal, organizada ou espontânea. Na prática, a formal é aquela que se desenvolve, por exemplo, entre membros de uma escola ou empresa, enquanto a informal é a que não requer pertencimento do indivíduo a uma instituição, podendo ocorrer em diversas localidades. Independentemente da formalização, as relações podem se dar de forma eletiva ou por afinidade (DEGENNE; FORSÉ, 1999), o que tem ocorrido nas atuais formações sociopolíticas que se pretende discutir no decorrer deste estudo.

A busca por socialização leva as pessoas a se inserirem em grupos afins, em especial em função da eletividade e afinidade na escolha das interações. O contexto, aliado às constantes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, impacta as formas como as pessoas se relacionam em comunidades, das quais muitas se extinguem, algumas se reconfiguram e outras surgem

nas interações sociais, especialmente por meio do avanço da Comunicação Mediada por Computador - CMC (PERUZZO, 2002), conforme vai ser visto.

A busca por inserção social se dá basicamente como forma de se relacionar e buscar segurança. Contudo Bauman explica que as comunidades não oferecem total segurança aos indivíduos, mas apenas paz de espírito, “até segunda ordem”. Diz o autor:

mais do que uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranqüilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo (BAUMAN, 2003, p.19).

Ao contrário do comunitarismo, o individualismo faz emergir indivíduos anônimos e possivelmente infelizes, apesar de serem compreendidos como mais fortes e suficientes. Já as formas comunitárias são assumidas como construções de indivíduos menos vulneráveis, visto que procurariam se desenvolver ou inserir em tais agrupamentos para dividir receios e ansiedades, partilhando-os com os demais (BAUMAN, 2003). Isso pode ser reforçado na seguinte discussão que contrapõe a individualidade à comunidade:

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. “Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular - e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (BAUMAN, 2003, p.21).

Na definição de Freyer (1973, p.132-133), comunidade pode ser compreendida “como uma estrutura determinada, sustentada por uma constelação específica das energias humanas”, já que é plenamente realizada, “onde um mundo fechado de conteúdo espiritual característico é possuído em comum por todo um grupo”. Para Tönnies (1973), o conceito de comunidade é mais amplo e pressupõe a existência de vontades comuns e concórdia, que podem ser formadas por laços de sangue (relações de parentesco), por proximidade espacial (vizinhança) ou por aproximação espiritual (amizades).

Para Weber (1973, p.140), comunidade pode ser compreendida como “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no *sentimento* subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da *constituição de um todo*”. Já sociedade é conceituada como “uma relação social quando a atitude na ação social inspira-se numa *compensação* de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou também numa *união* de interesses com idêntica motivação” [*grifos do autor*]. As

comunidades também podem ser compreendidas como pequenas unidades que formam redes, visto que cada indivíduo tem capacidade restrita, o que permite que conheça apenas os membros que fazem parte da sua rede de contatos, não tendo condições de conhecer todas as interações que os demais membros de sua rede podem ter, muito menos os membros de redes das quais não participam (WELLMAN; BERKOWITZ, 1988; COSTA, 2005).

Essas possibilidades são apontadas como formas de evolução da formação de uma comunidade. Portanto a forma mais elevada de comunidade seria a baseada em pensamentos e ideais, que se sobrepõem às demais características fundamentadas em elementos físicos e espaciais. Assim, a possibilidade de formação de grupos e redes em torno de objetivos comuns e a identificação coletiva parecem gerar um sentimento comunitário ou, pelo menos, de pertencimento e reconhecimento. É nesse sentido que se utiliza o conceito de comunidade neste estudo, ou seja, possibilidade de formação de comunidade a partir de redes. Em função das peculiaridades conceituais de comunidade no campo da Sociologia, não se pretende tratar esse conceito de forma pura, haja vista que as possibilidades contemporâneas de formação de comunidade no ambiente virtual ainda se mostram confusas, o que exige mais reflexão e compreensão de como o referido conceito pode ser aplicado.

Não se pode conceituar, faz tempo, organização social no modelo de “pequenas caixas” ou “*little boxes*”, mas como “grande organização social em rede”. A redução que se realiza, nos estudos sociais, para os conceitos de grupo e de rede são apenas metáforas utilizadas para fazer comparação e demonstrar fluxos e efeitos de sobreposição. Dessa forma, o conceito de “comunidade” é também uma delimitação de grupo social, por haver relações informais e estruturas não organizadas, em que os indivíduos não são exclusivos, pois participam, em sua maioria, de outras comunidades (WELLMAN, 2002).

O que pode ser visto claramente é que muitos grupos sociais surgidos e organizados no ciberespaço apresentam características semelhantes às características de comunidades, como identificação em relação à coletividade, estabelecimento de objetivos e propósitos comuns ou complementares, sensação de solidariedade em relação aos membros do grupo e, especialmente, formação de grupos que resultam em microprocessos sociais pelos quais se criam e se sustentam as redes sociais. Em virtude disso, em alguns momentos se utiliza, neste estudo, o termo “comunidade” como sinônimo de “grupo social”, visto que a literatura sociológica normalmente apresenta comunidade como agrupamento social para possibilitar análise de microprocessos sociais.

Como forma de sintetizar os aspectos conceituais que se entende serem necessários para a formação de redes sociais, destacam-se os mais marcantes: presença de laços fortes e/ou frágeis, aspectos da vida em comum, aspectos culturais, ideológicos e objetivos comuns, identificação particular que diferencia o grupo e sensação de pertencimento e participação ativa e/ou passiva dos indivíduos no grupo. As diferentes características necessárias para formar rede social mostram a necessidade de compreender e conceituar novas formas relacionais e de considerar diferentes espaços e dinâmicas que possibilitam a integração dos indivíduos.

Outra discussão bastante recorrente e atual se dá em relação às semelhanças e distinções entre os conceitos de “rede social virtual” e “comunidade virtual”. Para alguns autores, como Lemos (2000) e Wellman e Gulia (1999), não se pode presumir que toda rede se constitui em uma comunidade virtual, visto que esta exige relações sociais mais fortes e profundas. Diante disso, não se assume o conceito de “comunidade” neste trabalho, mas o de “rede virtual”, que é mais amplo e democrático.

Após a apresentação dessas discussões teóricas ainda não claramente resolvidas, por causa de conflitos conceituais existentes entre comunidade e rede - ambas virtuais -, procura-se, na próxima seção, destacar o utilizado ao longo deste estudo.

2.1 Contexto Histórico

Nesta seção, destaca-se o contexto em que os estudos de rede surgiram e algumas características desse tipo de estruturação de relações sociais.

Os estudos de rede têm amadurecido graças a trabalhos muito referenciados, como o do sociólogo espanhol Manuel Castells (1999), que, na obra intitulada de “A sociedade em rede” (original de 1996), foca as influências das tecnologias (em especial a internet) sobre a cultura e as formas de comunicação entre as pessoas. Além da comunicação, há que se ressaltar que os indivíduos envolvidos nos grupos podem agir de maneira coletiva no sentido da criação de redes, independentemente de diferenças concernentes a aspectos socioeconômicos e gênero, entre outras variáveis.

Rede, em resumo, é a associação, por meio de contatos entre si, de pessoas e organizações em torno de objetivos em comum. Sendo assim, pode se estabelecer com a intenção de conquistar

recursos e oportunidades que as pessoas não obteriam se agissem individualmente (CRUZ; QUANDT, 2007). Além dessa classificação geral, outros estudos têm buscado estabelecer tipologias que possibilitem melhor entendimento das formas que as redes podem assumir. Contudo um dos pontos essenciais que este estudo procura evidenciar é que a formação de redes se mostra extremamente relevante para que os indivíduos conquistem, com mais facilidade, “espaços” na sociedade, de modo a se fortalecerem diante do Estado como grupos sociopolíticos.

O aumento do uso das mídias e da internet possibilita a formação de uma grande rede que conecta os indivíduos, criando o que se denomina de “sociedade em rede”. Assim, o mundo se torna cada vez mais digital (CASTELLS, 1999). Isso se justifica, porque a informação é tão importante na sociedade atual que o consumo das mídias só é menor que a atividade do trabalho.

A rede constitui “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p.72). Além dos benefícios sociais que se espera, há uma série de responsabilidades e necessidades de tomada de decisões, o que caracteriza claramente a rede como uma organização social. Há uma valorização das relações e dos elos informais nas redes em detrimento das estruturas hierárquicas, pois as ações dos indivíduos dependem dos espaços políticos nos quais se inserem e das socializações e mobilizações que empreendem.

Rede pode ser conceituada também como “o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações constituídos ao longo do tempo”. Além disso, “esses vínculos podem ter sido construídos intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos” (MARQUES, 1999, p.46). Portanto a rede pode ser definida segundo uma visão contextual e histórica, já que ocorre como uma construção por meio de vínculos intencionais entre os indivíduos.

Nas redes há uma necessidade da confiança mútua entre as pessoas para o estabelecimento das relações sociais, que se iniciam com o reconhecimento do outro, ou seja, com a “aptidão que um indivíduo desenvolve para perceber, detectar, localizar numa outra pessoa uma característica que não havia sido percebida antes (...)” (COSTA, 2005, p.243). Dessa forma, pode-se entender que a formação e estabelecimento de redes se dá com base na intenção de aliar-se a pessoas com as quais existe algum tipo de identificação, seja como semelhança, seja como forma de buscar alguma complementaridade pelo conhecimento do outro.

Ainda não existe uma Teoria de Redes, haja vista que o conceito pode ser utilizado para descrever muitas teorias sociais. Contudo Marteleto (2001) chama a atenção para a importância da análise do conjunto de relações que os indivíduos estabelecem nas suas interações, sendo essas a unidade de análise e não os atributos individuais, como idade, classe, sexo ou gênero.

De acordo com os elementos apresentados, considera-se a rede uma estrutura relacional criada e sustentada por vínculos e interações entre os indivíduos, apresentando uma dinâmica relacional fundamentada no intercâmbio de informações e no uso do capital social, bem como na presença de um contexto comunitário amparado por confiança, cooperação e solidariedade. Dessa forma, ao se buscarem análises de redes sociopolíticas, conforme se pretende neste estudo, agrega-se a essas características a presença de coordenação política e o estabelecimento de laços associativos com indivíduos e organizações, com vistas à realização de ações políticas e ao empoderamento dos grupos sociais envolvidos.

As redes sociais podem ser formadas intencionalmente, como mostra Aguiar (2007a), ao dizer que o verbo *to network* indica, em tradução mais lógica para a língua portuguesa, certas ações, como “enredar”, “emaranhar-se”, “prender-se na rede”. Sendo assim, pessoas de mais capacidade de liderança podem formar redes, ao articular pessoas e interesses comuns, tanto agindo como indivíduos quanto atuando no papel de atores sociais em nome de organizações. Os vínculos frágeis se mostram relevantes para a veiculação de informações e para a construção de coordenação política, enquanto os vínculos fortes se mostram relevantes em relações mais verticalizadas e em contextos de coesão e comando (GRANOVETTER, 1973; MARQUES, 2007).

A Figura 1 permite melhor compreensão das relações entre os conceitos e os termos destacados na discussão apresentada.

Figura 1 – Formação de redes sociais e possibilidades de ações



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

De acordo com a discussão realizada e a Figura 1, o capital social é apresentado como elemento essencial para a formação e o estabelecimento de redes sociais. Ele é que possibilita que os indivíduos se identifiquem, interajam, criem vínculos, estabeleçam redes e se organizem socialmente. A organização social é um elemento essencial, que torna possível uma série de ações que podem levar ao empoderamento dos indivíduos, como sujeitos, e também de seus grupos.

Portanto, para alcançar o desenvolvimento de redes, torna-se necessário empregar o capital social, que também é útil para permitir mais coesão e inclusão dos indivíduos em suas comunidades e associações, aumentar o empoderamento e a ação política, bem como amenizar ou cessar conflitos nos grupos. Esse capital tem a fonte na própria participação em

grupos, organizações ou associações, ao se criarem redes sociais. Além disso, é reforçado em detrimento do grau de confiança, da cooperação e da solidariedade entre membros de uma rede e é operacionalizado nas ações coletivas e cooperativas, que dependem do nível de participação dos indivíduos (PUTNAN, 2007).

Há que se esclarecer que a ideia de “redes” surgiu como metáfora, para representar organizações nas quais prevalecem a colaboração e a cooperação entre os segmentos envolvidos. Exemplos têm surgido nas últimas décadas, expondo diversas iniciativas de colaboração solidária e organizações formadas por redes de indivíduos com necessidades e/ou objetivos comuns, como Conselhos Participativos, Sistemas Locais de Troca (SLT), Sistemas Comunitários de Intercâmbio, Cooperativa Mista de Consumo, Produção e Trabalho; e Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores (MACHADO E TIJIBOY, 2005). Dessa forma, as redes podem ser classificadas como plurais ou organizacionais. As plurais, também chamadas de multimodais, são as formadas por indivíduos ou atores sociais; as organizacionais ou interorganizacionais são aquelas nas quais os indivíduos interagem apenas em função da organização (AGUIAR, 2007a). No caso deste estudo, o foco encontra-se nas redes plurais.

Após breves esclarecimentos sobre o desenvolvimento do conceito de rede, faz-se necessário esclarecer os diferentes contextos e campos nos quais tem sido estudada

2.2 Estudos de Redes

Os estudos de rede se iniciaram com os trabalhos do matemático Euler, que culminaram no estabelecimento da Teoria dos Grafos, em meados de 1783. Os grafos são vistos como um conjunto de nós que se conectam por arestas e formam um tipo de rede, o que passou a dar base para uma série de estudos sobre os grafos e, posteriormente, sobre redes (BARABÁSI, 2003). Quase dois séculos depois, os trabalhos dos matemáticos Paul Erdős e Alfred Rényi levaram ao entendimento de grafos randômicos ou aleatórios, sugerindo que todos os contatos ou nós de uma rede têm a mesma possibilidade de formar novas ligações, visto que as redes possibilitam igualdade de possibilidades a qualquer nó. Esses autores compreendem o fato e o explicam com o exemplo de uma festa na qual as pessoas não se conhecem no início, mas a

partir de um contato inicial passam a conhecer outras, sendo possível que todas as pessoas se conheçam mutuamente ao término da festa (BARABÁSI, 2003; WATTS, 2003).

Os estudos estão apoiados em trabalhos clássicos, como os de Anatol Rapoport e colegas da Universidade de Chicago, das décadas de 1950 e 1960, que publicaram seus estudos no *Bulletin of Mathematical Biophysics* e estabeleceram a “Theory of random-biased nets”, uma espécie de teoria sobre redes que tendem ser aleatórias (WATTS, 1999).

Na década de 1960, o sociólogo Stanley Milgran realizou um estudo com vistas a entender como se davam os graus de separação entre os indivíduos que formavam uma rede. De forma aleatória, escolheu participantes que receberam cartas em várias localidades dos EUA e deveriam enviá-las aos seus contatos mais próximos. Assim, por meio do experimento, percebeu a existência de poucos graus de separação entre as pessoas, criando o conceito de “*small world*” ou “mundo pequeno” (DEGENNE; FORSÉ, 1999; BARABÁSI, 2003; WATTS, 2003).

O sociólogo Mark Granovetter, no artigo publicado em 1973 com o título de “The strength of weak ties”, classifica as relações entre os participantes de uma rede em laços fortes (“*strong ties*”) e laços frágeis (“*weak ties*”). A manutenção da estrutura da rede depende muito mais dos laços fracos que dos laços fortes, já que aqueles possibilitam ao indivíduo conectar-se a diferentes grupos, enquanto estes são ligações mais restritas a determinado grupo, com informações redundantes (GRANOVETTER, 1973; WATTS, 2003). Sendo assim, presumiu-se que as redes não fossem randômicas.

Tomando por base estudos realizados por Rapoport, Granovetter e de Erdős e Rényi, Duncan Watts e Steven Strogatz propõem um modelo estrutural no qual demonstram ligações ocorridas de forma aleatória ou randômica, em virtude dos contatos mais próximos, apresentando o entendimento de que a existência de contatos aleatórios entre os grupos possibilita a proximidade entre pessoas de várias partes do mundo, a Teoria dos Mundos Pequenos. Para chegar a esses resultados, Watts e Strogatz reuplicam a ideia de Milgram, mas expandindo o experimento, ao envolver pessoas de várias partes do mundo. Os resultados foram publicados em 1998 (BARABÁSI, 2003; WATTS, 1999; 2003). A partir daí, permitiu-se pensar que todas as pessoas do mundo estão conectadas por meio de poucos laços relacionais. Para Milgran, existe a necessidade de seis contatos para ligar todas as pessoas do mundo, denominando a teoria de Six Degrees (WATTS, 2003). De acordo com Degenne e Forsé (1999), são dez ou doze contatos.

Em estudo realizado por meio de testes em computadores, Barabási (2003) procura demonstrar que a Teoria dos Mundos Pequenos, de Watts e Strogatz, apresenta inadequações quanto ao entendimento da formação dos laços, pois nem todos os nós de uma rede apresentam a mesma capacidade de formar novas conexões. O estudo também contraria as ideias de Paul Erdős e Alfred Rényi sobre a aleatoriedade das redes, pois define que alguns nós apresentam mais possibilidade de criar novas relações, denominando-os de *hubs* ou conectores, que são os contatos entendidos como mais ricos, ou seja, que congregam a maior quantidade de ligações. Assim, defende a tese conhecida como “*rich get richer*”, segundo a qual “ricos ficam mais ricos”, definindo o que chama de redes sem escala ou “*scale free*”.

No caso do Brasil, os estudos sobre rede despertaram mais interesse a partir da década de 1990, visto que os processos de globalização e de redemocratização do país propiciaram a criação de várias formas associativas como base para o desenvolvimento de ações sociais (AGUIAR, 2007a) fundamentadas nas teorias vistas. São mostrados mais adiante tipos recorrentes de redes privadas e públicas que são focos de estudos brasileiros e, especialmente, redes sociais que constituem os tipos selecionados para este estudo.

Segue-se a identificação de elementos e termos que, independentemente do foco das pesquisas, são recorrentes nas análises de redes.

2.3 Estrutura de Redes

Os padrões de rede passaram a ser estudados por antropólogos, sociólogos e psicólogos sociais dos EUA, da Alemanha e da Inglaterra na década de 1940. O foco se encontrava especialmente nas formas como os “nós” se configuravam e nos fluxos de informação entre os participantes, sendo muito utilizadas as metáforas “malha”, “trama”, “árvore”, “teia” e “rizoma”. Malha ou trama são representações de ligações simétricas com relações equidistantes de comunicação, semelhantes a uma rede de pesca, nas quais as informações fluem por contágio entre os nós. No modelo de árvore, a informação se inicia em uma “raiz” e se alastra pelos “ramos”. A representação da rede por teia leva em consideração a presença de um centro-radial ou liderança que transfere de qualquer nó para os demais a informação. Com o emprego de rizoma, compreende-se que a rede independe de um centro, sendo que as relações são assimétricas e a informação não segue um fluxo regular, partindo de qualquer nó

de forma multidirecional (AGUIAR, 2007a), a exemplo da maior parte das redes sociais virtuais da atualidade, como o Facebook¹ e o Twitter², conforme vai ser explicado.

Para alguns estudiosos de rede, as unidades básicas de análise (ou menor estrutura de uma rede) deixaram de ser as díades, já que os sociólogos passaram a definir um modelo básico formado por uma tríade, na qual os amigos em comum de uma pessoa têm grande possibilidade de se conhecerem e fazerem parte de um grupo (WELLMAN, 1988). O modelo da estrutura com tríade foi observado inicialmente pelo matemático Anatol Rappoport, ao supor que a maior possibilidade de conhecimento dos amigos em comum pode mostrar como se formam os grupos sociais (WATTS, 2003). No caso, o grupo representa uma rede na qual o indivíduo principal analisado é um nó e seus contatos formam o que se conhece como “arestas” (RECUERO, 2004b). Esses termos foram encontrados inicialmente em trabalhos do matemático Eüler, que, ao criar o teorema da Teoria dos Grafos, possibilitou a utilização do termo “grafos” para representar a estrutura das redes (BARABÁSI, 2003; WATTS, 1999, 2003).

Normalmente, as redes resultam de um tipo de conjugação de três elementos: ações orientadas para determinados fins, acaso e heranças de padrões de vínculos anteriores. Essa visão parece apontar para dimensões distintas das redes, pautadas por organização, processos políticos e contexto histórico-cultural, respectivamente (MARQUES, 2007).

Assim, a estrutura e a dinâmica da rede são indissociáveis quando se trata de análise de vínculos, nós e suas relações, já que deve ser realizada em função dos fatores espaço e tempo. Alguns elementos se destacam nas configurações da rede, entre os quais estes: a) nós ativos, que alimentam a rede com informações, podendo se tornar líderes de opinião; b) nós focais, que recebem grande parte do fluxo de informações, como os moderadores; c) nós especialistas, que detêm conhecimentos e experiências fundamentais para a dinâmica do grupo; d) rede sociotécnica, formada por integrantes que se reconhecem como especialistas; e) indivíduos isolados, que se mantêm na rede de forma passiva, apenas acompanhando o fluxo de informações; f) indivíduos-ponte, que são os elementos de ligação entre grupos; g) cliques ou *clusters*, que são pequenos grupos de pessoas íntimas entre si que têm interesses em comum (AGUIAR, 2007a).

¹ www.facebook.com

² www.twitter.com

As conexões entre os indivíduos na rede são denominadas “laços”, que podem figurar de três formas: a) laços sociais relacionais, resultantes de reciprocidade e alta interatividade entre os indivíduos; b) laços sociais associativos, resultantes do fato de que os indivíduos, sem interações, apenas pertencem a um grupo ou instituição; c) laços sociais multiplexos, que demonstram relações tanto na rede social virtual quanto fora dela (RECUERO, 2009). Um exemplo para os laços multiplexos pode ser encontrado em Corrêa (2004), que cita tipos de comunidades virtuais que promovem encontros fora do ambiente virtual, como forma de reforçar as relações por meio do contato face a face, passando a complementar as relações sociais estabelecidas no ciberespaço, o que parece ocorrer com os movimentos sociais organizados nas redes sociais virtuais, conforme discussão proposta neste trabalho.

Portanto a estrutura da rede não deve ser vista como determinada e determinante, mas como estrutura que se altera ao longo do tempo, apresentando elementos em constante ação e uma rede dinâmica em formação e manutenção (WATTS, 2003). Watts (2003) exemplifica a dinamicidade com o comportamento de um grupo: em determinado evento, um membro desse grupo aplaude algo e os que o cercam passam a aplaudir. Contudo Watts chama a atenção para o fato de que é possível, em outras ocasiões, movimento diferente, podendo não haver a adesão ou agrupamento de todos ou mesmo diferença na intensidade dos aplausos. Com essa analogia pode-se compreender que o comportamento coletivo nas redes sociais e seus resultados não podem ser planejados ou controlados. Também na internet há assuntos nas redes sociais virtuais que geram mais interesse e repercussão que outros.

As redes são dinâmicas e devem ser consideradas e analisadas como tal, visto que “*the networks themselves are evolving and changing in time, driven by the activities or decisions of those very components*” (WATTS, 2003, p.28). Portanto, como a dinâmica do comportamento dos membros altera uma série de propriedades da rede, ao longo do tempo, ela pode ser analisada sob duas perspectivas: dinâmica da rede, relacionada à estrutura, e dinâmica na rede, relacionada à influência que os membros do grupo exercem sobre os demais.

A participação dos indivíduos na rede apresenta diferentes “graus”, que variam de acordo com os interesses por temas e conteúdos abordados, o estímulo provocado pelos fluxos de mensagens, as ações comunicativas e as facilidades e dificuldades impostas à participação por meio dos recursos utilizados (AGUIAR, 2007a). Degenne e Forsé (1999) discutem a capacidade de influência que cada indivíduo tem sobre os outros em uma rede, exemplificando com casos de difusão de inovação por tecnologias e por moda. Para os

autores, a rede de informação e comunicação possibilita operar tanto nas relações pessoais quanto nos meios de comunicação em massa, identificando-se, em ambos os casos, mecanismos de influência interpessoais.

Em geral, as redes apresentam uma possibilidade ilimitada de se expandir pela assimilação de novos nós, por haver uma estrutura aberta. Outro fator frequentemente analisado nas redes é a densidade, que depende do número de relações dos indivíduos ou grupos e da constância e proximidade com que se dão os contatos. Wellman (1988, p.45) esclarece que a densidade e constância das relações nas redes variam de acordo com a posse ou utilização de recursos pelos indivíduos, visto que *“despite their structural locations, members of a social systems differ greatly in their access to these resources. Indeed, unequal access resources may lead to greater asymmetry in ties”*. Isso pode ser explicado: os indivíduos mantêm diferentes conjuntos de laços sociais e grande variedade de recursos que utilizam em suas interações (WELLMAN, 1999). Assim, nas redes sociais estabelecidas na internet, também é possível verificar que o acesso a informações e contatos depende das condições – equipamentos e internet – de cada indivíduo, que podem aproximá-lo ou distanciá-lo dos demais membros de uma rede.

Quanto à questão dos recursos, Watts chama a atenção para atributos e consequências dos fluxos nas redes sociais em termos de centralidade e periferia:

in many systems, usually these that have developed or evolved naturally, the source of control is far from clear. Nevertheless, the intuitive appeal of centrality is such a strong one that network analysts have focused heavily on devising centrality measures either for individuals in a network or for the network as a whole (WATTS, 2003, p.52).

Portanto Watts defende que o centro não é o local de inovações, mas o local que demonstra as consequências dos acontecimentos que partem da periferia ou que *“the center emerges only as a consequences of the event itself”* (WATTS, 2003, p.53).

O Quadro 1 organiza em duas categorias os principais elementos tratados: Estrutura da Rede e Relações e Interações.

Quadro 1 – Elementos estruturais e relacionais nas redes

Categoriais	Elementos	Autores
Estrutura da Rede	Nós (ativos, focais, especialistas)	Aguiar (2007a)
	Indivíduos (isolados, ponte)	Aguiar (2007a)
	Cliques (<i>clusters</i>)	Aguiar (2007a)
	Representações (malha, trama, árvore, teia e rizoma)	Aguiar (2007a)
	Centralidade e Periferia	Watts (2003)
Relações e Interações	Rede Sociotécnica	Aguiar (2007a)
	Rede Dinâmica	Watts (2003)
	Dinâmica de Comportamento	Watts (2003)
	Laços Sociais (relacionais, associativos ou multiplexos)	Recuero (2009)
	Adesão	Watts (2003)
	Formação das Redes (ações orientadas acaso e herança de padrões de vínculos)	Marques (2007)
	Grau de Participação	Aguiar (2007a)
	Capacidade de Influência	Degenne e Forsé (1999)
	Densidade	Wellman (1988; 1999)
	Recursos	Wellman (1988; 1999)
	Fluxos	Watts (2003)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Assim, ao analisar a estrutura de redes, depara-se com elementos que constituem a estrutura em si, em termos de formatos e componentes, bem como elementos que representam as características das relações e interações estabelecidas nas estruturas e as propriedades das redes formadas, sendo esses elementos indissociáveis, haja vista que elementos estruturais e elementos relacionais são fatores fundamentais para a existência e continuidade do tipo de redes sociais analisadas neste trabalho.

Após discussão e apresentação dos principais elementos das redes, importa identificar os principais tipos de redes e esclarecer em qual deles este estudo se baseia.

2.4 Tipologia de Rede

A ocorrência de redes sociais pode se dar nos campos público e privado. Por exemplo: redes de negócios privados e redes de negócios públicos. O primeiro tipo corresponde a negócios privados, como *clusters*, alianças estratégicas e *joint-ventures*. O segundo tipo corresponde às

redes que objetivam realizar atividades com finalidade pública, formadas por organizações públicas ou por relações com organizações privadas e/ou do terceiro setor. Esse tipo de rede envolve diferentes interesses e agentes que participam da gestão (PAULA, 2006).

Tomando por base uma visão utilitarista, as redes interorganizacionais são criadas quando uma organização intenta penetrar em diferentes mercados, desenvolver tecnologias por meio de pesquisa e desenvolvimento integradas, introduzir novos produtos, reduzir custos e aumentar as condições para competir nos mercados que atuam, entre outros objetivos (AMATO NETO, 2001). A formação de redes interorganizacionais, como as criadas por meio de *clusters*, tem sido cada vez mais frequente nos diversos países. De acordo com Gordon e McCann (2005), elas permitem tornar os processos menos custosos e mais eficientes em termos de novidades de produtos e processos produtivos, criando um ambiente favorável aos negócios.

Para Tavares (2010), as redes interorganizacionais surgem como forma de permitir mais condições estruturais para que as organizações sejam mantidas e tenham melhores condições concorrenciais, já que o mercado se apresenta cada vez mais permeado pela competitividade. Esse tipo de rede apresenta benefícios competitivos para as organizações, por meio, principalmente, da incorporação do fator cooperação nas diversas atividades. Contudo outros aspectos relacionais, como confiança e oportunismo, influem na forma com que os laços cooperativos são estabelecidos e podem influenciar também na competição e capacidade produtiva de cada organização na rede.

Além disso, a cooperação pode ser a base para que ocorra maior contato e transferência de informações entre as organizações, permitindo que as estruturas sejam mais flexíveis para acompanhar a dinâmica de instituições, culturas, tecnologias e mercados. Dessa forma, as redes interorganizacionais podem apresentar grande importância em termos de oferecimento de condições adequadas para que se desenvolvam os processos de criação do conhecimento e seu refino e compartilhamento entre as pessoas de diferentes organizações (BALESTRIN; FAYARD, 2003).

Quando se trata de tipologia de redes de empresas, talvez a mais clássica seja a proposta por Grandori e Soda (1995), com os seguintes critérios: tipo de mecanismo de coordenação utilizado, grau de centralização e grau de formalização da rede. São três os tipos básicos de rede: a) Redes sociais (*social networks*): caracterizam-se pela informalidade nas relações entre organizações, ou seja, não requerem nenhum tipo de acordo ou contrato formal. Podem apresentar-se de duas formas: redes sociais simétricas, nas quais não existe poder centralizado e todos os participantes compartilham a mesma capacidade de influência; redes sociais

assimétricas, nas quais há presença de um agente central que se responsabiliza pela coordenação das demais organizações; b) Redes burocráticas: existem em virtude da celebração de contratos formais, úteis para regular a rede e as condições de relacionamento entre seus membros. Podem apresentar duas formas: redes burocráticas simétricas e redes burocráticas assimétricas. c) Redes proprietárias: são caracterizadas pela formalização de acordos com relação a direitos de propriedade. Podem apresentar duas formas: redes proprietárias simétricas e redes proprietárias assimétricas. Contudo, em decorrência do foco deste trabalho, a análise que se pretende fazer está direcionada para as redes sociais, em especial as voltadas para movimentos sociais e participação política, denominadas de “redes sociopolíticas”. São formas de organização que buscam intervir em assuntos relacionados às políticas públicas, sendo que alguma têm desenvolvido capacidades de articulação em redes sociais virtuais, tendo em vista compartilhar mais conhecimentos e experiências, bem como aumentar a mobilização, influência e interlocução em relação às amplitudes de poder (AGUIAR, 2007b).

É possível, pois, compreender o quadro conceitual e prático dos estudos de redes, enfocando especialmente as tipologias de redes sociais, que são a base deste trabalho, pois constituem o meio no qual os movimentos sociais são analisados. Torna-se necessário, a seguir, elencar os principais acontecimentos históricos a respeito da criação da internet e de outras tecnologias que propiciaram o desenvolvimento da comunicação e, em especial, da cibercultura, que dá base para a construção da ciberdemocracia. Normalmente ressaltadas nos estudos como um tipo específico, as redes sociais virtuais são o foco das discussões feitas a seguir.

2.5 Transformações Tecnológicas e Ciberespaço

O mundo atual é muito dinâmico e mutável: “não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta as práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores” (GIDDENS, 2002, p.22) [*grifos do autor*].

O desenvolvimento dos sistemas eletrônicos é um dos principais responsáveis por grandes transformações que a sociedade e a economia têm passado. A sociedade transforma-se em termos de formas de comunicação, redução das distâncias, modos de se relacionar e mudança

cultural, a “cultura internet”. Na economia, há um impacto das tecnologias nos processos e na interação entre organizações, mostrando grande impacto sobre o capitalismo, transformado em virtude da era da informação (CASTELLS, 1999).

Negroponte (1995) faz uma comparação entre a era industrial e a era da informação, destacando que nesta, em relação às economias de escala, há preocupação semelhante à da primeira, porém menos preocupação com o espaço e o tempo. E o autor afirma: “a vida digital exigirá cada vez menos que você esteja num determinado lugar em determinada ora, e a transmissão do próprio lugar vai começar a se tornar realidade” (NEGROPONTE, 1995, p.159).

Baudrillard chama a atenção para as mudanças que o desenvolvimento da tecnologia traz para o cotidiano das pessoas:

vídeo, tela interativa, multimídia, internet, realidade virtual: a interatividade nos ameaça de toda parte. Por tudo, mistura-se o que era separado; por tudo, a distância é abolida: entre os sexos, entre os pólos opostos, entre o palco e a platéia, entre os protagonistas da ação, entre o sujeito e o objeto, entre o real e o seu duplo (BAUDRILLARD, 1997, p.145).

Além disso, o autor destaca as consequências da virtualidade para a identidade dos indivíduos, visto que “implica a possibilidade da dissimulação, do desaparecimento no espaço impalpável do virtual, e de assim não ser mais localizável, inclusive por si mesmo” (BAUDRILLARD, 1997, p.149).

Por outro lado, de modo mais receptivo e positivo em relação ao desenvolvimento tecnológico, Rheingold (1996) discute a importância da Comunicação Mediada por Computador (CMC) na democratização da informação e no aumento da liberdade de expressão. E Castells (1999) mostra que a busca de identificação e sociabilidade determinou o surgimento de uma nova cultura, pela expansão dos ciberespaços, que eclodiram com o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e da CMC e que dão base para as formas de relações, trabalho e comunicação das pessoas.

2.5.1 Ciberespaço e Estabelecimento da Cibercultura

A realidade pode ser compreendida como “virtualidade real”, ou seja, é percebida de modo virtual por meio de símbolos que lhe dão sentido. Além disso, não há definição rígida da relação entre tempo e espaço, visto que informações e elementos de diferentes tempos existem

em diversos locais de forma simultânea. É nesse sentido que a internet impactou o mundo, constituindo novo espaço de interação social e econômica, o ciberespaço (CASTELLS, 1999). Hall (2005, p.70) concede especial atenção à constituição do ciberespaço, mostrando que “diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”, que influem nas formas como as identidades são localizadas e representadas.

O ciberespaço é, principalmente, um ambiente virtual criado por meio de uma rede de computadores, interligados ou não:

um espaço sem dimensões, um universo de informações navegável de forma instantânea e reversível. Ele é, dessa forma, um espaço mágico, caracterizado pela ubiqüidade, pelo tempo real e pelo espaço não-físico. Estes elementos são característicos da magia como manipulação do mundo (LEMOS, 2004, p.128).

Na visão de Lévy (2000, p.92), ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. De qualquer forma, “a interatividade, seja ela analógica ou digital, é baseada numa ordem mental, simbólica e imaginária, que estrutura a própria relação do homem com o mundo”. Assim, pode-se compreender como a interatividade virtual possibilita a aproximação das pessoas e a criação de grupos ou comunidades virtuais, ao relacionar e perseguir objetivos comuns à coletividade (LEMOS, 2004).

Com esse entendimento, Corrêa (2004) compara comunidades reais e comunidades virtuais: estas possibilitam criar laços e identificações que o indivíduo seleciona, diferentemente das primeiras, nas quais o indivíduo se vê na obrigação de aceitar elementos do contexto cultural, como símbolos nacionais e tradições.

Portanto “o ciberespaço potencializa o surgimento de comunidades virtuais e de agregações eletrônicas em geral que estão delineadas em torno de interesses comuns, de traços de identificação”, porque nesse tipo de ambiente as noções de espaço e tempo como barreiras para as relações são ignoradas, pois podem aproximar pessoas que nunca se encontraram pessoalmente (CORRÊA, 2004, p.5). Assim, há que se entender que o ciberespaço se apresenta como meio para conexões e interações entre os indivíduos e não como fator de mudanças, já que, ao possibilitar a comunicação entre indivíduos de diferentes partes do planeta, possibilita o intercâmbio de crenças, valores, ideias, comportamentos e conhecimento.

O conceito de cultura cunhado por Castells (1999), “cultura internet”, apoia-se na realidade social construída no espaço das redes. Esses espaços são definidos como espaço de fluxos, nos quais as práticas da sociedade se disseminam e são organizadas materialmente. Contudo a

cibercultura afeta os laços sociais e origina “privatização da sociabilidade”, já que o indivíduo passa a eleger as relações que farão parte de sua rede social pessoal no ciberespaço (CASTELLS, 1999).

A cibercultura se apoia em três tendências: a interconexão, a criação de comunidades e a inteligência coletiva. A interconexão, que se entende como o estabelecimento de relações entre computadores, meios de comunicação, pessoas, grupos e instituições, pode gerar “curtos-circuitos entre os níveis hierárquicos e as culturas”. A criação de comunidades virtuais antecede a própria internet, sendo uma forma de os indivíduos explorarem outras possibilidades de comunicação e relações. A inteligência coletiva “representa o apetite para o aumento das capacidades cognitivas das pessoas e dos grupos, quer seja a memória, a percepção, as possibilidades de raciocínio, a aprendizagem ou a criação” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.14).

O conceito de “inteligência coletiva” pode ser considerado um pleonasma, pois a inteligência já é por si só coletiva. Contudo o termo é utilizado para designar a potência de autocriação dos grupos sociais (LEMOS; LÉVY, 2010). Além disso, de acordo com Lévy (2000, p.30), os “processos de inteligência coletiva desenvolvem-se de forma eficaz graças ao ciberespaço”, que possibilita “acelerar cada vez mais o ritmo da alteração tecno-social, o que torna ainda mais necessária a participação ativa na cibercultura”. De forma semelhante, Rheingold (1996) discute essas possibilidades por meio do ciberespaço, mas denomina o processo de “mentes coletivas”.

Exerce papel primordial na manutenção e no crescimento de uma rede de usuários a comunicação entre seus membros, sendo que a possibilidade de crescimento ilimitado se sustenta nas condições de interação e trocas de informações. Além disso, compreende-se que a dinâmica surgida nesse tipo de interação é que permite utilizar-se das redes como fonte para efetuar transformações sociais (CASTELLS, 1999). Portanto a importância dos processos relacionados à inteligência coletiva no ambiente virtual está relacionada com favorecer o desenvolvimento da democracia ou “ciberdemocracia” (LEMOS; LÉVY, 2010). Outros autores chamam a atenção para as possibilidades de ação social, a exemplo de Rheingold (1996), que discute o ativismo nas CMCs.

O desenvolvimento das novas TICs altera sobremaneira os processos de comunicação, produção e distribuição de bens e serviços e configura novos contextos sociais, culturais e políticos (LÉVY, 2000; LEMOS; LÉVY, 2010). Rheingold (1996, p.19) chama a atenção para a relevância assumida pela internet no contexto atual da sociedade, assumindo que o

futuro dela “está ligado ao futuro da comunidade, da democracia, da educação, da ciência e da vida intelectual”. Assim, a ciberdemocracia tende a crescer diante do aumento das possibilidades comunicacionais e da liberdade individual e coletiva, porque produção, distribuição e consumo de informações não se enquadram na denominação “mídias de massa” e têm a possibilidade de não serem controladas pelo Estado (LÉVY, 2002; LEMOS; LÉVY, 2010).

Apesar de, na atualidade, se referenciar os levantes da Primavera Árabe como movimentos sociais que ganharam força e evidência graças às redes sociais, a primeira grande experiência de ativismo pela internet ocorreu em 2004, no México. O caso em questão foi um movimento iniciado por mestiços e índios de diversas etnias herdeiras da cultura maia que ocuparam cidades do Estado de Chiapas, na região sul. Os guerrilheiros formaram o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), surpreendendo o governo, a sociedade e o mundo com a repercussão de suas ações. A partir da “Declaração da Selva Lacandona”, publicada no jornal mexicano *La Jornada* e posteriormente traduzida para vários idiomas, as informações foram disponibilizadas em endereços de conferências eletrônicas, podendo ser lidas por diferentes pessoas em vários países. O fato apresentou “eficiente rede de comunicação e solidariedade, utilizando os recursos do correio eletrônico e das redes de comunicação via Internet”, com alcance das informações e da luta “em todo o mundo por ativistas de direitos humanos, simpatizantes da causa zapatista e movimentos sociais alternativos”. Como resultado, após a circulação das reivindicações dos insurgentes zapatistas e das populações indígenas da região, foi despertada “a atenção não só da sociedade mexicana, mas de grande parte da população mundial para as demandas seculares daqueles povos até então esquecidos” (HORTIZ, 2005, p.175).

O uso da internet para ações de mobilização, engajamento e atuação social contrasta com o valor comercial da *web*, que tradicionalmente direciona setores, como a economia e a política. Essa alteração na forma do uso da internet resulta da “emergência das dinâmicas ativistas, já no final dos 90, que fizeram resgatar o sentido originário *peer-to-peer* da *Internet*, dando a ela um novo uso” e possibilitando a construção de sistemas mais democráticos (MALINI; ANTOUN, 2013, p.152).

O progresso relacionado à ciberdemocracia não é determinado, mas orientado para o desenvolvimento da liberdade, de forma exploratória. Por esse motivo, muitas vezes é confundido com desorganização: “é precisamente porque ele é um progresso da liberdade que ele se aproxima continuamente do caos e da catástrofe. Longe de estar garantido, o progresso

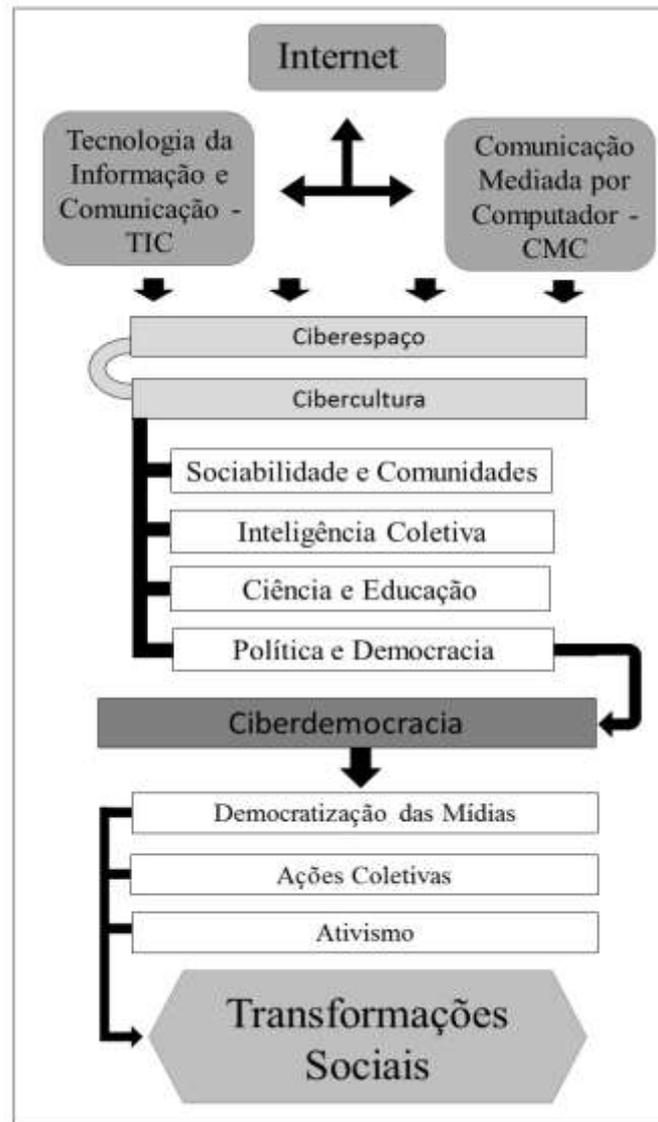
da liberdade se alimenta do risco, o que o torna paradoxal e difícil” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.40).

A tese da democratização possibilitada pela CMC é apresentada por Rheingold (1996, p.28) como resultado da “capacidade para desafiar o monopólio dos poderosos meios de comunicação detidos pela hierarquia política e talvez assim revitalizar a democracia dos cidadãos”. Para o autor, a formação de uma elite detentora dos canais de telecomunicações constitui “uma ameaça emergente para os cidadãos”, motivo pelo qual a CMC possibilita a democratização da informação e as possibilidades de fazer democracia por meio do ciberespaço.

A ciberdemocracia permite que a democracia seja exercida através do ciberespaço em nível mundial, mas não significa a extinção das formas tradicionais de fazer democracia. A ciberdemocracia apenas favorece o processo por meio de ferramentas tecnológicas que comportam ações e mobilizações em escala global. Portanto essa forma de democracia está intimamente ligada ao ciberespaço, “pois ambos implicam aquilo que a humanidade tem de mais essencial: a aspiração à liberdade e à potência criativa da inteligência criativa” (LÉVY, 2002, p.32).

A Figura 2 permite mais compreensão dos elementos tratados nesta seção, em especial o ciberespaço, a cibercultura e a ciberdemocracia.

Figura 2 – Ciberespaço e surgimento da cibercultura e da ciberdemocracia



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

Pela Figura 2, pode-se compreender que a relação entre internet, TIC e CMC propiciou o surgimento do ciberespaço, que, por sua vez, possibilitou o surgimento da ciberdemocracia e a transformação de muitos contextos sociais, nos quais se ressalta o campo da política e da democracia. Graças a isso, pode-se falar em estabelecimento da ciberdemocracia, que permite a realização de ações com vistas ao alcance de transformações sociais.

Entendida a influência exercida pelas informações em um ambiente virtual e democrático, busca-se esclarecer, na próxima seção, as possibilidades de interação no ciberespaço por meio dos *softwares* que permitem a construção de redes sociais virtuais.

2.5.2 Web 2.0 e os Softwares Sociais

Ao buscar esclarecer a história do desenvolvimento das tecnologias da informação e a velocidade com que esta se processa, Castells (1999) cita características do primeiro computador eletrônico: 70 mil resistores; 18 mil válvulas; peso de 30 toneladas e 2,75 metros de altura. Tamanha estrutura física necessitava de grande área física e de eletricidade abundante para funcionar.

O desenvolvimento da cibercultura teve início com o surgimento da microinformática³ na segunda metade da década de 1970. Contudo o desenvolvimento da microinformática reporta à década de 1940, com a criação do “*memex*”, metamáquina inventada por Vannevar Bush ao coordenar pesquisas nas Forças Armadas dos EUA. A seguir, vários pioneiros se destacaram, como Engelbart e Licklider, que desenvolveram a interface e o ambiente de resposta. Na década de 1960, Ivan Sutherland criou o Sketchpad, que permitia ao usuário atuar diretamente sobre a tela do monitor com uma *light pen*. Entre importantes invenções que permitiram a criação de comunidades eletrônicas, destaca-se, em 1968, o surgimento da ARPANET, do trabalho de Licklider e de outros pesquisadores, que viria a ser a origem da atual internet (LEMOS, 2004).

No início da década de 1970, Alan Kay criou o Research Learning Groupe, no laboratório PARC da Xerox, cujo objetivo era integrar usuários, levando os demais pesquisadores a se encorajarem para criar o ALTO, um computador pessoal e experimental que funcionava em redes locais (LAN, Ethernet). A invenção possibilitou a continuidade do desenvolvimento de máquinas que viriam a constituir os primeiros microcomputadores (LEMOS, 2004).

Comparando o desenvolvimento da rede mundial de computadores em vários países, conclui-se que o contexto atual está ainda fragmentado, mas assumiu importante evolução, considerada a “pré-história” da cibercultura da segunda metade do século passado. Rheingold (1996) considera que a internet atual também se baseou no desenvolvimento dos BBS (Bulletin Board Systems), um sistema de quadros de mensagens eletrônicas criado de forma amadora por pessoas que interligavam os computadores pessoais por meio de linhas

³ Segundo Lemos (2004, p.101) o lema da microinformática é definido como computadores para o povo ou “*computer to the people*”)

telefônicas que levaram a tecnologia às massas por meio da “parte caseira” da rede (LEMOS; LÉVY, 2010).

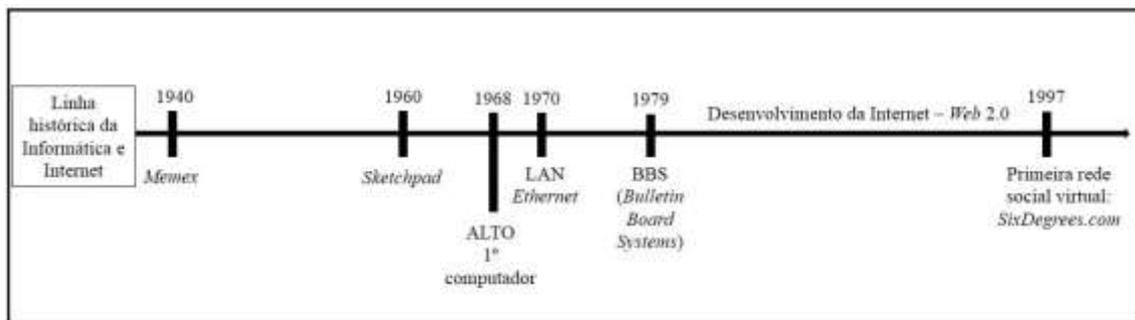
Considerável avanço na computação ocorreu com o surgimento da *Web 2.0*, responsável pela criação e pelo estabelecimento de novo paradigma na internet ao permitir que os usuários participassem das discussões e trocas de conteúdo, de forma colaborativa e recíproca (SANTOS JÚNIOR; MANTOVANI, 2010). Lai e Turban (2008) discutem o conceito de *Web 2.0*, cuja importância defendem para o desenvolvimento dos serviços disponibilizados pelas redes sociais virtuais e que apresentam junto com um modelo relacional que envolve três aspectos da vida social e de trabalho na internet: tecnologia, pessoas e comunidade. Portanto o usuário interage nas redes virtuais tanto para manter relações quanto para se beneficiar de interesses comuns com outros usuários nas comunidades virtuais.

Assim, a atualidade é marcada pela “computação social” ou *Web 2.0*, que dá condições ao usuário de criar e disponibilizar conteúdo na rede mundial de computadores, como “agente ativo” no ciberespaço e que guarda estreita relação com o surgimento e fortalecimento da ciberdemocracia planetária, que se encontra em “gestação”. Lemos e Lévy explicam:

a computação social da *Web 2.0* aporta uma modificação essencial no uso da *web*. Enquanto em sua primeira fase a *web* é predominantemente para leitura de informações, esta segunda fase cria possibilidades de escrita coletiva, de aprendizagem e de colaboração na e em rede (LEMOS; LÉVY, 2010, p.52).

A Figura 3 possibilita mais percepção do contexto histórico de criação e evolução dos computadores e da internet, apresentando uma linha histórica.

Figura 3 – Linha histórica dos computadores e da Internet



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

A partir do desenvolvimento da *Web 2.0*, foi desenvolvida uma série de *sites* e *softwares*, entre os quais os “*softwares* sociais”. Destaca-se que o termo foi (re)afirmado por Clay Shirky, em 2002, para abranger uma vasta possibilidade de utilizações, como “*all uses of software that supported interacting groups, even if the interaction was offline*”, por meio da

Web 2.0. Por vezes são usados outros termos, mantidas as semelhanças conceituais, como *groupware*, *computer-mediated communication* (CMC), *social computing* e *sociable media* (BOYD, 2007a, p.15).

Boyd e Ellison definem *sites* de redes sociais (*social network sites* - SNS):

web-based services that allow individuals to (1)construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system (BOYD; ELLISON, 2008, p.211).

Dessa forma, os *softwares* sociais que permitem a criação de redes sociais virtuais se mostram como alguns dos principais componentes do padrão da *web* que, diferentes de uma página estática, permitem envolvimento dos usuários, interatividade e trocas de conhecimentos (PATRICK; DOSTSIKA, 2007).

A visibilidade do perfil do usuário varia de acordo com *software* social utilizado e com a descrição feita. Normalmente, os *sites* oferecem diversas opções para que o usuário configure seu perfil e escolha o que se torna público ou privado para os grupos de “amigos” que deseja selecionar, de informações gerais a fotografias, postagens, etc (BOYD; ELLISON, 2008).

Além desses recursos, Cogo e Brignol (2011) ressaltam a importância do “hipertexto” (formado por texto, som e imagem) na construção de mensagens e conteúdos com fluxos heterogêneos, possibilitando a hibridização de diferentes formas discursivas na CMC. Apontam-se, pois, novas possibilidades para a reestruturação dos processos comunicacionais segundo a lógica de redes.

As redes sociais na internet se originaram das denominadas “comunidades de interesse temático”, a partir dos BBSes e *newsgroups* da Usenet (criada em 1979, na Duke University nos EUA), que permitiram compartilhamento e organização temática de mensagens por várias instituições no mundo. Os BBSes são sistemas de comunicação muito utilizados da década de 1970 à de 1990, com troca de mensagens por conexões discadas. Os *newsgroups* são grupos de discussão que antecederam os grupos de interação por *e-mails* e redes fechadas atuais. Ambos os tipos de grupo permitiam a interação entre desconhecidos que passavam a se relacionar em virtude de interesses comuns. Já as redes sociais da atualidade, em grande parte, favorecem contatos virtuais de indivíduos que já se conhecem nos espaços reais e que tornam, preferencial ou exclusivamente, a plataforma virtual um espaço de interação e trocas (AGUIAR, 2007a).

Em meados de 2002 surgiram as redes sociais virtuais que fazem parte do que se denomina de nova geração das redes de relacionamento. A primeira rede baseada em ‘círculo de amigos’ que se popularizou foi o Friendster⁴ desenvolvido pelo cientista britânico Jonathan Bishop, em que os usuários criam perfis públicos e passam a associar-se a outros perfis, como de amigos e de amigos de amigos. Chegou alcançar grande quantidade de usuários em pouco menos de um ano, cerca de 3,3 milhões. A seguir, outras redes sociais virtuais foram surgindo, como MySpace⁵, Facebook e Orkut, os mais popularizados. Após essa propagação de *sites* de relacionamentos sociais, uma série de outros tem surgido, buscando mercados relacionados a grupos específicos, como adolescentes e, músicos. (AGUIAR, 2007a).

Atualmente se verifica expansão do número e da variedade dos tipos de *softwares* sociais, que oferecem recursos diversos, mas de focos semelhantes, normalmente voltados para a agregação de pessoas do círculo de relacionamentos, na construção de elos. Contudo há que se esclarecer que o *software* social não é propriamente uma rede social virtual, pois contém várias delas, sendo o espaço no qual se estabelecem. Machado e Tijiboy (2005) enumeram alguns dos *softwares* que dão ou deram nome às redes sociais virtuais que formam, entre os quais Orkut, Wallop⁶, Tribe⁷, Hi5⁸, Friendster e Dogster⁹. Vale destacar que, como ocorre entre os usuários dos *softwares* sociais, se utiliza a denominação “redes sociais virtuais” para facilitar a discussão e o entendimento.

Em breve histórico do desenvolvimento e da popularização dos *softwares* sociais, podem-se enumerar alguns dos principais em linha histórica, de acordo com Boyd e Ellison (2008). O precursor é o SixDegrees.com¹⁰, lançado no ano de 1997. A seguir, até meados de 2001, uma série de *sites* surgiu, com diferentes possibilidades: 1999 – LiveJournal, AsianAvenue, BlackPlanet; 2000 – MiGente; 2001- Cyworld e Ryze; 2002 – Fotolog e Friendster; 2003 – LinkedIn, MySpace, Tribe.net, Last.FM e Hi5; 2004 – Orkut, Flickr e Piczo; 2005 – Yahoo! 360 e YouTube e 2006 – Windows Live Spaces, Twitter e Facebook. Apesar de o Facebook ter se popularizado a partir de 2006, ele já podia ser encontrado em 2004, mas apenas para um

⁴ www.friendster.com

⁵ www.myspace.com

⁶ O Wallop é uma rede social criada pela Microsoft Corporation e depois descontinuada para dar lugar a outra rede lançada pela mesma empresa e denominada de Windows Live Spaces, que foi descontinuada em 16 de março de 2011, quando seus serviços migraram para o World Press – www.worldpress.com

⁷ www.tribe.net

⁸ www.hi5.com

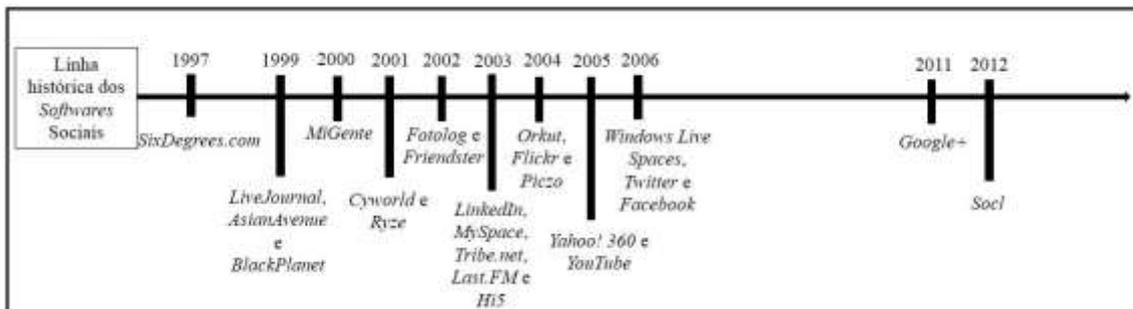
⁹ www.dogster.com

¹⁰ www.sixdegrees.com

grupo restrito em Harvard (EUA), além de uma versão para redes corporativas lançada no início de 2006. Atualmente, uma rede que tem crescido em popularidade e membros é a Google+¹¹, lançada pela Google em meados de junho de 2011 para fazer frente ao crescimento do Facebook e, em especial, à queda no número de usuários do Orkut, sua outra rede social. Uma rede social entrou no cenário no final de 2012, a Soci¹², desenvolvida pela Microsoft.

A Figura 4, de acordo com os históricos apresentados, dos principais *softwares* sociais, mostra a evolução destes com uma linha histórica.

Figura 4 – Linha histórica dos *Softwares* Sociais



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

Diante de tantas possibilidades oferecidas pelos *softwares* sociais, é importante que os usuários apresentem condições mínimas para a participação, como “motivação, tempo disponível e envolvimento das pessoas em torno dessas discussões, permanência, domínio técnico mínimo para utilização dos recursos e estabelecimento de comunicação”. Por outro lado, os espaços das redes se mostram desterritorializados e sem vínculos, além de tornar os fluxos de mensagens sem sentido, em virtude da ausência de interação (MACHADO; TIJIBOY, 2005, p.3).

Compreende-se, pois, que a importância da computação social está atrelada às novas formas de participação das pessoas em um ambiente ainda a ser explorado. Na mesma direção, em termos de democracia e ações políticas, é possível acompanhar a inserção da sociedade na esfera pública com a internet, por meio, por exemplo, da “pressão que ela exerce sobre as administrações estatais e sobre os governos para mais transparência, abertura e diálogo” (LEMONS; LÉVY, 2010, p.52). Entretanto, mesmo em ambientes das redes sociais virtuais, há

¹¹ www.google.com/+

¹² <http://www.so.cl>

limitações à liberdade. Para Malini e Antoun (2013, p.162), “a liberdade na rede, para aqueles que querem transformá-la em *commoditie 2.0*, é uma liberdade negativa, porque, antes, é uma liberdade regulada por leis de direitos autorais e propriedade intelectual”, não sendo caracterizada como liberdade infindável.

Além da importância das redes sociais virtuais já destacada, uma série de ferramentas têm sido desenvolvidas e empregadas no compartilhamento de informações, como as *hashtags*, representadas pelo símbolo #, que se popularizaram no ambiente digital, especialmente no Twitter, por servir como um elemento que modifica o código-fonte de palavras e expressões. Assim, passaram a ser utilizadas de forma estratégica nas narrativas, como forma de demarcá-las pela junção do símbolo # e signos-chave denominados de *tags*, que são “palavras-chave de relevância temática”. Assim, com o passar do tempo e a intensa utilização em redes sociais virtuais, as *hashtags* fortaleceram a ideia de agregação de metadados, tornando-se “uma ‘hype’ ou moda da linguagem das redes” (CAMARGO; GADINI, 2014, p.3).

De acordo com Camargo e Gadini (2014, p.4), a *hashtag* pode ser considerada “como ‘signo mutante’, que materializa relações do cotidiano (virtual ou não)”, podendo indicar a formação de “um imaginário coletivo de ideias, concepções temáticas de um momento específico que sociedades vivem ou viveram”. Portanto é possível compreender como as *hashtags* se tornaram parte da própria história dos acontecimentos e contextos sociopolíticos vivenciados, além da importância para a propagação de temáticas de movimentos sociais, por exemplo, haja vista sua capacidade de decodificar tendências no ambiente virtual.

Como consequência das mudanças tecnológicas discutidas, as repercussões dos *sites* de redes sociais são um fenômeno global, em especial na expansão de comunidades, como Boyd e Ellison (2008) defendiam na década passada. Vários estudos confirmam os impactos das redes sociais na sociedade, como o de Boyd (2007b), no qual discute as questões relacionadas à identidade e participação na rede Friendster, defendendo que as relações sociais na rede virtual não equivalem às relações fora dela. Harrison e Tomas (2009) destacam a influência de uma rede social virtual, a Livemocha, na aprendizagem de idiomas. Szell e Thurner (2010) apresentam uma rede virtual estabelecida por meio de jogadores de *games*, procurando mensurar a dinâmica das relações e aspectos estruturais da rede, como a densidade. Gosling *et al.* (2011) apresentam estudos comparativos do comportamento relatado e dos dados descritos em perfis de usuários no Facebook. Takhteyev, Gruzd e Wellman (2012) comparam a formação de laços sociais no Twitter com proximidade geográfica, linguagem, fronteiras nacionais e outros elementos.

Há também estudos realizados e publicados no Brasil, para os quais foram realizadas análises em redes sociais virtuais, a exemplo do trabalho de Recuero (2004b), que analisa aspectos de redes no Orkut, em *weblogs* e *fotologs*. Em outro estudo, Recuero (2006) destaca relações do capital social com a dinâmica social observada no Orkut. Santos Júnior e Mantovani (2010) analisam aspectos da comunicação estabelecida em comunidades do Orkut. No Brasil, observa-se preponderância de estudos com foco nessa rede social, visto que, até meados de 2010, possivelmente era o *software* social mais utilizado, mas perdeu espaço para outros, como Twitter e Facebook.

Recentemente, no Brasil, aponta-se mais preocupação de pesquisadores que buscam compreender as relações entre questões sociopolíticas e redes sociais virtuais, gerando uma série de trabalhos sobre o tema, como pode ser visto em Oliveira e Raminelli (2014), que discutem interações e ações de democratização realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça na página no Facebook. Em outro trabalho, Almada e Silva *et al* (2014) apresentam e discutem iniciativas civis de democracia digital com vistas à realização de ações políticas pelo Facebook. Nogueira e Castro (2014) investigam tipos e objetos da comunicação do Portal Brasil, no Facebook, buscando compreender as atividades comunicativas desenvolvidas pelo governo federal na rede social. Penteadó (2014) apresenta e discute iniciativas de mobilização popular, no Brasil, na realização de protestos contra a Copa do Mundo, através de ações virtuais realizadas no Facebook e no Twitter. Barreira (2014) discute a respeito de manifestações sociais, enfocando as Jornadas de Junho e repertórios culturais e políticos, especialmente diante do engajamento no Twitter e no Facebook.

Vista a importância das redes sociais virtuais na contemporaneidade, apresenta-se, na próxima seção, uma discussão que dá enfoque especial ao uso no campo sociopolítico.

2.6 Redes Sociais Virtuais

Redes sociais são as relações entre pessoas, mediadas ou não por sistemas informatizados. Essas relações podem ser efetivadas por interações que visam a mudanças na vida das pessoas, para o coletivo ou para organizações, visto que podem ser estabelecidas em razão de interesses particulares, em defesa de outros ou em nome de organizações. Além dessas

motivações, as redes podem ser estabelecidas em função de movimentos sociais com finalidades sociopolíticas (AGUIAR, 2007a).

Uma das variações ou especificidade de redes são as denominadas “redes sociais na internet”, que se referem aos formatos de sociabilidade e de relações sociais virtuais, que se diferenciam das relações reais em termos de objetivos e dinâmica. A exemplo das ações sociopolíticas, muitas relações estabelecidas no “mundo real” passam a utilizar a internet como um ambiente adicional de interação, figurando como um espaço público complementar (AGUIAR, 2007a) e permitindo desenvolver o conceito que neste trabalho é apresentado como redes “sociopolíticas virtuais”.

Há uma necessidade dos indivíduos de se integrarem a grupos sociais específicos com que tenham interesses comuns, o que expõe a intenção de se reconhecerem quando buscam conectar-se a redes com as quais se identificam. Além disso, esse tipo de espaço de interação social, em especial o virtual, possibilita a comunicação entre usuários e favorece a desnacionalização, a desestatização e a democratização da informação, pela conectividade mundial estabelecida pela internet (CASTELLS, 1999).

Pode-se compreender a existência das redes sociais por análises sob o prisma das relações sociais e das trocas efetuadas entre os membros dos agrupamentos sociais e não da territorialidade. Para Wellman e Berkowitz (1988), as redes sociais virtuais são mais que simples definição e denominação de elementos que permitem criar uma metáfora para compreender um agrupamento: elas têm por base relações que sustentam uma estrutura em rede. Assim, os nós não representam apenas indivíduos, mas agrupamentos; os laços entre os membros não representam apenas um elemento da estrutura da rede, mas as relações entre os membros pelas quais as trocas fluem.

Diante das possibilidades configuradas pelo novo conceito de tempo-espaço, as pessoas têm passado a se estabelecer em redes no ciberespaço, que, considerando-se o avanço no desenvolvimento da CMC, é conceituado como “espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia de CMC” (RHEINGOLD, 1996, p.18). O fato é reforçado em Rheingold (1996), visto que as redes sociais virtuais se tornaram possíveis a partir das dificuldades de encontros reais entre as pessoas, possibilitando criar “laços emotivos” por meio da internet e de discussões virtuais duradouras.

O fluxo de informações interfere no formato do ciberespaço, pois a cada nova postagem, comentário ou disseminação de *links*, a internet e as redes são alteradas, dando origem a novas relações e modificando os nós da rede. São ações como essas ocorridas entre os indivíduos que permitem que as redes sociais virtuais sejam dinâmicas e alterem suas configurações (RECUERO, 2004a).

Para Lévy (2000, p.127), uma rede virtual “é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”. Elas “constituem o fundamento social do ciberespaço e a chave da ciberdemocracia” (LÉVY, 2002, p.67), conforme vai ser discutido. Segundo Rheingold (1996, p.18), as redes sociais virtuais são “agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam adiante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço”.

Apoiando-se na teoria neoinstitucional, Marques (2006) chama a atenção para o fato de que as ações políticas e suas estruturas de formulação e implementação não se fundamentam em ações individualizadas, mas coletivas, que são influenciadas pelos contextos nos quais ocorrem, pelas regras e normas, bem como pelo tipo de interação entre os atores envolvidos. Além disso, o autor defende a ideia de que as relações e posições ocupadas na rede pelos indivíduos influenciam a política, já que exercem grande influência na formação de alianças e conflitos.

Rheingold (1996) apresenta como exemplo uma rede social virtual, a Comunidade WELL (Whole Earth Eletronic Link), desenvolvida em São Francisco, nos EUA, em 1985, caracterizada como um sistema de teleconferência precursor e formada por vários tipos de conferências em formato de texto. As teleconferências possibilitaram o intercâmbio social relacionado a certos temas, como lazer, educação, ciência, política, artes, e o envolvimento emocional e a cooperação entre os membros. O autor a considera um tipo de comunidade virtual com capacidade de reproduzir o “mundo real” das pessoas.

As redes sociais virtuais são efetivadas por ciberespaços criados por TICs e diversos recursos disponíveis, entre os quais se destacam listas de discussão, sistemas de boletins eletrônicos (BBSs), *e-mails* e seus grupos, *chats* e, em especial, *softwares* sociais. Entre os principais setores envolvidos nesse tipo de rede estão economia e negócios de diferentes naturezas, educação e sistemas de ensino, bem como movimentos sociais e culturais, como a luta por

questões ambientais, de grupos de minoria e direitos humanos (MACHADO; TIJIBOY, 2005).

O desenvolvimento das redes sociais *on-line* é uma forma de “fazer sociedade”, comunidades virtuais e uma chave para a ciberdemocracia. Pode-se conceituar comunidade virtual com o entendimento de que “é simplesmente um grupo de pessoas que estão em relação por intermédio do ciberespaço”, o que esbarra em várias definições clássicas de sociólogos a respeito do que é comunidade (LEMOS; LÉVY, 2010, p.101).

Os espaços de convivência digital ampliam as possibilidades de interação, de comunicação e de acesso a informações, possibilitando a criação de redes complexas, nas quais a estrutura não segue um padrão regular e, por isso, as informações se propagam além do raio de ação direta. Diante disso, uma das principais características desse tipo de rede é a falta de controle e de previsão quanto ao direcionamento das informações, que provocam constantes mudanças em termos de tempo e espaço (SCHLEMMER *et al.*, 2006).

As redes sociais virtuais apresentam diversas possibilidades aos indivíduos, entre as quais se destacam condições de criar um perfil público ou parcialmente público, acessar outros perfis de usuários, criar uma lista de amigos, participar ativamente ou apenas como expectadores de discussões, desenvolver conhecimentos e habilidades, bem como manter contatos com pessoas já conhecidas fora do ciberespaço (HARRISON; THOMAS, 2009; SANTOS JÚNIOR; MANTOVANI, 2010). Portanto podem ser compreendidas como comunidades individuais, por relações personalizadas, nas quais os indivíduos elegem seus laços sociais por análises e categorizações em função das personalidades demonstradas nos perfis virtuais (RECUERO, 2004a).

Com as relações estabelecidas, os indivíduos têm a possibilidade de escolher aqueles com quem desejam se relacionar, diferentemente das relações estabelecidas com a família e a comunidade, que se dão como primeiro processo de socialização. Além disso, as redes suportam não só laços relacionais frágeis, mas laços fortes e íntimos, e podem permitir que esses laços estabelecidos nas redes virtuais tenham também presença na “vida real” dos envolvidos (WELLMAN, 1999; 2002; WELLMAN; GULIA, 1999).

Primo (2000) esclarece que os sistemas de Comunicação Mediada por Computador (CMC) proporcionam dois tipos de interação social: interação mútua, na qual cada usuário pode se expressar e receber retornos de suas postagens, por meio de fóruns, listas de discussões, mensagens públicas nos perfis de outros usuários ou mensagens privadas para um usuário

específico; interação reativa, que depende apenas da avaliação e decisão de um usuário, em algum momento, como aceitar outro usuário para sua lista de amigos ou para um grupo no qual é moderador.

Outro ponto importante das redes virtuais é a capacidade que apresentam de permitir que as relações sociais sejam mantidas independentemente da distância geográfica. Para Wellman (2002) a manutenção dos laços sociais e o aumento das redes se tornaram possíveis com as transformações dos meios de transporte e de comunicação, que suprem a demanda das redes sociais por comunicação colaborativa e compartilhamento de informações. O autor denomina o processo de “glocalização”, palavra que remete à extensa interação global e à intensa interação local, possibilitadas especialmente pela internet, que aproxima as pessoas das informações globais e acentua os laços sociais locais.

Importantes contribuições das redes sociais virtuais são a geração e o aprimoramento do capital social e do capital cultural. Além disso, os indivíduos encontram possibilidade de compartilhar ideias, informações e conhecimentos, de forma intensa e diversificada, o que possivelmente não ocorreria com os próximos em redes locais, em virtude das restrições de tempo e espaço (COSTA, 2005).

O termo “capital social” por vezes tem sido utilizado, em estudos sobre redes sociais na internet, como forma de explicar a capacidade relacional entre os indivíduos e seus laços. Nos estudos sobre redes sociais virtuais não é diferente, como pode ser encontrado no estudo de Recuero (2006), que analisa a dinâmica de uma rede social virtual, o Orkut. Este tipo de capital é demonstrado como importante fator para a dinâmica de uma rede social e se mantém por conexões estabelecidas e pelas formas como os laços se desenvolvem e os usuários interagem. A autora aponta que a dinâmica de uma rede social virtual se dá em função da busca por capital social e depende de certos fatores, como a competição e a cooperação entre os usuários das redes e da popularidade de *memes*¹³.

Para Wellman (1988), as primeiras redes sociais apresentavam caráter público, já que um de seus principais objetivos estava baseado em interações e fóruns de discussão, enquanto as redes sociais se apresentam mais voltadas para as redes pessoais das quais os indivíduos são o

¹³ Os *memes* são fenômenos da internet, podendo ser figuras, vídeos, informações e/ou pessoas que se popularizam de maneira rápida devido à velocidade na propagação. Podem ser observados por meio de comportamentos coletivos e relacionados ao capital social na medida em que sua propagação é associada, direta ou indiretamente, aos valores de um grupo.

centro, denominando-as de “redes egocêntricas”. Porém o autor alerta que, mesmo havendo maior isolamento em redes egocêntricas ou pequenas redes, há que se ressaltar a sua importância para os fluxos que ocorrem em redes de maior escala na qual se inserem:

egocentric network studies have documented the pervasiveness that recent large-scale social transformations have produced isolation and alienation. Numerous scholars have described how networks link individuals through and weak ties, situate them in larger social systems, and affect the flows of resources to and from them (WELLMAN, 1988, p.28).

Para Chua, Madej e Wellman (2011), grande parte das pessoas mantém um mapa mental das redes de relações que tecem socialmente, sejam elas formadas por amigos ou inimigos, o que parece confirmar que o mundo gira em torno do indivíduo pertencente à uma dada rede, conforme a ideia de que “*the world revolves around ‘Me’*”. É este tipo de formulação que permite considerar que as redes são redes egocêntricas. As redes pessoais podem ser consideradas como *off-line* e *on-line*, sendo que estas últimas surgiram para incrementar a comunicação e “reduzir a distância” que limitava a interação entre os envolvidos não conectados (CHUA; MADEJ; WELLMAN, 2011).

Portanto, as redes sociais virtuais podem ser compreendidas como a apropriação de um espaço no ciberespaço por um indivíduo que deseja ser visto e constrói sua identidade, dando origem a um “eu” na rede (RECUERO, 2004). Para Sibilía (2003) citada por Recuero (2004a), existe um imperativo da visibilidade na sociedade que decorre de uma ligação entre os âmbitos público e privado do indivíduo. Para existir no espaço dos fluxos é necessário ser visto e se tornar parte da rede.

Rheingold (1996) analisa o papel das redes sociais virtuais na atualidade e afirma que estas não apenas possibilitam a interação e encontro de pessoas, mas se tornaram um ambiente no qual se pode alcançar objetivos definidos pela coletividade, além da possibilidade de se criar e obter informações relevantes que constituem a inteligência coletiva. Machado e Tijiboy (2005, p.8) também defendem que as redes sociais virtuais podem ser úteis como espaços de aprendizado coletivo e de trocas cooperativas de conhecimento, contribuindo para “a mobilização dos saberes, o reconhecimento das diferentes identidades e a articulação dos pensamentos que compõem a coletividade”.

Apesar das considerações positivas acerca da CMC e do crescimento das redes sociais no ciberespaço, existem considerações negativas, como perda de privacidade, distorção da realidade e alienação da opinião pública. Estas se mostram cada vez mais preocupantes, considerando-se as possibilidades de apropriação do discurso e sua comercialização por

políticos interessados em distorcer e massificar informações. Mas o controle das variáveis negativas pode ocorrer diante do desenvolvimento de normas de conduta e do modo como as pessoas utilizam as redes (RHEINGOLD, 1996).

Assim, tanto as redes sociais virtuais quanto as redes sociais tradicionais apresentam características positivas (como amizade, amor e tolerância) e negativas (como violência, ódio, vergonha e pornografia). Em ambos os casos, a justificativa pode ser feita pela utilização, ou não, das normas de etiqueta (“netiqueta”) e pela presença, ou não, de desvios de conduta e rebeldia (PRIMO, 1997). Além disso, deve haver um sentimento de respeito aos demais usuários da rede, visto que regras de etiqueta, formais e informais, são criadas e informadas pelos participantes, normalmente os membros mais antigos ou os moderadores. Entre essas regras figuram as relacionadas aos comportamentos esperados de cada participante e ao modo de realizar a interação, sem hostilidades, ofensas e informações desqualificadas, como forma de disciplinar o comportamento do grupo (SILVA; GOEL; MOUSAVIDIN, 2008).

As redes virtuais, apesar de parecerem ameaçar a sociabilidade, se mostram úteis sob o ponto de vista do dinamismo e da vitalidade social, por permitirem que se estabeleça um espaço que potencializa as conexões entre os indivíduos. Apesar disso, Primo (1997) defende que não são democráticas, como normalmente se presume. Pelo contrário: ao criar espaços de interação em torno de interesses comuns, elas possibilitam a criação de subúrbios virtuais e resultam em formas de seleção e exclusão. Além disso, a distância física das pessoas nas redes virtuais e a falta de interação face a face podem não permitir assistência, informação e suporte de forma recíproca a todos os membros (WELLMAN; GULIA, 1999).

Com base nos diversos conceitos apresentados, é possível criar três categorias de possibilidades ofertadas pelas redes sociais virtuais, de acordo com a literatura estudada: sociabilidade, cooperação e política. O Quadro 2 sintetiza as informações que interessam a este estudo.

Quadro 2 - Possibilidades presentes nas redes sociais virtuais

Categoria	Possibilidades	Autores
Sociabilidade	Sociabilidade e relações	Recuero (2004a); Aguiar (2007a); Lemos e Lévy (2010)
	Criação de laços emotivos e comunitários	Rheingold (1996); Recuero (2004a)
	Comunicação e discussões virtuais	Rheingold (1996); Wellman (2002); Schlemmer <i>et al.</i> (2006); Chua, Madej e Wellman (2011)
	Redução das distâncias	Wellman (2002); Chua, Madej e Wellman (2011)
	Criação de capital social	Costa (2005); Recuero (2006)
Cooperação	Interesses comuns e reconhecimento mútuo	Castells (1999); Lévy (2000)
	Trocas diversas entre usuários	Berkowits (1988); Lévy (2000); Recuero (2006); Rheingold (1996)
	Aprendizado coletivo	Rheingold (1996); Machado e Tijiboy (2005)
Política	Democratização das informações	Castells (1999)
	Ações políticas e movimentos sociais	Machado e Tijiboy (2005); Marques (2006); Lemos e Lévy (2010)
	Influência política	Marques (2006); Lemos e Lévy (2010)
	Ciberdemocracia	Lemos e Lévy (2010)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

O campo sociopolítico tem sido intensamente impactado e alterado em função das possibilidades das redes sociais virtuais. Novas configurações de relações políticas têm se estabelecido e permitido organizar grupos e ações, colaborando com a formação de comunidades políticas no ciberespaço. Obviamente, as Redes Sociopolíticas Virtuais são constituídas por participantes de interesses distintos, bem como diferentes formas e intensidades de participação, características de vários outros sistemas democráticos. Mas as formas democráticas desenvolvidas no ambiente virtual requerem maior aprofundamento nas discussões como forma de conhecer as características inerentes ao contexto político.

Na seção seguinte, apresenta-se uma série de discussões sobre a democracia e seu desenvolvimento no mundo, dando especial atenção à crise de representação política e suas consequências para os sistemas e processos democráticos, como a expansão da democracia participativa e os sinais do estabelecimento da democracia digital, neste trabalho chamada de ciberdemocracia. Conceito, características e aplicações desse modelo democrático pela internet têm especial atenção, por fornecer pistas para outras discussões.

3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CIBERDEMOCRACIA

Há muitas concepções de democracia, que resultam de olhares ideológicos distintos, da relação com modelos teóricos que as constituem e, especialmente, de práticas políticas (ETCHEVERRY, 2008). Sendo assim, em virtude da diversidade de formas de entender e praticar democracia, apresentam-se conceitos que importam a este estudo, como “democracia representativa” e “democracia participativa” (direta) e, como é previsível, “democracia deliberativa e democracia digital, que envolve a internet e suas ferramentas.

Não se pretende uma discussão filosófica sobre os conceitos de democracia, nem uma discussão apurada sobre fatos históricos, mas uma discussão, no âmbito pragmático, sobre modos de operacionalização e uma comparação entre as possibilidades oferecidas, especialmente tendo em vista as discussões no contexto de movimentos sociais que têm o Estado como antagonista principal.

3.1 Crise de Representação e Democracia Participativa

A democracia representativa está embasada no ato da representação, que requer eleição dos representantes por votações e, após isso, participação deles em processos nos quais tomam decisões em nome dos representados. Uma forma adotada em vários países se dá pela eleição de representantes de partidos políticos distintos, que, por sua vez, se orientam para grupos ou causas específicas que pretendem representar. Contudo esse modelo político apresenta uma série de dilemas “inerentes à representação política moderna, cujas potencialidades máximas aparecem particularmente cristalizadas nos limites estruturais do mecanismo eleitoral para garantir a representatividade das instituições da democracia” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006b, p.52).

Dessa forma, a representação se vincula à divisão de poder do Estado e à burocracia inerente a este. Prova está na estrutura de representação que se criou com a definição do Legislativo como espaço de representação, antes realizada por políticos eleitos e eleitores, por meio de eleições e, mais tarde, entre partidos de massa que passaram a mediar as relações entre

representantes e representados, sistema que está entrando em colapso (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006b).

O referido colapso se origina do deslocamento entre os dois momentos essenciais da democracia: voto (ou autorização da representação) e controle. O primeiro, mesmo se considerando os problemas no processo de participação, está relativamente estruturado. Já o segundo é incipiente e a quebra desse elo traz sérios problemas, em virtude do tipo de controle, que necessita de mecanismos e instituições. Destaca-se que “é preciso observar, pois, em que medida a representação política moderna contém um potencial emancipatório e igualitário. Em outras palavras, é preciso avaliar se o desenho institucional da representação política realiza os princípios democráticos de liberdade e igualdade” (MENDES, 2007, p.146-147).

Para Miguel (2003), a democracia está com o funcionamento comprometido devido ao erro de entendimento e de prática do que deve ser a representação política. A democracia eleitoral apresenta grande expansão no mundo, nos últimos 40 anos, especialmente após o colapso de uma série de regimes autoritários e totalitários. Apesar disso, nota-se uma queda da adesão popular às instituições representativas.

Desde o final do século XIX, os partidos políticos passaram a ser os principais instrumentos de representação em regimes democráticos, em especial nos EUA e na Europa (MIGUEL, 2003; MARTÍ, 2008). Contudo a insuficiência da representação política constitui um dos responsáveis pelo desencanto popular com o modelo político de representação e aponta para a necessidade de repensar formas de representação mais abrangentes e de inclusão (MIGUEL, 2003).

Democracia e eleições não se confundiam no Pensamento Clássico, como para Montesquieu e Rosseau e para os federalistas no século XVIII. Portanto a noção dúbia e confusa de que o processo eleitoral é o cerne da democracia representativa é recente. Isso porque os indivíduos apenas escolhem entre as ofertas apresentadas “pelo mercado” e não um representante que realmente promova seus interesses. Miguel destaca:

enquanto a democracia se apoia na premissa da igualdade fundamental entre todos os cidadãos, a eleição contempla uma seleção; implicitamente, postula a existência de indivíduos melhor preparados para ocupar os cargos públicos e, é, portanto, um mecanismo aristocrático (MIGUEL, 2003, p.130).

A crise de representação política tem aumentado constantemente o abismo entre representantes e representados (entre governo e sociedade), afastando-se da fórmula de governo “do povo pelo povo”. Isso se deve, em parte, à mudança do sistema eleitoral, que tem

reconfigurado a relação de confiança entre eleitorado e partidos políticos. Atualmente, o eleitor tende a votar de modo diferente a cada eleição, em virtude da dificuldade de se identificar com os representantes políticos. Parte das causas do novo cenário encontra-se no fato de que os políticos passaram a deixar de lado a divulgação de programas políticos e a utilizar os meios de comunicação para projetar as próprias imagens como líderes (MANIN, 1995).

O colapso do sistema representativo está disseminado em vários países e se deve também a outros fatores, como declínio do comparecimento eleitoral, redução da confiança nas instituições e esvaziamento dos partidos políticos. Motivos vários, como excesso de burocracias partidárias e redução de opções políticas, são considerados responsáveis por esse esvaziamento (MIGUEL, 2003). Além disso, alia-se a esses motivos a queda da centralidade dos partidos, as mudanças no mercado de trabalho, que ampliaram as categorias populacionais e profissionais, modificando a própria representação ocupacional, e o fenômeno da personificação de figuras políticas e de liderança resultantes do crescimento das mídias, entre outros (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006b).

A representação política tem sido negligenciada por causas diversas, destacando-se a pequena conexão entre as organizações civis e os canais tradicionais da política. Muito do que se discute com vistas a aumentar a representação não sai do campo de discussão sobre o sistema político atual e a reconfiguração da representação, nem mesmo recai sobre as inovações institucionais participativas e a sociedade civil. O alcance e as restrições da representação encontram-se, pois, em disputa política (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a).

Além disso, a representação pela sociedade civil enreda uma problemática, já que naturalmente os atores emergem de “uma conexão genuína com o tecido social”, mas a situação “tende a dissipar a formulação de questões como em nome de quem e mediante quais mecanismos de controle e responsividade representam as organizações civis” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a, p.46). Portanto há deturpação na natureza da representação e, mais ainda, descolamento entre interesses dos representados e dos representantes.

Está claro que esse modelo hegemônico de democracia tem se mostrado tensionado em termos da participação e da própria representação, mostrando uma série de sintomas quanto às deficiências na credibilidade e legitimação. Em virtude disso, novos modelos de democracia, até então discretos ou marginalizados, começam a surgir em vários países, muitas vezes convivendo com formas tradicionais de representação (SANTOS, 2005a).

Um sistema democrático efetivo apresenta um Estado competente e uma sociedade civil robusta de forma que estejam inter-relacionados. A sociedade civil é um fator crítico para a democracia. As associações e movimentos sociais mobilizam novos atores, criam propostas conjuntas e solidariedade entre si, desafiando as desigualdades sociais e de poder nas instituições (HELLER; ISAAC, 2005).

É nesse contexto que a democracia participativa visa a abrir espaço para a construção de um mundo mais coeso, no qual se acentua a responsabilidade da dinâmica social no aperfeiçoamento da democracia em um processo marcado pela presença de instituições da sociedade civil e não apenas pela institucionalidade política (ETCHEVERRY, 2008). Afirmam Santos e Nunes:

democracy and participation includes experiences of participatory democracy in both urban and rural contexts which, against the trivialization of citizenship, promote high intensity forms of democratic life, articulating participation and representation and recognizing the legitimacy of a range of forms of expression and public action a diversity of public spheres associated with the later (SANTOS; NUNES, 2004, p.2).

A emancipação na democracia participativa tem grande importância para qualquer projeto de emancipação social. A dificuldade de implantar formas democráticas de participação se apoia em um paradigma hegemônico que tende a considerar a descentralização da tomada de decisão como primitiva e ineficiente, enquanto considera mais eficientes e modernas as formas de representação (BUHLUNGU, 2005).

Há um grupo de autores que defendem a complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa, mas há aqueles que defendem que elas não podem ser combinadas. Segundo, por exemplo, Santos e Avritzer (2005), a democracia representativa pode ser combinada com a democracia participativa de duas formas: pela coexistência de diferentes formas de procedimentos, organização administrativa e variações no *design* institucional, em que os níveis locais (mais participativos) coexistem com o nível nacional (mais burocratizado); pela complementaridade, ou seja, pela articulação entre as formas democráticas mencionadas e entre os níveis de governo (SANTOS; AVRITZER, 2005).

Contudo Rocha destaca:

compatibilizar democracia representativa com a democracia participativa não é algo simples. A lógica da competição eleitoral acaba contaminando os espaços de participação. A instrumentalização desses espaços para fins político-eleitorais deve-se tanto ao poder Executivo quanto ao Legislativo (ROCHA, 2011, p.184).

Em virtude, pois, dessas possibilidades de integração ou de afastamento de modelos, a democracia segue trajetórias distintas nos países em que há regimes democráticos. Após a Segunda Guerra Mundial, de forma geral, ela se consolidou na Europa e falhou na América

Latina, Ásia e África (AVRITZER, 2005). Entretanto os processos de democratização seguem diferentes rumos, de acordo com a diversidade de experiências históricas e as dinâmicas políticas e de conflitos sociais (SANTOS; NUNES, 2004).

O fato é que existe grande complexidade em relação à sociedade civil e à formação da democracia, especialmente quando se considera uma infinidade de formas e contextos pelos quais as sociedades passaram no desenvolvimento histórico. Como houve formas distintas de a sociedade civil se desenvolver, é razoável pensar que a construção da democracia varia de acordo com a sociedade e a localidade. Assim, é possível tanto influência da sociedade sobre o sistema democrático como deste sobre aquela (ROCHA, 2011).

Os contextos e as regras políticas têm sido alterados não apenas em função das mudanças legais e tecnológicas, mas especialmente das novas práticas políticas, que podem ser denominadas de “Nova Cultura Política” (NCP). O conceito foi cunhado por Clark *et al.* (2002), como forma de buscar novo olhar sobre a cultura democrática, segundo ações políticas, como redefinição da clássica dimensão esquerda-direita, separação das questões sociais e financeiras e verificação da importância dos problemas decorrentes, ligação do liberalismo de mercado à progressão social, questionamento do Estado de Bem-Estar Social e declínio das organizações políticas hierárquicas e crescimento da participação cidadã.

Sob a ótica das mudanças e contradições existentes em momentos e contextos políticos distintos, a cultura política resulta das congruências entre a estrutura das instituições e os padrões culturais relacionados à democracia. Com essa base, o conceito de NCP foi cunhado com base nos países nos quais se estabeleceu uma cultura democrática. Esse conceito “corresponde à ruptura, mais ou menos alternativa, de um padrão anterior cuja história foi longa e, na maioria deles, difundida nas várias camadas da sociedade” (SOUKI, 2012, p.253). Desenvolveu-se especialmente na Europa, como forma de compreensão das mudanças na complexidade das sociedades e dos diferentes interesses em competição na arena política. Nesta os problemas sociais apresentam mais importância que os problemas econômicos e financeiros, tornando os valores sociais predominantes nas ações e discussões políticas (SOUKI, 2012).

Ao analisar, contudo, o conceito de NCP, no contexto democrático brasileiro, é preciso considerar que a cultura cívica (padrões culturais democráticos) é tão nova quanto a própria ideia de NCP. O que se pode inferir, de fato, é que no Brasil diferentes culturas políticas convivem e criam uma complexidade de conexões, claramente reforçada pela globalização e pelo fato de se tratar de uma democracia jovem, que não passou por profundas experiências

de lutas sociais, como as culturas analisadas para a criação do conceito de NCP (SOUKI, 2012).

Independentemente de ser possível a aplicação do conceito de NCP em países em desenvolvimento, como o Brasil, percebe-se que, independentemente do país que se analisa, há crescente exclusão social e marginalização de grande parte da população, em todo o mundo. Um dos efeitos foi a expansão dos **movimentos populares** como forma de resistir e conter a exclusão, além de abrir espaço para a participação democrática (SANTOS, 1998a; 1998b). A ideologia liberal e o jogo democrático levaram vários países a forte discrepância entre a legalidade institucional e o país real, em termos do exercício dos direitos da participação popular, além de ampliar as desigualdades sociais (SANTOS, 1998a; 1998b).

O capitalismo e a globalização também são considerados motivadores das mudanças no cenário político, no qual se exigem e se esperam novas posturas da sociedade em termos de resistência e emancipação social. No cenário político cresce o número de movimentos sociais e, com eles, emergem novos agentes sociais e novas práticas que se aliam a ferramentas e redes, que vão do nível local ao âmbito global. Considerável mudança tem sido arquitetada em termos de racionalidades políticas e de práticas originadas, formando uma série de movimentos contra-hegemônicos, reinventando as relações políticas e construindo formas de emancipação social (SANTOS, 2005a).

Santos (1998c) chama de “Estado novíssimo movimento social” o processo que o Estado tem passado de descentralização aliada à despolitização, além de desestatização da regulação social. Está se formando, pois, nova organização política, em que o Estado age como articulador de elementos estatais e não estatais com a integração entre organizações e redes de natureza distinta. Enquanto na democracia representativa há controle do cidadão pela eleição, a democracia participativa ou direta está fundamentada na ideia de que os cidadãos têm controle direto sobre a legislação, ideia que tem origem na concepção de democracia grega (GASTIL; RICHARDS, 2013).

O embate atual entre democracia popular e democracia liberal, que perdura desde o período da Guerra Fria, tem dado espaço para discussões sobre democracia local e ênfase das “tradições” de participação em países em desenvolvimento, como o Brasil (SANTOS, 1998a; 1998b; 1998c; SANTOS; AVRITZER, 2005; AVRITZER, 2005; GASTIL; RICHARDS, 2013; BAIOCCHI; GANUZA, 2014), a Índia (SANTOS, 1998c; SANTOS; AVRITZER, 2005; HELLER; ISAAC, 2005; GASTIL; RICHARDS, 2013) e a África do Sul (SANTOS, 1998c; SANTOS; AVRITZER, 2005; BUHLUNGU, 2005). A reinvenção da democracia

participativa nesses países do hemisfério sul se deve, em grande parte, aos recentes processos de democratização por que passaram, como é o caso do Brasil, que durante o século XX alternou regimes autoritários com períodos democráticos.

Há que se considerar ainda que a democracia participativa deve ir além da atuação da sociedade no Estado, para incidir também sobre certos agentes, como empresas privadas e ONGs, pois reconfigurar o espaço público de forma mais democrática não se resume em democratizar o Estado, não democratizando os espaços não estatais (SANTOS, 1998c).

Entendida a democracia participativa e o contexto no qual se configura, é útil esclarecer que seu modelo se assemelha ao da democracia deliberativa, com o qual por vezes se confunde. Há uma série de discussões sobre semelhanças e distinções entre os dois conceitos, especialmente ao analisar se a deliberação deve ser um meio ou um fim nos processos de participação, ou seja, em que parte do processo de participação a estrutura deliberativa deve ser útil. Este trabalho considera que a democracia deliberativa assume papel diferenciado em cada contexto de participação, já que, conforme foi discutido, há formas distintas com as quais os sistemas democráticos se estruturam.

De modo geral, a democracia deliberativa é orientada aos processos que formam os juízos. Entretanto estes nem sempre são resultantes de consenso, mas permitem legitimar decisões por votos e compreensão dos interesses da maioria nos grupos sociais (ETCHEVERRY, 2008). O referido modelo democrático tem fontes em filósofos, como Jürgen Habermas, Joshua Cohen, Philip Pettit, Bernard Manden, Amy Gutmann e Dennis Thompson (MARTÍ, 2008).

Entre os principais critérios observados na constituição de sistemas deliberativos, Kies (2010) destaca alguns dos que considera mais relevantes: a) inclusão – necessidade de incluir nas decisões todos aqueles que de alguma forma são afetados ou se interessam pelas questões em pauta; b) igualdade de discurso – obrigatoriedade de que todos os participantes tenham a mesma oportunidade de discutir sobre desejos, necessidades, etc.; c) reciprocidade – obrigatoriedade de que cada participante ouça as discussões dos demais, podendo reagir a elas; d) justificativa – necessidade de dar razões para propostas e opiniões; e) reflexividade – necessidade de que os participantes reflitam sobre seus valores e interesses e sobre o contexto social; f) empatia – sensibilidade quanto às opiniões dos presentes, no debate, e daqueles que estão fora dele; g) sinceridade – esforço para se conhecerem as reais intenções e interesses dos participantes; h) pluralidade – necessidade de se ouvirem todas as vozes, mesmo que

não estejam alinhadas com as opiniões; i) impacto externo – necessidade de que as decisões saiam do contexto de debate e impactem formadores de opinião.

Contudo, antes de pensar na operacionalização do modelo, é preciso pensar em formas estruturais que garantam a qualidade política da participação e permitam considerar viável a utilização deste modelo democrático. Para que essas condições sejam alcançadas, Martí (2008) enumera alguns elementos, entre os quais os seguintes: a) disponibilidade de informações fiéis e suficientes para os participantes; b) considerável relação de custo e benefício dos mecanismos de participação, já que não se deve desenvolver a participação com aumento de custos para os cidadãos, ainda mais se não houver resultados visíveis; c) implantação e desenvolvimento da tecnologia como um meio e não como um fim; d) manutenção dos mecanismos de participação por um tempo para possibilitar aos cidadãos o conhecimento e a visão de resultados, o que uma experiência pontual (e não duradoura) possivelmente não oferece.

Portanto se nota que a democracia deliberativa está estruturada em dois níveis de decisão: deliberação institucional, de órgãos e procedimentos que buscam torná-la deliberativa e democrática, além da criação de novos elementos e espaços complementares; deliberação pública, que se desenvolve de forma livre e informal pela interação da sociedade civil organizada, meios de comunicação, sindicatos, escolas, igrejas e outros agentes (MARTÍ, 2008).

Considerando-se clara a importância de discutir os diversos processos participativos, a próxima seção apresenta algumas das formas pelas quais as deliberações têm ocorrido no âmbito institucionalizado no e pelo Estado e no âmbito da sociedade civil.

3.2 Participação: Formas Institucionalizadas e Deliberação Pública

A formação da sociedade civil e a participação cidadã se apresentam como forma de superar crises de governabilidade e, especialmente, como meio de fortalecer o regime democrático. Essa participação é construída tanto em organizações e sistemas políticos, como no interior da sociedade. Assim, pode-se compreender que a participação se coloca como uma forma de fortalecer a própria sociedade civil, ao conceder-lhe validade e viabilidade como instrumento que a aproxima das decisões públicas (ETCHEVERRY, 2008).

Conforme já foi destacado, entretanto, há distinção entre os contextos de participação pública nos quais se objetiva alcançar aumento de eficiência e efetividade governamental e aqueles nos quais se busca aumentar o potencial democrático e emancipatório. Todavia o incentivo à participação pode possibilitar ambos os tipos interesse, ou seja, a democratização dos processos de decisão, com abordagem democrático-participativa e/ou a melhoria da performance administrativa, com abordagem da socialdemocracia de cunho neoliberal (FREY, 2007). O contexto seria baseado em mudança: de “democracia participativa” para “governança urbana ampliada”? De emancipação para governabilidade?

Para melhor esclarecimento das questões, discutem-se, a seguir, as formas de participação institucionalizadas no aparato legal e político do Estado e, posteriormente, as formas de participação e deliberações públicas arranjadas pela sociedade civil.

3.2.1 Participação por Mecanismos Institucionalizados

Seguindo a tradição da América Latina, especialmente no caso do Brasil, muitos países sempre tenderam a construir processos políticos com base em modelos europeus e estadunidenses. Contudo, na atualidade e em sentido inverso, as experiências de democracia participativa do hemisfério sul têm servido ao hemisfério norte. Como exemplo, o Brasil se destaca no campo de discussão de experiências participativas em todo o mundo com o pioneirismo em relação ao Orçamento Participativo e aos Conselhos Gestores de Políticas Públicas (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a; ROCHA, 2011).

No Brasil, a democracia participativa se fundamenta em institutos amparados pela Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 1998a; 1998b; MENDES, 2007; ROCHA, 2011), após o processo de democratização do país. Assim, o artigo 14 garante a participação popular e o artigo 29 requer a participação popular no planejamento das cidades (SANTOS e AVRITZER, 2005; AVRITZER, 2005). Esses mecanismos políticos de participação foram especialmente criados e implantados por gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) em vários municípios brasileiros (SANTOS, 1998a; 1998b; 1998c; DOIMO, 1995; SANTOS e AVRITZER, 2005; AVRITZER, 2005; FREY, 2007; ROCHA, 2011).

Desse contexto institucionalizado pelo Estado resultou a maior e mais difundida experiência de democracia participativa da atualidade, que vem da implantação do Orçamento

Participativo (OP) em Porto Alegre (RS) (SANTOS, 1998a; 1998b; 1998c; AVRITZER, 2005) e de experiências participativas em outras cidades brasileiras, como Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Santos (SP), Campinas (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO) (SANTOS, 1998a; 1998b). Elas foram possíveis graças ao Poder Executivo, por meio de Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Orçamento Participativo, e ao Poder Legislativo, por instrumentos em que se incluem plebiscitos, referendos e iniciativa popular de lei. Além da Constituição, foram importantes legislações complementares que tiveram o papel de definir políticas públicas, bem como de criar instrumentos de controle dos representantes (MENDES, 2007).

Santos explica o que é orçamento participativo (OP):

a process of decision making based upon general rules and criteria of distributive justice discussed and approved by regular, institutional organs of participation in which the popular classes have majority representation. The communities in which they live and organize are recognized as having urban collective rights that legitimate both their claims and demands and their participation in the decisions taken to meet them (SANTOS, 1998a, p.482).

Ressalta-se a amplitude e o reconhecimento da importância que o modelo de OP tem, pois já foi implementado em mais de 1.500 cidades pelo mundo, especialmente em países da América Latina, da Ásia (em parceria com o Banco Mundial e a ONU) e em países da Europa (BAIOCCHI; GANUZA, 2014).

Vários são os estudos que buscam elucidar a questão da participação em diferentes contextos. Rocha (2011), por exemplo, apresenta um estudo em que se comparam experiências do Conselho Gestor de Saúde em dois municípios do Estado de Minas Gerais e de outra instância de participação, o Centro de Encontro e Integração de Ações implantado em outro município mineiro. No trabalho de Frey (2007), são analisadas formas de participação pública com canais de comunicação que intermedeiam atores nos processos de resolução de conflitos sociais e possibilitam aumentar a governabilidade urbana e dar estímulos para ações coletivas, visando ao desenvolvimento local. O autor apresenta casos do Brasil, como os de Porto Alegre (RS) e Santos (SP), que podem possibilitar entender processos democráticos por participação pública, e da cidade de Curitiba (PR), que apresenta a governança comunitária no que se denomina de Nova Administração Pública.

Silva (2013) apresenta análise e discussão de um caso brasileiro no qual a participação popular em processos de tomada de decisão foi possível e se tornou um exemplo do que pode ser realizado com o envolvimento dos cidadãos. Trata-se da Campanha Nacional contra a ALCA (CNA). Essa campanha foi criada em 2002, quando o governo brasileiro negociava

com outros países latino-americanos e os EUA a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Depois de uma série de mobilizações, em vários estados, contra a ALCA, o governo brasileiro decidiu realizar um plebiscito, em setembro de 2002, cujo resultado foi esmagadora maioria de votos contra a assinatura do acordo e contra a permanência do Brasil nas negociações.

A CNA permaneceu ativa até 2006, quando as negociações foram suspensas. Apesar de o fim das negociações ter se dado em função das políticas externas dos demais países e do Brasil, a autora, com ampla pesquisa realizada, defende a influência da participação popular. A participação popular resultou na criação, em 2003, de duas frentes parlamentares: Frente Parlamentar contra a ALCA e Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da ALCA e em Defesa da Soberania, ambas criadas em 2003. O que se conclui é que a pressão social colaborou para a redução do distanciamento entre governo e sociedade e demonstrou possibilidades de encontro de sistemas/processos democráticos e institucionais e não institucionais (organização civil), além do ganho proporcionado em termos de aprendizado a partir da experiência da democracia participativa.

Identifica-se, nesses e em outros estudos, notável alteração nos processos democráticos com progressiva implantação de mecanismos de participação que buscam enriquecer e complementar o sistema representativo, como confirmação de legitimidade e não como forma de substituí-lo (MARTÍ, 2008). Mas a democracia participativa supõe que haja exercício contínuo por parte da sociedade e que os institutos de participação popular, como conselhos gestores e orçamento participativo, sejam estruturados como forma de substituição e não em consonância com sistema representativo. Caso haja consonância, caracteriza-se uma crise democrática por meio de fissuras que afetam a legitimidade e eficácia da democracia. A participação não pode ou não deveria se restringir ao momento do voto. Daí a importância de utilizar instrumentos de participação direta, tanto para discussão de propostas de políticas, quanto para fiscalização e controle nos processos de implementação. Sendo alcançadas essas dimensões, pode-se realizar a democracia de forma completa e profunda (MENDES, 2007).

No contexto dos movimentos sociais que são foco especial deste estudo, os representantes, em muitos casos, atuam de forma isolada, realizando ações que pressionam opinião pública e atores políticos. Esse tipo de atuação é preferido, em detrimento da participação em espaços institucionais, especialmente em razão de receios quanto à cooptação ou à discordância em relação ao tipo de mecanismos envolvidos (PEREIRA, 2012). Dessa forma, nem sempre os

mecanismos institucionalizados são as melhores formas utilizados pelo Estado para ampliar a participação da sociedade.

3.2.2 Participação por Deliberações Públicas da Sociedade Civil

A participação pode ir além dos mecanismos que as estruturas institucionalizadas oferecem e se apresentam no campo social e no governamental. Assim, de modo sistêmico, a participação pode ser compreendida desta maneira:

una cultura cívica de la ciudadanía, donde lo público sea parte del interés cotidiano, prácticas desarrolladas por la sociedad, la existencia de estructuras, organizaciones con identidad, la capacidad de los individuos y organizaciones para estructurar, levantar y agregar demandas, la presencia de líderes sociales con independencia, la existencia de una cultura democrática em el nivel de las organizaciones sociales, entre otros elementos identificables (ETCHEVERRY, 2008, p.185).

Como a participação pode ser compreendida em três contextos, identifica-se a participação eleitoral, a participação em mecanismos institucionais e a participação no desenvolvimento local (RUIVO, 1999). Porém os processos e sistemas de participação atuais parecem não estendê-la a todos, “ficando reservada a especialistas ou a elites com influência privilegiada e acesso a meios de informação e de comunicação” (FERREIRA, 2011, p.21). Por isso, pode-se compreender que a participação se dá de forma restrita, sendo acessível a poucos indivíduos.

Ampliar a democracia por participação significa dizer que é necessária a existência de processos de abertura do poder executivo para a participação de atores societários (organizações civis) no planejamento, implantação e supervisão de políticas públicas. Contudo, mesmo que tal fenômeno tenha sido visto em inúmeros países, incluído o Brasil, ainda levanta dúvidas e dilemas em relação à representatividade, já que difere da forma tradicional de representação feita por partidos e sindicatos (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a). É necessário, pois, haver representação da própria sociedade por meio de agentes coletivos como forma de produzir suas próprias preferências com processos dialógicos (MIGUEL, 2003).

Putnan (2007) apresenta, no livro “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”, na década de 1970, relatos e inferências sobre sua experiência em um país que tinha passado por reformas institucionais à época. O autor busca discutir como as mudanças nas instituições formais induzem mudanças no comportamento político de determinada região

ou mesmo de um país. No caso da Itália, passou a haver menos centralização e mais participação.

É mister destacar que a participação dos atores sociais na tomada de decisão e no planejamento e execução de políticas públicas se mostra relevante por colocar “o cidadão no produto final da decisão democrática, e porque legítima, enfim, o decisor” (RUIVO, 1999, p.174). Além das possibilidades de educação política e desenvolvimento cívico que a participação pode oferecer, é importante considerar que “a ampliação dos espaços de participação possibilitaria, também, a vocalização de setores excluídos social, econômica e politicamente, ensejando a adoção de políticas redistributivas”, o que poderia significar inclusão econômica por inclusão política (ROCHA, 2011, p.173). É preciso considerar que, de modo geral, além dos benefícios descritos, a democracia direta não é mais cara que o sistema representativo vigente e se mostra possível tanto física quanto tecnologicamente (MARTÍ, 2008).

Mais pertinente do que buscar inserir a participação nos meios institucionalizados ou criar mecanismos de aumentar a participação é entender que a questão da participação depende de uma (re)construção cultural, processo árduo e demorado, pois depende de romper com o individualismo e realizar radicalização na democracia (WIRTH; HAMEL, 2006; COLOMBO, 2006). Para Silva (2013), a democracia participativa, por si só, é a democracia radical. Contudo há muitas discordâncias em relação a essa afirmação. A necessidade de radicalização da democracia apresenta-se como um ponto convergente para autores de diferentes campos teóricos, mas a forma de tornar a radicalização plausível nos sistemas democráticos contemporâneos não é consensual, em vista do pluralismo e da complexidade de sistemas, instituições e relações entre os cidadãos (FARIA, 2010).

A democracia radical visa a enfrentar, no campo do sistema político, o sistema democrático, que, por vezes, tem legitimado ações e comportamentos que, por natureza, são antidemocráticos e contra o cidadão, como corrupção, distribuição hierárquica de poder, influência corporativa, processos decisórios não transparentes (DAHLBERG; SIAPERA, 2007). Chatterjee (2013) apresenta uma análise da experiência democrática da Índia, apontando três caminhos percorridos com vistas a radicalizar a democracia, ou seja, torná-la mais democrática: luta armada (presença de guerrilha), primazia da esfera cívica sobre a política e predominância da esfera política sobre a legal. Para o autor, as três tentativas propõem, de alguma forma, negação da política e da própria democracia, duramente conquistada no país. Esse é um exemplo extremo da radicalização da democracia.

Obviamente, os mecanismos que levam à radicalização da democracia são divergentes na análise de democratas deliberativos e de ativistas. Enquanto os primeiros buscam democratizar mais os processos democráticos (eleições, votos, organização política em partidos, etc.), os ativistas criticam a postura e propõem a inclusão de novas vozes nos processos democráticos, no sentido de ampliar a participação popular nas associações em que se inserem. Porém ambas propõem ofertar aos cidadãos mais oportunidades de aprendizado político e treinamento para participar dos processos (FARIA, 2010). Além disso, a radicalização democrática nas associações pode evitar o surgimento de líderes oportunistas e corruptos, contribuindo para tornar as instituições democráticas mais eficientes e para aproximar a população do governo (WIRTH; HAMEL, 2006).

É importante considerar que a radicalização da democracia vai além da simples mudança no aparato institucional e propõe mudança no comportamento dos cidadãos, mas especialmente nas associações criadas por eles e na coalização que se cria nos grupos de interesses.

Existe uma gama de critérios para classificar as associações, contudo três são mais comuns e aceitos na academia: a) associações face a face, nas quais os indivíduos interagem de forma natural e informal; b) associações secundárias, como corais, clubes de futebol, associações comunitárias, etc.; c) grandes associações, a exemplo de sindicatos, federações de classe, entre outros (LÜCHMANN, 2012).

As associações são vistas e recebidas de formas distintas pelos defensores dos modelos democráticos: a) Na democracia participativa, as associações são muito importantes no sentido de qualificar a participação direta dos cidadãos, que é a essência da democracia. Elas possibilitam incorporar pressupostos da democracia direta à democracia representativa pela inclusão de vozes normalmente excluídas nos processos políticos e do aprendizado democrático, que é outro foco dos participacionistas. O foco encontra-se nas associações secundárias, especialmente nos movimentos sociais e comunitários. b) Na democracia associativa, as associações são fundamentais para lidar com a organização da complexidade social. Há uma crítica quanto às limitações dos atores e instituições políticas tradicionais, dada a complexidade dos acontecimentos, fazendo com que, por isso, se enxerguem as associações como solução para tornar os governos mais eficientes. O foco está em uma amplitude maior de associações, agregando organizações mais estruturadas, como sindicatos e associações profissionais. c) Na democracia deliberativa, a sociedade civil torna-se ator direto nos processos de discussão e tomada de decisão, ficando os processos democráticos mais legitimados, visto o atendimento aos princípios de inclusão, pluralismo, autonomia e

igualdade participativa. Mas as associações permitem atualizar e alterar os mecanismos tradicionais de regulação social. O foco encontra-se nas associações autônomas, voluntárias e/ou movimentos sociais, sendo estes os atores centrais (LÜCHMANN, 2012).

Independentemente da forma como se conceituam e se estruturam associações, elas são importantes por fundamentar a criação de “grupos de interesse”, que tradicionalmente são organizações com foco em grupos sociais específicos e setores econômicos ou em questões específicas, como meio ambiente, controle de armas, aborto. Normalmente esses grupos apresentam estruturas organizacionais definidas e regras para os membros, orientando suas ações para processos políticos e influência governamental (NORRIS, 2002).

Percebe-se, pois, que as associações de cidadãos em grupos de interesse podem formar e realizar uma série de ações, na crítica não só de elementos não democráticos, mas das formas de praticar a democracia, como por movimentos sociais com práticas fora do âmbito do Estado e de instituições corporativas. Essas práticas contribuem para reforçar os discursos contra-hegemônicos diante da resistência aos discursos de dominação e às instituições de tomada de decisão (DAHLBERG; SIAPER, 2007).

Portanto, quando se fala em democracia radical, é feita referência a um retorno para as origens da Revolução Democrática que ultrapasse os limites colocados pelas articulações políticas da democracia moderna, em especial ao realizar ações com vistas à liberdade e igualdade (DAHLBERG; SIAPER, 2007). Uma sociedade mais participativa politicamente pode levar à constituição de uma “comunidade cívica”, na qual os cidadãos participam dos negócios públicos e buscam o bem público em detrimento dos interesses individuais, o que pode gerar desenvolvimento maior para as comunidades e regiões. Existe forte relação entre civismo e desenvolvimento, pois “parece que as regiões economicamente mais adiantadas têm governos regionais mais eficientes simplesmente porque nelas há maior participação cívica” (PUTNAN, 2007, p.112).

O capital social e o estabelecimento de redes sociais, já mencionados neste estudo, permitem interações e relações baseadas na solidariedade com os demais cidadãos. Assim, ganha importância o ambiente virtual propiciado pela internet, que amplia as possibilidades de criar e usar o capital social a favor das ações coletivas. Além disso, há relação estreita entre democracia racial e internet, o que pode ser esclarecido por meio das quatro linhas que as ligam: a internet encoraja a reflexão e desenvolvimento da própria Teoria da Democracia Radical; a internet se apresenta não só como espaço de circulação de informações e comunicação política, mas como alternativa para comunidades políticas nas novas

possibilidades de ação; a internet possibilita averiguar as formas pelas quais as vozes marginalizadas contestam os discursos dominantes e estruturas de poder; a internet possibilita verificar as formas como as condições culturais, econômicas e políticas, bem como as relações de poder, formam e atualizam os imaginários de democracia radical (DAHLBERG; SIAPERA, 2007).

Esclarecida a relação da internet com a radicalização da democracia, infere-se que a democracia digital ou eletrônica pode ser uma prática alternativa e/ou complementar às anteriormente tratadas (COLOMBO, 2006). Para melhor esclarecimento sobre tais relações, a próxima seção apresenta o impacto que a internet traz e as possibilidades criadas para a democracia, fazendo surgir o conceito de “democracia digital”, que dá novos contornos à esfera pública.

3.3 Internet e Democracia Digital

A internet se mostra como instrumento e meio sem precedentes na história da humanidade, por possibilitar diversidade de tipos e quantidade de informações, o que, por sua vez, leva as pessoas ao aprendizado com outras. Isso ocorre mesmo em situações de erros, que podem induzir a novos comportamentos e ações em direção a novos caminhos. É nesse sentido que a transformação da vida social pode ocorrer (LUPIA, 2009). A internet serve ainda como um meio ou ferramenta para os cidadãos, mas não exerce papel em termos de mudança social, papel que cabe aos indivíduos que podem utilizá-la para finalidades distintas em contextos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Além disso, cabe ressaltar que os contextos políticos expõem a democracia contemporânea a tensão contínua, que se dá entre os âmbitos público e o privado dos cidadãos usuários (PAPACHARISSI, 2009). De forma geral, por impactar vários contextos nos quais as pessoas vivem e interagem, pode-se dizer que a internet tem mudado a própria constituição da esfera pública.

Entende-se esfera pública como espaços de comunicação na sociedade que possibilitam a circulação de informações e ideias, bem como a formação de vontades políticas e opinião pública. Sendo espaços em que as mídias de massa figuravam como importantes elementos para facilitar a comunicação entre cidadãos e representantes do poder na sociedade, sofrem,

na atualidade, outro impacto com as novas mídias que ampliaram essa interação (DAHLGREN, 2005).

A esfera pública é constituída de três dimensões: estrutura, que inclui organizações de mídia e tudo que a elas se relaciona, como proprietários, controladores, aparato financeiro e econômico, legislação e outros; representação, que diz respeito às saídas das mídias, como pluralismo de visões, configuração de agendas, tendências ideológicas, etc., e interação, que inclui tudo que se refere à audiência das mídias e às possibilidades de acesso aos cidadãos e destes às informações. Diante dessas dimensões, é possível ver que a internet, mesmo não possibilitando ampliar, permite reconfigurar as dimensões que formam a esfera pública, em detrimento do rearranjo na comunicação social (DAHLGREN, 2005).

A esfera pública *on-line* pode ser vista, de modo metafórico, na interação e participação cívica, já que “as mídias *on-line*” permitem abrigar uma esfera virtual, além de revitalizar a própria esfera pública, pois não se pode falar em uma nova esfera pública. Da mesma forma que ocorre fora do espaço virtual, pode haver o domínio de informações por parte de uma elite, o que não permite afirmar que as informações são acessadas com qualidade e eficiência por todos (PAPACHARISSI, 2009).

A internet, portanto, possibilitou aumento da capacidade de armazenar e de buscar informações com grande quantidade de dados e de forma muito rápida. Além disso, expandiu diversos campos da sociedade, como educação, trabalho e saúde, além de, especialmente, criar oportunidades políticas em novos espaços deliberativos e de contato direto com os governos (DiMAGGIO; HARGITTAI, 2001). Murti (2012), por exemplo, defende que as redes sociais virtuais provêm entusiasmo para a democracia e sua revitalização, por comportamentos de cidadania e prática cívica, para os quais a internet serve como infraestrutura democrática.

Tomando por base a contextualização feita, discutem-se, nesta seção, duas temáticas relevantes: Ciberdemocracia – Governabilidade Eletrônica e Ativismo na Internet e Contexto Sociopolítico Atual.

3.3.1 Ciberdemocracia: Governabilidade Eletrônica e Ativismo na Internet

Dizer que a internet está tornando o discurso público mais acessível uma “jurisprudência”, o que ocorreu com outros meios de comunicação, do telégrafo ao rádio e à televisão. O importante é ressaltar que, sendo um meio tecnológico recente, a internet está permitindo novas formas de organização política, o que demonstra importante mudança, se for considerada também a capacidade de impactar politicamente indivíduos até então desinteressados (HINDMAN, 2009).

As TICs podem ser usadas com finalidades políticas e democráticas por uma série de agentes sociais: cidadãos, organizações governamentais, organizações da sociedade civil, partidos políticos, grupos de interesses diversos, entre outros. O que se espera, em termos de inovações democráticas, são processos de decisão compartilhados, de forma a difundir a política entre os cidadãos, em processos de discussão e deliberações, como forma e meio de ampliar a autonomia civil e as relações públicas (COLOMBO, 2006). A esses processos se dá o nome de “teledemocracia, democracia digital, democracia eletrônica, governo digital, administração aberta, ciberdemocracia (COLOMBO, 2006), ou ainda *e*-democracia (MARTÍ, 2008). Ciberdemocracia é a nomenclatura adotada neste estudo.

Para se desenvolver, a ciberdemocracia depende da sua própria prática, já que, na medida em que se desenham e se utilizam mecanismos de participação digital, surgem possibilidades de sedimentar tais práticas. Contudo, pelo que foi visto, são pequenas experiências e pouco compromisso de afetar as instituições e processos vigentes, mas é importante pensar em maiores transformações sociopolíticas. Para o alcance de objetivos, é necessário pensar inicialmente em outros tipos de TICs e de mecanismos como forma de romper as limitações tecnológicas e processuais (MARTÍ, 2008).

As TICs podem reduzir distâncias entre cidadãos e políticos, alterando o contexto tradicional na democracia representativa, mas podem ser apenas novas formas participativas ou ferramentas úteis às velhas formas. Apesar da necessidade de inovações na forma de fazer política, o que se tem visto é a utilização de processos de inovação democrática que se prestam à manutenção da democracia representativa, indo um pouco além ao inserir os cidadãos na gestão pública (COLOMBO, 2006). Mas a participação política na internet pode dar origem a casos conhecidos, como “cidades digitais”¹⁴ e “governos eletrônicos ou *e*-

¹⁴ Lemos e Lévy (2010, p.125-126) definem 4 formas por meio das quais as cidades digitais podem se apresentar.

government”¹⁵, e até mesmo possibilidade de voto pela internet¹⁶ (LEMOS; LÉVY, 2010). Isso cria uma situação emblemática, já que, como foi discutido em seções anteriores, a própria representação política entrou em crise em virtude de uma série de transformações ocorridas na sociedade que impactaram diretamente a política e suas instituições (MIGUEL, 2003).

Muito da mudança que se discute também cabe às alterações que a mídia eletrônica conferiu à disputa eleitoral (MIGUEL, 2003). Ao longo dos anos, a mídia de massa apresentou-se como espaço de possibilidades interacionais e comunicacionais, até voltada para assuntos políticos, para ampliar a democracia. Entretanto é possível também considerá-la um espaço de utopias ou espaço fechado em que as possibilidades interativas não passaram de eufemismo, para criar a metáfora de democracia (CÁDIMA, 1998).

Ainda diante das críticas às mídias tradicionais, como rádio e TV, estas se apresentam também como entes representativos, mesmo que sejam apenas complemento e estejam em posição secundária. A mídia, a partir do jornalismo, expõe o que é o mundo de acordo com seus interesses e de quem a patrocina, o que a faz muitas vezes cumprir mal o seu papel em termos democráticos. Mesmo assim, é necessário destacar que ela exerce papel representativo, que, se bem realizado, pode constituir importante instrumento democrático para incorporar o pluralismo político e social (MIGUEL, 2003). Neste contexto, surge a necessidade de a imprensa mudar a forma de usar a internet e de disponibilizar conteúdo, podendo se destacar como um meio de desenvolver e consolidar a circulação de informações muito úteis para a participação social na política (MOLINA, 2008).

Porém a mudança paradigmática, séculos XIX e XX, da produção para a comunicação, resultou em mudanças no cenário em que a televisão divide importância com a informática, telemática e multimídias e reforça o interesse da sociedade pela informação e comunicação, aspectos também fortemente vinculados à democracia (CÁDIMA, 1998). Está em curso uma mudança que impacta fortemente a representação política, antes vinculada quase exclusivamente aos partidos políticos. Graças ao avanço dos meios de comunicação de massa, observa-se perda da centralidade dos partidos e aumento na personalização política, que tem passado a direcionar as preferências do eleitorado (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a).

¹⁵ Lemos e Lévy (2010, p.137-150) apresentam conceituações e exemplos.

¹⁶ Lévy (2002, p.128-129) discute a possibilidade de votos pela internet.

Por outro lado, apesar de grande parte da literatura apresentar a internet como instrumento positivamente útil para as práticas democráticas, há críticas que apontam os riscos de que ela siga os mesmos “passos” das mídias de massa, caso não ocorra mudança fundamental nos sistemas de estrutura hierárquica social, econômica e política. As mídias de massa têm servido aos interesses dominantes, em detrimento do interesse público, em geral, sendo maior a subserviência na atualidade do que em tempos anteriores, pela ampliação de espaços que marginalizam vozes. Em tal contexto, a internet avança, ao criar espaços públicos autônomos e democráticos que favorecem o fluxo livre de informações e abrem possibilidades para debates de problemas sociais e formação de opinião pública crítica (DAHLBERG; SIAPERA, 2007).

Entre as possibilidades democráticas que a internet concede, pode haver empoderamento de partidos políticos, de ativistas e de grupos de interesse, especialmente daqueles que as mídias de massa ignoram ou denigrem. As evidências atuais indicam muitas mudanças provocadas pela internet no modo com que as pessoas conduzem relações sociais e negócios, mas não há ainda grande impacto na participação política e na redistribuição de poder político (MARGOLIS; MORENO-RIANO, 2009). Por outro lado, pode ser que as práticas políticas na internet sigam um curso semelhante ao que as práticas de negócios apresentaram quando passaram a se localizar no ambiente virtual, com fortes chances de ganhar cada vez mais espaço para as discussões e agregar cada vez mais cidadãos interessados em participar e fazer política via *web* (HINDMAN, 2009).

A importância do uso de páginas da internet para política se dá em virtude das possibilidades de vivenciar experiências de participação democrática na vida social. Até mesmo quando tais páginas são usadas para fins antidemocráticos, há possibilidade de enfrentamento desse tipo de ideias, em vista das condições de participação proporcionadas por esse meio virtual (MOLINA, 2008).

O impacto da internet na política, que há muito vinha sendo profetizado por acadêmicos, passou a ser facilmente visualizado em campanhas eleitorais de grande efeito nos EUA, em 2004 e 2008. Dean, candidato à presidência, conseguiu, em 2004, grande interação com a sociedade, tendo até mesmo obtido apoio financeiro de dezenas de milhares de voluntários na *web*. Tal fato se reforça com os exemplos de grandes valores arrecadados por Wesley Clark, John Kerry e George W. Bush, além do grande aparato de campanha eleitoral *on-line* utilizado por Barack Obama (HINDMAN, 2009; MARGOLIS; MORENO-RIANO, 2009).

Além do apoio a eleições, políticos e partidos, a internet tem possibilitado a criação e o desenvolvimento de uma série de ferramentas pelos governos para propiciar condições de manter uma governança eletrônica. Alguns dos marcos são: em 1994, em Minnesota (EUA), surgiu o *Minnesota e-democracy*, para dar informações sobre candidatos e suas propostas. Nos EUA, abriram-se possibilidades de cidadãos opinarem e debaterem questões políticas locais, estaduais e federais. No Reino Unido, criou-se o *UK Citizens Online Democracy*, para conceder informações e abrir espaços de debate político. Em 2003, a União Europeia lançou o *Vote for the EU you want*, um espaço de interesse supraestatal para aumentar a participação cidadã e permitir votações sobre temas de seu interesse (COLOMBO, 2006).

No Brasil, também é possível destacar exemplos de portais eletrônicos que apresentam informações, serviços e espaços de participação para a população, nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e nos três níveis de poder (executivo, legislativo e judiciário). Assim, o Governo de Minas Gerais, desde 2011, mantém o *site* do Movimento Minas, um portal formado por fóruns de discussão e informações de projetos públicos. O Gov.br é um Portal Eletrônico do Governo Federal, em que são disponibilizadas diversas informações e serviços ao cidadão, e o Portal Brasil registra informações sobre a atuação do governo federal em vários setores, como cidadania e justiça, saúde, economia e emprego, turismo, educação e esporte.

Ainda no caso específico do Brasil, foi instituída a Lei Federal de Acesso à Informação, Lei n.º 12.527 de 2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e regulamenta o direito constitucional dos cidadãos às informações públicas dos três níveis de governo. Com isso, muitos portais de transparência passaram a ser criados na internet, para permitir aos cidadãos acesso a informações sobre gestão, como o Portal da Transparência do Governo Federal e os de vários Estados, como Minas Gerais e São Paulo.

Conclui-se que a gestão pública, às vezes, utiliza mecanismos voltados ao consumidor de serviços públicos, abrindo espaços para ir ao encontro deles e esclarecer assuntos relacionados a obras e políticas públicas. Em outros casos, encontra nas TICs possibilidades de abrir canais de participação com baixo grau de inovação democrática, já que as próprias instituições é que tomam as decisões finais (COLOMBO, 2006). Afirma Frey:

a proliferação dessas novas formas de governança interativa representa uma adaptação dos sistemas político-administrativos à diversidade, complexidade e dinâmica da sociedade contemporânea. Enquanto as fronteiras dos setores público e privado se tornam mais turvas, multiplicam-se os processos interativos, crescentemente institucionalizados, envolvendo os mais variados níveis e dimensões (FREY, 2007, p.140).

Está claro na atualidade que, quando a participação é importante e diversificada, a internet tem potencial para se tornar uma nova e relevante arena de debates, o que pode contribuir para a propagação dos valores deliberativos em diferentes níveis de opinião e decisão. O cenário de discussão na internet pode se fortalecer à medida que a comunicação é facilitada e surge uma variedade de temas em discussão. Os fóruns *on-line*, por exemplo, se destacam por permitir *feedbacks* de questões específicas e por serem meios que permitem tomar conhecimento das opiniões de militantes e simpatizantes políticos (KIES, 2010).

Além dessas formas de ação no ambiente virtual, a internet propicia várias possibilidades aos movimentos ativistas, como troca de *e-mails* entre representantes eleitos e outros atores dos movimentos e utilização de recursos para mobilizar os membros e divulgar notícias, alertas e outras informações, para criar redes com outras organizações e associações, para obter recursos e recrutar apoio. O Greenpeace, por exemplo, mantém um *site* no qual são disponibilizados áudios e vídeos, notícias, orientações sobre como os membros podem se organizar, participação em salas de bate-papo, informações sobre as principais ações de ciberativismo organizadas em tópicos, etc. Os movimentos de protesto normalmente se dão a partir de demonstrações públicas e ações direcionadas para autoridades, cuja dinâmica a internet tem mudado. Com a internet se promove, pois, a difusão de ideias e táticas de forma rápida, até além das fronteiras do país (NORRIS, 2002).

Quanto à democracia radical, ela se manifesta tanto em ações políticas quanto na infraestrutura política, especialmente quando se discute a ação direta na internet por meio do “hacktivismo”, que se baseia especialmente em uma política de compartilhamento de rejeição, na qual os *hackers* ativistas agem usando *softwares* e *hardwares* para acessar e disponibilizar informações que acreditam ser de acesso livre para todos. Em virtude disso, essa política informacional tem sido tratada com diferentes abordagens na literatura. Assim, nos EUA, é tratada como uma retórica libertária e, na Europa, como uma retórica anarquista. Segundo Jordan (2007, p.74), o hacktivismo “*is part of the reconstruction of society as the effects of computer and reworked technologies become over more apparent. In hacktivism we will be able to trace come of the meanings for radical democracy of these technologies of the virtual*”.

Portanto os processos atuais de democratização têm se baseado na inovação das formas de participação, que vão da incorporação de novas ferramentas e atores sociais à redefinição das identidades e afiliações, especialmente as locais (SANTOS; AVRITZER, 2005). As formas de participação *on-line* passaram a fazer parte do debate sobre o potencial da internet para

promover transformação no contexto democrático, possibilitando expandir o engajamento político e a esfera pública. As mudanças se dão, especialmente, pelo crescimento das comunidades virtuais e plataformas colaborativas, propiciadas, por exemplo, por *blogs* políticos e redes sociais virtuais (SHAW, 2012).

Discutida a relação das TICs e da internet com a democracia no ambiente virtual, fala-se, na próxima seção, a respeito dos novos contextos sociopolíticos propiciados por esses elementos, o que se mostra importante para subsidiar outras discussões.

3.3.2 Contexto Sociopolítico Contemporâneo

Segundo o que foi discutido, as sociedades têm modificado tanto suas tecnologias de informação quanto as formas de produzir conhecimento, organizando, assim, o conhecimento que serve diretamente para a melhoria do seu funcionamento e da forma de fazer política. O desenvolvimento das tecnologias deve, portanto, propiciar direitos e capacidades para homens e mulheres protagonizarem a construção do conhecimento e de políticas públicas e a formulação de um humanismo plural (SARDÀ; SOLÀ, 2008).

Cabe destacar que os espaços públicos *on-line* não compartilham das mesmas características deliberativas, ainda que sejam válidos como espaços democráticos de interação e discussão. Três fatores impedem que os consideremos espaços equânimes de participação: a importância de fenômenos que garantem aos cidadãos o debate de assuntos políticos; a natureza e a origem dos atores que criam e coordenam os debates, em vista da influência que interfere na qualidade das discussões; fatores contextuais que podem influenciar as deliberações, como características dos participantes, ideologia, impacto do debate (KIES, 2010).

Apesar da grande difusão da internet, há, quanto ao acesso, certo grau de exclusão de pessoas. Além disso, identificam-se aspectos que levam os cidadãos à exclusão em outras atividades e espaços, como renda, tipo de ocupação no mercado de trabalho, nível educacional, local de residência (urbano ou rural) e gênero (DiMAGGIO; HARGITTAI, 2001). A aproximação dos cidadãos depende diretamente, pois, da igualdade de acesso às TICs de toda a população. É talvez nesse contexto que se inicia a democracia, ou seja, combatendo a “estratificação digital”, uma série de desigualdades no acesso à internet, como acesso físico, habilidade na utilização e capacidade de adaptação psicológica e cultural às TICs. Essa estratificação se dá

em virtude da desigualdade de condições materiais e culturais de inserção no mundo digital, ocorrendo tanto no nível individual como no organizacional, também em função de características regionais (COLOMBO, 2006).

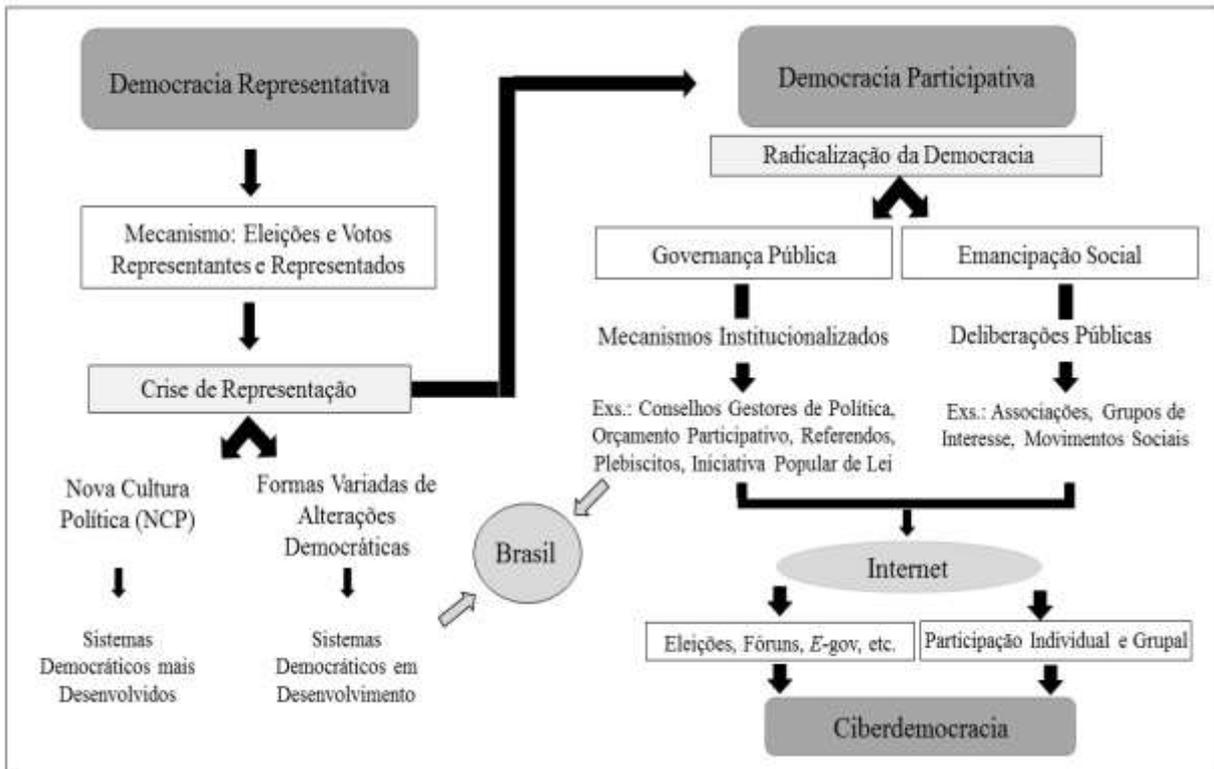
Para Colombo (2006), é necessário criar um contexto de participação equânime na internet, visto que, quando se tem uma situação de estratificação digital, como falta ou baixa qualidade de acesso, não se pode falar em inovação democrática, já que continua prevalecendo a estratégia demoelitista ou o elitismo democrático.

Apesar da crítica apontada, é fato que a internet se atrela à democracia, possibilitando que os cidadãos se insiram nos processos políticos de forma mais facilitada e ampliada, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista das mudanças paradigmáticas das relações e das comunicações. Por isso, ela pode colaborar com a educação democrática e o aumento de interesse pela política (COLOMBO, 2006).

Mas há possibilidades de ampliação da democracia por meio das redes sociais virtuais e de novas organizações sociais, já que associações tradicionais, como sindicatos, partidos políticos e organizações religiosas, parecem ter a procura reduzida por parte dos cidadãos interessados em participação na política. É nas “*redes sociais* que se tecem no âmbito dos desejos e das intencionalidades, que circulam os interesses, os bens e as informações num universo político não-especializado e institucionalizado” (DOIMO, 1995, p.151) [*grifo da autora*]. Há, no entanto, muita discrepância entre a interação comunicacional e a contribuição objetiva em projetos ou ações específicas nas redes (FERREIRA, 2011).

A Figura 5 reúne os principais elementos tratados até esta parte do estudo, como forma de organizar o pensamento acerca das mudanças contextuais pelas quais a democracia passou e tem passado, em especial pela inserção da internet e das possibilidades criadas para governos e sociedade.

Figura 5 - Democracia e participação



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

Ao buscar entender a dinâmica relacional e comunicacional propiciada pela internet, em especial para a juventude, Carmo (2001, p.254) defende que “hoje o impulso é dado pelo computador, símbolo por excelência de um conjunto de tecnologias que realmente põem à disposição de grandes massas uma profusão de informações e conhecimentos, chegando ao risco de saturação”. O autor afirma: “estamos em um meio saturado de imagens, símbolos e informações, mas ainda carente de análises e reflexões. O difícil é saber *como* processar essa enxurrada de informações” [*grifo do autor*].

Justificando este estudo, ocorre que os debates sobre participação política na internet sofrem da ausência de discussões sobre a dinâmica organizacional e institucional no interior das comunidades *on-line* engajadas em ações políticas. Também se verifica ausência de discussões sobre implicações sociopolíticas do contexto. Portanto é necessário que pesquisas, neste campo, reconheçam e discutam as relações entre os movimentos democráticos, as mídias digitais e as formas de organização *on-line* (SHAW, 2012).

Torna-se complexo qualquer trabalho que busque compreender, de forma geral, o que está ocorrendo em termos de tecnologias e de política. Carmo (2001, p.261-262) afirma que “na atualidade não se fala mais em grandes movimentos. A revolução que está sendo travada é

molecular. Os jovens de hoje não estão preocupados em partir para grandes projetos de transformação social. Abrem-se a toda espécie de rebelião, sem um objetivo único”. O autor ainda defende que pequenas iniciativas “mesmo não tendo visibilidade na mídia, contribuem para a transformação social e dão esperanças de que contestar, resistir e propor alternativas não é uma atitude ultrapassada e fora de propósito”.

Neste contexto de democracia pela internet, que se desenvolve na atualidade, os jovens se destacam como protagonistas na utilização das ferramentas propiciadas nos mais diversos tipos de *softwares*, em especial os que permitem a criação de redes sociais virtuais que podem gerar Redes Sociopolíticas Virtuais. Importante é destacar que, com a ciberdemocracia, parece haver ressurgimento de ações políticas desses jovens que há muito tempo não se viam no Brasil, talvez desde o movimento dos caras-pintadas na década de 1990.

Torna-se importante, pois, lembrar que o atual contexto de participação política de movimentos sociais contra a corrupção e o surgimento de uma nova cultura política com a democracia digital são destaque neste estudo. Portanto, faz-se necessário discutir conceitos e contextos acerca dos movimentos sociais, como base para outras discussões.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES SOCIOPOLÍTICAS VIRTUAIS

Esta seção apresenta três quadros teóricos, o primeiro relacionado aos movimentos sociais, o segundo ao contexto político e dos movimentos sociais no Brasil e o terceiro ao ativismo virtual, mostrando possibilidades através das Redes Sociopolíticas Virtuais.

A primeira subseção apresenta alguns argumentos iniciais como forma de esclarecer conceitos relacionados com movimentos sociais e apresentar uma síntese do contexto de seu desenvolvimento, finalizando com a apresentação de cinco abordagens com as quais os movimentos têm sido estudados: comportamento coletivo, mobilização de recursos, processos políticos, novos movimentos sociais e enquadramentos.

Na subseção seguinte, encontra-se uma síntese do modo como ocorreram as transformações no cenário sociopolítico brasileiro nas últimas décadas e como os movimentos se transformaram. Na última subseção está uma discussão sobre o modo de inserção dos movimentos no ciberespaço, na perspectiva de redes sociais virtuais, começando com possibilidades de ativismo virtual/*on-line* e criação de redes de movimentos e, posteriormente, ampliando o foco para os movimentos sociais em Redes Sociopolíticas Virtuais, com base em redes sociopolíticas e ativismo virtual.

4.1 Movimentos Sociais: Conceitos e Abordagens de Estudo

As **ações coletivas** que constituem os movimentos sociais podem ser orientadas pela “solidariedade”, que se traduz em um tipo de habilidade do indivíduo de se reconhecer com a mesma unidade social daqueles com quem está em contato. Essas ações podem se originar de dois contextos especiais, ou seja, reação a crises e expressão de um conflito, o que pode ocasionar a formação de movimentos sociais. O primeiro caso, reação a crises, ocorre quando os movimentos surgem como resposta a crises ou a mecanismos disfuncionais do sistema. O segundo caso, expressão de conflito, guarda relações com o reconhecimento das demandas da coletividade que desafiam a legitimidade do poder atuante e ocorre quando dois ou mais atores buscam controle de recursos sociais.

As ações coletivas podem ainda figurar como oposição à manutenção da ordem dos sistemas de relações sociais, ao serem orientadas por violações de alguns limites estabelecidos (MELUCCI, 1996). Assim, o caráter conflitivo dos movimentos sociais diante do sistema político é necessário para realizar mudanças ou mesmo para manter políticas, especialmente por meio de ações que visem a pressionar esse sistema na resposta às demandas do movimento (PEREIRA, 2012).

Della Porta e Diani (2006) compreendem os movimentos sociais como um processo social distinto, no qual existe esta identificação dos atores: a) estão envolvidos em relações conflituosas com adversários muito bem identificados, em conflitos políticos e/ou culturais, promovendo mudança social ou se opondo a ela; b) estão ligados por redes informais densas, que se diferenciam de redes organizadas, visto que os atores têm autonomia e independência para conduzir e definir estratégias coletivas, estando em constante processo de negociação nas ações coletivas; c) compartilham uma identidade coletiva distinta, pois os movimentos sociais são considerados quando se desenvolvem identidades coletivas, que vão além de eventos e iniciativas específicas. Pode-se ressaltar que, devido à dinâmica de transformações, esses movimentos podem ser definidos como “fenômenos fluidos”, nos quais pertencimento e identidade dos membros assumem relevantes implicações em suas fases de estruturação, como afirmam Della Porta e Diani (2006, p.26): “*in the formation and consolidation phases, a sense of collective belonging prevails on links of solidarity and loyalty which can exist between individuals and specific groups or associations*”.

De acordo com a perspectiva de Zald e Ash (1966), McCarthy e Zald (1987) e Charles Tilly (1978) apud Della Porta e Diani (2006), os movimentos sociais são ações racionais, intencionais e organizadas que têm base no cálculo de custos e benefícios e são influenciadas pela presença de recursos. Para Della Porta e Diani (2006), os movimentos sociais se originam da coexistência de sistemas de valores contrastantes e de conflitos entre os grupos. Eles assumem importante valor significativo e levam a mudanças sociais benéficas e necessárias. Apesar de muitas confusões conceituais com outras formas de ações coletivas, Machado (2007) explica que não se deve confundir movimentos sociais com outras formas de organizações sociais, como as organizações não governamentais (ONGs). Por outro lado, ressalta que existe dificuldade em exterminar confusões teóricas e práticas, já que muitos movimentos se desenvolvem, institucionalizam e transformam em ONGs.

Pode-se também definir movimento social, em sentido amplo, a partir da definição de adversários ou opositores e de um projeto, por um processo contínuo, resultado de múltiplas

articulações (SCHERER-WARREN, 2006). Outra possibilidade de compreensão está na forma como se apresenta: um conjunto de crenças e opiniões de uma população, que representa as preferências, para alterar certos elementos da estrutura social. Mas há também a possibilidade de ocorrência de contramovimentos, que denotam um conjunto de crenças e opiniões de uma população em oposição a um movimento social (McCARTHY; ZALD, 2003).

Além de tarefas simples, os movimentos sociais requerem de seus agentes uma série de atividades intelectuais para levar aos objetivos pretendidos. Entre essas atividades, ressaltam-se formulação de quadro de reclamações e de ideologias, interação com as mídias, criação de coalizões, desenvolvimento de escrita e discursos, elaboração de estratégias e táticas para o alcance dos objetivos, diálogo com os interessados, internos e externos. Em relação às atividades, é importante lembrar domínio da linguagem e de outros símbolos, sendo, pois, a educação formal importante quesito para o bom desempenho dessas atividades, seja pelo desenvolvimento das habilidades comunicacionais, seja pela absorção de diferentes culturas que capacitam os ativistas a compreender outros contextos (MORRIS; STAGGENBORG, 2004).

Em virtude das diferenças ideológicas e comportamentais dos atores envolvidos nos movimentos e nos grupos oponentes, as ações podem usar a violência como forma de protesto ou mesmo possibilitar que esse tipo de ação ocorra durante as etapas de mobilização e movimentação. Além disso, os atores dos movimentos podem sofrer esse tipo de ação por parte de seus antagonistas, especialmente quando se trata do Estado, normalmente defendido pela Polícia ou por forças nacionais, como o Exército. Além das formas de agressão individual, a violência pode ser percebida no âmbito coletivo por meio de diferentes variáveis, como rituais de violência, destruição coordenada, oportunismo, brigas/pancadarias, ataques isolados e ruptura de negociações (TILLY, 2003). Portanto a violência pode ser utilizada tanto como forma central dos movimentos, para gerar agitação, quanto como forma de repressão do Estado ou como ação isolada de rebeldes em movimentos.

A violência coletiva, segundo Tilly (2003), são interações sociais episódicas nas quais se destaca o envolvimento de, pelo menos, dois agressores e de que resultam danos físicos a pessoas e/ou objetos. Para o autor, situações de violência coletiva se manifestam, especialmente, em contextos de transição de regimes políticos ou de “anormalidades” na economia.

Em virtude da complexidade que perpassa os movimentos sociais, esses aspectos passaram a ser compreendidos por estudos da Sociologia Relacional, com enfoque nas ações coletivas que os formam. Marques (2007, p.158) mostra que a Sociologia Relacional se desenvolveu a partir da década de 1970, na busca de analisar os padrões de indivíduos e entidades envolvidos em situações sociais, que têm a ver com praticamente todos os fenômenos sociais e econômicos. Estabeleceu-se, pois, que estudos que envolviam questões políticas e suas formas de ação podiam estar fundamentados no formato de redes sociais, visto que “as relações sociais constituem a unidade básica da sociedade, ao invés dos atributos dos indivíduos”.

O estudo de movimentos sociais constitui uma área da Sociologia, mas seu valor vai além de ser um subcampo, dado o aumento da importância da área em outras disciplinas, como Ciências Políticas, História, Psicologia e, recentemente, Antropologia e Estudos Culturais (KLANDERMANS; TAGGENBORG, 2002). Defende-se que, nesse campo político e cultural é possível realizar estudos com enfoque nas relações e organização dos movimentos sociais, já que se mostram como uma possibilidade para estudos da Administração, especialmente a Gestão Social, haja vista que é uma área aplicada das Ciências Sociais.

Pode-se justificar essas observações com o que diz Machado (2007, p.252), que considera os movimentos sociais como “formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social”. Além disso, essas ações coletivas têm como objetivo “mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas” (MACHADO, 2007, p.252). Contudo os movimentos sociais não são organizações, mas redes que podem, ou não, incluir organizações formais. Portanto se compreende também que uma simples organização, qualquer que seja seu traço dominante, não é um movimento social (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Apesar disso, os movimentos sociais podem ser compreendidos pela forma como seus atores interagem e se organizam, ou seja, sua dinâmica relacional e comunicacional, o que passa a ser o enfoque desse estudo.

Segundo McCarthy e Zald (2003, p.197-199), a organização do movimento social (Social Movement Organization – SMO) é um tipo de organização complexa ou formal que busca tanto a identificação de seus objetivos, em relação aos movimentos sociais ou contramovimentos, como tentativas de implementação dessas metas. De acordo com a visão

organizativa dos movimentos, algumas categorizações dos atores podem colaborar para o entendimento dos papéis exercidos, como: a) adeptos (*adherents*) – indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento; b) constituintes (*constituents*) – aqueles que provêem recursos para a SMO; c) observadores públicos (*bystander public*) – conhecidos também como “simpatizantes”, são aqueles que apenas assistem, ou seja, não se aderem nem se opõem, mas podem ser conquistados pelos adeptos. Há também a figura de adeptos conscientes (*conscience adherents*) e constituintes conscientes (*conscience constituents*), que são parte dos movimentos e colaboram de alguma forma, mas não se beneficiam diretamente.

Della Porta e Diani (2006) chamam a atenção para quatro agrupamentos principais de questões que podem orientar os estudos neste campo:

- a) relações entre transformações estruturais nos padrões dos conflitos sociais e os movimentos - as mudanças na estrutura social não só são importantes para os movimentos, mas são elas que os desencadeiam e possibilitam que estes ocorram;
- b) o papel das representações culturais nos conflitos e nas ações coletivas - importância dos aspectos psicologizantes dos movimentos, visto que o foco está nas ações observadas e não nas motivações que as determinam;
- c) processos de ações coletivas através dos valores, interesses e ideias – importância de aspectos subjetivos relacionados a valores e objetivos dos indivíduos;
- d) relações de influência dos contextos culturais, sociais e políticos sobre os movimentos: chama-se a atenção para a importância dos processos e oportunidades políticas.

Para melhor compreensão do sistema de ações e dos atores coletivos também é mister considerar variáveis, como processos de mobilização, modelos de liderança, ideologias, formas de comunicação e organização, bem como algumas relações com o exterior efetivadas com outros atores, como concorrentes, adversários e aliados. Além disso, o campo de oportunidades e restrições no qual a ação coletiva se forma e se desenvolve é resultante das respostas dos sistemas políticos e dos aparelhos de controle social (MELUCCI, 1996), variáveis que devem ser consideradas na análise dos movimentos sociais.

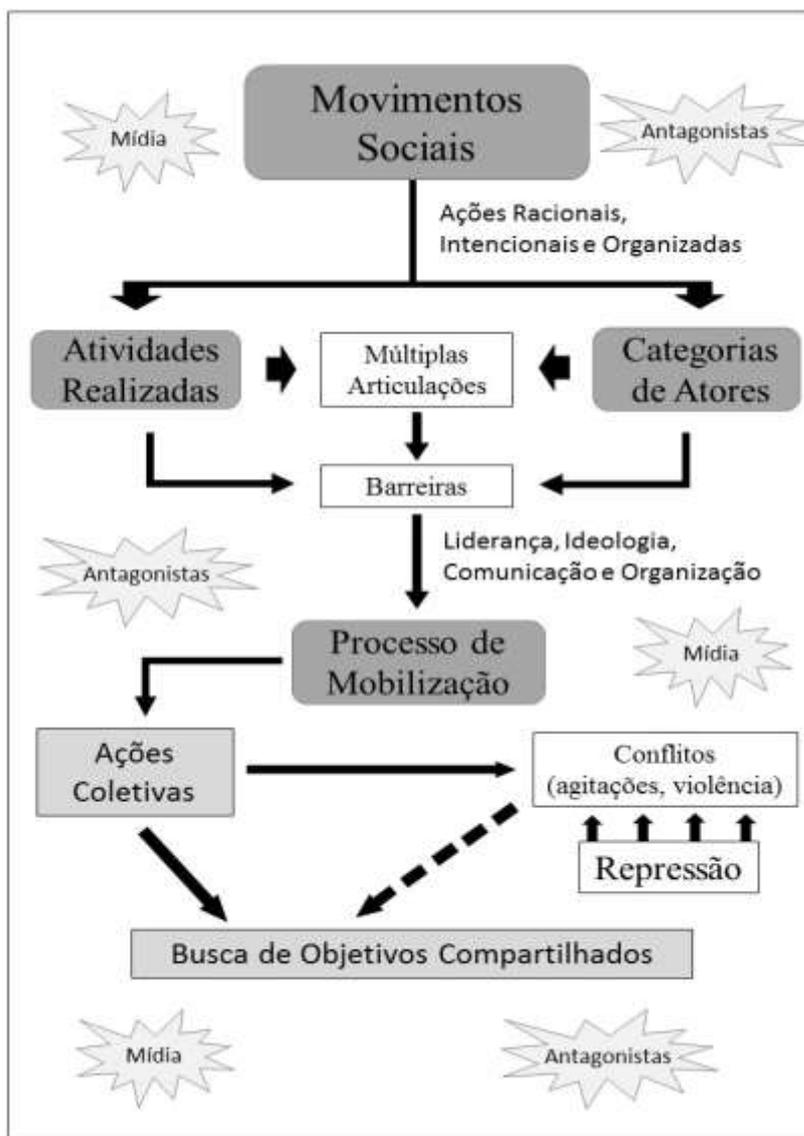
Os movimentos sociais têm de enfrentar seis barreiras principais para obter forças para a mudança social, que, segundo McAdam (1996), leva os movimentos a adotar os seguintes objetivos: a) atrair novos “recrutados”; b) sustentar o moral e o compromisso dos adeptos atuais; c) gerar cobertura midiática, de preferência, mas não necessariamente, de forma favorável; d)

mobilizar apoio de vários espectadores públicos; e) limitar as opções de controle social de seus oponentes; f) definir a política pública e ação do Estado. Os dois primeiros objetivos são direcionados ao âmbito interno dos movimentos sociais e têm sido focos de muitos estudos. Já os quatro últimos objetivos se constituem em desafios enfrentados no âmbito externo, ainda muito carente de análises sobre movimentos.

A mídia assume importante papel em relação aos movimentos sociais, sendo também entendida como parte deles. Isso se deve ao fato de que os jornalistas atuam como agentes que, de alguma forma, impactam o curso das ações coletivas, já que selecionam a quantidade e o tipo de informação, direcionando-a para o público de acordo com os enquadramentos que fazem dos movimentos. Além disso, os jornalistas atuam como jogadores, ao decidir dar, ou não, voz aos movimentos nos meios de comunicação, sendo responsáveis ainda por selecionar os porta-vozes e por fazer julgamentos sobre as informações que apresentam (GAMSON, 2004).

Zald (1996) defende a importância das mídias para os movimentos sociais, de panfletos, livros e jornais escritos a rádio e televisão. Para o autor, ainda que os ativistas utilizem cafés, bares, salas de encontros e outros lugares públicos para discutir e se organizar, é preciso considerar a relevância das mídias para mobilizar a opinião pública. Para reforçar a ideia, o autor chama a atenção para o impacto que a mídia pode provocar em ações coletivas dos movimentos, seja para benefício, seja para malefício. Como exemplo, compara o impacto que tem um texto sobre aborto apresentado em um jornal escrito com o impacto que uma imagem de um feto abortado tem na televisão. Mas, na época dessa discussão, não se observava, como nos dias atuais, o impacto das mídias sociais, de fácil acesso para a população e, normalmente, não subordinadas a censuras.

A Figura 6 reúne os principais elementos tratados anteriormente, como forma de esclarecer o contexto no qual os movimentos sociais se configuram e se apresentam.

Figura 6 - Movimentos sociais: elementos e configuração

Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

Como mostra a Figura 6, os movimentos sociais se originam com ações racionais, intencionais e organizadas que, auxiliadas por múltiplas articulações, possibilitam organizar atividades e atores. As atividades essenciais determinam formulação de quadros de reclamações e de ideologias, interações com as mídias, formação de coalizões, realização de discursos, elaboração de estratégias e táticas, diálogo com os envolvidos interna e externamente, entre outras ações. Quanto aos atores, podem se apresentar de forma mais ativa ou passiva, sendo normalmente classificados como adeptos, constituintes e observadores públicos. No contexto formado, uma série de barreiras podem surgir, como as relacionadas com atração de novos integrantes, sustentação do compromisso dos adeptos, cobertura midiática, mobilização de apoio de observadores, controle das ações dos antagonistas.

A liderança pode prover comunicação e organização de acordo com a ideologia presente no movimento, uma forma de permitir que o processo de mobilização resulte em ações coletivas e alcance de objetivos compartilhados pelos indivíduos. É mister ainda observar que o alcance de objetivos muitas vezes passa por situações de conflitos e violência entre os próprios integrantes ou entre estes e seus antagonistas, podendo gerar situações de repressão. Já a mídia e os antagonistas dos movimentos parecem acompanhar todo o processo de organização dos movimentos, podendo, a seu modo, dar publicidade, ocultar ações ou buscar formas de interferir, negociar ou ignorar os movimentos.

Em virtude das diversas possibilidades de estudos e paradigmas de análise e do próprio desenvolvimento histórico dos conceitos relacionados aos movimentos sociais, desenvolveu-se uma variedade de abordagens e teorias. Em decorrência disso e da necessidade de esclarecer o desenvolvimento deste campo de estudos, são apresentados, de forma sucinta, alguns dos principais posicionamentos epistemológicos possíveis de serem assumidos. Esse esclarecimento é necessário como forma de fundamentar a discussão a respeito dos movimentos sociais que, de alguma forma, podem se apoiar nas redes sociais virtuais.

4.1.1 Abordagem do Comportamento Coletivo

A Abordagem do Comportamento Coletivo (ACC) se desenvolveu na Escola de Chicago, na década de 1920, por meio dos trabalhos iniciais de autores, como Robert E. Park e Ernest W. Burgess. Ela permite observar a ação coletiva de modo a permitir a compreensão da dinâmica dos movimentos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Para explicá-la, Melucci (1996) recorre a uma diferenciação entre ela e a abordagem marxista. Nesta as ações coletivas são fundamentadas em mudanças estruturais e sistêmicas da sociedade, sem considerar a capacidade dos atores de perceber, avaliar e decidir o que possuem em comum. A ACC considera que os atores respondem a certas disfunções do sistema social, mas não possibilita compreender como ocorre o reconhecimento de semelhanças entre eles.

Para essa abordagem, que surge fora das estruturas institucionais como um tipo de ruptura ou tensão estrutural, o paradigma está ancorado em rachaduras do tecido social. Mas emergiu a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), em vista de um declínio causado por inúmeros

posicionamentos e críticas recebidas, porque, enquanto, em alguns casos, a abordagem do comportamento coletivo era tratada com foco em certos temas, como contágio, espontaneidade e emotividade, em outros se assumia que ela se enquadrava em atos de irracionalidade, perigo e excessos, tendendo para uma análise do indivíduo como destituído de racionalidade (BUECHLER, 2004).

A tradição do comportamento coletivo também apresenta uma variação estrutural-funcionalista estabelecida pelo envolvimento com a Teoria da Tensão e Ruptura (Strain and Breakdown Theory). Nesta abordagem o foco se dá exclusivamente na estrutura e não admite a racionalidade do sujeito, colocando o comportamento como resultado de tensões e rupturas com a estrutura, na qual o comportamento dos indivíduos é assumido como irracional, agindo meramente em função de ruptura dos mecanismos de controle em períodos de crise (BUECHLER, 2004). Para Useem (1998), a Teoria da Tensão e Ruptura (TTR) explica a ação coletiva como o resultado de eventos que ocorrem quando os mecanismos de controle social perdem o poder de restringir. Além disso, as ações coletivas se baseiam na solidariedade, fundamentadas em densas redes e forte identidade coletiva.

A abordagem pode ser amparada também pela Teoria da Privação Relativa (Theories of Relative Deprivatio), de Davies (1962) e outros, que busca explicar as rebeliões sociais como resultado de grandes mudanças econômicas que geram sentimentos de privação relativa (BUECHLER, 2004, p.49).

Em divergência a esse posicionamento, há que se considerar que a ruptura social não ocorre apenas na estrutura, pois pode desencadear rupturas cognitivas que colaboram, de alguma forma, com a ação dos atores, conforme Buechler (2004, p.56): “*societal breakdown thus not only disrupts regulatory capacity and everyday routines; it also opens a cognitive space in which people can Begin to consider and pursue alternative social arrangements*”. O autor procura evidenciar que ações rotineiras são impactadas pelas rupturas sociais, o que gera a necessidade de ações coletivas não rotineiras para responder às disrupções. Useem (1998) considera que o colapso das ações rotineiras, ao mudar as mentes dos atores, gera uma “massa de indivíduos atomizados” e colabora para gerar revoltas e ruptura da ordem social.

4.1.2 Teoria da Mobilização de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) é uma alternativa à incapacidade da Teoria do Comportamento Coletivo (TCC) de explicar questões individuais e sobre as motivações que levavam à formação das ações coletivas. Para os teóricos da TMR a TCC se mostrava frágil em suas explicações das ações em termos psicológicos, por considerar uma identidade coletiva sem racionalidade (BUECHLER, 2004).

Para McCarthy e Zald (2003, p.193) a TMR tem o foco de análise direcionado a fatores que apoiam ou restringem os movimentos sociais, definindo-a por meio do exame de uma *“variety of resources that must be mobilized, the linkages of social movements to other groups, the dependence of movements upon external support for success, and the tactics used by authorities to control or incorporate movements”*.

A TMR enfoca a ação social a partir de um fluxo de ações políticas de grupos e não de rebeliões ou anomalias sociais, visto que estas não se direcionam para ações coletivas em virtude de formarem redes fracas e identidade coletiva difusa, a exemplo do que ocorre em grandes crises econômicas (USEEM, 1998). A TMR inova ao considerar os movimentos sociais como **resultados de escolhas racionais de atores conscientes**. Contudo peca por considerar que recursos e decisões estratégicas ficam centralizados sob o controle de pequeno grupo de agentes políticos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Para Edwards e McCarthy (2004), a mobilização dos movimentos sociais está fortemente relacionada aos recursos disponíveis, sendo que estes estão ligados à localidade na qual se desenvolvem e ao contexto histórico no qual se formam. Mas a simples disponibilidade de recursos não é suficiente para os movimentos sociais, em vista da necessidade de coordenação e empenho para converter recursos em ações da coletividade. Entre os recursos, McCarthy e Zald (2003) destacam o dinheiro e as capacidades físicas ou profissionais, chamando a atenção para uma série de aparatos tecnológicos e comunicacionais que podem dar apoio para o engajamento nas ações coletivas. Além disso, esta abordagem enfatiza a necessidade de uma forma organizacional mínima para o desenvolvimento das ações, bem como a possibilidade de envolvimento dos indivíduos com organizações para possibilitar um fluxo de recursos em favor das ações. Portanto evidencia a necessidade de analisar os recursos nos movimentos, mas não abarca, de forma aprofundada, o contexto relacional e cultural.

Os recursos apresentam naturezas distintas e podem ser categorizados assim: a) recursos morais, como legitimação, apoio solidário, compreensão, fama; b) recursos culturais, como artefatos e produtos culturais, amplamente disponíveis e sem propriedade definida, o que torna fácil sua utilização, além do capital cultural; c) recursos sócio-organizacionais, criados

para alcançar os objetivos dos movimentos sociais; d) recursos humanos, como trabalho, habilidades e experiência/conhecimento; e) recursos materiais, ou seja, os capitais financeiros e físicos, incluídos dinheiro, propriedades, espaços de escritórios, equipamentos e suprimentos (EDWARDS; McCARTHY, 2004).

Os recursos podem ser acessados de formas distintas, conforme mostram Edwards e McCarthy (2004). Para os autores, as formas de acesso podem se dar em virtude de: a) agregação, que se baseia na alocação de recursos dos membros para a coletividade; b) autoprodução, que resulta de recursos que a SMO cria (produtos com símbolo dos movimentos, camisetas, canecas, etc.) ou a que adiciona valor por recursos agregados, cooptados ou obtidos por meio de patrocínio; c) cooptação/apropriação, que são formas de assimilação, empréstimo ou transferência de recursos de outros grupos para o movimento; d) patrocínio, que são recursos advindos de organizações que apoiam os movimentos com finalidades pré-estabelecidas, como fundações ou o próprio governo.

Como pode ser observado, a TMR tem forte viés utilitarista, por colocar as ações coletivas como resultado dos interesses dos indivíduos e do cálculo racional de uma relação de ações e benefícios possíveis de alcançar, o que não representa a natureza dos movimentos sociais (CARLOS, 2011).

Críticas também são direcionadas para o viés funcionalista da TMR, como a de Buechler (2004), segundo a qual é dado foco excessivo à figura de um ator central ou líder. Na visão de Ussem (1998), não se demonstra que condições geram ações coletivas não rotineiras. Enfim, muitas críticas são direcionadas a essa teoria, em especial por esboçar a formação de grupos de interesses e não de movimentos sociais. O foco se direciona para a organização racional dos processos e ações, visando a diferentes escalas de interesses e objetivos, o que não representa, em sua totalidade, os movimentos sociais.

4.1.3 Teoria dos Processos Políticos

A Teoria dos Processos Políticos (TPP) faz críticas à TMR, considerando que negligencia influências de arenas e contextos políticos sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais (KLANDERMANS; STAGGENBORG, 2002). A TPP se concentra nas relações estabelecidas entre atores políticos institucionais e de protesto, estes representados por

movimentos sociais que contestam determinadas ordens políticas. Nesta abordagem, um dos principais elementos analisados no contexto externo é o de oportunidades políticas, relacionado às origens dos protestos e da forma como se dão. As análises podem ocorrer pela divisão funcional do poder e da descentralização geográfica e podem apontar para a forma e intensidade dos movimentos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Oportunidades políticas são relacionadas com o fornecimento, ou não, de possibilidades para a criação de movimentos sociais, sendo um dos diversos tipos de recursos dos quais eles dispõem (McADAM, 1996; TARROW, 1996). Merece preocupação, porém, o que se denomina de oportunidade política, visto que o conceito não possibilita absorver todos os aspectos do ambiente dos movimentos sociais, como os relacionados a instituições políticas, da cultura, de crises, alianças e mudanças políticas. Além disso, mesmo utilizado para explicar muito, pode vir a não explicar nada (McADAM, 1996).

Uma das possibilidades da utilização do conceito de oportunidade política se encontra em contextos histórico-culturais de movimentos que originam os repertórios cumulativos, que são conjuntos de ações que podem ser apropriados por outros grupos, atores e temas. A maior visibilidade de certos movimentos, por exemplo, pode desencadear mudanças na dinâmica de outros. Assim, os movimentos iniciais (“*initiator movements*”) podem inspirar movimentos denominados de “*spin-off movements*”, os quais resultam de desdobramentos, ainda que se estabeleçam fora das fronteiras dos países nos quais se originaram (McADAM, 1996, p.31). Dessa forma, as oportunidades podem abrir caminho para ações políticas que também podem criar oportunidades.

Para Tarrow (1996) os principais elementos de oportunidades são: a) abertura de acesso político, como no caso de contextos de democratização; b) alinhamentos instáveis, como a instabilidade eleitoral, que coloca governo e oposição em constante desequilíbrio; c) aliados influentes, que podem ser importantes elementos na legitimação de movimentos; e, d) elites divididas, pois, quando há conflitos nas ou entre as elites, uma parte pode vir a conceder apoio a certos movimentos. Além disso, as oportunidades podem ser criadas por meio da própria expansão das oportunidades de um grupo, da expansão de oportunidades para outros grupos e da criação de oportunidades para adversários ou de oportunidades para as elites.

As críticas quanto a essa abordagem se pautam, normalmente, por considerar os processos como um tipo de reducionismo político e por rejeitar que mudanças sociais rápidas também ocorram por outras causas, como processos de urbanização e crises econômicas de larga escala. (DELLA PORTA e DIANI, 2006). Tanto a TMR quanto a TPP negligenciam fatores,

como identidade, cultura e emoções (KLANDERMANS; STAGGENBORG, 2002), o que serve como base para o desenvolvimento de outros tipos de estudo que possibilitem incorporar esses fatores nas análises.

4.1.4 Novos Movimentos Sociais

Na ótica marxista-estruturalista, os movimentos sociais são identificados por meio da ação histórica da sociedade em relação às contradições do capitalismo. Mas essa abordagem se tornou antiquada, dado o crescimento dos movimentos sociais e de lutas direcionadas a diferentes causas, dando esses fatos origem ao conceito de Novos Movimentos Sociais (NMS), distante dos tradicionais conceitos de caráter classista dos movimentos camponeses e sindicais. Os NMS foram identificados inicialmente por meio de ações de caráter predominantemente urbano, como movimentos pacifistas, das mulheres, pelos direitos civis, ambientalistas etc. Hoje existe grande diversidade, até movimentos específicos de certos contextos sociais, históricos e culturais (MACHADO, 2007).

Os NMS têm duas vantagens específicas se comparados com os Movimentos Sociais Marxistas (MSM): colocam o ator no centro da análise e capturam características inovadoras que não se definem exclusivamente em relação ao sistema de produção (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

As ações coletivas apresentam-se de forma múltipla e variável na contemporaneidade, sendo possível observá-las em diferentes níveis do sistema social. Nas análises atuais busca-se conceituar campos de conflito, para depois conhecer como os grupos sociais agem. No passado, buscava-se analisar a condição social dos grupos e, posteriormente, as ações dos indivíduos decorrentes do contexto. Houve mudança do foco dos movimentos sociais, que deixou considerar classes, raças e questões políticas tradicionais, voltando-se para o campo cultural, em virtude da complexidade social e das mudanças culturais e de práticas sociais (MELUCCI, 1996).

Com a complexidade das sociedades contemporâneas, entende-se que as articulações podem ocorrer de forma plural, sendo que as lutas por cidadania envolvem várias dimensões:

de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo

ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc (SCHERER-WARREN, 2006, p.115).

Melucci (1996, p.36) considera que houve transformação dos movimentos sociais a partir do final da década de 1970, o que fez não haver apenas movimentos de atores políticos ou organizacionais, surgindo formas compreendidas como “movimentos como meio” (“*movements as media*”). Tal diferenciação é dada em função dos papéis e comportamentos assumidos pelos atores, bem como do foco assumido nas ações, sendo que, por um lado, atores podem engajar-se em ações voltadas para reforma, inclusão, novos direitos e redefinição de regras políticas e, por outro lado, atores direcionam suas ações e questionamentos para formas ou condições culturais puras, que expressam conflitos e dilemas de orientações básicas da sociedade.

O descentramento do sujeito e o surgimento de uma pluralidade de atores possibilitaram o fortalecimento do conceito de cidadania a partir da década de 1990, no Brasil, da mesma forma que ocorreu com o conceito de autonomia que vigorava na década de 1980. A cidadania se liga a novos movimentos em lutas pelo “reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos”, direcionados para causas ligadas a “raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc.” (GOHN, 2004, p.22). Para Edwards e McCarthy (2004), os novos movimentos se tornaram possíveis em virtude do surgimento de uma nova classe média que atua como “motores principais”.

Marteletto (2001, p.73-74) chama a atenção para o fato de que muitos estudos têm apontado importantes “mudanças no perfil e na dinâmica dos movimentos sociais”. Um dos principais aspectos alterados foi o foco das mobilizações e reivindicações, que passou a ser direcionado para as “condições de vida da população” e não mais para a “esfera da produção e do trabalho”, visto que as lutas são baseadas na “ampliação do acesso ao espaço público”.

Outro público específico das redes de movimentos sociais têm sido indivíduos que têm interesse em questões ambientais e desenvolvimento social, que passaram a se inserir em redes sociais temáticas, especialmente a partir da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Torna-se possível criar e manter uma “extensa rede invisível que caracteriza as articulações sociopolíticas no Brasil”, que permitem construir debates e acordos a distância por meio das tecnologias da informação envolvidas (AGUIAR, 2007a, p.12).

Nos movimentos contemporâneos, os atores direcionam sua atenção para as diferenças entre sexos, idades e culturas. Considerando os focos dos movimentos e as especificidades dos

modelos de organização e sistemas políticos, as ações tornam-se intimamente relacionadas com a vida cotidiana e a experiência individual, o que possibilita compreender a variedade de formas de movimentos e de significados das ações coletivas (MELUCCI, 1996). Para Scherer-Warren (2006, p.120-121), o ativismo embasado nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação vem crescendo de forma significativa nos últimos anos, “orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados”.

De modo geral, os movimentos sociais são formados por agrupamentos heterogêneos, apesar de, à primeira vista, parecerem homogêneos. Além disso, guardam a característica de serem contínuos, visto que transcendem os episódios. A partir daí, pode-se compreendê-los como um sistema de ações coletivas, nos quais a continuidade das ações os molda e forma (MELUCCI, 1996). Para Della Porta e Diani (2006, p.2), não é possível, nem mesmo válido, pensar os NMS como homogêneos. Portanto movimentos de bandeiras globais, como os sustentados por iniciativas contra a globalização neoliberal, se diferenciam em relação aos focos de manifestações (trabalho infantil, desmatamento, entre outros), às formas como os indivíduos se comportam nos eventos coletivos e aos pontos de vista assumidos, entre outras causas.

Os movimentos sociais contemporâneos assumem formato de rede solidária que tem importantes significados culturais, podendo ser definidos como “*systems of action, complex networks among the different levels and meanings of social action*” (MELUCCI, 1996, p.4). Além disso, Melucci (1996) os caracteriza com a metáfora “profetas do presente”, que exercem influência, não por força de aparatos, mas por meio do poder da palavra, anunciando o início de mudanças.

Para melhor compreensão dos movimentos sociais contemporâneos, é necessário entender como os indivíduos se tornam sujeitos de seus destinos pessoais e como os sujeitos se transformam em atores políticos por meio de envolvimento em redes. E, vistas as novas possibilidades disponíveis para os movimentos sociais, alguns aspectos que as análises podem buscar esclarecer são: a) a forma pela qual atores e organizações locais interagem com agentes coletivos nos planos regionais, nacionais e transnacionais; b) quais organizações, atores e movimentos são integrados ou excluídos pelas redes e quais as razões que levam à formação de tal estrutura; c) qual a forma que as interações assumem nas redes de informação e quais os resultados, como tipo de solidariedade, de estratégia, mecanismos de negociação, representações simbólicas e interculturalismo (SCHERER WARREN, 2005).

Há uma tendência contemporânea de agregação social com base em uma nova cultura política, tendendo a aumento da participação popular, quando está em discussão a busca por justiça social e a construção de uma sociedade mais solidária. O que dá sustentação para esse tipo de ação coletiva é a busca de interesses comuns e maior conscientização dos indivíduos sobre o contexto no qual estão inseridos. Para isso o ciberespaço se mostra como um ambiente propício para a troca de informações, sendo que as ações não se situam apenas no campo virtual e nem se esgotam nele. Normalmente os movimentos sociais são advindos de práticas fora do ambiente virtual e encontram no ciberespaço um local de confluência dos interesses da coletividade (PERUZZO, 2002).

É nesse espaço que são ofertadas aos usuários formas diferenciadas de tempo e espaço por meio de diferentes artefatos digitais. Por meio destes o ciberespaço se torna um instrumento de conexão de forma a catalisar e potencializar ações, o que o torna interessante para estudos antropológicos e sociológicos, em vista da possibilidade de canalizar o “vitalismo social” (LÉVY, 2002; LEMOS, 2004).

Em síntese: apresenta-se uma forma de compreender os movimentos sociais que apresentam focos distintos de ação que se dão em detrimento da especificidade de demandas dos atores no contexto da cidadania. Disso resulta uma pluralidade de objetivos sociais possíveis aos movimentos e não apenas questões conflituosas relacionadas a trabalho e capital, abrindo possibilidades diversas de ações coletivas e de atuação de uma diversidade de atores. Os NMS pressupõem que o foco de atuação dos atores recai sobre a melhoria das condições de vida da população e conduzem a aumento da participação popular, criando uma rede solidária entre os participantes.

Este estudo se apoia na abordagem dos NMS apenas para definir o tipo de movimento social analisado. Como se trata do Movimento Social Contra a Corrupção, o enfoque recai nesta abordagem. Isso se justifica, diante das ações coletivas que ocorrem visando à melhoria das condições de vida da população, por apresentar uma série de características inovadoras nas ações realizadas via internet, por se tratar da criação de uma extensa rede de solidariedade, por englobar uma pluralidade de atores, demandas e ações coletivas e por se tratar de uma nova cultura política em formação.

4.1.5 Perspectiva de Enquadramento

Mesmo em abordagens interpretativistas dos movimentos sociais, como no Interacionismo Simbólico, a cultura e a ideologia foram subestimadas, visto que os sociólogos dessas abordagens tinham poucas ferramentas para análise (ZALD, 1996). As análises se concentravam mais na interação e menos no conteúdo e na força dos símbolos. Diante disso, a utilização de enquadramentos e de análises em profundidade da cultura podem permitir perceber melhor as minúcias dos processos de interação e das ações coletivas.

A Perspectiva de Enquadramento (PE) busca compreender os movimentos por meio da produção e manutenção de significados para os protagonistas, antagonistas e expectadores, o que contrasta com a visão tradicional dos movimentos sociais como portadores de ideias e crenças pré-existentes. De acordo com Snow (2004, p.384), *“the verb “framing” is used to conceptualize this signifying work, which is one of the activities that social movement adherents and their leaders do on a regular basis”*. Portanto o enquadramento é útil para atribuir significado e interpretar eventos relevantes. Além disso, pode ser útil para compreender as formas como os atores mobilizam potenciais adeptos e componentes, bem como o apoio dos espectadores e a desmobilização dos antagonistas.

Snow (2004, p. 404) demonstra que o processo de enquadramento é importante para a compreensão da vida social cotidiana, sendo, portanto, também relevante para entender o curso e as características dos movimentos sociais, nos quais *“such collective action flourishes in contexts of interpretative ambiguity and contested meanings”*.

A concepção de cultura e de enquadramento como produção estratégica representa grande ruptura com concepções anteriores, nos movimentos. Um enquadramento é uma metáfora específica, uma representação simbólica e pistas cognitivas que podem ser utilizadas para processar ou converter comportamentos e eventos, como forma de avaliar e sugerir modos de ação alternativos. Portanto o enquadramento e os elementos culturais, como crenças e símbolos, podem ser criados, em oposição à forma tradicional de compreender esses elementos como conjuntos permanentes. Mas a noção de enquadramento ainda é vaga e requer aprofundamentos quanto ao processo geral e aos elementos formadores (ZALD, 1996).

Em resumo: esta abordagem permite realizar análises mais subjetivas dos movimentos sociais, visto que não toma a cultura política e seus elementos como dados historicamente imutáveis. Ao contrário, permite analisar os movimentos em seu processo, enquanto ocorrem. Em virtude disso, é possível acompanhar e analisar como se dão a produção e a manutenção de significados, tanto para quem faz parte quanto para quem é apenas expectador. Tomando a análise por esta abordagem, é possível visualizar, de forma mais aprofundada, o curso e as

características dos movimentos, buscando compreender símbolos e crenças utilizados e criados no decorrer das ações.

Com o entendimento e as possibilidades de análise vislumbradas, esta abordagem se mostra relevante para o estudo realizado, sendo tomada como diretriz metodológica para os fins propostos.

Na seção Diretrizes Metodológicas, apresenta-se uma discussão mais profunda sobre o que é o “pano de fundo” para os métodos e ferramentas de análise utilizados. Utiliza-se a concepção de NMS para justificar a escolha do movimento analisado e a concepção de Enquadramento como diretriz metodológica, especialmente quando se consideram as características das demais abordagens e críticas feitas a elas, mostrando que não atendem aos objetivos deste estudo.

O Quadro 3 reúne os principais elementos tratados, para possibilitar mais clareza na comparação entre as abordagens vistas nesta seção.

Quadro 3 - Comparativo entre características e críticas das abordagens de estudo dos movimentos sociais

Abordagens	Características	Críticas
Abordagem do Comportamento Coletivo (ACC)	Permite observar a ação coletiva e compreender a dinâmica dos movimentos (DELLA PORTA; DIANI, 2006); Foco no contágio, espontaneidade e emotividade nos movimentos (BUECHLER, 2004).	Tende a colocar o foco na estrutura e considerar o indivíduo como destituído de racionalidade, já que muitas vezes enquadra os atos dos movimentos como irracionais (BUECHLER, 2004).
Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)	Foco de análise nos fatores e recursos que apoiam ou restringem os movimentos sociais (McCARTHY; ZALD, 2003); Permite analisar as ações coletivas como um fluxo de ação política de grupos e não como anomalias sociais (USEEM, 1998); Compreende os movimentos sociais como resultado de escolhas racionais dos atores conscientes (DELLA PORTA; DIANI, 2006).	Considera que os recursos e decisões estratégicas ficam sob o controle de um pequeno grupo de agentes políticos e não distribuído entre os indivíduos (DELLA PORTA; DIANI, 2006); Foco central nos recursos e pouca preocupação com elementos de coordenação que convertam tais recursos em ações (EDWARDS; McCARTHY, 2004); Não abarca de forma aprofundada o contexto relacional e cultural dos movimentos (McCARTHY;

		ZALD, 2003).
Teoria dos Processos Políticos (TPP)	Foco central nas relações estabelecidas entre os atores políticos institucionais e de protestos (KLANDERMANS e STAGGENBORG, 2002); Análise de elementos que compõem as oportunidades políticas (DELLA PORTA; DIANI, 2006).	Considera os processos nos movimentos como um tipo de reducionismo político e rejeitam outras causas que provocam alterações nestes (DELLA PORTA; DIANI, 2006); Negligenciam-se fatores como identidade, cultura e emoções (KLANDERMANS; STAGGENBORG, 2002).
Novos Movimentos Sociais (NMS)	Compreende os movimentos sociais como sendo de natureza múltipla e variável em virtude da complexidade social e das mudanças culturais e das práticas sociais. Além disso, assume que os movimentos sociais contemporâneos se organizam em formato de redes solidárias com importantes significados culturais (MELUCCI, 1996); Coloca os atores no centro das análises e busca identificar características inovadoras dos movimentos (DELLA PORTA; DIANI, 2006); Os sujeitos se tornam atores políticos à medida que se envolvem em redes (SCHERER WARREN, 2005).	- Dificuldade de se identificar os diversos elementos e nuances dos movimentos sociais, já que sua natureza é demasiadamente heterogênea e vai além dos conflitos de classes como ocorria nos movimentos marxistas (DELLA PORTA; DIANI, 2006).
Perspectiva de Enquadramento	- Compreende os movimentos por meio da produção e manutenção de significados para os protagonistas, antagonistas e expectadores, bem como das ações de mobilização e busca de apoio de expectadores (SNOW, 2004); - Os elementos culturais, tais como crenças e símbolos, são possíveis de serem criados, em oposição à tradicional forma de se compreender tais elementos como conjuntos permanentes (ZALD, 1996).	- A noção de enquadramento ainda é vaga e requer aprofundamentos quanto ao seu processo geral e dos elementos formadores (ZALD, 1996).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Na próxima seção apresenta-se breve contextualização do cenário político brasileiro e o papel dos jovens nas últimas décadas, com vistas a permitir compreensão dos impactos da internet e favorecer as discussões que se pretende realizar.

4.2 Contextualização Sociopolítica e Movimentos Sociais no Brasil

O século XX, no Brasil, foi marcado por uma série de disputas políticas e alterações nos sistemas de governo. No período de 1930 a 1945, houve o domínio de um sistema autoritário corporativista, marcado por duas fases. A primeira fase, até 1937, teve eleições regulares; a segunda foi marcada por um autoritarismo mais rígido com suspensão de liberdade e das eleições. No período de 1945 a 1964, vigorou um tipo instável de democracia populista, no qual se destacaram os mandatos presidenciais de Getúlio Vargas (1950-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1960) e João Goulart (1960-1964). Em 1968, houve um golpe militar que perdurou até 1985, tendo sido a pior experiência autoritária do país, com fechamento do Congresso por duas vezes, em 1968 e em 1977. Em 1985 iniciou-se o processo de redemocratização do país, em 1988 foi implantada a nova Constituição e, desde 1989, o país mantém eleições presidenciais regulares (SANTOS, 1998a; 1998b; AVRITZER, 2005).

Contudo, de modo geral, no Brasil prevalecem velhas práticas políticas que levam a clientelismo, ineficiência administrativa e rivalidade entre as elites, que, por sua vez, provocam uma distribuição desigual de serviços públicos e dificultam o empoderamento da população (AVRITZER, 2005). A reforma da democracia sofre da ausência de modelos para a reconfiguração da representação, já que nenhum modelo realmente inovador está surgindo e os que existem são insuficientes (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006a). Neste contexto, pode-se supor que as manifestações sociais contemporâneas, no Brasil e no mundo, especialmente pela internet, estão demonstrando insatisfação dos cidadãos e criando um ambiente que permite repensar e reconfigurar os processos participativos na política.

4.2.1 Contexto Sociopolítico, Cultural e Científico

Como se discute a forte relação que existe entre cultura política e práticas e ações realizadas no campo democrático, tomou-se por base um trabalho de Borelli e Oliveira (2010), no qual realizam um estudo para verificar a relação entre práticas políticas e cultura, da década de 1960 à primeira década de 2000, no Brasil. Os autores levam em consideração a análise dos acervos das principais instituições de ensino e pesquisa no Brasil, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, da UFSC, da UFMG, da UFRJ, da UNESP e da UNICAMP e o Banco de Dados Bibliográficos da USP. A pesquisa elenca características que diferenciam o comportamento político dos jovens em cada década, sempre mostrando as relações com a cultura e o meio, bem como o surgimento e desenvolvimento dos movimentos políticos analisados.

Por acreditar ser essencial esclarecer os elementos que diferenciam o modo de viver e fazer política dos jovens brasileiros ao longo das últimas décadas, são sintetizadas as principais informações encontradas na pesquisa de Borelli e Oliveira (2010) e nos estudos de Carmo (2001):

Década 1960

- a) Contexto Político – mobilizações estudantis a partir de passeatas, partidos políticos e organizações clandestinas. O enfrentamento do governo militar e da polícia fez muitas vítimas, até com mortes e desaparecimentos, o que serviu para aguçar ainda mais o sentimento de rebeldia. A passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro foi um marco no auge dos protestos que culminaram na derrubada da ditadura. Essa passeata levou quase cem mil pessoas (entre estudantes, artistas, intelectuais) às ruas, número que, na época, representou um grande contingente de pessoas, que de alguma forma “assustou” os militares no poder.
- b) Contexto Cultural – destaque para a cultura voltada para criação e consumo de artes, em especial a música (Tropicalismo e Jovem Guarda) e o cinema, a partir do Cinema Novo, e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) em São Paulo, com o propósito de desenvolver a produção artística de ação política de esquerda. A cultura do *Pop* e do *Rock and Roll* criava ícones jovens no país e fortalecia a cultura da rebeldia. A música de Geraldo Vandré (“Pra não dizer que não falei das flores” ou “Caminhando”, como é mais conhecida) foi muito divulgada no Brasil e se tornou a bandeira dos protestos desta década.

- c) Produção Científica – a produção acadêmica no Brasil se aproximou da Teoria Crítica e da Escola de Frankfurt, bem como de obras de autores, como Adorno, Horkheimer e Benjamin, que tiveram papel importante para a modernidade no país, crítica e contestadora.

Década 1970

- a) Contexto Político – mobilizações estudantis com aumento do foco de interesse, que passou a abrigar discussões, como urbanização, lazer e educação. Mas havia a percepção de que a apatia e a alienação política “contagiavam” os jovens, em parte devido a acontecimentos da década anterior que esvaziaram consideravelmente os movimentos.
- b) Contexto Cultural – cultura dominada pela música, com forte ligação com causas políticas, mas também o interesse pela moda. Na música, a MPB se inclinou para o *hippie*, representada pelos Novos Baianos, a *Onda Disco* envolveu jovens de grandes centros urbanos e a música *black*, como o *funk* e o *soul music*, ganhou força nas periferias do Rio de Janeiro. O fato mais marcante na moda foi a tendência do uso de *jeans* e camisetas, símbolos da vida livre e sem opressão. A moda unissex, relacionada à ambiguidade sexual, demonstrava a emancipação feminina e a oposição ao conservadorismo, e se aliou com outras práticas, como uso de minissaias e biquínis, liberação sexual e da sexualidade, revisão de tabus, como a virgindade. O crescimento da mídia (rádio e televisão) popularizou novelas e programas de auditório, iniciando o poder cultural que a TV teria sobre a sociedade brasileira, especialmente a Rede Globo.
- c) Produção Científica – truculência do regime militar e esvaziamento dos movimentos estudantis assinalando uma produção científica voltada basicamente para a reflexão das relações entre autoritarismo e alienação.

Década 1980

- a) Contexto Político – retração do movimento estudantil e ação juvenil realizada em detrimento da experiência cotidiana e não mais com fortes bases no ambiente das universidades. Destacou-se o movimento dos jovens nas ruas, que fortaleceu a campanha pelo voto direto para eleger o presidente da República.
- b) Contexto Cultural – expansão da cultura, incorporando novas ligações com a política. Nesta década tomaram força outros estilos e movimentos, como o *punk*,

orientado pelo *punk* da Inglaterra e caracterizado por sons, imagens, visual e ideias bem agressivas, e o *rap*, especialmente em São Paulo com o Movimento *Hip Hop* Organizado. Assim, os jovens da periferia passaram a ganhar visibilidade.

- c) Produção Científica – fragmentação temática e conceitual da produção científica, devido especialmente à busca de respostas para a ausência da participação política dos jovens. Começa-se a compreender que os jovens passaram a abandonar as instâncias institucionalizadas da política e começaram a direcionar interesses para ações micropolíticas do cotidiano.

Década 1990

- a) Contexto Político – movimentos juvenis contra a corrupção, com amplas mobilizações por todo o país. Tais manifestações, como a ocorrida a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo e os movimentos dos jovens denominados “caras-pintadas” foram realizados com a utilização de músicas de protestos (muitas originadas dos movimentos da década de 1960) e com forte caráter estético.
- b) Contexto Cultural – ampliação da visibilidade das músicas dos jovens das periferias, como o *rap* e o *funk*, e uma “onda” de intervenções corporais entre os jovens com a inclusão de tatuagens e *piercings*.
- c) Produção Científica – volta da produção para a compreensão das micropolíticas urbanas e de uma juventude plural. Havia entendimento quase geral a respeito de os movimentos da década representarem situação particular e não retomada do movimento estudantil (MISCHE, 1997). O centro da produção, por sua vez, se encontrava na análise de políticas públicas para os jovens e na relação destes com a educação e o trabalho.

Década 2000

- a) Contexto Político – heterogeneidade entre os movimentos e grande diversidade de temas de interesse. No Fórum Social Mundial, por exemplo, realizado em Porto Alegre (RS), em 2001, houve grande adesão de jovens e diversidade de temas, como “grupos socialistas e coletivos anarquistas, movimento *gay* e feminista, ecologistas de vários tipos, o movimento estudantil independente e grupos defensores de direitos humanos variados” (BORELLI; OLIVEIRA, 2010, p.61).

- b) Contexto Cultural – demonstração da produção cultural dos jovens, especialmente dos jovens de classe média e universitários, pela música. A música saiu das periferias, como foi o caso do *funk* e do *rap*, e ganhou legitimidade na imprensa e em áreas, como a educação, por se mostrar como veículo de expressão cultural e de caráter contestatório.
- c) Produção Científica – busca, por pesquisadores, de compreender o protagonismo dos jovens em projetos estético-culturais e na micropolítica cotidiana, especialmente a forma de divulgação por meio das redes sociais, de modo geral. As redes permitiam aos coletivos juvenis refletir e experimentar a respeito de suas ações, pela ressignificação do tempo e dos espaços, demonstrando relevância no contexto socioeconômico, o que cresceu ainda mais nos anos seguintes.

Depois de 2010, o contexto sociopolítico no Brasil foi e está sendo alterado em virtude de uma série de fatores, entre os quais a utilização de redes sociais virtuais para a organização de grupos e ações coletivas por eles organizadas em seus movimentos sociais. Em virtude da importância desses movimentos no contexto sociopolítico, apresenta-se uma discussão sobre a forma como os movimentos sociais, no Brasil, se modificaram ao longo dos últimos anos.

4.2.2 Contexto dos Movimentos Sociais

Considerando a forma como os movimentos sociais acompanharam os acontecimentos histórico-políticos, é possível assumir não haver padrão de atuação no mundo, mas esses movimentos assumiram características e focos de atuação de acordo com o contexto sociopolítico no qual estavam inseridos. Para o Brasil, destacam-se os principais acontecimentos relacionados aos movimentos sociais de acordo com ampla pesquisa realizada por Doimo (1995) e outros autores. Inicialmente, vale ressaltar que os movimentos sociais receberam uma série de conceituações, como movimentos sociais urbanos, movimentos urbanos, movimento de reivindicação urbana e luta urbana. Posteriormente, surgiram outras denominações, como movimentos sociais populares, movimentos populares urbanos e, a mais disseminada, movimentos populares (DOIMO, 1995).

De modo geral, a década de 1970 foi marcada pela ideia de “povo como sujeito” no discurso de uma série de atores sociais, como Igreja Católica, ecumenismo ligado ao compromisso

social, acadêmicos e intelectuais e agrupamentos de esquerda. Dessa forma, o “povo” foi promovido como o “personagem central da vida política” (DOIMO, 1995, p.74). Além disso, nessa década houve o início e o fortalecimento do Movimento do Custo de Vida (MCV), que ocorreu em várias localidades do país e se dava em razão de bate-papos informais e conversas entre conhecidos, reuniões de casa em casa, abaixo-assinados, entre outras pequenas ações que eram úteis para a organização e ampliação.

A década de 1980 se caracterizou por intensa recessão econômica que levou os movimentos, especialmente o Movimento de Luta Contra o Desemprego (MCD), a ter como base desempregados com reivindicações fundamentais para a sobrevivência nas cidades, como cestas básicas, isenção de taxas de água e energia elétrica e criação de frentes de trabalho. As reivindicações eram realizadas por meio de passeatas, atos públicos e acampamentos em praças públicas. Outros movimentos se destacaram, como o Movimento de Moradia e o Movimento da Saúde.

No período compreendido entre 1970 e 1990, os movimentos sociais no Brasil criaram extensas redes movimentalistas e tiveram grande incentivo, apoio e parceria de organizações religiosas, com destaque para a Igreja Católica e entidades de cooperação internacional. A Igreja Católica, com base na Teoria da Libertação, serviu aos movimentos com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também criou uma estrutura para possibilitar a participação de pessoas leigas na política, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comissão de Justiça e Paz (CJP) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por exemplo. Ao longo desse período, os movimentos ganharam poder e expressão, construindo partidos políticos e uma central de movimentos populares (DOIMO, 1995; MENEZES NETO, 2007).

A partir da década de 1990, destacou-se novo tipo de participação, a participação movimentalista, que, “além de se proliferar fragmentada e diversamente, é regida por uma dinâmica distinta daquela que instaurou a moderna concepção de participação política”. A concepção de participação política se volta para critérios precisos e para a eficácia nos processos de decisão, enquanto a participação movimentalista visa a excluir a representação e impor regras particulares e valorativas para qualificar a participação. “Por isso, sua interlocução com o Estado tende a se dar numa espécie de *vácuo regimental*, com visíveis dificuldades para o diálogo decisório” (DOIMO, 1995, p.59) [*grifo da autora*]. Além disso, geralmente esses movimentos carecem de perenidade e assumem caráter volátil na base social dos conflitos que são o foco das ações diretas.

Na atualidade, os jovens têm retomado a participação política, mas se identificam politicamente, por meio do associativismo, em “grupos culturais, artísticos e esportivos que ocupam espaços públicos” (BORELLI e OLIVEIRA, 2010, p.67), e não mais reconhecem a participação em sindicatos ou partidos políticos. “Ao invés da atuação política convencional e institucionalizada, esses jovens apontam para uma prática política mais pulverizada, atomizada e transitória” e, em função disso, percebe-se que “a performance, a instantaneidade e a efemeridade marcam as ações coletivas e a durabilidade das suas produções culturais” (BORELLI e OLIVEIRA, 2010, p.67).

Com base no reconhecimento do contexto atual de participação, a próxima seção apresenta mudanças nas formas pelas quais os movimentos sociais têm se apoiado para realizar ações coletivas. Para tanto, é caracterizado o contexto virtual das redes sociais nas quais os integrantes de movimentos sociais encontram ferramentas e condições para realizar ações coletivas, organização dos grupos e, especialmente, desenvolver a consciência política, segundo o dinâmico contexto ideológico e cultural formado.

Assume-se, portanto, a necessidade de compreensão dos aspectos assinalados em relação aos NMS e ao contexto brasileiro perante a apropriação e utilização das redes sociais virtuais, por meio da utilização do ciberespaço, seja como ambiente único, seja como forma complementar para suas ações coletivas. Assumindo tais possibilidades, na próxima seção são apresentados argumentos que reforçam esse entendimento acerca das possibilidades de ativismo virtual e da forma como ele pode se organizar no ciberespaço e por meio das redes sociais virtuais.

4.3 Ativismo em Redes Sociais Virtuais e Estabelecimento das Redes Sociopolíticas Virtuais

O cenário político contemporâneo tem gerado a necessidade de articulação dos movimentos sociais urbanos e rurais, fazendo com que atuem em redes e construam agendas anuais de congressos e manifestações públicas, a exemplo do Grito dos Excluídos, no Brasil. Dessa forma, mudou-se o foco de reivindicações para proposições, de passividade reivindicante para ações proativas, com o apoio obtido por meio de redes que possibilitam a interação e integração das ações coletivas (GOHN, 2004).

As redes sociais passaram a ser aplicadas na análise dos movimentos sociais na década de 1970, com o *boom* da área na Sociologia, em especial nas abordagens da TMR e dos NMS. A existência de redes de indivíduos e organizações que formam um coletivo em rede pode ser compreendida como segmentos que formam um movimento social. Nesse sentido, compreende-se que os coletivos em rede se referem “*a las conexiones – en una primera instancia comunicacional e instrumentalizada a través de redes técnicas – de varios actores u organizaciones que quieren difundir informaciones, buscar apoyos solidarios o incluso establecer estrategias de acción conjunta*” (SCHERER-WARREN, 2005, p.78).

A interatividade, a cooperação e a descentralização da internet abriram espaço para as lutas sociais na segunda metade da década de 1990, dadas as possibilidades de difusão de reivindicações, disseminação de ideias e estabelecimento de contatos, sem ter a necessidade de passar pelos filtros ideológicos da grande mídia. Portanto “a militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida” (MORAES, 2000, p.142).

O ciberespaço e a dinâmica propiciada por ele em termos de aproximação de diferentes tempos culturais resultam em sinergia entre as redes presenciais e redes virtuais. Além das articulações entre as redes virtuais e as presenciais, novas possibilidades de articulações podem ser vislumbradas, seja na relação entre legados históricos e projetos de transformações, seja na relação entre escalas locais e globais dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2005).

Há também possibilidade de formação de redes de movimentos sociais que surgem de modo complexo e transcendem a delimitação de organizações, conectando indivíduos e atores coletivos de forma simbólica, solidária ou estratégica (SCHERER-WARREN, 2005). No caso do Brasil, Sherer-Warren (2005) destaca exemplos de redes de movimentos: redes estratégicas de denúncias (Diretas Já, Caras Pintadas, Gritos dos Excluídos), redes de estratégias de desobediência civil (Movimento dos Sem Terra, Movimentos dos Sem Teto), redes de luta contra a exclusão (Ação da Cidadania, Economia Solidária) e redes de negociação na esfera pública (Agenda 21, Conselhos Setoriais, Orçamento Participativo).

Pode-se, pois, compreender o seguinte:

los colectivos en redes pueden ser formas solidarias o estratégicas de instrumentalización de las redes de movimientos, sea en su forma virtual, como redes de ONGs diversas em el ciberespacio, propulsoras de movimientos específicos como el feminista, ecologista, negro, etc., o en forma presencial, como en las grandes marchas por la paz, constitutivas de un movimiento mundial (SCHERER-WARREN, 2005, p.79).

Ao falar em redes de movimentos sociais, deve-se assumir que há diversas formas e intensidades de poder, visto que, embora os centros de poder estejam democratizados, pode haver elos mais fortes, com mais poder de influência e decisão (SCHERER-WARREN, 2006). As redes possuem relações de poder que são expressas em disputas e assimetrias nas esferas de comunicação e cultura. A forma como o poder se apresenta e é exercido tem relação com o modo como as relações se estruturam e com a intensidade e tipos de participação dos indivíduos na rede (COGO; BRIGNOL, 2011).

Além disso, as redes sociais afetam a participação na ação coletiva e podem ampliar as oportunidades dos indivíduos de fortalecer o ativismo. Contudo as redes não são apenas facilitadoras da ação coletiva, mas produto desta, visto que a participação possibilita a formação de novas ligações/relações. As redes não são o fator mais importante para o estabelecimento de laços nos movimentos sociais, pois a capacidade de motivar pessoas pode ser realizada por meio de movimentos já fortalecidos e não pelas conexões em rede. Pode-se compreender, pois, a capacidade anônima de certos movimentos ao encorajar a participação de outros indivíduos, pelo simples fato de se mostrarem maduros e fortalecidos. Em muitos casos, os laços entre redes, em vez de encorajar, acabam por desencorajar a participação de outros indivíduos e grupos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

As redes sociais colaboram com o recrutamento e a inserção dos indivíduos nas ações coletivas dos movimentos sociais, além de favorecer, desde as ações iniciais, que se desenvolva posteriormente uma consciência política, o que fica claro nas palavras de Gamson:

we know from many studies of social movements how important social networks are for recruiting people and drawing them into political action with their friends. People sometimes act first, and only through participating develop the political consciousness that supports the action (GAMSON, 1992, p.6).

As ligações estabelecidas entre grupos estabelecem um canal de comunicação que possibilita promover iniciativas conjuntas, ampliando os laços de solidariedade e confiança entre os grupos, bem como a continuidade das ações ao longo do tempo. O capital social estabelecido nas relações entre grupos favorece o desenvolvimento ou a descoberta de oportunidades para os indivíduos e a coletividade. Portanto as redes fornecem condições para que a predisposição se transforme em ações, também influenciadas pelos laços estabelecidos, pelos canais de comunicação e pelo incremento do escopo para promoção de campanhas comuns entre grupos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

O desenvolvimento da CMC e da internet tem possibilitado a formação e o desenvolvimento desse tipo de rede. De acordo com Frey (2003, p.177), a internet pode possibilitar “modos de

relacionamento transversais e estruturas mais fluidos, em maior sintonia com as estruturas de redes, que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas”. Além disso, Frey destaca as possibilidades de acesso à informação independentemente da distância espacial, podendo ser transmitida em tempo real, fatos que colaboram com as demandas e expectativas de cidadãos envolvidos em processos de decisão e participação democrática. Para Della Porta e Diani (2006), o desenvolvimento da CMC favorece a realização de ações coletivas, reforçando e facilitando o ativismo, em vista de sua capacidade de possibilitar a manutenção de laços estabelecidos nos espaços reais/físicos e dar suporte técnico para as atividades dos grupos.

São importantes as mudanças em relação aos modos como a informação passou a circular nas mídias, indo de uma “lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo produtor a um coletivo indiscriminado” para uma forma na qual há “possibilidade de produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada e distribuída para públicos segmentados”. Embora a interatividade possa ser vista em outras mídias, é na internet que apresenta maior predominância e força (COGO; BRIGNOL, 2011, p.83).

Como o ciberespaço se constitui em “universal indeterminado”, a falta de controle e hierarquias aparentes possibilita que as partes se reinventem em densidades e extensões distintas sem se sobrepor ou subjugar as demais. Por essas características pode ser denominada de “Babel cultural”, visto que há constante mutação e desordem saudável dos espaços disponíveis (MORAES, 2000, p.143).

Edwards e McCarthy (2004) apontam a importância da internet para os movimentos sociais em virtude das possibilidades disponibilizadas para disseminar informações e coordenar atividades em diferentes grupos sociais. Segundo Klandermans e Staggenborg (2002, p.332), a internet pode se configurar como uma rica fonte de dados para análise dos movimentos, em virtude da crescente difusão de informações.

Machado (2007) alerta para a existência de movimentos sociais que ocorrem em zonas cinza de descontrole, nas quais é difícil estabelecer controle e responsabilidades. Como exemplo, o autor aponta para o “hacktivismo” e o “ciberterrorismo”, que utilizam ataques virtuais a *sites* e sistemas diversos de organizações. Nos dias atuais, um movimento que tem ganhado força

advém de ações do grupo intitulado Anonymous¹⁷, com forte presença em redes sociais virtuais.

Apesar das diversas possibilidades para os movimentos sociais, Moraes (2002, p.153) afirma que alguns fatores requerem melhor análise do quadro de expectativas que a internet pode propiciar. Para o autor, “a cibermilitância necessita aprofundar experiências de comunicação eletrônica”. Além disso, enquanto o fenômeno dos movimentos se torna muito rápido graças à tecnologia, também se mostra muito lento devido aos hábitos culturais e políticos. A internet pode dar mais visibilidade para certos movimentos, mas isso não retira o poder predominante de determinadas mídias de massa.

A internet serve como importante complemento para ações políticas, engajamento cívico e participação democrática, o que não significa que os processos tradicionais se encerrem em virtude da nova dinâmica de participação, mas que os indivíduos têm à disposição novos espaços para diferentes tipos de deliberações democráticas (FREY, 2003), a partir da formação de redes sociopolíticas na internet e de atividades de ciberativismo. Para Scherer-Warren (2005, p.83), as redes sociais virtuais resultantes do ciberativismo são intencionais e “*transciendem las fronteras espaciales de las redes presenciales, creando, por lo tanto, territorios virtuales cuyas configuraciones se definen por las adhesiones a una causa o por afinidades políticas, culturales o ideológicas*”. Como resultado, há deslocamento das fronteiras comunitárias e locais tradicionais, podendo se verificar o desenvolvimento de um potencial de ações coletivas na era da informação e de cibermilitância.

De forma geral, em concordância com Chua, Madej e Wellman (2011, p.106), os *sites* de redes sociais apenas incrementam as relações na vida real: “*such social networking sites do not suppress offline social contact, but they are integrated with it, as many relationships are migratory: moving from being online only to combining online with offline contact*”.

O ciberespaço se coloca como um ambiente com capacidade de “revitalizar lutas e movimentos civis”, já que constantemente aumenta o número de indivíduos que o procura ansiando por expressar-se. Apesar de anárquica, a internet é bem mais democrática que as mídias de massa, característica fortalecida quando se consideram barateamento dos custos,

¹⁷ Anonymous faz referência à palavra de origem inglesa que se traduz por anônimo, mas, no caso apresentado, se refere a um grupo que atua, em especial, na internet, promovendo ameaças e ataques virtuais a sites de instituições diversas. Informações podem ser acessadas nos perfis do grupo nas principais redes sociais virtuais, bem como na página da organização no Brasil no endereço eletrônico: www.anonymousbrasil.com

aumento do raio de abrangência global e velocidade de circulação de informações (MORAES, 2000). Com apenas um clique, por exemplo, uma pessoa pode fortalecer um movimento com um abaixo-assinado, o que remete a novo conceito de “cliqueativismo”. O fato ainda colabora para entendimento das chamadas “forças dormentes”, que Machado (2007, p.278) defende serem importantes para os movimentos sociais nas redes virtuais, visto que são relacionadas com pessoas que fazem parte da rede e, apesar de não muito engajadas, podem se identificar com certas causas e ações e fortalecê-las em dados momentos.

Portanto as redes sociais virtuais constituem “importante espaço de interação, reconhecimento e ação”, mas podem requerer, em certos casos, outros tipos de recursos e ambientes para desenvolver os movimentos sociais. Para Scherer-Warren, por exemplo, as mobilizações contemporâneas na esfera pública resultam de articulações entre

atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral (SCHERER-WRREN, 2006, p.112).

A existência de uma rede de ativistas pode ser sustentada por cafés, livrarias e centros sociais e de cultura, que possibilitam o encontro e reconhecimento dos atores que lidam nos movimentos. Esses locais, ao oferecer uma série de recursos para a organização entre os ativistas, geram oportunidades mais favoráveis à criação e reprodução de ações da coletividade (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Importante discussão a respeito das redes sociopolíticas reside na possibilidade de “múltiplas participações em movimentos sociais”, que se elevam com ações no ambiente virtual. Alguns tipos de grupos exigem afiliação exclusiva, como as organizações políticas, enquanto outros possibilitam múltiplas afiliações, como grande parte dos movimentos sociais. A múltipla afiliação possibilita aos indivíduos e grupos acessar diferentes áreas e estabelecer relações de confiança com outros grupos que podem apoiar as ações desenvolvidas, tornando-se importante canal para a articulação de iniciativas (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Ao estudar a participação política de jovens brasileiros, Mische (1997, p.145) explica que o contexto brasileiro apresenta uma característica de “militância múltipla”, o que pode ser observado por meio da participação dos indivíduos em uma série de movimentos (estudantis, políticos, religiosos) e leva a crer que as redes de movimentos são extremamente interligadas.

Mesmo tendo clara a grande possibilidade que as redes sociais virtuais oferecem para a integração e articulação dos movimentos sociais, Machado (2007) considera que ainda não se

pode definir a exatidão dos impactos para os movimentos, até mesmo porque os estudos neste campo são insuficientes. Contudo se pode afirmar que as redes são um importante marco em relação à atuação dos/nos movimentos sociais, provocando consideráveis alterações na forma como as relações e as ações coletivas se estabelecem e se desenvolvem, bem como no impacto de Redes Sociopolíticas Virtuais para os resultados esperados. Além disso, fatores, como motivação, significados e organização das ações coletivas dos movimentos sociais, não se mostram claros, mas, de certo modo, intrigantes e desafiadores.

Há preocupação da literatura com o conceito de sociedade civil, o que tem deixado de lado o reconhecimento da importância das organizações civis reais, bem como suas lógicas de atuação e interação com demais atores e a diversidade dos modelos organizacionais e das ações. A crítica ocorre tanto para a ausência de discussões aprofundadas sobre atores de maior porte como, especialmente, para a atuação de organizações societárias menores que protagonizam uma série de movimentos políticos na atualidade (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2007).

Em pesquisa feita com uso de exemplos de estudos internacionais sobre ativismo e redes sociais virtuais, foram encontrados alguns que apresentam essas discussões, sendo indicados os principais a seguir.

Biddix e Park (2008) defendem a importância das TICs na manutenção de movimento políticos, já que permitem criar comunidades intencionais de mobilização. As mídias sociais podem fornecer um canal para o debate político e o ativismo, mas não se isolam pois se conectam às mídias tradicionais (ISKANDER, 2011). Além disso, o uso da tecnologia no ciberespaço permite elaborar e realizar diferentes tipos de protestos em virtude da vasta gama de ferramentas e de usuários (BLODGETT, 2009). Wall (2007) defende que, embora a internet possa facilitar certas atividades organizacionais dos movimentos sociais, parece ter menos impacto sobre os entes mais simbólicos dos contextos políticos. Contudo a visão do autor já pode ter sido mudada diante de tantos exemplos recentes que demonstram grande atenção das mídias e de representantes políticos ao fenômeno. Iskander (2011) discute a conexão existente entre mídias sociais e levantes populares em recentes contextos sociais e políticos, dando ênfase para o caso do Egito, que passou por uma revolução e pelo início da construção de uma nova cultura política.

Segundo o que é possível concluir, as redes sociais virtuais têm desempenhado importante papel em relação à organização de revoltas e revoluções populares no mundo, em especial no Oriente Médio, estimulando e capacitando os indivíduos para lutas contra os regimes

repressivos, como a chamada “Revolução Facebook”, no Egito, em janeiro de 2011, e o movimento denominado de “Levante Twitter”, no Irã, em junho de 2009 (EL-NAWAWY; KHAMIS, 2012). Solow-Niederman (2010) analisa o papel do Twitter, durante a contestada eleição presidencial iraniana de 2009, e chama o contexto de “*netwar*”, uma guerra na internet.

Murti (2012) apresenta um estudo de caso da Indonésia, onde movimentos populares de apoio a indivíduos marginalizados ocorreram via Facebook, posteriormente evoluindo para o ativismo social de uma província e a construção de um partido político. Lerner (2010) apresenta casos nos quais a internet foi utilizada em protestos: “*One Million Signatures*” (Um Milhão de Assinaturas) e “*Weblogistan*”, no Irã, e o Movimento Kefaya e o *blog* Irmandade Muçulmana, no Egito. Na discussão desses casos, infere-se que, além dos resultados alcançados pelos movimentos ocorridos no “mundo muçulmano”, a internet pode oferecer espaço para que as teorias de movimentos sociais se expandem. Portanto ativistas de movimentos sociais estão utilizando a comunicação e a organização pela internet com a finalidade de identificar problemas sociais e buscar as mudanças que intentam (ACKLAND; O’NEIL, 2011).

Na busca por estudos nacionais não foram encontrados, em periódicos, trabalhos com maior grau de impacto, ou seja, apenas poucas publicações em congressos e trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação. O pode demonstrar que existe produção restrita de estudos sobre das redes sociais virtuais e que a área ainda é pouco explorada na academia. Contudo alguns estudos chamam a atenção. Bastista e Zago (2010), por exemplo, discutem fluxos de comunicação e formas como as informações se difundiram em redes sociais na internet, no caso do movimento “#ForaSarney”, no Twitter. Em outro trabalho, Zago e Batista (2011) discutem o “agendamento” dos *Trending Topics*, no Twitter, como uma forma de ativismo digital. Depois do caso Wikileaks, os participantes tentavam levar o assunto a ser tratado como um dos mais recorrentes no Twitter com a ferramenta *Trending Topics*. Silva (2011) chama a atenção para o uso de dispositivos móveis pelos ativistas, já que têm se tornado importantes ferramentas nas ações que envolvem protestos e outros tipos de mobilização social. Gregolim (2012) também discute o uso de dispositivos móveis, especialmente celulares, nas ações de ativistas, o que denomina de “transmídia”, sugerindo que esse uso aponta para o surgimento de novas formas de monitoramento e sistemas de “contra-vigilância”. Silveira (2009) mostra que até os *games* têm sido utilizados como instrumentos potenciais para o ativismo, a exemplo do “gameativismo” desenvolvido pelo grupo italiano La

Molleindustria. Para Machado (2007), os espaços criados na internet contribuem para fortalecer as demandas sociais e para fornecer possibilidades de organização e articulações políticas. Santos (2011) aponta outra possibilidade, ao defender que o ciberativismo e sua utilização por movimentos civis organizados não se dão apenas em tempos de revolução, mas também em tempos de paz, na defesa dos Direitos Humanos, como no caso da iraniana Sakineh Ahstiani, que foi condenada à morte por apedrejamento e teve o caso conhecido por meio de redes sociais. Lima (2012) analisa ações desenvolvidas na internet pela Fundação SOS Mata Atlântica e conclui que os membros das redes sociais virtuais reconhecem as necessidades de demandas por ações, mas não consideram a garantia de contribuição em prol da causa. Penteadó *et al.* (2011) entendem que existem diversas possibilidades de usos e articulações por ferramentas da internet, mas que o emprego destas ainda é limitado ou serve apenas para repetir antigas formas de atuação política.

De modo geral, cresce o entendimento quanto à formação de Redes Sociopolíticas Virtuais e à importância destas para os contextos democráticos influenciados pela internet e para alterações sociais e políticas até então alcançadas em vários contextos. Tendo em vista as possibilidades e desafios de estudos no campo dos movimentos sociais por meio de sua presença e estruturação nas redes sociais virtuais, a próxima seção procura apresentar alguns aspectos relacionados à abordagem epistemológica e às diretrizes metodológicas para estudos neste contexto.

5. ABORDAGEMS EPISTEMOLÓGICA E DIRETRIZES METODOLÓGICAS

Esta seção está organizada em três subseções, sendo a primeira voltada para a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento teórico para os estudos de redes. A segunda é referente ao posicionamento epistemológico e a terceira, aos esclarecimentos sobre as diretrizes metodológicas.

5.1 Possibilidades de Estudo de Redes no Campo Social

Pela possibilidade de representação das redes sociais, a Teoria dos Grafos se tornou uma das principais bases de estudo que focam a análise estrutural. Desenvolveu-se a partir de 1960 (DEGENNE; FORSÉ, 1999) e a aplicação para grupos humanos ocorreu desde os trabalhos dos matemáticos Paul Erdős e Alfred Rényi (BARABÁSI, 2003; WATTS, 1999; 2003).

As análises sobre as redes sociais passaram a ser foco constante de interesse de pesquisas na década de 1980, mostrando que os vínculos entre indivíduos e instituições possibilitam o fluxo de informações, bens materiais, ideias e poder (MARQUES, 2006). Diante desses aspectos analisáveis, os estudos focados apenas na estrutura e em atributos de decisões individuais perderam espaço para pesquisas relacionadas às relações sociais, conforme o conceito da Sociologia Relacional (EMIRBAYER, 1997).

De acordo com Wellman (1988), não existe base específica para o estudo de redes, mas uma série de abordagens teóricas que podem ser úteis para fundamentar as pesquisas, em especial as realizadas na perspectiva sociológica. Atualmente, essa variedade de possibilidades metodológicas e epistemológicas é mais necessária, dada a complexidade dos focos dos estudos sociais em rede, que não se baseiam em atributos individuais, mas no coletivo e nas relações entre os indivíduos.

As relações coletivas que acontecem no ciberespaço têm sido apontadas como elementos de grande interesse de estudos por uma série de pesquisadores de certas áreas, como a Sociologia e Gestão do Conhecimento e Informação, e outros pesquisadores interessados em novidades surgidas, como etnógrafos virtuais e “ciberteóricos”. Fatores predominantes nas análises de redes sociais, como parentesco e vizinhança, passaram a dar espaço para uma série de

elementos a serem analisados, visto que vigora uma abundância de formas de agrupamento social com dimensões distintas e padrões variáveis de indivíduos (COSTA, 2005).

Wellman e Berkowitz (1988) defendem a análise de redes com perspectiva estrutural, uma das bases para análises mais aprofundadas em termos de símbolos e significados, de acordo com o tipo de análise que realizam:

Although the structural analysis presented in this book fits comfortably into this extended structuralist family, it is not simply an extension of other forms of structuralism. It is distinguished from them by its focus on concrete social relations among specific social actors (WELLMAN; BERKOWITZ, 1988, p.4).

De acordo com o que fica destacado, a forma como Wellman e Berkowitz se posicionam pouco avança em termos das demais formas estruturalistas, por ter o foco basicamente no modo como as relações se dão, deixando de considerar importantes elementos subjetivos.

Watts (2003) apresenta uma crítica sobre as análises de rede focadas em métodos únicos ou isolados, como as voltadas exclusivamente para compreensão de atributos estruturais, já que normalmente têm a visão de que as redes são objetos de pura estrutura e de propriedade estática. Além disso, propõe a utilização de métodos variados em abordagem multidisciplinar para aprofundar o entendimento das variáveis que perpassam as relações, como normas culturais e incentivos institucionais, de acordo com o que fazem sociólogos, psicólogos e antropólogos. Aguiar (2007b) concorda com essa tese e defende que as características estruturalistas e funcionalistas das ferramentas teórico-metodológicas da Análise de Redes Sociais (ARS) não permitem compreender a dinâmica dos movimentos sociais, em estudos com foco nos indivíduos ou no coletivo.

Paula (2006) elabora uma crítica acerca da predominância da abordagem estruturalista nos estudos sobre redes sociais e interorganizacionais, mostrando que, apesar de certa base para alguns estudos, se mostra insuficiente por não permitir uma análise das relações interpessoais, ponto de partida para o estabelecimento de diversos tipos de redes, sejam elas sociais ou burocráticas, sejam de propriedade. Para a autora, esse tipo de análise (o da ARS, por exemplo) deixa de lado importantes elementos, como consciência de classe, filiação político-partidária, status social, gênero e orientação sexual, crenças religiosas, que apresentam importância para explicar os comportamentos dos indivíduos. Além disso, muitos estudos têm uma rigidez estrutural que nem mesmo as redes apresentam, na realidade, já que são compreendidas como flexíveis e dinâmicas.

Destaca-se que as análises de redes quase sempre têm trabalhado com estudos de caso, método que requer a realização de estudos comparativos de redes distintas, para observar, a

médio prazo, as influências que recebem de acordo com os contextos e processos realizados (MARQUES, 2007).

Conforme a primeira seção deste trabalho, não existe ainda uma Teoria de Redes, mas uma série de abordagens em desenvolvimento. Destaca-se a Teoria Ator-Rede (TAR) ou Actor-Network Theory (ANT), também conhecida por Sociologia da Tradução, desenvolvida desde 1981, pela necessidade de nova teoria social para o estudo da ciência e da tecnologia. A TAR começou a ser formalizada com os trabalhos clássicos de Michel Callon (1986), John Law (1986) e Bruno Latour (1988). Essa teoria tem por base a ênfase na heterogeneidade e relevância de atores sociais para a formação e organização de atividades sociais diversas, mas não foi construída especificamente para o estudo de redes sociais, que se baseiam quase exclusivamente nas relações entre humanos, diferentemente da TAR, que “*not limit itself to human individual actors but extend the world actor - or actant- to non-human, non individual entities*” (LATOURE, 1996, p.2). Na TAR, a força está justamente na heterogeneidade e não na concentração ou unidade de análise.

A referida teoria foi desenvolvida inicialmente com enfoque nos processos de pesquisa, em especial os desenvolvidos em laboratórios. De modo geral, busca evidenciar os conceitos de *translation* (translação), rede sociotécnica e atores-mundo (actantes¹⁸) e sua importância para o estudo da evolução da ciência e da tecnologia. A noção de tradução é que permite compreender e descrever os mecanismos pelos quais os mundos dos atores são construídos, uma vez que o ator-rede se encontra em uma estrutura tendo a possibilidade de se transformar (CALLON, 1986).

Para Callon (1986), a existência de determinados atores nas redes é de suma importância para organizá-las, já que conferem informações que levam a mudanças nos demais. Uma rede de atores constitui um conjunto heterogêneo de “elementos animados e inanimados, conectados e agenciados”, não se devendo, pois, reduzir a rede a um ator específico (MORAES, 2004, p.2). A mobilização dos atores nas redes passa pela “tradução”, que pode ser compreendida como modificação, desvio de rota ou deslocamento, portanto mais que mera interação.

A TAR considera que a realidade é formada por elementos humanos e não humanos, portanto é uma vertente oposta às demais abordagens, que consideram separados esses elementos. E tal visão leva à compreensão de que uma rede social tem múltiplas entradas e de que não se

¹⁸ Ator ou actante é a entidade, coisa ou pessoa que age sobre si e sobre o mundo.

sustenta apenas pelas relações entre humanos, pois também se baseia em elementos não humanos ou artefatos, como maquinários, dinheiro, laboratórios, instituições, construções. De acordo com Callon (1986), não se deve separar o social do natural, visto que um contexto não é algo rígido e acabado, mas dinâmico e mutável. Para Queiroz e Melo (2011), as redes se valem do princípio da conectividade, que permite aproximações entre os elementos e possibilita transformações em virtude dos deslocamentos efetuados, sejam geográficos, sejam linguísticos.

De acordo com Latour (1996), a TAR permite pensar a teoria social de forma muito diferente, já que não guarda *a priori* uma relação de ordem e não se baseia em “mitos” relacionados à existência de elementos superiores na rede. A TAR não distingue se um lócus é macro ou micro na rede, nem busca modificar as ferramentas para estudar diferentes elementos, por isso não encontra dificuldades em buscar compreender a transformação de um elemento, independentemente das ligações que estabelece.

No início do desenvolvimento da TAR, o enfoque se voltava para as redes sociotécnicas que se estabeleciam nos laboratórios, sendo mudado posteriormente para os processos de inovação tecnológica ocorridos fora dos laboratórios. Mais adiante, o enfoque se direcionou para maior diversidade de trabalhos sobre teoria social, especialmente direcionados à crítica da modernidade e do conceito de agência, visto que as abordagens priorizam os elementos humanos em detrimento dos elementos não humanos (GUIVANT, 2002). Na atualidade, a TAR se associa a uma série de estudos, como sociais, organizacionais, da Psicologia, da Educação, da Comunicação e da Engenharia.

Apesar disso, várias críticas recaem sobre a TAR e sua utilização em certos campos de estudo. Tureta e Alcadipani (2009) apontam que existe grande desafio nos estudos organizacionais ao trabalhar com elementos não humanos, já que, na perspectiva da TAR, devem-se analisar tais elementos como agentes ativos dos processos e não como meros artefatos simbólicos, pois a separação pode limitar o entendimento das redes de relações. Porém se torna necessário “começar a atribuir o resultado das ações a um número maior de agentes ou atuantes do que seria pensado pelos materialistas ou sociólogos” (TURETA; ALCADIPANI, 2009, p.58). De acordo com os autores (2009), uma das maiores críticas ao processo de “translação” (tradução) diz respeito à forma como Callon (1986) a aborda, mais prescritiva e menos processual, superando a visão simplista do processo, que a torna de certo modo imprópria para uma abordagem com caráter crítico.

Considerando os estudos críticos, Whittle e Spicer (2008) afirmam que a TAR se fundamenta em uma ontologia naturalizante e uma epistemologia não reflexiva, enquanto as abordagens críticas dos estudos organizacionais se associam com uma ontologia de **desnaturalização** e uma **epistemologia reflexiva**. É essa contradição que, na visão dos autores, não permite que se considere a TAR como uma abordagem útil para os estudos organizacionais, estando aquém de contribuir para os estudos críticos. O pensamento radical deve buscar desnaturalizar a realidade social, o que está em contradição com a política conservadora demonstrada pela TAR e afasta as necessidades de emancipação e mudança social buscadas pelos estudos críticos nas organizações.

Ainda que a origem da TAR tenha sido dominada por noções problemáticas, como translação, tendência ao gerencialismo e negligência dos aspectos políticos, os novos trabalhos sobre a teoria buscam superar essas e outras limitações. Eles são definidos pela expressão “TAR e Depois”, cunhado no trabalho de Law e Hassard (1999) cujo título é “Actor network theory and after”. Na visão de Alcadipani e Tureta (2009), os novos trabalhos relacionados à “TAR e Depois” possuem potencial crítico, já que rejeitam suposições positivistas e a racionalidade “meio/fim”. Dessa forma, a TAR pode ser útil para explicar práticas relacionadas à dominação e exploração.

Infere-se que a TAR pode contribuir para o estudo das redes sociais virtuais como espaço para a ação coletiva, visto que permite que se analise o processo pelo qual os atores se transformam em virtude de seus relacionamentos com os demais elementos humanos e também com os elementos não-humanos, como computadores, internet e *softwares* sociais. No caso específico das redes virtuais na internet, os elementos não humanos assumem grande relevância, já que é por intermédio deles que se cria o ciberespaço e condições para interação, reconhecimento, transformações dos atores, bem como para organização de ações coletivas no ciberespaço ou nos espaços reais.

Com a TAR pode ser possível observar os processos de tradução ocorridos nas interações entre os diversos agentes, seja nos espaços reais, seja nos virtuais. Esses processos podem conceder maiores possibilidades de entender como as ações coletivas se fortalecem ou enfraquecem com o grau de circulação de informações na rede, como se formam as lideranças, entre outros aspectos a serem explorados.

Além da TAR, pode-se considerar para este estudo a “Ciberantropologia”, que é utilizada para conceituar uma subárea da Antropologia Cultural que tem por interesse os estudos sobre o campo ou espaço de relações socioculturais no ambiente da internet, gerados pela CMC e

pelas TICs. Não se isolam as relações virtuais das reais, apenas se considera o espaço *on-line* como complemento do físico, buscando compreender relações, movimentos e ações dos grupos por meio dos subsídios virtuais utilizados (AGUIAR, 2007a).

Para os estudos realizados no campo da Ciberantropologia, Aguiar (2007a) afirma que a ARS se mostra insuficiente, por ser funcionalista e estruturalista, ao focar “dados relacionais” e “dados de atributos”, não possibilitando compreender a dinâmica dos movimentos sociais, muito marcados pela complexidade e amplitude dos comportamentos sociais. Diante disso, a autora sugere que um dos métodos seja a “netnografia”, etnografia digital ou etnografia *on-line*, que permite observar melhor as ações no ambiente virtual em termos de construção de percepções e comportamentos dos participantes, bem como suas atitudes, opiniões e observações.

Há necessidade de relacionar diferentes métodos e abordagens de análise nos estudos de redes, visto que, isoladamente, cada método não possui capacidade de demonstrar a totalidade dos elementos que formam e mantêm a rede social. A análise puramente voltada para a estrutura e o reconhecimento dos elementos estruturais é falha, por não permitir analisar mais de perto as relações entre os indivíduos e, por esse motivo, é importante como método complementar a outros métodos utilizados na Sociologia e na Antropologia (ACIOLI, 2007).

Os modelos mais tradicionais de análise de estrutura de redes falham na aplicação para redes sociais virtuais. O modelo de Erdős e Rényi falha, por não reconhecer que as conexões entre os indivíduos, nesse tipo de rede, são motivadas por interesses pessoais diversos e não são necessariamente aleatórias. O modelo de Watts e Strogatz, apesar de apresentar importantes contribuições, não considera as motivações que levam à “clusterização” e criação de comunidades estabelecidas por meio de interesses comuns. Já o modelo de Barabási, que é mais mecanicista e teórico, falha por não levar em consideração os custos envolvidos na manutenção dos laços entre os indivíduos. Portanto não se pode considerar apenas que os *hubs* têm maior potencial de acumular laços simplesmente pela adição de amigos nos *softwares*, mas que existem custos de manutenção dos contatos (RECUERO, 2004b).

Acioli (2007, p. 5) afirma que os indivíduos analisados como membros de uma rede devem ser percebidos “como uma pluralidade de relações”, sendo que, para compreendê-las, torna-se necessário utilizar entrevistas e observação participante. A autora afirma ainda que, apesar da necessidade de buscar informações com os indivíduos, as pesquisas em rede não devem ser orientadas à compreensão dos atributos específicos, mas das relações estabelecidas entre indivíduos e grupos, dos fluxos de informação, entre outros aspectos relacionados à interação.

Paula (2006) propõe duas abordagens para os estudos de rede, em função do foco que se deseja utilizar nas análises: abordagem gerencial, que objetiva compreender os aspectos burocráticos e de propriedade, resultados e eficiência, bem como outros elementos gerenciais, e abordagem sociológica, com foco nas relações e redes sociais, ainda que analisadas em redes interorganizacionais. A última das abordagens vistas constitui, neste estudo, uma forma de compreender aspectos que perpassam as redes sociais e as ações políticas dos indivíduos, no contexto do Movimento Social Contra a Corrupção.

Marques (1999) discute a relação do Estado com a sociedade em uma rede social configurada pela organização dos atores para a formulação e gestão de políticas públicas. Os atores sociais têm capacidades diferentes de realizar ações que se baseiam nos recursos de poder e na ocupação de determinadas posições nas ações do Estado. Para compreender o papel dos atores, bem como suas relações na formulação e gestão de políticas, o autor aponta a importância de uma análise que não só estabeleça uma estrutura da rede e atributos de grupos e indivíduos, mas que identifique os padrões de relação em determinadas situações sociais e suas alterações no tempo. Assim, chama a atenção para que a análise seja feita à luz da abordagem da Sociologia Relacional, colocando de um lado a estrutura presente nas interações e de outro lado as estratégias, ações, identidades e valores dos agentes envolvidos, ou seja, o foco recai sobre aspectos relacionados aos indivíduos e a suas relações.

Um tipo de dado pouco explorado nas pesquisas sobre redes sociais virtuais é o relacionado ao mundo das ideias, ou seja, dados que descrevem significações, motivações e tipificações de ações dos indivíduos em rede. Assim, abre-se ampla possibilidade de investigar um conjunto de ações, considerando-se o contexto sócio-histórico no qual acontecem, bem como a dinâmica da rede (AGUIAR, 2007a). Em termos de análise de movimentos sociopolíticos nas redes sociais, Aguiar (2007a, p.14) sugere que se observem, especialmente, os seguintes elementos: “os papéis exercidos pelos participantes nas interações e no fluxo de informações; a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os participantes; os graus de participação, a democratização dos processos decisórios e os conteúdos mobilizadores que circulam pela rede”.

Como foi visto, não há uma teoria de redes que possa ser aplicada a todo e qualquer estudo neste campo. Sendo assim, existe necessidade de diversificação em termos da utilização de abordagens de estudo, de acordo com os propósitos que se apresentam. No caso deste estudo, a pesquisa se dá em um campo multifacetado, localizado entre a Ciência Política, a Sociologia

Relacional, a Computação Social e, especialmente, a Gestão Social. Sendo assim, apresentam-se as abordagens epistemológica e as diretrizes metodológicas que o orientam.

5.2 Posicionamento Epistemológico: Abordagem Crítica

Paula (2006), falando sobre abordagens epistemológicas, destaca os trabalhos clássicos de Reed (1996) e Burrell e Morgan (1979) e demonstra que os elementos tratados por estes apresentam estreita relação e colaboram para entender os posicionamentos possíveis para a análise das redes. Com uma combinação dos aspectos, Paula (2006) defende que a “abordagem subjetivista” proposta vai ao encontro dos elementos “atuação” e “construtivismo”, propostos por Reed, visto que pressupõem que a ordem social é construída com as práticas sociais, sendo que a organização aparece como resultado das interações sociais e da construção.

Da mesma forma, a “abordagem objetivista” de Burrell e Morgam guarda relações com os elementos “estrutura” e “positivismo” de Reed, já que refletem concepções voltadas para o entendimento da estrutura e seus padrões, além de levar à percepção das organizações como um objeto ou entidade. Quanto ao posicionamento metodológico, os estudos realizados na abordagem subjetivista exigem metodologias mais críticas e interpretativas mais restritas e localizadas, enquanto os estudos pautados pelo objetivismo requerem metodologias estruturalistas e funcionalistas, que buscam explicações em leis ou princípios gerais. A Figura 7 permite que o modelo seja mais bem compreendido.

Figura 7 – Paradigmas sociológicos e organizações



Fonte: Paula (2006).

No contexto inserido entre as abordagens Sociologia Interpretativa e Humanista Radical, os estudos críticos se apresentam como instrumentos para desvendar práticas de opressão institucionalizadas nas organizações, bem como para propor transformações nas relações e práticas de trabalho que possibilitem aos indivíduos emancipar-se das opressões sociais, em especial aquelas relacionadas ao trabalho. Para Vieira e Caldas (2006, p.60), a base da Teoria Crítica se concentra no seguinte postulado: “é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser”, ou seja, é necessário se basear nas “possibilidades não realizadas pelo mundo social”.

O posicionamento crítico constitui a abordagem epistemológica deste estudo, o que significa uma postura que assume e defende formas livres de pensamento para os indivíduos, em conflito com um sistema que, normalmente, prioriza interesses das elites. Essa dominação mostra-se por meio de várias práticas na sociedade e forma-se de maneira subjetiva no imaginário dos indivíduos. Assim, as práticas opressivas e exploratórias, que por muito tempo se apresentavam como base das ações da administração e das teorias organizacionais por meio do funcionalismo, passaram a abrir espaço para um comportamento mais autônomo dos indivíduos. Desse modo, os estudos críticos normalmente expõem preocupação com os segmentos sociais dominados e historicamente explorados, uma oposição ao positivismo lógico (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Com afastamento do campo teórico e elaboração de uma discussão mais pragmática, ressalta-se que a crítica pode se orientar muito bem para o campo da **organização social**, em especial para as formas como os grupos sociais se mobilizam em ações coletivas, para manifestar e exigir direitos, inserção e/ou aceitação. Portanto uma reflexão crítica pode assumir possibilidades de ação e mudança factíveis, tendo em vista possibilidades maiores de ação dos indivíduos na sociedade.

A perspectiva crítica tem base no “uso da ciência social para desafiar os pressupostos das instituições dominantes da sociedade” (ANGROSINO, 2009, p.27). E é nesse sentido que Gamson (1992) coloca em discussão a necessidade de abrir espaços de discussão política para todas as pessoas na sociedade, visto que há necessidade de alterar a forma como parte da própria Ciência Social enxerga e define os indivíduos. Para o autor, a principal corrente da Ciência Social define a massa de cidadãos como sendo formada por indivíduos estúpidos, desinformados, apolíticos e passivos. Contudo, de acordo com os críticos sociais, a culpa por esse contexto recai sobre uma “indústria da consciência”, que cria entendimento enganoso e incompleto do mundo, conforme pode ser percebido nas palavras do autor:

The critics, of course, don't blame people for their false consciousness and incomprehension. They are victims of a consciousness industry that produces and encourages a conveniently misleading and incomplete understanding of their world. The victims, in fact, make few appearances in analyses that emphasize the power of the sociocultural forces that put scales on their eyes. The implicit message seems to be: Of course people are confused and unable to make adequate sense of the world (GAMSON, 1992, p.5).

Quando as críticas sociais colocam as pessoas como vítimas, elas lhes conferem incapacidade linguística e cognitiva. Mas estudar as ações coletivas é muito importante para perceber que as pessoas não são passivas e estúpidas, de acordo com o que inferem alguns cientistas sociais, além de poder demonstrar de que modo as pessoas negociam, usando critérios complexos e coletivos, ou seja, suas experiências com as informações oriundas das mídias e pessoas dos grupos sociais (GAMSON, 1992), o que vai ao encontro da **autorreflexão**, elemento essencial na abordagem crítica. Além disso, o caráter autorreflexivo da abordagem crítica possibilita análise dos fenômenos sociais que levam a mudanças em ações e comportamentos, no sentido de emancipação, visto que a reflexividade na interação e na ação dos indivíduos possibilita interpretar, avaliar e alterar contextos analisados.

As possibilidades de ação emancipatória dos indivíduos, no caso, devem ser entendidas como necessárias à regulação social, e não o contrário, como adverte Santos (2005b), ao afirmar que a desregulação social desregulariza até fatores relacionados à reivindicação. Portanto, apesar de, à primeira vista, parecerem se opor, emancipação e regulação social se complementam e dão forma à civilidade.

O significado básico da “virtude cívica” está em reconhecer e buscar o bem público, com todo o interesse individual e particular. E um dos fatores de grande importância é que a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum com empreendimentos coletivos. Mas a comunidade cívica não está livre de conflitos, pois os cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões discutidas, porém são tolerantes com os oponentes (PUTNAM, 2007).

Para que ocorra mudança na realidade, torna-se necessário deixar de lado alternativas utópicas e realizar articulações reais e aplicáveis, fazendo com que o conhecimento possa se transformar em ações “rebeldes”, pautadas por criatividade, e movimento espontâneo e independente da realidade (SANTOS, 2005b). Tem-se aberto espaço para maior troca de informações e conhecimentos entre os indivíduos, por meio de um envolvimento mais amplo nas redes sociais virtuais, importantes meios e instrumentos para se (re)conhecerem as demandas da coletividade e, portanto, fortalecer ações populares e políticas.

Como já foi dito, a estrutura social por vezes oprime a participação individual e coletiva, mas parece estar perdendo forças para um movimento emancipatório surgido e abrigado nas redes sociais virtuais, que guardam importantes atributos de cooperação e de informação para a rede de indivíduos e possibilitam novo olhar sobre os movimentos sociais e sobre a participação cidadã na política. Para Pereira (2012), além da contribuição com o desenvolvimento dos movimentos sociais, a análise das novas formas e espaços utilizados em ações de ativismo político é uma grande oportunidade de diagnosticar o desenvolvimento da democracia e propor novas ações contra sistemas hegemônicos e opressores.

Segundo Farranha (2012), os movimentos sociais expandiram suas ações a partir das redes sociais virtuais e de um padrão de mobilização que vai além das instituições formais da política, propondo a democracia participativa, para possibilitar a abertura da arena pública em relação às discussões sobre projetos políticos. Assim, a redefinição do espaço público traz consigo a possibilidade de abertura democrática às classes populares, concedendo espaço para críticas à visão de mundo dominante.

5.3 Diretrizes Metodológicas: Perspectivas dos Novos Movimentos Sociais e de Enquadramento

A cultura é vista por muitos como inserida nos indivíduos ou até mesmo nos grupos, contudo outra característica peculiar é que pode ser compreendida por meio de sua característica de mutabilidade, que confere às pessoas a possibilidade de transformá-la pelo envolvimento com a coletividade. Diante disso, Williams (2004) defende que a cultura deve ser compreendida como construção social, interpretativa e multivocal. Não é estática e sofre alterações, em razão de relações das pessoas nos grupos e de desafios impostos pelo ambiente cultural, a ideologia que os grupos constroem.

Para Zald (1996, p.262), os termos “cultura”, “ideologia” e “quadro estratégico” estão imbricados nos movimentos sociais e possibilitam obter mais compreensão dos significados de objetos e ações. Assim, o autor apresenta conceitos, que, com tradução livre, são: a) cultura – “é o compartilhamento de crenças e conhecimentos, mediados e constituídos por símbolos e linguagem de um grupo ou sociedade”; b) ideologia – “é um conjunto de crenças usado para justificar ou desafiar uma dada ordem político-social e usada para interpretar o mundo político”; c) quadros estratégicos – “são metáforas específicas, representações simbólicas e

pistas cognitivas usadas para processar e lançar comportamentos e eventos de modo avaliativo e para sugerir modos de ação alternativos”.

Símbolos, quadros e ideologia são criados e alterados nos processos de contestação, portanto é possível entender a dinâmica de criação e transformação pela análise dos movimentos sociais. Contudo há crítica quanto à utilização de uma abordagem clássica nos movimentos sociais: o interacionismo simbólico. Essa perspectiva de análise privilegia a interação e deixa de lado conteúdo e força dos símbolos, processos de linguagem, representação e metáforas, importantes elementos para a compreensão da cultura e dos movimentos sociais na atualidade. Diante da necessidade de perspectivas diferentes para análise desses aspectos, o desenvolvimento dos estudos da cultura e da linguagem apresentam fontes que permitem seu desenvolvimento, a exemplo da semiótica, da teoria psicanalítica, da teoria feminista e do pós-modernismo (ZALD, 1996).

Além dessas, uma abordagem tem sido empregada, de forma crescente, nos estudos de movimentos sociais para a compreensão dos aspectos culturais anteriormente listados. É denominada de Perspectiva de Enquadramento (*Framing Perspective*) e tem o foco de análise na construção dos sentidos, visto que é por meio desses processos que os indivíduos se reconhecem ideológica e culturalmente nos grupos e ajustam vontades e objetivos pelo reconhecimento de demandas semelhantes.

Para Gamson (1992), a importância da perspectiva do enquadramento está na possibilidade de observar como os grupos constroem sentidos compartilhados, de forma natural, nos grupos de conversação. Como se observa, o foco são os grupos de conversação e não análises de unidades individuais. Portanto é uma perspectiva que permite observar, ainda que parcialmente, a construção social da realidade, em termos de participação política.

Esta perspectiva está relacionada, pois, com o campo discursivo e ideológico e, quando direcionada para a análise dos movimentos sociais, requer um trabalho de interpretação, tanto dos agentes dos movimentos quanto de outras partes envolvidas, para a compreensão dos processos e da dinâmica. Consideram-se agentes de outras partes envolvidas os antagonistas, as elites, as mídias, os contramovimentos, entre outros (SNOW, 2004).

Para Rousseau (2003), é possível assumir os quadros (*frames*) como uma abordagem ontológica e utilizar uma série de tipos diferentes de problematização e contextualização nos estudos antropológicos e de cultura, já que as metodologias e abordagens são extremamente diversas e flexíveis de acordo com o contexto.

A elaboração de quadros envolve aspectos relacionados à cultura, como crenças e experiências, e à forma como são trabalhados, para possibilitar compreensão do funcionamento de alguns mecanismos dos movimentos sociais. Afirma Snow:

frame elaboration refers to the process in which some events, issues, and beliefs or ideas are accented and highlighted in contrast to others, with the result that they become more salient in an array or hierarchy of group-relevant issues, perhaps coming to function as significant coordinating symbols or mechanisms (SNOW, 2004, p.400).

Enquadramentos não devem ser confundidos com reduções de histórias, de atributos ou de posições/cargos, mas devem esclarecer a construção social dos significados, sem negligenciar a natureza ideológica e as consequências, bem como as relações de poder que influenciam o processo (CARRAGEE; ROEFS, 2004).

A maior parte dos estudos realizados no campo da Política focam os processos de cognição individual, mas a realidade pode ganhar outros contornos, com enfoque na produção coletiva de sentidos, que resulta da conversação entre as pessoas, como bem pode ser visto nos discursos das mídias. Os discursos são compreendidos como recursos conversacionais que agem possibilitando às pessoas gerar sentidos e não apenas ser estimuladas a mudar de comportamento, como estudos baseados na teoria behaviorista. Assim, experiências pessoais, sabedoria popular e demais conhecimentos compartilhados nos grupos possibilitam a cada indivíduo e ao grupo criar significados de acordo com os contextos que os cercam, sendo o resultado do processo o que se pode chamar de “consciência política” (GAMSON, 1992).

De acordo com Borah (2011), os enquadramentos normalmente são criados com base tanto na comunicação quanto na mente dos indivíduos. Na maior parte dos estudos, os pesquisadores focam uma ou outra fonte e dificilmente aliam as duas, visto que a primeira tem mais relação com os estudos sociológicos e a segunda é mais direcionada aos estudos psicológicos.

Como este estudo busca compreender aspectos organizativos sociais, o foco se volta para relações estabelecidas pela coletividade, em especial por meio dos aspectos relacionados à comunicação e à forma como é utilizada por membros do grupo, para mobilizar pessoas e organizar processos, relações e ações coletivas, bem como para criar e fortalecer ideologias e a própria cultura relacionadas ao contexto sociopolítico. Como se trata de uma cultura política em formação acerca do MSCC, este estudo está posicionado metodologicamente na abordagem dos NMS, a qual reconhece uma série de novos movimentos da sociedade que visam a melhorias nas condições de vida, na criação de redes solidárias e na utilização de recursos inovadores, como as redes sociais virtuais. Outro posicionamento assumido se dá

com base na perspectiva de enquadramento, o qual também fornece diretrizes metodológicas para este estudo.

5.3.1 Diretrizes Metodológicas

Para compreensão do que trata a perspectiva de enquadramento, torna-se necessário conhecer um conceito basilar: o conceito de quadro (*frame*). De modo pragmático, pode-se dizer que o quadro (*frame*) é um retrato ou figura de dado objeto, situação ou contexto. Para Rousseau (2003), os quadros são úteis para delimitar, contextualizar e definir objetos em relação aos elementos que os constituem, bem como à forma como o objeto pode ser avaliado.

Os quadros são como pinturas/fotos, nos quais se dá atenção ao que é relevante e se deixa de fora o que é irrelevante em relação ao objeto analisado. Além disso, os quadros podem ser úteis como agentes de transformação para alterar o significado dos objetos e de suas relações com os atores envolvidos, as rotinas, etc. Os quadros da ação coletiva (*collective action frames*) são resultado dos enquadramentos que se podem realizar na arena dos movimentos sociais, envolvendo todo o trabalho realizado por pessoas, adeptos e líderes, para formar uma base regular. Portanto os enquadramentos não só são úteis para determinar a interpretação e propiciar melhores condições de responder a certos questionamentos e de conhecer os movimentos, mas podem também ser úteis no sentido de chamar as pessoas para a ação (SNOW, 2004).

Snow (2004) explica que estudos baseados em movimentos sociais focavam historicamente o papel e a relação da ideologia com as ações empreendidas. Contudo, como o conceito de ideologia foi se desgastando e se encerrando ao longo do tempo, não foi utilizado nos primeiros anos de desenvolvimento da perspectiva de enquadramento. Mas foi havendo compreensão de como a ideologia influencia as ações dos movimentos e ultimamente tem crescido o número de trabalhos com esse enfoque, em vista da estreita relação da ideologia com a cultura e da forma como o conceito pode colaborar com o entendimento da construção de significados e ações coletivas nos movimentos.

Estudos recentes têm utilizado a perspectiva de enquadramento para os mais diversos fins, como o de Hänggli e Kriesi (2012), que enfoca as escolhas de enquadramentos estratégicos

realizadas por candidatos a eleições em relação aos conteúdos e às formas de divulgação nas mídias, além de estudar o impacto dos quadros de campanhas adversárias sobre eles.

Em outro estudo, Guo, Holton e Jeong (2012) buscam compreender o contexto de globalização ou mundialização das informações da mídia e as tendências de continuidade do processo. Com estudos comparativos da mídia no contexto mundial, os autores mostram que questões recentes, como protestos do mundo árabe ou tsunami no Japão, se espalharam pelo mundo por meio das redes de televisão e por diversas ferramentas tecnológicas, como *blogs* e redes sociais virtuais, permitindo o acesso a informações e o surgimento de discussões, não só de jornalistas, mas da população em geral. Compreende-se, pois, que estudos comparativos de enquadramentos possibilitam aos pesquisadores compreender a amplitude das contribuições dos meios de comunicação e dos jornalistas, além de saber se ocorrem mais no nível local ou se há contribuições para o discurso da comunidade mundial.

Lim e Jones (2010) realizaram uma pesquisa que buscou os principais âmbitos que eram foco dos estudos de enquadramentos na área de relações públicas. Nessa pesquisa, que tomou por base 39 estudos, no período de 1990 a 2009, artigos e dissertações dos principais periódicos *on-line* da área, concluíram que grande parte dos pesquisadores enfoca a comunicação como uma realidade construída socialmente. Nesse sentido, mesmo atuando como ouvintes, os indivíduos processam as informações, de acordo com experiências e contextos, criando para si diferentes significados. O fato reforça a ideia de que os enquadramentos podem propiciar a compreensão de contextos nos quais as experiências das pessoas são úteis para compreensão das relações e dos significados que os grupos constroem.

Zoch *et al.* (2008) analisam que tipos de informações compõem os quadros criados por ativistas na *web*, para dialogar com o público, ou seja, ações de relações públicas nos *sites* que utilizam. De modo geral, percebem que textos e imagens geram resultados diferentes, de acordo com o público-alvo dos movimentos sociais. Para as organizações de defesa ambiental, por exemplo, imagens de poluição e desmatamento geram bastante comoção e envolvimento, enquanto, no caso de questões sociais, melhores resultados são obtidos quando se divulgam imagens positivas em detrimento de imagens negativas.

Por meio desses exemplos fica clara a aplicabilidade de pesquisas, com olhares distintos, na perspectiva de enquadramento. Como forma de compreender os motivos necessários para a adoção dessa perspectiva de análise, são apresentadas justificativas de que podem propiciar esclarecimentos sobre elementos das ações dos movimentos sociais, objetivo deste trabalho.

5.3.2 Justificativa e Aplicação em Estudos sobre Movimentos Sociais

Vários estudiosos e pesquisadores têm utilizado a perspectiva de análise por enquadramento, de linguistas e psicólogos a antropólogos e psicanalistas. Nos mais variados campos da ciência, é possível utilizar os quadros como unidade de análise essencial, para a mensuração de uma série de variáveis, como uma “simplificação” do modo de apreender um objeto no contexto no qual é analisado. Nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia, esse tipo de perspectiva requer novas formas de autorreflexão dos indivíduos abordados, para que as histórias sejam mais bem verificadas nos discursos, o que introduz novo relativismo na exploração desse tipo de informação (ROUSSEAU, 2003).

A principal justificativa para desenvolver estudos de movimentos sociais nessa perspectiva é a capacidade de compreensão de ações coletivas que resultam de uma relação entre os significados, os objetos e o contexto dinâmico no qual ocorrem. As ações dos indivíduos apresentam ligação com o significado dos objetos que as orientam. Como os contextos sociais e os objetos que orientam as ações não são estáticos, mas mutáveis, os significados são também mutáveis e as ações, por sua vez, adquirirão outras formas, intensidades e direcionamentos (SNOW, 2004). Destaca-se o entendimento do fenômeno estudado e a abordagem ontológica em que este estudo se apoia.

Portanto é possível criar quadros ou molduras que definem e relacionam diversos elementos presentes na cultura, na ideologia e nas ações dos movimentos. Continuamente, quadros dos movimentos são gerados por participantes, mídia e opinião pública, de forma empírica, porém descontínua e deslocada do contexto global, sem métodos e de acordo com visões que melhor atendem aos seus anseios. Quando participantes de dado movimento, por exemplo, definem seus quadros de ação como fracassados, são, de certo modo, escondidos da opinião pública e de outros movimentos, em vista do receio quanto à influência negativa. Por outro lado, os movimentos bem-sucedidos servem como quadros e táticas apropriados, sendo por vezes repassados a outros movimentos, até por meio de treinamentos (ZALD, 1996).

As novas concepções da perspectiva de enquadramento apresentam considerável ruptura com a tradição. As mais antigas empregadas nos estudos de movimentos sociais focavam as formas pelas quais os movimentos se inseriam nas comunidades e em aspectos do crescimento. Erving Goffman, em “Frame Analysis”, defende a utilização da análise de quadros, mas com foco nos indivíduos e não em grupos (GOFFMAN, 1974). A análise de

microprocessos sociais, segundo a Teoria do Papel, permite descrever e interpretar ações sociais dos indivíduos com modelos de dramatização (HAGUETTE, 2011). Porém as concepções mais recentes se expandiram, fazendo emergir análises da cultura, de quadros e roteiros, da dramaturgia, da retórica, usada pelos atores dos movimentos sociais, para criar discursos e persuadir, e por estudiosos, para analisar suas ações, e dos repertórios culturais e conjuntos de ferramentas que têm aumentado as possibilidades de compreensão dos movimentos sociais (ZALD, 1996).

Conforme o que é defendido por Benford e Snow (2000), o crescimento do número de estudos na perspectiva de enquadramento indica que, ao lado das abordagens de mobilização de recursos e de oportunidades políticas, tem sido considerada uma boa base para a realização de análises dos movimentos sociais, por permitir compreender o caráter e o curso dos movimentos sociais. Na estruturação de enquadramentos da ação coletiva (“*collective action frames*”), pode-se compreender o surgimento do ativismo político como resultado da consciência política, que, por sua vez, é gerada por discursos das mídias e pela forma como as pessoas se relacionam na coletividade e se mobilizam (GAMSON, 1992).

Portanto a construção de sentidos por meio dos enquadramentos é útil para possibilitar compreender os processos de micromobilização, que guardam estreita relação com a construção da cultura entre e pelos indivíduos que se relacionam por meio das ações de mobilização em movimentos sociais. Os estudos que se baseiam na elaboração de enquadramentos dos movimentos sociais, portanto, não são ortodoxos e requerem metodologias não convencionais, embora alguns elementos sejam recorrentes.

Segundo Gamson (1992), é necessário conhecer três elementos, para elaboração de enquadramentos de ações coletivas:

- a) Injustiça - a tematização é que permite às pessoas estimular o juízo político e moral, definindo o que é “certo” e “errado” para elas, e o que as motiva a perseguir objetivos por indignação. A injustiça não é mero julgamento intelectual ou cognitivo, mas cognição ligada à emoção, que os psicólogos cognitivistas denominam de “cognição quente” (*hot cognition*).
- b) Agência – possibilita às pessoas tomar ciência de que, por meio da ação coletiva, se podem alterar os contextos que as incomodam. Esse elemento sugere que as pessoas sejam criadoras de suas próprias histórias e que façam algo.

- c) Identidade – colabora com a construção de “nós”, que difere o grupo em relação a outros, ou seja, “eles”, e possibilita construir valores e objetivos específicos que o distinguem. É facilmente observada nos movimentos sociais, visto que sempre há um componente de oposição, sempre um alvo.

Snow alerta para a importância dos enquadramentos da ação coletiva nos movimentos sociais:

the framing perspective on social movements, as it has evolved, not only focuses attention on matters of meaning and the interpretative process through which movement-relevant meanings are generated, debated and contested, diffused, and altered, but contends that the collective action and master frames that are the product of these interpretative process are central to understanding the course and character of social movements. That this is indeed the case is suggested by the proliferation of research on collective action frames and framing processes in relation to social movements (SNOW, 2004, p.404).

De modo geral, a importância desta perspectiva para o estudo de movimentos sociais pode se resumir a cinco principais apontamentos (SNOW, 2004), que servem também como uma justificativa para este estudo:

- a) Além de os enquadramentos serem importantes para a compreensão do cotidiano da vida social, eles se mostram particularmente relevantes para o entendimento das características e do curso dos movimentos sociais, nos quais as ações coletivas surgem.
- b) Os quadros de ação coletiva não são direcionados apenas para as estruturas cognitivas individuais, mas podem ser úteis para a compreensão de propriedades coletivas e organizacionais.
- c) No contexto atual de globalização e de movimentos transnacionais, tem crescido o conceito de quadros mestres (*master frames*), enquanto cresce a escala de mobilizações e protestos por meio da organização de movimentos e de coalizões.
- d) No campo da análise de variáveis, os quadros de ação coletiva podem assumir o caráter tanto de variáveis dependentes quanto de variáveis independentes.
- e) Os quadros de processos de transformação são úteis para identificar o nível e escopo das transformações e também para compreender se são causadas por agentes ou eventos.

Com o reconhecimento da importância da perspectiva de enquadramento para o estudo de movimentos sociais, torna-se necessário compreender que tipo de elementos pode ser o foco das análises.

5.3.3 Foco dos Enquadramentos

Tomando por base as leituras dos clássicos da literatura sobre enquadramentos, Vliegthart e Zoonen (2011) esclarecem que os quadros não são únicos e exclusivos, mas múltiplos e até contraditórios. Além disso, são resultado tanto de uma batalha de sentidos entre diferentes atores, que apresentam diferentes recursos simbólicos e acesso a uma multiplicidade de meios de comunicação, quanto de articulações entre o conhecimento experiencial, a sabedoria popular e o discurso da mídia.

Não se pode pensar ou classificar os movimentos como entidade unificada, mas como um campo de atores que buscam várias estratégias, em locais distintos, institucionais e extrainstitucionais. Por isso é necessário distinguir os atores, ainda que, em virtude da conveniência da linguagem, a perspectiva de enquadramento leve a um tratamento unificado dos atores. Diante disso, normalmente não é sensato falar em enquadramento de movimentos, portanto é mais interessante enquadrar processos e ações, colocando os atores em diferentes posições (GAMSON; MEYER, 1996).

Snow (2004, p.386) discute os focos que os trabalhos com enquadramentos podem ter nos movimentos sociais e propõe que as análises contemplem cinco categorias que considera mais relevantes: a) esclarecimento da arquitetura conceitual dos quadros de ação coletiva e dos processos de enquadramento; b) pesquisas empíricas que investiguem a aplicação e utilidade de análise dos vários conceitos de enquadramento; c) exploração das ligações entre os processos de enquadramento e outros fatores relevantes para a dinâmica dos movimentos sociais, como oportunidades políticas, campos discursivos, estruturas de oportunidade, mídias, etc.; d) questões metodológicas e técnicas relevantes para conduzir pesquisas de enquadramento; e) avaliações críticas da perspectiva de enquadramento.

Os estudos realizados na perspectiva de enquadramento têm se mostrado incompletos por negligenciar informações acerca das atividades cotidianas realizadas pelos participantes dos movimentos sociais. McAdam (1996) chama a atenção para a necessidade de que os estudos busquem desvendar as práticas diárias pelas quais os ativistas empreendem suas ações. Na visão do autor, torna-se necessário, para compreender completamente o significado do trabalho de um grupo, dar atenção às táticas e ações nas quais as pessoas se engajam. É em virtude disso que, para este estudo, as análises se apoiam na netnografia, para acompanhar o cotidiano do movimento em questão.

Para Williams (2004), os movimentos sociais apresentam relação muito próxima e, de certo modo, até dependente do contexto cultural no qual se desenvolvem. Por esse motivo, o autor explica que o nível de desafio imposto aos movimentos sociais, bem como os resultados alcançados por eles estão diretamente ligados ao tipo de ambiente cultural no qual se inserem. A perspectiva de enquadramento foca a relação entre três variáveis: objetos culturais, produtores culturais e receptores culturais. O foco da perspectiva enfoca, pois, a cultura e, assim como Snow (2004), Williams admite que as ações coletivas dos movimentos sociais sofrem grande influência do contexto cultural, tornando-as factíveis ou vulneráveis em razão de cada contexto.

Em virtude de tantas questões contextuais, a perspectiva de enquadramento se apresenta como um terreno amplo e amorfo, mas permite criar um sentido de mundo, além de prover modos alternativos para o comportamento. Também possibilita compreender os repertórios de contenção e de organização, que incluem a organização de diversas formas de manifestações, como organização de marchas, construção de barricadas, rupturas não violentas. Rupturas e contradições culturais devem ser analisadas, dada sua importância para a formação e o desenvolvimento dos movimentos sociais (ZALD, 1996).

Segundo Snow (2004, p.384), com visão diferente da mais tradicional, que enxerga ideias e crenças pré-configuradas, a perspectiva de enquadramento enxerga os movimentos como “*agents engaged in the production and maintenance of meaning for protagonists, antagonists, and bystanders*”. Os *bystanders*, como já foi explicado, são indivíduos que acompanham os movimentos como expectadores, de forma passiva, “de fora”, sem participações efetivas, mas que, em dado momento, podem decidir entrar no movimento de forma ativa.

Para Gamson (2004), a opinião pública existe como uma força independente com a qual os líderes devem lidar, seja de forma positiva, seja de forma negativa. Em virtude disso, o público em geral e os *bystanders* são impactados por informações que, em dado momento, podem ser úteis para o alcance dos objetivos dos movimentos. Os principais enfoques dados pelas organizações dos movimentos sociais são estas arenas: da mídia, pública, eleitoral e governamental. As quatro arenas compõem a dimensão externa aos movimentos, para a qual os atores dos movimentos direcionam seus esforços com a intenção de compartilhar informações com um público maior e mais diverso, por meio de repórteres, líderes de organizações não governamentais, líderes partidários, eleitores, entre outros (McCARTHY; SMITH; ZALD, 1996).

Para compreensão dessas arenas, é válido realizar uma breve explicação. A arena da mídia apresenta acesso de dificuldade intermediária, sendo mais acessível que as arenas eleitoral e governamental e menos acessível que a arena pública. A principal vantagem dessa arena é que os atores dos movimentos buscam, de forma estratégica, alcançá-la para poder acessar as demais. A arena pública é aquela na qual várias organizações civis competem para persuadir as pessoas a atentar para a importância de suas questões, em especial buscando recrutar colaboradores. A arena eleitoral é o campo das negociações de apoio político às causas defendidas pelos movimentos. A arena governamental é aquela que pode possibilitar apoio estrutural aos movimentos, além da possibilidade de inserir suas demandas nas agendas de compromissos públicos (McCARTHY; SMITH; ZALD, 1996).

Morris e Staggenborg (2004) defendem a utilização dos enquadramentos nos estudos de movimentos sociais, mas criticam a forma como têm sido realizados, pois muitas vezes não consideram os líderes, que assumem importante papel nas ações coletivas e, por sua vez, na formulação da ideologia e da cultura dos grupos. Para os autores, alguns autores pecam por considerar os líderes como mais um fator nos enquadramentos, quando deveriam ser os principais analisados, já que normalmente são os mais engajados nas ações coletivas. Além disso, é preciso considerar que os líderes podem ter passado por outros movimentos ou fases nos quais exerciam outras formas de participação, até se tornarem líderes, um fato que possibilita esclarecer o desenvolvimento das pessoas nos movimentos. Os líderes influenciam e são influenciados pela organização e pelo contexto, portanto tipos diferentes de organização “produzem” tipos diferentes de líderes. Além disso, Morris e Staggenborg (2004) acrescentam que tipos diferentes de líderes podem dominar estágios diferentes do desenvolvimento dos movimentos, o que, em alguns casos, pode permitir que surjam conflitos.

Portanto é necessário discutir a importância da liderança para os movimentos sociais. Algumas das teorias têm sido negligentes quanto ao estudo do papel dos líderes, ao focar exclusivamente seus temas de análise, como abordagem de processos políticos, destacando a estrutura de oportunidades políticas e deixando de lado a ação humana. Por conseguinte, há necessidade de estudar os líderes por considerar que fazem diferença nos contextos estruturais, em especial na relação entre oportunidades e estratégias dos movimentos. A importância do papel dos líderes está nas suas experiências e origens, tradições culturais e redes sociais, que possibilitam obter seguidores e iniciar os processos necessários para os movimentos sociais (MORRIS; STAGGENBORG, 2004).

Carragee e Roefs (2004) fazem crítica à negligência apresentada por muitos estudos de enquadramentos, ao deixar de considerar o contexto de poderes políticos e sociais. Para os autores essa negligência é resultado de uma série de fatores, como inadequação conceitual da perspectiva de enquadramento, falhas ao examinar as disputas políticas no contexto político e social e redução dos quadros aos efeitos da mídia.

Apesar dessas críticas, os estudos de enquadramentos têm focado a interação entre diversos atores, tendo em vista que normalmente são analisados contextos sociais com trocas de informações em que é interessante a observação não só de uma, mas das várias partes que formam uma relação analisada, visto que os contextos guardam codependência entre os atores. No caso de pesquisas que focam comunicações políticas, faz-se necessário compreender as dinâmicas organizativas dos defensores políticos e as dos representantes da mídia (VREESE, 2012).

Além do desenvolvimento do sistema político, o desenvolvimento da própria democracia de forma inclusiva deve ocorrer com base na análise dos fluxos de informações que permitem realizar discussões na esfera pública. Tanto essa esfera quanto o sistema político são impactados pelos fluxos midiáticos, que ocorrem em duas direções, tanto dos discursos políticos que buscam legitimação, quanto das manifestações das demandas de atores que buscam se inserir no contexto político (PEREIRA, 2011).

Slothuss e Vreese (2010) defendem que o processamento de informações políticas por parte da opinião pública deve ser considerado, e não apenas a explicação psicológica, em razão da influência que os enquadramentos políticos geram sobre a opinião pública e, em especial, sobre os quadros patrocinados por partidos políticos. Entre as possibilidades de estudo a serem utilizados nos enquadramentos destacam-se entrevistas e pesquisas com jornalistas e editores das mídias, com membros de grupos de ativistas, com gestores de campanhas políticas, com patrocinadores dos movimentos (BORAH, 2011).

Elemento-chave para a compreensão dos quadros de ações coletivas, que tem sido exaustivamente apresentado na literatura, é a mídia, ou seja, diversos aspectos acerca de seus interesses, profissionais e influência. Trabalhar com enquadramentos da ação coletiva pode ocorrer com informações da mídia e depois com as experiências das pessoas, ou vice-versa. A ordem da análise depende da proximidade do assunto para as pessoas e do grau de liberdade para tratá-lo de forma não científica ou mais popular (GAMSON, 1992).

Gamson (1992) discute, em “Talking Politics”, a influência política da mídia sobre a sociedade, ao caracterizar os movimentos sociais, criando enquadramentos que condizem com a ideologia dos jornalistas ou com interesses diversos que são representados e defendidos por meio dos discursos que veiculam. Na mesma linha, Zald (1996) defende que a mídia não só informa, mas apresenta o propósito de responder aos desejos dos controladores e às demandas do mercado. Matthes (2012) reforça essa tese e sugere que análises de questões políticas sejam relacionadas à mídia, já que fazem parte de um todo, enquanto análises focadas em apenas um ou outro lado podem limitar o estudo.

A mídia de massa age como divulgadora de informações, para permitir que o público as acesse, mas exerce importante papel, ao espalhar novos usos de linguagem e atuar como parte na formação de consciência política. Além disso, Matthes (2012) considera que os jornalistas podem articular interesses simbólicos e agir em função de seus próprios direitos nos sistemas de mediação. Obviamente, ao negligenciar seu papel de distribuidora de informações ou mesmo deturpá-lo, a mídia de massa, de certa forma, impacta os movimentos sociais. É por esse motivo que a mídia, engajando-se ou não nos movimentos, não pode ser ignorada nas análises. E as redes sociais virtuais, servindo como alternativa midiática, podem prover um espaço alternativo para a divulgação de informações e colaboração, com a formação de consciência política, sem fugir aos interesses dos movimentos e de seus líderes (GAMSON, 2004).

Klandermans e Goslinga (1996) esclarecem que os representantes da mídia de massa manipulam informações e transformam a realidade de acordo com os princípios que regem seus trabalhos:

mass media do not transmit information without transforming it. Space limitations alone introduce selectivity in the production of media discourse. Mass media select and interpret available information according to principles that define news value. In so doing they produce a transformed reality which diverges from the reality as a social actor defines it (KLANDERMANS; GOSLINGA, 1996, p.320).

Obviamente, tentando encontrar meios de comunicação sem manipulações da mídia de massa, muitas organizações de movimentos recorrem à criação e estruturação de canais próprios. Contudo, nesses espaços também podem ocorrer manipulações das informações, mas a favor dos movimentos. Muitas ações podem ocorrer nesse sentido, como no caso citado por Klandermans e Goslinga (1996): a organização de um grupo sindical usava um jornal como forma de comunicação e nele utilizava linguagem emocional para, aparentemente, gerar indignação e raiva nos trabalhadores em relação aos políticos.

Ressalta-se, para os movimentos sociais, a importância da mídia, que, por um lado, se apresenta como arena na qual há um tipo de competição simbólica e, por outro lado, se apresenta com papel central na construção de sentidos e na reprodução da cultura. De qualquer modo, a mídia é um importante elemento a ser analisado, já que pode permitir o acesso dos movimentos a espaços políticos e diferentes oportunidades (GAMSON; MEYER, 1996).

De acordo com Carragee e Roefs (2004), os estudiosos dos movimentos sociais podem construir quadros das ações coletivas e buscar compreender como os participantes, as elites e as mídias enquadram a mesma situação. Os discursos das mídias de massa são moldados e organizados por uma ideia ou enquadramento (GAMSON, 1992). Mas se conclui que isso pode ser assumido para outras mídias e, em especial, para as redes sociais virtuais utilizadas como veículos de criação e compartilhamento de informações.

Segundo Morris e Staggenborg (2004), a mídia de massa é o maior canal através do qual os movimentos podem recrutar membros, elevar o moral dos participantes e se comunicar com o público. Por esse motivo, os autores defendem que, além de enquadrar movimentos, é necessário formular enquadramento das mídias, para melhor compreendê-los.

Mas, na época da publicação do texto de Morris e Staggenborg (2004), não havia preocupação de analisar as mídias sociais da forma como este estudo pretende. As redes sociais virtuais não se apresentavam de forma tão estruturada e latente, nem mesmo com tamanha facilidade de acesso para pessoas dos mais distintos contextos sociais. O fato permite levantar questionamentos sobre o poder quase indestrutível que a mídia de massa historicamente deteve e a forma como, nos dias atuais, tem perdido capacidade de influência sobre a sociedade.

Além do problema da “indústria da consciência” figurado pelas mídias de massa, conforme discute Gamson (1992), há outro talvez maior: a existência de um tipo de aprisionamento da comunicação. Quanto a comunicação detida, a culpa da “passividade política” sai da responsabilidade exclusiva das mídias de massa e recai sobre a estrutura de classes, que muitas vezes não permite o acesso de todos às discussões políticas, em razão de um tipo de preconceito linguístico. Portanto existe necessidade de adequação linguística para ser possível participar de discussões políticas. O fato é mais facilmente compreendido, por exemplo, com problemas disfarçados como de caráter técnico, mas muitas vezes de natureza política, que coíbem a participação em discussões de natureza predominantemente política.

Como forma de enfraquecimento desse tipo de discussão, os enquadramentos podem propiciar um meio de construção dos sentidos e entendimentos sobre política a pessoas que, de alguma forma, se relacionam e agem pelas redes sociais virtuais, que se apresentam como instrumento de facilitação para acessar grupos envolvidos com movimentos sociais e discussões de questões políticas.

A elaboração de enquadramentos das mídias sociais, no caso das Redes Sociopolíticas Virtuais, pode ser útil para compreender ações coletivas dos movimentos sociais que, de alguma forma, se situam no ciberespaço, propiciado por essas mídias. O mais importante no contexto deste trabalho, entretanto, é mostrar que as redes sociais virtuais, quando apropriadas e utilizadas por movimentos sociais, podem ser valioso instrumento de veiculação de ideologias, de mobilização e de organização para ações coletivas.

No contexto há uma série de contornos possíveis para estudos realizados nessa perspectiva, de estudos que buscam comparar ações de um grupo ao longo do tempo ou ações realizadas em vários contextos culturais a estudos que buscam averiguar a presença de temas que guiam ações, frequências e distribuição nos movimentos, bem como estudos que considerem os quadros de coletividade em diferentes contextos sociais (WILLIAMS, 2004).

Como sugestão, na perspectiva de enquadramento, Zald (1996) apresenta algumas possibilidades de pesquisa, entre as quais estão destacadas as três que mais se relacionam aos objetivos deste trabalho: a) construção cultural – análises sobre incorporações culturais e transformações dos quadros e imagens dos movimentos sociais; b) ação estratégica – análises comparativas de ações empreendidas em contextos e sociedades distintos; c) processos midiáticos – análises de mídias e informações, de controles e ausência de controles.

O Quadro 4 organiza as principais categorias de análise elencadas na discussão, considerados os autores que defendem a perspectiva de enquadramento.

Quadro 4 - Categorias de análise na perspectiva de enquadramento

Categorias analíticas	Autores
Comunicação	Borah (2011).
Construção Social de Significados e Sentidos	Gamson (1992); Carragee e Roefs (2004); Snow (2004); Williams (2004); Vliegenthart e Zoonen (2011).
Ideologia	Snow (1996); Snow (2004); Williams (2004).
Cultura e Símbolos	Zald (1996); Rousseau (2003); Snow (2004); Williams (2004).
Experiências Pessoais	Gamson (1992).
Relações de Poder	Carragee e Roefs (2004); Vreese (2012).
Quadros Estratégicos de Ação	Zald (1996); Snow (2004); McAdam (1996).
Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização	McAdam (1996); Zald (1996).
Distinção de Atores, Papéis e Contextos	Gamson e Meyer (1996); McCarthy, Smith e Zald (1996); Carragee e Roefs (2004); Gamson (2004); Slothuss e Vreese (2010); Vreese (2012).
Lideranças	Morris e Staggenborg (2004).
Mídia	Gamson (1992); Gamson e Meyer (1996); Klandermans e Goslinga (1996); Slothuss e Vreese (2010); Vreese (2012).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Há, porém, preocupação com a maneira de lidar metodologicamente com tamanha complexidade, com tantos atores e contextos envolvidos. Por essa razão, na próxima subseção são apresentadas possibilidades metodológicas e encaminhamentos para os estudos no campo dos movimentos sociais e, posteriormente, a metodologia utilizada neste estudo.

5.3.4 Metodologias Aplicáveis e Encaminhamentos para Estudos

Teorizar sobre quadros tem se tornado recorrente na atualidade, haja vista a grande preocupação com a metodologia que envolve os trabalhos de pesquisa e se contrapõe às metodologias “irrefletidas”, que vêm perdendo forças desde a década de 1970. Segundo Rousseau (2003), há necessidade crescente de criar e adequar métodos por meio de uma reflexão metodológica que atente para as diferenças de locais que moldam os diversos contextos de pesquisa e que devem ser explicados ao longo da construção da metodologia.

Com referência aos enquadramentos, não existe método específico de pesquisa e construção, visto que o quadro varia de acordo com o contexto específico que se pretende compreender. Como resultado disso, é possível elaborar enquadramentos relacionando os níveis de organização de grupos e não apenas as estruturas cognitivas ou esquemas mentais (SNOW, 2004).

Matthes (2012) afirma que, em campos interdisciplinares, como é o caso da Perspectiva de Enquadramento, há muita fragmentação quanto às formas de desenvolvimento dos estudos. Contudo o fato pode apontar para crescimento da abordagem e, ao mesmo tempo, demonstra que os estudiosos talvez estejam agindo isoladamente, ignorando estudos paralelos. O autor explica que, para ter a compreensão de um quadro geral de dado processo político é necessário ter uma única situação, mas analisar todos os atores envolvidos - movimentos, população em geral e mídias - no período de tempo necessário.

A elaboração de quadros permite a organização do que se pode ver no dia a dia, pois os quadros são parte da realidade. A interpretação resulta da visão de quem realiza o enquadramento, podendo destacar alguns aspectos da realidade em detrimento de outros (BORAH, 2011). Vreese (2012) sugere que as pesquisas de enquadramento não façam escolhas definitivas sobre o *design* das pesquisas, mas permitam que os questionamentos orientem o *design* dos quadros, ou molduras, que apresentam as imagens dos contextos analisados. Borah (2011) sugere que as pesquisas de enquadramentos não foquem apenas as questões específicas de seu interesse, mas que colaborem com a descrição do processo como forma de colaborar com o crescimento e amadurecimento da teoria.

Em termos de métodos, Carragee e Roefs (2004) afirmam que os estudos utilizem múltiplos métodos, entre os quais etnografia, grupos focais, análise do conteúdo, análise do discurso e pesquisas de opinião. Assim, como escolha metodológica para este estudo, indica-se a netnografia, que, conforme a próxima seção, está alinhada à perspectiva de enquadramento e é a mais adequada para pesquisas sociais no ciberespaço, entre as poucas metodologias aplicáveis aos estudos sociais na internet.

6. METODOLOGIA

Neste estudo são adotados métodos e técnicas da pesquisa qualitativa, que se originou da Antropologia e depois se estendeu para a Sociologia e a Psicologia, entre outras áreas da ciência. O surgimento se deu quando os antropólogos entenderam que os dados pesquisados deveriam ser interpretados e não quantificados (MARCONI; LAKATOS, 2007). Assim, a pesquisa qualitativa se destacou como uma possibilidade de compreender relações entre variáveis sociais, processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais e, de forma mais aprofundada, os comportamentos das pessoas (RICHARDSON *et al.*, 2011).

O método qualitativo é ainda mais útil e poderoso quando o pesquisador o utiliza para descobrir como os indivíduos pesquisados veem e percebem o mundo (McCRACKEN, 1988). Portanto, “além de ser uma opção para o investigador, a escolha do método qualitativo justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”, já que possibilita compreender situações e significados de forma mais apurada (RICHARDSON *et al.*, 2011, p.79).

Em pesquisas de cunho qualitativo, “não se admitem regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas”, mas uma estruturação prévia mínima para que o pesquisador possa se orientar no contexto estudado, como planejamento cuidadoso e embasamento teórico (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.271). Apesar de o pesquisador ter liberdade na seleção de métodos e teorias, deve ter coerência no trato dos dados e nas análises (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Neste contexto de pesquisa, pela necessidade de trabalhar com dados de forma qualitativa, apresenta-se, na sequência, uma discussão acerca do método selecionado.

6.1 Método

No caso específico deste estudo, que trata de grupos sociais na internet, vários métodos e técnicas estão sendo desenvolvidos ou adaptados a novos contextos relacionais da sociedade, visto que o crescimento do hábito de usar *sites* de redes sociais virtuais, *blogs*, fóruns,

podcast, videocast, comunidades de *photosharing* e mundos virtuais fez a internet se tornar importante espaço de pesquisa (BOWLER JR, 2010).

Desde o momento em que a internet permitiu às pessoas se relacionar em um ambiente virtual, perguntas (Quem? Como? Onde? Por quê? O quê?) passaram a exigir nova forma de estudo para compreender contextos e responder a dúvidas que a nova dinâmica social impõe. Portanto a netnografia surgiu para tornar possível o estudo de diferentes contextos sociais virtuais, tanto para analisar a formação de grupos de consumo e do surgimento de vínculos emocionais quanto para compreender formação de comunidades, costumes e socialização (GEBERA, 2008).

A netnografia constitui uma aplicação da Etnografia para compreensão de experiências na internet, em especial por meio do estudo dos hábitos dos usuários (GEBERA, 2008). De acordo com Kozinets (1998; 2002), é uma adaptação da tradicional etnografia para o ambiente da internet, sendo virtual o local de trabalho.

Como grande parte dos pesquisadores da área considera que a netnografia é uma aplicação da etnografia adaptada para estudos na internet, faz-se necessário recorrer à conceituação antes de explicar o método.

6.1.1 Etnografia

O método etnográfico constitui a “análise descritiva das sociedades humanas” feita com o objetivo de “conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos”. Mas o pesquisador deve iniciar a pesquisa como participante, sem preconceitos, para buscar “entender o sistema de significados dos indivíduos ou grupos”. Como este tipo de pesquisa busca significações, não se permite formulação antecipada de hipóteses (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.273).

A pesquisa etnográfica se originou na Antropologia, “sendo utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como comportamentos, crenças e valores, baseada em informações coletadas mediante trabalho de campo” (GIL, 2010, p.40). O método se desenvolveu à medida que os antropólogos reconheciam que todas as sociedades são afetadas por ações dos governos e por organizações privadas:

more and more researchers both within and outside the discipline of anthropology have begun to recognize that ethnography is a particularly valuable method of research because it problematizes the ways that individuals and groups constitute and interpret organization and societies on a daily interactional basis (SCHWARTZMAN, 1993, p.3).

Na etnografia, os pesquisadores vão a campo para aprender sobre uma cultura, mas mergulhado nela, observando o que as pessoas dizem e fazem, bem como o conhecimento, comportamento e artefatos que compartilham entre si. Desse modo, é possível compreender as rotinas dinâmicas que constituem as estruturas sociais e organizacionais (SCHWARTZMAN, 1993). De forma sucinta, pode-se definir a etnografia como um tipo de método útil para a compreensão do “homem e seu contexto sociocultural” (OLIVEIRA, 2010, p.73). Portanto o foco da pesquisa é a compreensão e a análise das pessoas no seu próprio ambiente.

Em função disso, “a etnografia leva a um entendimento empático de uma cena social”, demandando engajamento e eliminação de preconceitos dos pesquisadores nos novos ambientes em que se inserem para as pesquisas (MAY, 2004, p.177).

Destaca-se também o seguinte:

etnografia significa literalmente a descrição de um povo. É importante entender que a etnografia lida com gente no sentido coletivo da palavra, e não com indivíduos. Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. O modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo (ANGROSINO, 2009, p.16).

A etnografia não é um método subjetivo nem objetivo, mas interpretativo, realizado por pesquisadores que procuram mediar dois “mundos” distintos e suas culturas (AGAR, 1986). É importante destacar que “as pesquisas etnográficas contemporâneas não se voltam para o estudo da cultura como um todo”, mas para os estudos de unidades menores, não se valendo apenas “das técnicas de entrevista e de observação, mas também da análise de documentos, de fotografias e filmagem” (GIL, 2010, p.40-41). Com o passar do tempo, a Etnografia passou a ser empregada em estudos de maior complexidade de elementos informativos, buscando adentrar questões mais profundas dos grupos.

Nas pesquisas etnográficas, não existe preocupação em definir uma amostra representativa da população. As escolhas dos pesquisados são feitas de acordo com critérios adotados pelo pesquisador, ao considerar que determinado grupo é indicado para fornecer informações que possibilitem responder tanto a questionamentos quanto aos contextos estudados. Mas a seleção não se encerra no início da pesquisa, pois o pesquisador pode perceber que outros indivíduos ou grupos devem compor sua amostra (GIL, 2010).

Para Angrosino (2009), a pesquisa etnográfica pode ser realizada com um misto de observação, entrevistas e análise de arquivos, contudo é preciso equilibrar as técnicas. Os etnometodólogos buscam “explicar como o sentido de realidade de um grupo é construído, mantido e transformado” (ANGROSINO, 2009, p.25). Porém os estudos etnográficos não podem predizer o futuro, pois não há clareza dos caminhos a percorrer, nem do lugar ao qual se chega por meio deles (AGAR, 1986).

O método etnográfico tem por base pesquisas de campo realizadas por pesquisadores que observam os contextos e deles participam. E é multifatorial, já que exige duas ou mais técnicas de acessar os dados, requerendo compromisso de trabalho a longo prazo. Além disso, é indutivo, holístico e dialógico (ANGROSINO, 2009).

Afirma Angrosino (2009):

os especialistas em estudos culturais estão preocupados antes de tudo com textos culturais, instituições como os meios de comunicação, e manifestações da cultura popular que representam convergências entre história, ideologia e experiências subjetivas (ANGROSINO, 2009, p.28).

O termo etnometodologia tem a origem no estudo de Harold Garfinkel, da década de 1940, e nomeia uma metodologia cujo objetivo de análise e estudo é este:

as atividades cotidianas dos membros de uma comunidade ou organização, procurando descobrir a forma como elas as tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja, como eles as consideram válidas, uma vez que a reflexividade sobre o fenômeno é uma característica singular da ação (HAGUETTE, 2011, p.48).

A etnometodologia tem por base a reflexividade da interação humana, “que significa que as pessoas interpretam ações significativas (tais como palavras, gestos, linguagem corporal, uso de espaço e tempo) de forma a manter uma visão compartilhada de realidade”, e a indexação da informação, “que significa que ela tem significado dentro de um contexto específico, sendo importante então conhecer as biografias dos atores em interação” (ANGROSINO, 2009, p.25)

A observação participante é uma das técnicas mais comuns na pesquisa qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2007). De acordo com Richardson *et al.* (2011), a considerável predominância desta técnica se justifica por levar a compreender complexidades de um problema. Também a pesquisa documental pode ser útil para entendimento dos contextos estudados. Tomando especificamente o caso das pesquisas etnográficas, Gil (2011) considera que a observação participante e as entrevistas em profundidade são as técnicas mais recomendadas.

Retorna-se às conceituações da netnografia, especialmente para realizar comparações entre métodos e criar a base metodológica na qual este estudo se desenvolve.

6.1.2 Netnografia

É um método de pesquisa sobre culturas presentes na internet que se desenvolveu, inicialmente, para compreensão de mercados consumidores por meio da adaptação de metodologias qualitativas (KOZINETS, 1998). Ela se baseia na perspectiva de processos interpretativos para analisar práticas e outros elementos da cibercultura, como a comunicação. Baseia-se também na investigação e compreensão das relações sociais e interações virtuais como resposta à intermediação tecnológica (GEBERA, 2008).

Outros nomes são dados à etnografia aplicada a estudos na internet, mas o conceito permanece. Entre os principais, destacam-se etnografia virtual (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008), etnografia digital (NOVELI, 2010), etnografia na internet (KOZINETS, 2002), ciberetnografia (WARD, 1999), pesquisa baseada na *web ou web-based research* (MKONO, 2011). Neste estudo, adota-se a forma mais comum na bibliografia consultada: netnografia, utilizada por Kozinets (2002), um dos precursores e propagadores da metodologia.

A netnografia se desenvolveu desde a década de 1990 (SANDLIN, 2007). Quanto ao nome, a origem está em um desafio metodológico, conforme explica Braga (2006):

O neologismo “netnografia” (nethnography = net + ethnography) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores/as norte americanos/as, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schatz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para “seguir os atores.” (BRAGA, 2006, p.4).

No início, os dados eram, exclusivamente, elementos textuais coletados em grupos de discussões e *e-mails*. Com o desenvolvimento da internet, foram utilizados também elementos visuais e sonoros (KOZINETS, 1998). Em 1998, Kozinets previa que, em futuro próximo, os dados poderiam ser coletados com gravações de encontros mediados por teleconferências, o que é factível nos dias de hoje.

Em virtude dessa e outras diferenças, Amaral, Natal e Viana (2008) discordam de autores que afirmam ser a netnografia apenas uma aplicação do método etnográfico em ambientes de mídia e relacionamento pela internet. Para as autoras, é um método qualitativo que se desenvolveu da etnografia e que expandiu o leque epistemológico em estudos de cibercultura e de comunicação, com técnicas que possibilitam ao pesquisador efetuar contatos intrassubjetivos com os objetos estudados.

Para Kozinets (2002), a diferença mais clara entre os dois métodos é que o netnográfico possibilita o estudo de grupos e culturas *on-line*, partindo da observação do discurso textual e trabalhando com a identidade duvidosa dos pesquisados. Diante disso, o autor mostra que, na etnografia, o pesquisado apresenta uma identidade mais autêntica e está mais próximo do pesquisador, devido ao contato face a face. Noveli (2010) defende ideia semelhante, acrescentando as possibilidades de pesquisas etnográficas em dois contextos:

os mundos, on-line e off-line, não são necessariamente realidades separadas – mundo real versus mundo virtual – mas podem ser considerados um continuum da mesma realidade. De tal forma, o pesquisador deve desenvolver técnicas que o permita analisar esse continuum. Nesse sentido, é interessante notar que, dentre as comunidades ou os grupos que um pesquisador viria a estudar, pode-se destacar os puramente virtuais, ou seja, que são socialmente criadas no ambiente virtual; as que são construídas tanto on-line quanto off-line; e as que são construídas puramente off-line, ou seja, no ambiente físico (NOVELI, 2010, p.109).

Portanto é possível e, muitas vezes, desejável que o pesquisador desenvolva uma etnografia que integre o método tradicional com a netnografia. Por um lado, a comunicação pela internet proporciona rapidez e acessibilidade; por outro lado, difere da comunicação face a face. Com isso, a análise das duas formas de comunicação possibilita acesso a mais detalhes sobre a identidade dos pesquisados (SADE-BECK, 2004). Mas podem ocorrer dúvidas quanto à aplicabilidade e aos usos desta metodologia, motivo pelo qual tem de haver esclarecimentos.

6.1.3 Aplicabilidade e Usos da Netnografia

Ao adentrar o ambiente *on-line*, o pesquisador ocupa um espaço contínuo ao ambiente físico ou *off-line*. O ambiente virtual lhe propicia condições de compreender aspectos da cibercultura, visto que possibilita relações entre as pessoas, relações de comunicação e, como consequência, possibilidades de compreender artefatos culturais. Além disso, não é só o conjunto de informações acessáveis que torna a netnografia relevante, mas a possibilidade de encontrar os objetos de estudos sociais no ciberespaço.

A netnografia não se apresenta como uma receita ou protocolo a ser seguido, mas artefato de pesquisa que não pode se separar “do contexto onde se desenvolve, sendo considerada adaptativa” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p.37). Por isso, apresenta flexibilidade quanto à forma de ser empregada nos estudos, e necessidade de constante revisão para acompanhar a dinâmica da sociabilidade nas redes.

A netnografia é um método útil para três tipos de pesquisa: a) estudos de ciberculturas “puras”, culturas e grupos especificamente criados e desenvolvidos no ambiente virtual sem existência no “mundo real”; b) estudos de ciberculturas “derivadas”, culturas e grupos que existem no “mundo real” e se manifestam através da internet; c) estudos de temas variados em que aparece como ferramenta exploratória (KOZINETTS, 1998).

Ao usar a netnografia, o pesquisador normalmente encontra ao seu alcance uma coleta de dados pronta, bastando organizar os dados para a transcrição dos discursos. Os sujeitos das pesquisas se apresentam de forma muito diversa e muitas vezes anonimamente (NOVELI, 2010).

Garcia *et al.* (2009) sugerem que os pesquisadores utilizem a observação participante como apoio à netnografia, mas que realizem adaptações necessárias para o contexto *on-line*, como: a) a natureza da observação se altera, já que não é possível observar diretamente as pessoas pesquisadas; b) as notas de campo e os relatos dos resultados se alteram, já que a capacidade tecnológica para registrar eventos e interações é diferente; c) competências diferentes são requisitadas dos pesquisadores para analisar e compreender os dados *on-line*, já que os materiais textuais e visuais são diferentes dos de pessoas agindo e falando; d) as netnografias tendem a privilegiar os textos em detrimento dos fenômenos visuais; e) o uso de som e movimentos são pouco analisados nos trabalhos atuais.

Ao utilizar a netnografia o pesquisador precisa ter consciência de que suas análises são apenas recortes de um todo social e não sua forma completa, que apresenta outros âmbitos além dos analisados. Entre esses âmbitos pode-se destacar a comunicação gestual e outras apropriações que são mais bem realizadas no ambiente físico, sendo esse fator um dos principais diferenciadores entre a etnografia *off-line* e a *on-line* (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

Entre as principais vantagens da netnografia, pode-se destacar: redução da subjetividade, menor tempo para realização da inserção do pesquisador e menor custo. Essas vantagens guardam estreita relação com a operacionalidade da pesquisa, pois o pesquisador tem acesso aos discursos praticamente transcritos, encurtando etapas, como a gravação e a transcrição. Mas, em virtude da grande quantidade de informações, o pesquisador tem de filtrar o que é importante e o que é descartável. Outra vantagem, em comparação com outros métodos, como grupos focais e entrevistas pessoais, é que a pesquisa é menos invasiva, visto que o pesquisador pode olhar para seu objeto de pesquisa como se fosse por uma janela, e mais natural, visto que o ambiente não é criado pelo pesquisador como em outros métodos (KOZINETTS, 2002).

Os pesquisadores podem ampliar as pesquisas netnográficas com utilização maior de outras modalidades de informação, como elementos visuais e elementos sonoros. Nesse caso, abre-se espaço para a análise de figuras, charges, fotos e vídeos, para complementar os elementos textuais (GARCIA *et al.*, 2009). Outra vantagem da netnografia é a possibilidade de utilização de pesquisas *on-line*, que podem ser mais úteis que as entrevistas *off-line*, conforme o tema escolhido. Além disso, a amostra de pesquisados pode ser do tipo “bola de neve”, já que o contexto facilita acessar outros entrevistados por meio das ligações sociais das redes que os conectam (GARCIA *et al.*, 2009).

Como desvantagens do método, pode-se citar excesso de informações, falta de condições de observações das linguagens corporais dos pesquisados, foco quase exclusivo em dados textuais e desconfiança quanto às fontes ou dados (NOVELI, 2010). Sade-Beck (2004) considera a grande quantidade de informações como vantagem para o pesquisador.

As limitações do método estão relacionadas à dificuldade de generalização da pesquisa para grupos fora da amostra pesquisada e às habilidades de interpretação do pesquisador, que deve desenvolver a capacidade de obter os dados necessários e analisá-los nos contextos dos pesquisados (KOZINETS, 2002). Ao considerar que nem todos os grupos sociais se encontram na internet (nem nos mesmos “locais virtuais”, como redes sociais virtuais, *sites* de vídeos, *blogs*, *chats*), não se devem generalizar os resultados deste tipo de pesquisa (NOVELI, 2010). Embora seja possível manter sigilo sobre os entrevistados, a tecnologia torna difícil garantir o anonimato das pessoas estudadas *on-line*, sendo necessário que o pesquisador tenha mais cuidado no tratamento dos dados (GARCIA *et al.*, 2009).

Há muitos exemplos de trabalhos realizados no exterior que utilizam o método em questão, como o estudo de Mateos e Durand (2012). Os autores utilizam a netnografia em um estudo sobre processos migratórios para a Espanha, mostrando que o acesso à cidadania espanhola tem inúmeros complicadores burocráticos que levam as pessoas a criar uma série de estratégias para obtê-la. Com isso, os autores buscam conhecer como e quais estratégias são alvo das discussões e do compartilhamento de informações através de grupos de discussão na internet. Nelson e Otnes (2005) analisam, nos casamentos interculturais, o papel das comunidades virtuais em que as noivas interagem para buscar informações diversificadas sobre cerimônias e se relacionam para apoio nas experiências das outras, seja para obtenção de informações acerca de planejamento, seja para obtenção de aconselhamentos sentimentais.

Ward (1999) pesquisa duas comunidades feministas para compreender como os participantes definem os seus próprios espaços e como os participantes utilizam espaços *on-line* e *off-line*.

A autora mostra que um espaço não compete com outro, nem o anula, surgindo um terceiro espaço, híbrido, que não é físico nem virtual. Além disso, mostra que a participação dos membros se dá de forma transitória, de acordo com os seus interesses.

Mkono (2011) realiza um estudo em que levanta possibilidades de pesquisas no turismo. Na visão do autor, pesquisas netnográficas podem dar diferentes resultados sobre a visão de turistas quanto a elementos que encontraram em suas viagens, como a alimentação. Para ele, comparadas as avaliações *in loco* com as realizadas por meio da internet, os turistas se sentem muito mais à vontade para relatar suas experiências em redes sociais virtuais e *sites* com foco em viagens, como TripAdvisor, VirtualTourist e IgoUgo. Em outro trabalho, Janta *et al.* (2012) utilizam o método para analisar a influência das redes sociais virtuais em processos de aprendizagem e desenvolvimento da língua inglesa para imigrantes poloneses trabalhadores do setor de turismo no Reino Unido.

Zaglia (2013) tem o foco de seu estudo na existência de comunidades de marcas nos ambientes das redes sociais virtuais em que o autor busca conhecer formas de inserção e motivos que levam as pessoas a aderir aos grupos e os tipos de informações que mais atraem os membros e criam mais interatividade nas discussões, analisando a quantidade e o conteúdo dos comentários das postagens da *fan page*. Brodie *et al.* (2013) também focam seus estudos em comunidades de marcas, mas buscam explorar a natureza e o alcance do engajamento dos consumidores surgidos em diferentes níveis de intensidade, ao longo do tempo. Além disso, analisam os diferentes subprocessos de engajamento e os relacionam com satisfação, lealdade, ligação emocional, compromisso e outros aspectos da relação entre consumidores e as marcas.

Há exemplos de pesquisas realizadas, nos últimos anos, no Brasil, que utilizam a netnografia. Corrêa (2009) tem foco em comunidades virtuais com a temática “Brasileiros no Exterior”, que reúne pessoas que moram no exterior e outras que já tiveram ou gostariam de ter essa experiência. Ele busca conhecer trocas de informações sobre motivações, desafios e problemas entre os interessados na referida temática. Montardo (2010) usa a netnografia para estudar a inclusão social na internet de pessoas com deficiência auditiva, tendo como foco *blogs* de autoria de pessoas que têm esse tipo de deficiência. Em seu estudo, utiliza o método para identificar e selecionar dados desses *blogs*.

Montardo e Passerino (2010) usam a netnografia para realizar um levantamento de *blogs* relacionados com autismo e síndrome de Asperger, buscando compreender possibilidades de inclusão *on-line* de pessoas que compõem esse quadro. No estudo de Miranda (2011) é utilizado um método multietnográfico, composto de netnografia, fotoetnografia e etnografia,

para buscar compreender como ocorrem as interações e as práticas sociais em espaços de acesso pago à internet, como cafés (com *wifi*), cibercafés e *lan houses*. Com essa metodologia, explicam a interação em espaços reais e virtuais entre os pesquisados, bem como a troca de papéis dos atores sociais durante as interações.

Reconhecida a importância da netnografia e a aplicabilidade dessa metodologia, torna-se necessário entender como deve ser empregada, na busca de compreensão das técnicas utilizadas. Na sequência, pois, são apresentadas particularidades quanto à operacionalização da netnografia.

6.1.4 Operacionalização

Em relação ao posicionamento do pesquisador ao trabalhar com a referida metodologia, são definidos aspectos importantes, como tempo de pesquisa e tipo de espaço de conteúdo (plataformas, comunidades virtuais, *blogs* e outros). Esses e outros quesitos são parte da *entrée* cultural, que é a programação realizada pelo pesquisador em que decide sobre questões e tópicos que pretende analisar e “locais virtuais” em que pode encontrar respostas para seus questionamentos (AMARAL, NATAL e VIANA, 2008).

Para Kozinets (1998), a *entrée* é mais facilitada na netnografia, em comparação com a etnografia tradicional. É um conceito que significa “entrada” ou acesso a outro grupo que possibilita ao pesquisador manter o contato necessário para a pesquisa. Na etnografia tradicional, é uma parte delicada para o pesquisador, que pode deparar com aspectos culturais distintos, situações políticas perigosas, longas distâncias a percorrer, entre outros riscos advindos de contextos desconhecidos. No caso da netnografia, esses riscos são reduzidos, já que o pesquisador pode ficar em sua própria residência ou local de trabalho, usando linguagem conhecida ou mais difundida, como o inglês.

Outro momento importante na aplicação da netnografia ocorre na escolha que o pesquisador realiza quanto ao ponto de observação do objeto. Seu posicionamento interfere na forma como os dados são coletados, organizados e analisados, mas os pesquisados também assumem posicionamentos que influem na pesquisa (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

Há duas etapas com que a netnografia é realizada, por exemplo, em organizações interessadas em conhecer os consumidores e que podem colaborar com esclarecimento a respeito da

maneira de usá-la: a) processo automático: os computadores e *softwares* ligados à internet arquivam informações que permitem acompanhar vários tipos de discussão virtuais com relação ao objeto de estudo, depois processados de forma a gerar informações úteis às análises; b) processo manual ou humano: é realizado por pesquisadores que fazem classificação e análise das informações (GERBERA, 2008).

A coleta de dados *on-line* pode ser feita por observação, entrevista e análise de conteúdo de materiais complementares (SADE-BECK, 2004). Na aplicação das técnicas, os pesquisadores podem escolher membros para verificações (*member checks*), que, além de propiciar informações, podem facilitar a entrada nos grupos (SANDLIN, 2007). O pesquisador tem a possibilidade de utilizar *softwares* que “gravem” sua visita aos destinos virtuais, para depois usar conforme a necessidade. Além disso, outras possibilidades de captura de conteúdo reduzem a necessidade de elaboração de notas de campo, mas não as inutilizam. As notas de campo podem ser úteis para gravar reações e experiências subjetivas que podem colaborar com a análise dos fenômenos observados (GARCIA *et al.*, 2009).

É importante que o pesquisador escolha grupos para os quais não tenha dúvida de que são cibercultura. Além disso, é importante que selecione indivíduos próximos entre si, que não apresentem comunicação anônima, porém comunicação identificável para um grupo com linguagens, símbolos e normas específicas. Esse grupo também deve apresentar comportamentos que mantenham os limites internos e externos do quadro social que se pretende analisar (KOZINETS, 1998).

Noveli (2010, p.127) discute as novas possibilidades da netnografia e faz uma crítica a estudos com foco exclusivo em recursos textuais, defendendo que, à época do surgimento da metodologia, “a internet era fortemente baseada em conteúdo textual. Hodiernamente a realidade é outra, com a internet 2.0 e suas redes sociais, como *Orkut* e *Facebook*, novas possibilidades de utilização da internet surgiram”.

Como a netnografia é método novo, está em processo de expansão e desenvolvimento o arcabouço teórico e metodológico (GERBERA, 2008). A noção de amostragem ainda é complicador para os estudos netnográficos, dadas as dificuldades de elencar todos os membros de um grupo e a possibilidade de perder contatos quando eles se “desligam” e se retiram dos grupos em análise. Além disso, existe o problema da desconfiança, visto que o tempo e a forma das relações entre pesquisador e pesquisado não permite uma relação amigável e confiável para o pesquisado (WARD, 1999).

Há também uma discussão em andamento acerca da ética em estudos netnográficos que perpassa a discussão sobre a utilização de dados expostos na internet. Esses dados podem ser considerados como de domínio público, por normalmente serem de fácil e livre acesso, ou de domínio privado, por serem pessoais as informações. Se o pesquisador decide fazer uma pesquisa não divulgada (*covert research*), deve analisar as implicações éticas da atitude (NOVELI, 2010). Se a informação é acessível, é de domínio público. Mas, se o pesquisador desejar agir de forma ética, pode informar aos pesquisados e pedir permissão para utilização dos dados, o que, em caso de negação, pode inviabilizar a pesquisa (GARCIA *et al.*, 2009; NOVELI, 2010). Kozinets (1998) defende que a ética da pesquisa deve ser mantida e que o pesquisador não deve se apropriar das postagens públicas sem permissão, devendo buscar o consentimento dos membros dos grupos analisados, mantendo-se também o anonimato e a confidencialidade quando for necessário.

Após esses esclarecimentos, na sequência, é apresentada a maneira de encaminhar este estudo. Primeiramente, o objeto de pesquisa, depois duas técnicas de coleta de dados, ou seja, observação participante e análise de documentos. Por fim, é apresentado o plano de análise dos dados.

6.2 Objeto de Estudo

A delimitação do objeto para este estudo depende de três elementos de análise: movimento social, organização do movimento social e *software* social.

O primeiro elemento permite identificar o tipo de movimento e de ações que se pretende analisar. Para reafirmar e validar a escolha, é preciso recordar e retomar um conceito já apresentado. Melucci (1996) conceitua o movimento como composto por ações originadas de contextos de reação a crises ou como expressão de conflitos. O primeiro caso ocorre quando o movimento surge como resposta a crises ou a mecanismos disfuncionais do sistema. Já a expressão de conflito guarda relações com o reconhecimento das demandas da coletividade que desafiam a legitimidade do poder atuante, ocorrendo quando dois ou mais atores buscam controle de recursos sociais. As ações sociais podem figurar como oposição à manutenção da ordem dos sistemas de relações sociais, quando orientadas por violações de limites

estabelecidos. Justifica-se, pois, a escolha do movimento a ser analisado neste estudo: o Movimento Social Contra a Corrupção (MSCC).

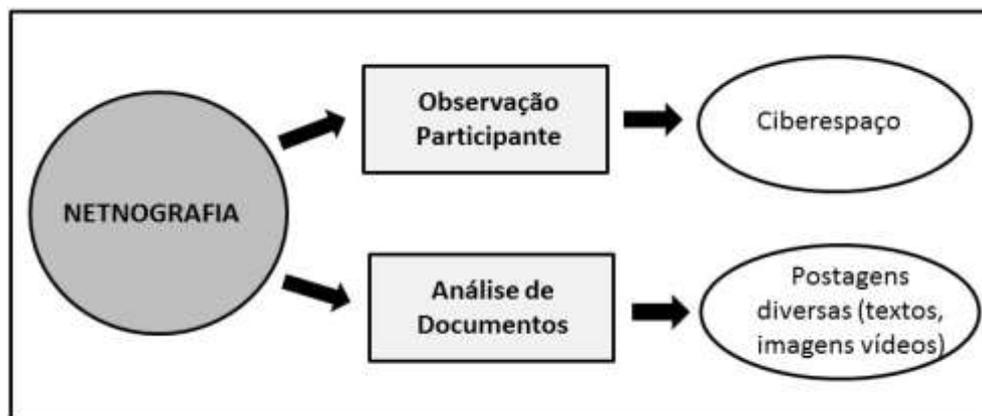
O segundo elemento, organização do movimento, é útil para delimitar o escopo do movimento social, visto que inúmeras organizações podem pretender os mesmos objetivos ou objetivos semelhantes. Como há muitas organizações direcionadas a combater a corrupção, é selecionada uma organização com presença *on-line*, de acordo com o foco deste estudo. Pela observação minuciosa de várias páginas contra a corrupção presentes em redes sociais virtuais, selecionou-se uma em virtude da maior quantidade de seguidores no Facebook e da representatividade nas discussões atuais sobre manifestações contra a corrupção: Dia do Basta (DB). Os focos das análises são as ações virtuais de forma geral, sejam as que ocorrem exclusivamente no meio virtual, sejam as organizadas no ambiente virtual e em espaços físicos.

O terceiro elemento de análise, *software* social, se relaciona com o tipo de canais de comunicação analisados. Para evitar confusões, são chamados de *softwares* sociais as ferramentas que possibilitam às pessoas se organizar em redes, enquanto “redes sociais virtuais” são redes entre pessoas criadas e desenvolvidas com softwares sociais. O Facebook é o principal alvo de análise, por ser considerado o principal *software* social utilizado por brasileiros, com cobertura mundial e grande quantidade de usuários. Outros *softwares* são usados de forma complementar, dadas as diferentes possibilidades comunicativas que permitem, por vezes, integrar as comunicações realizadas no Facebook. O Twitter, por possibilitar compreender o alcance de informações, como por meio dos Trending Topics. O Youtube, por figurar como uma rede social de compartilhamento de vídeos, um tipo de conteúdo que de interesse para análises neste estudo.

6.3 Plano de Coleta de Dados

Compreende duas técnicas que propiciam o alcance dos dados necessários para a criação dos enquadramentos, ou seja, observação participante e análise de documentos, como mostra a Figura 8.

Figura 8 - Coleta de dados



Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

As duas técnicas citadas são descritas com as possibilidades que apresentam para este estudo.

6.3.1 Observação Participante

A observação se destaca como um elemento básico da investigação científica e, mais especificamente, da Antropologia. Como o próprio nome indica, a técnica requer o uso dos sentidos para coletar dados por contato direto com a realidade estudada, depois identificados e registrados para análise posterior (MARCONI; LAKATOS, 2007). A técnica de observação permite obter informações sobre novos fenômenos e novos problemas, podendo revelar resultados inesperados e surpreendentes. Pode ser aplicada em estudos de complexidades variadas, já que se apresenta como uma base para qualquer pesquisa no campo social (RICHARDSON *et al.*, 2011).

Há discussão sobre a origem da observação participante, que alguns autores atribuem a um trabalho de Malinowski (BOGDEWIC, 1999) e outros aos trabalhos de Robert Park, da Escola de Chicago (MAY, 2004). Contudo Haguette (2011) considera que, independentemente da origem, esses trabalhos foram necessários para possibilitar o desenvolvimento da técnica.

Atualmente, a observação participante é empregada no estudo de grupos e comunidades: “o observador participante tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária”. Quando se utiliza a técnica, “o observador

não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado” (RICHARDSON *et al.*, 2011, p.261).

A observação participante é escolhida como técnica para pesquisa cujo foco é descobrir como as atividades e interações das pessoas em dado contexto dão significados aos seus comportamentos e crenças. A técnica se destaca por possibilitar o registro de situações que, por mais banais que possam parecer, dão indicações de como os significados são construídos nas organizações e nos contextos analisados (BOGDEWIC, 1999).

A observação participante “implica a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo”, mas “não utiliza instrumentos como questionário ou formulário” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.277). Ela pode ser considerada uma técnica de obtenção de dados com pouca estruturação, já que não requer instrumento específico para ser realizada (HAGUETTE, 2011). Por isso, na aplicação, o pesquisador não deve esperar o controle da situação e de todos os seus elementos (ANGROSINO, 2009).

Destaca-se que a observação participante é realizada no contexto do ciberespaço e, por isso, sua forma de inserção no campo da pesquisa ocorre por inserção *on-line* nas redes sociais virtuais, especialmente no Facebook e eventualmente em outras redes sociais, como o Twitter e o Youtube, os quais esporadicamente estão relacionados à principal rede estudada em alguns compartilhamentos de informações. Pela inserção é que o pesquisador pode participar ativa e diariamente, visualizando, analisando e, eventualmente, discutindo postagens dos membros. Eventualmente, de acordo com a necessidade e interesse, o pesquisador pode realizar postagens e compartilhamento de informações sobre o tema para compreender a repercussão dentro e fora dos grupos. Contudo se evita esse tipo de ação para trabalhar com dados advindos dos administradores das páginas virtuais estudadas, visto que o foco da pesquisa se concentra em compreender a lógica relacional e comunicacional entre os membros e, especialmente, como se dão os processos de gestão do movimento analisado. A intenção deste tipo de participação, além de averiguar a formação de ideologias, identidade e dos artifícios culturais, está em analisar o modo como as pessoas organizam as ações no ciberespaço e, em alguns casos, como transpõem as ações para os espaços físicos.

6.3.2 Análise de Documentos

A análise de documentos permite verificar comparativamente as observações realizadas pelo pesquisador com as informações registradas, que podem mostrar como os eventos são construídos. Normalmente as fontes incluem documentos históricos, leis, declarações e relatos das pessoas sobre diversos contextos. Também se consideram fotografias como documentos para fins de análise, além de outras possibilidades (MAY, 2004).

Outras fontes de pesquisa documental são jornais, revistas, gravações, cartas, etc. (OLIVEIRA, 2010). As fontes midiáticas, como páginas virtuais de jornais no Facebook, são de grande importância para compreender o papel das mídias sociais selecionadas como objetos de análise, para entender a repercussão de algumas ações dos movimentos interpretações ou mesmo para perceber a negligência da mídia em relação à informação e divulgação das ações, em especial pela importância na formulação do enquadramento da mídia e de seu papel no contexto dos movimentos sociais nas redes sociais.

No caso deste estudo, devido à sua particularidade em termos documentais, as fontes de informações estão disponíveis nos mais variados locais no ciberespaço. Como o foco de análise são as redes sociais virtuais, as informações devem ser obtidas pelas ferramentas que os *softwares* sociais disponibilizam atualmente, como fotografias, figuras, vídeos e textos escritos utilizados pelos administradores das páginas virtuais analisadas.

6.4 Plano de Análise dos Dados

A análise de dados em pesquisa qualitativa baseia-se em processos e procedimentos que encaminham o pesquisador para maior compreensão dos contextos estudados nas pesquisas, visto que “a interpretação de dados é o cerne da pesquisa qualitativa” (FLICK, 2004, p.188). Contudo a utilização de métodos de análise qualitativos foi vista por muito tempo de forma limitada como sendo um complemento para o desenvolvimento das pesquisas estatísticas. Apesar disso, estes métodos evoluíram e passou-se a perceber que contribuem com as pesquisas qualitativas de forma muito mais ampla, em especial no fornecimento de *insights*, bem como em explicações e teorias relacionadas ao comportamento social (RITCHIE; SPENCER, 1994). Para que resultados como esses sejam alcançados, “em pesquisas qualitativas, as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas em categorias que se relacionam entre si, de forma a ressaltar padrões, temas e

conceitos” (MARTINS; THEÓFILO, 2009, p.142). Conforme se vê adiante, a preocupação com o tratamento e interpretação dos dados é o fator que leva à formulação de métodos e procedimentos de análise qualitativos.

As análises qualitativas ocorrem em diferentes níveis de clareza, abstração e sistematização, podendo até estar implícitas no início do processo de pesquisa, quando o pesquisador percebe uma ação e, ao final da investigação, quando o pesquisador se detém nos níveis baixos ou altos de análise de acordo com a complexidade em estudo. Além disso, este tipo de análise se destaca por requerer uma percepção aguçada por parte do pesquisador, que é mediada pela linguagem e experiência (STRAUSS, 1987).

Na prática, a partir do discurso dos pesquisados torna-se possível compreender situações que vão além da interação pesquisador/pesquisado. Mas isso não quer dizer que os relatos dos pesquisados sejam tratados como verdadeiros de forma cega, pois o processo é uma tentativa racional de reconstrução de fatos, sobre o que pode e o que não pode ser considerado. De modo geral, o pesquisador “se limita a enunciar a realidade de uma espécie de matriz interna ao indivíduo que a análise do material qualitativo se esforça por pôr a claro a partir destas manifestações” (MAROY, 1997, p.127).

Portanto a análise qualitativa de dados assemelha-se às técnicas clássicas de análise de conteúdo, podendo servir para fins estritamente descritivos ou para fins de verificação de hipóteses (MAROY, 1997, p.120). Ritchie e Spencer (1994) explicam sobre a análise qualitativa de dados:

is essentially about detection, and the tasks of defining, categorizing, theorizing, explaining, exploring and mapping are fundamental to the analyst's role. The methods used for qualitative analysis therefore need to facilitate such detection, and to be of a form which allows certain functions to be performed. These functions will vary depending on the research questions being addressed, but, certainly in applied policy research (RITCHIE; SPENCER, 1994, p.176).

Os procedimentos e métodos de análise qualitativa são múltiplos, já que os objetivos de pesquisa, objetos de análise e pressupostos teóricos, bem como demais fatores contingenciais, levam os pesquisadores a formular métodos próprios que atendam às especificidades de seus estudos, em especial quando se objetiva “contribuir para gerar uma teoria, um esquema de inteligibilidade de um campo empírico concreto” (MAROY, 1997, p.117).

Maroy (1997) defende que, ao operacionalizar um processo de análise qualitativa, a atenção se concentra na descoberta de categorias de objetos, de acontecimentos, de ações ou de pessoas. Após essa etapa, o foco recai sobre a definição de propriedades específicas das categorias e a elaboração de um quadro de relações entre tais categorias. O processo

possibilita ao pesquisador elaborar três tipos de esquemas: descrição simples, descrição analítica e esquema teórico.

Descrição simples configura um esquema analítico *a priori* no qual o pesquisador se baseia em uma teoria existente para classificar seu material e relacioná-lo à lógica teórica. A descrição analítica se apresenta como um processo mais inovador no qual o pesquisador não se baseia em quadros de análises já elaborados, mas os constrói a partir de seu próprio material de análise, sugerindo categorias e relações por meio das descobertas indutivas de seus dados. O esquema de análise guarda relações com a sociologia compreensiva, já que se baseia na interpretação e compreensão dos sentidos de ações e situações, bem como nas suas causas e efeitos, distanciando-se de esquemas analíticos que se baseiam na adequação a quadros de categorias existentes. Os esquemas teóricos ou teorias locais são esquemas de análises mais ambiciosos que a descrição analítica e objetivam gerar teorias fundadas ou fundamentadas em dados e fatos, conceituadas como *Grounded Theory*. Essas teorias não são finalizadas ou definitivas, mas conjuntos iniciais de conceitos e pressupostos inacabados que continuam a ser desenvolvidos (MAROY, 1997).

De acordo com Strauss (1987), a análise qualitativa tem sua ênfase na *Grounded Theory*, que é uma teoria fundamentada em dados. Essa teoria se desenvolveu com base na análise de dados por codificação teórica, cujos procedimentos de análise foram introduzidos por Glaser e Strauss (1967) e depois aperfeiçoados por Glasser (1978), Strauss (1987) e Strauss e Corbin (1990).

A *Grounded Theory* apresenta semelhança com a indução analítica em relação ao processo de coleta de dados e à teorização. Após a coleta de dados e reflexão em relação ao direcionamento, os pesquisadores formulam categorias nas quais adequam seus dados até que sejam saturadas, ou seja, até o momento em que o pesquisador está certo dos significados e da importância dos resultados (BRYMAN; BURGESS, 1994). A saturação ocorre quando análises adicionais não contribuem para a descoberta de novidades sobre categorias de análise (STRAUSS, 1987).

Com base no trabalho de Miles e Huberman (1984), Maroy (1997) propõe uma organização básica do processo de análise qualitativa que compreende três atividades cognitivas que se mostram importantes desde a coleta de dados: redução dos dados, apresentação/organização dos dados e interpretação/validação dos resultados. A redução dos dados é parte essencial da análise e se realiza antes e durante a coleta de dados, já que é nessa etapa que se definem quais informações são pertinentes e devem ser conservadas, bem como quais podem ser

excluídas do processo de análise. A apresentação/organização dos dados (*data display*) é uma etapa na qual os dados brutos são apresentados de forma a permitir que deles se obtenham informações, interpretações e comparações. A interpretação/validação dos resultados é a etapa na qual o pesquisador pode conceder sentido aos dados, partindo de interpretações vagas que se tornam mais claras, à medida que o processo de análise é desenvolvido. Mas as três etapas não se apresentam como um processo linear, mas em forma de espiral, visto que se interpoem e se sucedem várias vezes durante a análise, em especial quando as dimensões analisadas são, concomitantemente, objetivas e simbólicas.

Para Martins e Theófilo (2009), as três fases de análise dos dados são: redução de dados: visa a selecionar, simplificar e transformar dados originais coletados; apresentação de dados: enfoca a organização dos dados para possibilitar ao pesquisador obter conclusões; delineamento e busca das conclusões: orientam-se para a identificação de padrões, configurações, causas e efeitos. Segue-se a etapa de validação.

Em geral, esses procedimentos levam a três formas de codificações, que se complementam e podem ocorrer simultaneamente: codificação aberta (*open coding*), codificação axial (*axial coding*) e codificação seletiva (*selective coding*) (STRAUSS, 1987; FLICK, 2004).

A codificação aberta tem por função apresentar dados e contextos sob a forma de conceitos, sendo normalmente aplicada na análise de textos mais complexos e obscuros para possibilitar mais compreensão. Ela possibilita detalhar o texto com a definição de trechos que são selecionados de acordo com o que se pretende investigar ou com o material disponível em função do estágio da pesquisa, entre outros fatores. A codificação axial visa a aprimorar e aprofundar a análise sobre as categorias produzidas pela codificação aberta, pela seleção das categorias mais interessantes e/ou relevantes ao pesquisador, que demandam maior aprofundamento. A codificação seletiva segue como uma continuidade da axial e por meio dela o pesquisador pode acessar maiores níveis de abstração, já que o objetivo central do procedimento é desenvolver uma categoria que englobe e integre as demais categorias criadas. Assim, é possível visualizar um caso, uma categoria central ou um fenômeno central e não apenas pessoas ou fenômenos individualizados (STRAUSS, 1987; FLICK, 2004).

A análise e interpretação de textos advindos da coleta de dados visa a alcançar dois objetivos. Um deles é a codificação dos dados para categorizá-los e o outro é a análise sequencial dos textos como forma de revelar, expor e contextualizar trechos, o que normalmente aumenta o seu tamanho (FLICK, 2004). A codificação é um processo que inclui levantamento de

questões e busca conceder respostas provisórias ou hipóteses a respeito de categorias e de relações existentes entre elas (STRAUSS, 1987).

Portanto, a análise qualitativa de dados, independentemente do tipo de esquema que se deseja elaborar, frequentemente inclui as seguintes situações e interesses de pesquisa: a) definição de conceitos, útil para compreensão de estruturas do contexto analisado, mapeamento do alcance, natureza e dinâmica do fenômeno a ser estudado; b) criação de tipologias, ou seja, categorização de diferentes tipos de comportamentos, atitudes, etc.; c) descoberta de associações entre fatores, como atitudes, experiências, comportamentos, circunstâncias e motivações; d) busca de explicações, explícitas ou implícitas, e desenvolvimento de novas ideias, teorias ou estratégias (RITCHIE; SPENCER, 1994).

De acordo com os objetivos que este estudo pretende alcançar, a análise qualitativa foi realizada conforme a proposição de Maroy (1997), pela adoção de um procedimento semi-indutivo que compreende quatro etapas:

a) Trabalho de descoberta – etapa em que é sugerida imersão no material e aperfeiçoamento do quadro de análise, já que o objetivo é descobrir ou realizar testes sobre o fio condutor da análise, bem como reduzir o material coletado. Dessa forma é possível testar a pertinência dos dados e fatos como forma de enriquecer a análise. As principais ações a serem realizadas são: releitura do material diversas vezes; questionamento das perspectivas e das significações produzidas pelas pessoas pesquisadas, análise dos aspectos mais significativos do material, em especial os contrastantes e paradoxais em relação ao contexto analisado; aperfeiçoamento dos conceitos para nomear e categorizar as realidades descritas; seleção e comparação dos materiais com as primeiras categorias elaboradas para testá-las e afiná-las aos dados; elaboração da primeira síntese teórica e formulação de um fio condutor da análise empírica posterior. Para efetuar tais ações, o pesquisador pode se utilizar instrumentos concretos, como folhas-resumo, comentários analíticos paralelos à leitura e descoberta do material, além de sínteses sob a forma de memorando. O quadro de análise resultante serve para codificar, de forma mais sistemática, o conjunto de dados, mas é provisório, visto que pode ser corrigido em decorrência do material empírico coletado.

- b) Trabalho de codificação e de comparação simultânea – etapa que configura o fim do período de observação, no qual deve haver comparação sistemática dos materiais coletados e construção de um quadro de análise bem elaborado.
- c) Comparação sistemática – etapa que possibilita a redução dos dados e a apresentação, para facilitar a comparação e a elaboração de hipóteses interpretativas, favorecendo uma análise mais rica.
- d) Discussão e trabalho de validação das hipóteses – etapa em que as hipóteses desenvolvidas nas etapas a e b passam por um processo mais sistemático de validação para chegar a propostas mais finas. Contudo, em virtude da sobreposição de algumas atividades da análise nas etapas anteriores, torna-se complicado criar esta etapa de forma isolada. Por isso, é vista apenas como forma de reforçar atividades importantes e evitar enviesamento das interpretações.

Entre os enviesamentos que devem ser evitados estão: “enviesamento totalizador”, no qual os dados são excessivamente interpretados e se distanciam da organização que existe na realidade; “enviesamento nativo”, no qual o pesquisador é cooptado pelo contexto dos pesquisados e perde a visão do que se passa na situação pesquisada; “enviesamento elitista”, no qual é dada excessiva importância às pessoas mais informadas ou colocadas acima pela hierarquia.

Como forma de tentar evitar o enviesamento dos dados, o pesquisador deve assegurar-se da qualidade deles adotando táticas relacionadas ao maior zelo com a confiabilidade dos dados, com a validade factual das informações e com a ponderação da qualidade dos dados. Além disso, deve testar as hipóteses explicativas para avaliar a robustez das interpretações, desenvolvendo táticas que o levem a raciocinar contra si mesmo. Para isso, deve proceder a um trabalho comparativo seguido de investigação de contraexemplos e casos negativos que parecem invalidar as hipóteses, busca de significado de exceções e casos extremos e realização de testes e pesquisas de explicações alternativas (MAROY, 1997).

Em relação à especificidade deste estudo, as análises devem pautadas em diferentes tipos de informações disponibilizadas nas redes sociais virtuais, em especial textos, vídeos e imagens de diferentes tipos. Outra possibilidade para a análise dos documentos é a averiguação do “peso” das informações para os participantes das redes, que podem ser compreendidos de acordo com a extensão da propagação das informações, por compartilhamentos ou curtidas que os elementos gráficos e textuais apresentam.

As análises foram realizadas sobre as postagens dos administradores das páginas virtuais analisadas, haja vista que o foco de análise sobre os processos de organização, interação e comunicação se deu no movimento social através da organização das ações coletivas. De modo semelhante, as análises das páginas do Governo e da Mídia foram realizadas de acordo com as postagens realizadas pelos administradores de conteúdo buscando conhecer e discutir os posicionamentos assumidos através das comunicações disponibilizadas. Por meio deste tipo de análise foi possível compreender as relações e como elas moldam a ideologia e a cultura política dos membros dos movimentos, bem como a construção e organização das ações coletivas, que permitiram reconhecer os fatos motivadores, as lideranças, a distribuição de atividades, o modo como as pessoas são recrutadas e como se engajam, e outras informações relacionadas às categorias de análise apresentadas no Quadro 4 – Categorias de análise na perspectiva de enquadramento.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os dados, referentes a uma organização de movimento social, a instituições do Governo e a representantes da Mídia, respectivamente, foram obtidos de acordo com o método da netnografia nas páginas no Facebook. Foram coletados por meio das técnicas de observação e de documentação, que possibilitaram vivenciar e acompanhar o cotidiano dos atores selecionados e documentar as principais informações e relações ocorridas ao longo do período analisado.

Após a documentação dos dados, recorreu-se aos processos de redução e de categorização para tratamento inicial das informações. No caso do movimento social, as categorias foram definidas na fase de fundamentação teórica, visto que a análise se apresentou como central para os objetivos pretendidos. No caso das instituições do Governo e dos representantes da Mídia, houve redução dos dados antes da definição das categorias. Após a categorização e a análise dos dados, buscou-se realizar os enquadramentos e discussões referentes a cada um dos contextos analisados: Movimento Social, Governo e Mídia. Por fim, foi realizado um enquadramento geral, que levou em consideração os principais pontos ressaltados nos enquadramentos iniciais. Portanto se buscou realizar a análise e a discussão conforme a “descrição analítica” proposta por Maroy (1997).

Durante o desenvolvimento da análise, foram realizadas as contextualizações referentes a atores e objetos de estudo, a apresentação das principais informações apresentadas no período analisado e as discussões decorrentes, bem como os enquadramentos resultantes.

Na próxima seção apresenta-se o Movimento Social Contra a Corrupção (MSCC) e a organização Dia do Basta (DB), que formam o eixo central. Após isso, parte-se para o enquadramento do contexto no qual o MSCC foi investigado: enquadramento apresentado pelo DB, enquadramento do Governo, representado por Governo Federal, Senado Federal e Câmara dos Deputados, enquadramento da Mídia, representadas por Folha de S.Paulo, O Globo, Correio Braziliense, BBC Brasil e NINJA, e enquadramento geral. Após as discussões sobre os atores e posicionamentos assumidos no contexto analisado, parte-se para a última seção de análise, que apresenta a discussão do conceito “Redes Sociopolíticas Virtuais”, argumentando sobre influência das redes sociais para os movimentos sociais, possibilidades de ações por meio das redes e formação de cultura política.

7.1 Movimento Social Contra a Corrupção

O MSCC tem crescido à medida que contextos e esquemas de corrupção são evidenciados por adversários políticos e pela mídia, especialmente nos grandes casos de corrupção, como o “mensalão”, ocorrido durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2009), um dos casos de corrupção mais divulgados nas mídias de massa na história recente da política nacional. Uma análise mais aprofundada da história da corrupção no país pode remeter a contextos dos períodos em que o Brasil era colônia de Portugal e à forma como as relações ocorriam, também ao modo como se constituíram as instituições do futuro Estado. Mas não é uma análise que contribui para o que se pretende discutir, pois o enfoque é dado a casos mais recentes, que envolvem corrupção no âmbito da política nacional, especialmente na forma como o MSCC se coloca diante de tais práticas. Percebe-se que ocorre uma reação à crise no aparelho do Estado. Conforme Melucci (1996), ocorre um mecanismo disfuncional do sistema, que pode colaborar para que surjam movimentos sociais como resposta.

O avanço da corrupção no aparelho do Estado e na prática política parece ter gerado um entendimento generalizado de que não se pode agir política e gerencialmente no âmbito do setor público sem utilizar práticas corruptas. Tornou-se praticamente senso comum dizer que a corrupção se alastrou entre instituições e indivíduos brasileiros como parte da cultura e do comportamento. O contexto permitiu que, ao longo da história, se criasse e propagasse o “jeitinho brasileiro”, que, por vezes, é até encarado como elemento positivo pelos indivíduos que buscam se beneficiar às custas de prejuízos de outros e de instituições.

No contexto recente do Brasil, a realização de grandes eventos internacionais, como a Copa das Confederações da FIFA, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e as Olimpíadas de 2016, em fase de preparação, tem despertado interesses financeiros de agentes de empresas privadas e governos, criando um ambiente propício a atos de corrupção e utilização ilícita de recursos públicos, já que se trata de projetos nos quais circulam grandes montantes de dinheiro. Por outro lado, a população e o MSCC são despertados por desconfiança e inquietações em relação à corrupção expandida nos casos de superfaturamento de obras de infraestrutura das cidades e dos estádios, bem como em relação a demais atos que sugam as fontes de recursos públicos e ampliam as mazelas sociais no país. Isso se explica pela “coexistência de sistemas de valores contrastantes” (DELLA PORTA; DIANI, 2006) entre grupos sociais e grupos políticos, o que resulta na criação de conflitos.

Existe, pois, um contexto muito propício a transformar as inquietações em manifestações sociais e a apatia política em atitudes contra a corrupção por meio de práticas de ativismo. Tanto é que uma das expressões mais divulgadas nas redes sociais pelo MSCC, nas manifestações recentes, é “O gigante acordou”, fazendo alusão a uma parte do Hino Nacional Brasileiro (“deitado eternamente em berço esplêndido”) e a um comercial de TV¹⁹ no qual aparecem serras da cidade do Rio de Janeiro que se transformam em um gigante que se levanta e sai caminhando.

O fato é que a corrupção tem sido muito evidenciada pela mídia de massa e, de modo especial, pelas mídias sociais, visto que o compartilhamento de informações por redes sociais virtuais tem atingido proporções e possibilidades comunicacionais não imaginadas, nem vivenciadas. No ambiente virtual propiciado pela internet, por equipamentos diversos e pelas ferramentas disponibilizadas pelos mais diversos *softwares*, os movimentos sociais passam a perceber possibilidades organizativas e comunicacionais que fortalecessem suas ações. O caso do MSCC não é diferente dos demais, porém apresenta consideráveis impactos sociais e políticos na contemporaneidade. Esses impactos resultam de possibilidades das redes sociais virtuais criadas em torno do combate à corrupção, especialmente pela utilização de *softwares* sociais para levar informações e organizar ações no ciberespaço e nos espaços físicos, criando verdadeiras Redes Sociopolíticas Virtuais.

O MSCC, como grande parte dos movimentos sociais, está sendo estruturado por meio de uma série de organizações de pessoas (institucionalizadas ou não) que se agregam em torno de objetivos semelhantes e são constituídas com objetivos claramente políticos, já que suas ações se colocam de forma antagônica ao modo como a política tem sido praticada, propondo alterações que visam especialmente à redução/extinção da corrupção. Para o alcance de seus objetivos, essas organizações buscam principalmente recrutar pessoas e aglutiná-las, organizar eventos de protesto e manifestações gerais, ensinar repertórios de ação e ideologias políticas, informar sobre ações realizadas e eventos agendados, comunicar ações e casos dos seus antagonistas (políticos e governos).

Visando a compreender melhor os aspectos organizativos e comunicativos que dão bases para o desenvolvimento das ações coletivas do MSCC, apresentam-se, na sequência, dados referentes ao DB, organização do movimento do qual análises são realizadas.

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=IY3FoYwAu5U>

Os organizadores do DB o definem como organização de um movimento social pacífico e sem fins lucrativos e apartidário na luta contra a corrupção e a impunidade, de acordo com o que pode ser encontrado em suas páginas na internet (*site*, *blog*, perfis em redes sociais virtuais). Entre os objetivos expostos informam que buscam especialmente resgatar a ética e a moralidade nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como na administração pública, nos níveis municipal, estadual e nacional.

A atuação se dá especialmente no ciberespaço via internet, mas com extensão para os espaços físicos, como ruas e praças das cidades, nos quais organizam e realizam ações de manifestação contra a corrupção e a impunidade. Uma das grandes conquistas sociopolíticas defendidas pelo DB foi a aprovação da Lei da “Ficha Limpa” ou Lei Complementar n.º 135, de 2010, que parece ter sido impulsionada pelas ações de manifestações nos espaços virtuais e reais, como as realizadas por esta organização. Outros projetos e propostas, cuja realização exige mais capacidade organizativa e comunicacional, se encontram nas pautas do DB.

Os interesses e ações coletivas do DB têm sido amparados por espaços e ferramentas propiciados por *softwares* sociais, a exemplo do Facebook, que reforçam e potencializam ações que realizam. Além disso, outros *softwares* sociais, como Twitter, Youtube e Google+, têm sido utilizados para aumentar o alcance na sociedade e aumentar o número de seguidores adeptos ou simpatizantes. O uso do Facebook se justifica por ser a rede social virtual mais utilizada por brasileiros e (talvez por esse motivo) pelo DB, uma “rede mãe”, na qual as informações postadas nas demais redes sociais são quase sempre replicadas ou compartilhadas concomitantemente. De acordo com dados da *comScore* (2014) no Relatório Brasil Digital Future in Focus 2014, com dados de 2013, o Facebook apresentava cerca de 65,9 milhões de usuários no Brasil, sendo a rede social mais utilizada no país, seguida do LinkedIn, com cerca de 11,8 milhões, e do Twitter, com cerca de 11,3 milhões de usuários. Além disso, o domínio virtual do Facebook é o segundo mais visitado no Brasil, com cerca de 66,4 milhões de visitantes únicos, atrás apenas do Google, com cerca de 74,5 milhões de visitantes.

Os dados apontam que o DB está presente no Facebook desde 12 de fevereiro de 2011, antecipando o que viria a ocorrer no Brasil em 2013, especialmente no movimento que tem sido chamado de Jornadas de Junho²⁰ e que uniu centenas de milhares de pessoas nas ruas das

²⁰ Como o tema não é central na discussão, embora importante para compreensão mais aprofundada sobre as Jornadas de Junho no Brasil, sugere-se a leitura de Antunes (2013), Braga (2013), Antunes e Braga (2014), Corrêa e Jobim e Souza (2014), Alzamora e Rodríguez (2014) e Lacerda e Peres (2014).

principais capitais do país e de cidades do interior. Em 2011, no dia 9 de outubro, os administradores do perfil no Facebook postaram a seguinte provocação para os seguidores: “Será que um dia iremos ter 1 milhão de pessoas num local protestando contra corrupção no Brasil?”.

De fato, as redes sociais virtuais têm impactado os movimentos sociais no sentido de torná-los conhecidos e fortalecidos em virtude do aumento da circulação de informações e da agregação de mais aderentes ao movimento, especialmente diante de sua capacidade em impactar cidadãos até então desinteressados ou distantes da política, conforme a visão de Hindman (2009). Mas uma série de dúvidas e indagações sobre o papel dos *softwares* sociais, em termos organizativos e comunicativos, persistem, demandando esclarecimentos sobre esses recentes fenômenos. Além disso, aspectos relacionados ao papel dessas mídias sobre a formação de cultura, ideologia e comportamentos requerem estudos que visem a esclarecê-los e apontar a importância da formação e do desenvolvimento das Redes Sociopolíticas Virtuais para o MSCC.

Destaca-se que este estudo se insere no contexto que busca criar condições para que essas discussões encontrem caminhos teóricos e empíricos como forma de esclarecer aspectos ainda desconhecidos ou confusos. Na sequência, são apresentados os enquadramentos dos dados, para que se criem, portanto, condições de melhor discutir a temática e os elementos tratados.

7.2 Enquadramentos do Contexto do Movimento Social Contra a Corrupção

A proposta de enquadramentos apresentada no decorrer da revisão teórica destaca a necessidade de compreender e apresentar o posicionamento assumido pelos atores no contexto do movimento social analisado, ou seja, o MSCC. Foram consideradas as três dimensões apontadas por Scherer-Warren (2005), a respeito das diferentes configurações dos movimentos sociais na sociedade da informação: temporalidade (para analisar um movimento social na contemporaneidade e nas nuances que apresenta e se distinguem de outros tempos); espacialidade (para compreender a inserção do movimento em novos espaços virtuais e físicos e as interações decorrentes) e sociabilidade (para compreender as relações sociais em razão dos alcances, interesses e conexões na esfera pública).

O movimento foi, naturalmente, o principal agente a ser analisado neste estudo, mas a decisão assumida levou em consideração dois atores relacionados direta e diariamente nas ações do MSCC: o Governo, apresentado como antagonista, seja pelas práticas de corrupção na estrutura do Estado e pelas relações políticas estabelecidas e mantidas por partidos e partidários (chamados de políticos), seja pelas relações com outros agentes sociais na perpetuação de práticas corruptas, e a mídia, que se aponta como o agente social que tem o papel de dar publicidade às ações do movimento e do Governo, realizando coberturas que impactam a forma como a opinião pública recebe, processa e realiza julgamentos acerca dos atores.

A análise desses três atores se justifica diante do entendimento de que a produção e manutenção de significados deve ser observada com referência a protagonistas, a antagonistas e a espectadores (SNOW, 2004), no caso representada pela mídia, o “grande” expectador e gerador/reprodutor de informações que refletem na opinião pública.

O *software* social Facebook foi o ambiente no qual esses atores foram investigados. Dada a capacidade de permitir a criação de redes e relacionamentos sociais, ele vai ser denominado simplesmente de rede social virtual em alguns momentos, visto ser um dos termos mais popularizados no país. Nesta investigação se optou pela utilização da netnografia como método de estudo dos elementos relacionados com ideologia, cultura e comportamento político no ambiente da internet, bem como da observação e da análise documental como instrumentos para a coleta de dados. A análise qualitativa foi utilizada para possibilitar uma leitura mais aprofundada das categorias e informações encontradas.

Em virtude das dificuldades e dos desafios impostos nos estudos realizados em redes sociais virtuais, especialmente pela fluidez das informações, tornou-se necessário estabelecer uma forma de “desvirtualizar” os dados e tratá-los de modo a evitar perdas ou confusões de sentido e significados. Para isso, buscou-se a documentação das informações e sua apresentação com a utilização massiva de figuras, ou seja, imagens estáticas compartilhadas nas páginas, imagens geradas e congelamento de vídeos compartilhados ou de imagens geradas com captura (*print screen*) das páginas no momento em que ocorreram os arquivamentos das informações.

Como as postagens normalmente não apresentavam autoria de boa parte das imagens, até pela prática corriqueira de realização de fotomontagem ou simples compartilhamento de imagens já produzidas, considerou-se fonte a página da qual as informações foram extraídas, seja do

DB, seja do Governo ou da mídia. Mas, quando a origem das imagens foi informada, foi exposta junto à fonte de pesquisa.

Está, pois, dividida em quatro partes a análise feita a seguir: MSCC, Governo, Mídia, Enquadramento Geral. Passa-se depois para as Redes Sociopolíticas Virtuais, que se apresentam como questão central.

7.2.1 Movimento Social Contra a Corrupção

O enquadramento do movimento é justificado por Gamson (1992), ao defender que as ações coletivas realizadas por meio do ativismo podem ser mais bem compreendidas por meio do estudo da construção dos sentidos e dos processos de micromobilização, que levam em consideração: reconhecimento da injustiça e juízo político e moral, agência e tomada de atitude para realizar mudanças e identidade e construção de grupos, valores e objetivos.

Como objeto de análise do MSCC definiu-se primeiramente a organização do DB, selecionando, posteriormente, sua página virtual mantida no Facebook²¹, local em que ocorrem as interações e relações entre os líderes do movimento e os adeptos, constituintes e observadores públicos. Os líderes do movimento não apresentaram a identidade, nem como se dava a constituição da liderança em relação a número de indivíduos, divisão de responsabilidades, formação educacional, idades, gêneros e demais informações demográficas. Questões como essas, bem como a possibilidade de alteração dos quadros de liderança fazem parte da característica de fluidez das redes sociais virtuais, bem como do movimento, o que, de acordo com Della Porta e Diani (2006), impacta até os sentimentos de pertencimento e de identidade dos membros.

Como, no caso dessa organização, a função da liderança se misturava com função de administrador(a) da página, usa-se a denominação “administradores da página” ou simplesmente “administradores”, sempre no plural, dada a indeterminação dos sujeitos que lideraram essas ações. É necessário esclarecer que, com relação a administradores da página, discute-se o papel dos líderes de ações coletivas virtuais e de ações ocorridas em espaços físicos, como protestos em ruas, praças e outros locais. Compreendida a fluidez no número e

²¹ <https://www.facebook.com/diadowbasta>

na formação dos seguidores da página analisada, utiliza-se a denominação “seguidores da página” ou simplesmente “seguidores” para adeptos, constituintes ou observadores públicos que seguiam a página do DB no Facebook. A seguir, apresenta-se a contextualização da página do DB, tendo por base os dados documentados no mês de junho de 2014.

A página do DB apresentava cerca de 132.000 seguidores e teve a primeira publicação no Facebook em 14 de agosto de 2011, que se resumiu à publicação de 29 fotos no álbum denominado “Dia do Basta II – São Paulo (SP)”, que continha imagens de uma manifestação contra a corrupção realizada no dia 13 de agosto de 2011. Embora o lançamento da página tenha ocorrido em agosto, os administradores informaram que o DB foi iniciado em 1.º de janeiro do mesmo ano. Acessada a aba “Sobre”, a descrição curta dos administradores da página informa sobre o DB: “Movimento apartidário, nacional e gradativo que atua com atos de controle social e cidadania visando o resgate da ética e moral no estado”.

No período analisado foram documentadas 241 postagens realizadas pelos administradores da página, tendo havido 37.498 curtidas, 3842 comentários e 54.229 compartilhamentos das postagens. Esses números foram atualizados ao término do período de documentação dos dados realizado no mês de junho de 2014. Os números indicaram preferência dos seguidores pelo compartilhamento de informações da página, o que representa intensa replicação de conteúdo. Em dados brutos, considerado o total de postagens realizadas e o número total de compartilhamentos, significa dizer que cada postagem teve uma média de 225,02 compartilhamentos, o que representa multiplicação das informações na rede de 22.502% sobre as postagens. Outro fato relevante para a discussão é que os comentários se apresentaram em menor número, sendo que a média de comentários por postagem foi 15,94, o que representa menor interesse dos seguidores da página em se inserir nas discussões, em comparação com outros recursos de interação, como “curtir” e “compartilhar”.

Feita a identificação do objeto de análise, parte-se para a apresentação e discussão dos principais dados, organizados nas categorias elencadas na fundamentação teórica deste estudo: Comunicação, Construção Social de Significados e Sentidos, Ideologia, Cultura e Símbolos, Experiências Pessoais, Relações de Poder, Quadros Estratégicos de Ação, Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização, Distinção de Atores, Papéis e Contextos, Lideranças e Mídia.

7.2.1.1 Comunicação

Esta categoria relacionada se justifica por ser, segundo Borah (2011), uma das principais fontes para realizar enquadramentos, em estudos de abordagem sociológica como este, pois busca apresentar parte da realidade de acordo com a visão do pesquisador a respeito de aspectos comunicativos que envolvem os indivíduos nos grupos.

Várias postagens dos administradores foram realizadas com vistas a informar os seguidores sobre assuntos diretamente ligados ao MSCC ou relacionados a ele de alguma forma. As postagens de natureza comunicativa na página do DB foram reunidas de acordo com agrupamentos possíveis em relação aos interesses por detrás das informações compartilhadas, muitas vezes figuras ilustrativas e fragmentos de textos utilizados pelos administradores da página. Os agrupamentos possíveis foram: **informações sobre casos de corrupção; atos realizados contra a corrupção; informações sobre política e os interesses de embate do movimento; e, campanhas sociais diversas fora do escopo do MSCC.**

O primeiro grupo de informações compartilhadas pelos administradores faz relação com **informações sobre casos de corrupção** ao longo do período analisado, como meio de informar aos seguidores sobre ocorrências que envolviam políticos e empresas. Durante o período analisado, foram encontradas informações acerca de personalidades políticas envolvidas em atos corruptos, de casos de corrupção na gestão pública, mas sem responsáveis aparentes e de formas de corrupção e ingerências relacionadas à Copa do Mundo de Futebol da FIFA.

Observou-se constante interesse dos administradores da página em apresentar postagens como forma de acompanhar o contexto político e levar os seguidores a se unir nesse acompanhamento. Para demonstrar a preocupação em acompanhar o contexto, as postagens normalmente informavam sobre casos de corrupção de políticos ou partidos específicos, citando casos já conhecidos e divulgados pelas mídias de massa ou informavam sobre casos de mau uso do dinheiro público e da ineficiência do setor público. Portanto, mesmo sem julgamento e condenação de crimes de corrupção e crimes contra o patrimônio público, os administradores da página agiam de forma a apresentar a grande quantidade de casos de corrupção, por vezes não conhecidos por não terem sido transmitidos em grandes veículos de comunicação.

Figura 9 - O caso Renan Calheiros



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Assim, um dos exemplos é este: administradores compartilharam a figura da página “Caos Brasil”, onde havia uma espécie de fluxograma que explicava a situação de corrupção com várias denúncias contra o senador Renan Calheiros (FIGURA 9). Houve intenção de dar destaque à linguagem coloquial, com uso de expressões do vocabulário popular. O cidadão seguidor da página foi chamado de “trouxa”. O emprego de “Entenderam?” mostra um esforço para levar os seguidores ao conhecimento da situação, óbvia para os administradores da página. Além disso, a postagem parece ter sido utilizada como instrumento para levar os seguidores a se sentirem responsabilizados pela situação política exposta, pois mostrava pontos negativos que repercutiam na vida do cidadão.

Figura 10 - Denúncia de corrupção de candidatos e partidos em período pré-eleitoral



Fonte: Página do DB de 09 de Maio de 2013

A postagem apresentada na Figura 10 indica denúncia contra um político específico, mas também envolveu o partido. A denúncia foi direcionada para a atitude do pré-candidato ao governo do Maranhão, Edison Lobão Filho (PMDB-MA), em relação ao pré-candidato Flávio Dino (PCdoB), com *link* de uma reportagem do Portal Terra. Nela Lobão Filho dizia, em uma entrevista, que pagaria o valor de R\$ 20.000,00 para quem apresentasse denúncias de

corrupção contra seu adversário, Flávio Dino, a respeito de sua atuação no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), de que tinha sido presidente. A postagem expôs a prática corriqueira entre candidatos e partidos políticos de procurar manobras para ter maiores chances de vitória na concorrência eleitoral, mas classificada como atos de corrupção.

Figura 11 - Ingerência na gestão pública da educação

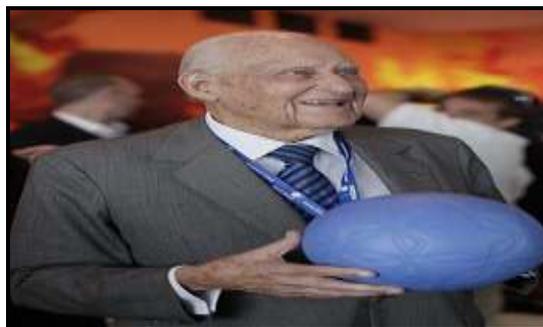


Fonte: Página do DB de 12 de Maio de 2013

Em outra postagem relacionada a figuras políticas, o foco estava na ingerência na gestão pública na área da educação (FIGURA 11). Era um texto e uma fotomontagem com que administradores buscaram levar ao conhecimento dos seguidores a situação da área da educação no Estado de Santa Catarina. Uma charge com a figura do governador Raimundo Colombo chamava-o de “desgovernador” e inimigo da educação, além de defender que projetos de aumento de alunos em sala de aula (de 30 para 45) e de demissão de professores iriam piorar o sistema educacional. Além disso, foram compartilhados três *links* com notícias para atestar a veracidade das informações. O fato interessante de postagens como esta é que os administradores da página apresentavam informações de casos e solicitavam aos seguidores que as compartilhassem entre os contatos nas redes sociais para torná-los mais conhecidos, demonstrando, assim, uma forma de divisão de responsabilidade com os seguidores e de delegação de ações virtuais, como forma de sustentar as ações do movimento.

Além das informações de fundamentos sólidos e verídicos, até com base em processos em andamento à época e referenciados em outras mídias, os administradores da página também apresentavam informações que acreditavam ter relações com escândalos de corrupção, especialmente antes da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, que se realizaria em 2014. Postagens desta natureza pareciam usar informações para gerar discussões, trazendo possíveis polêmicas para aquecer o debate sobre corrupção no Brasil.

Figura 12 - João Havelange e as relações com a FIFA



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A imagem de João Havelange, também compartilhada na página do “Dia do Basta RJ” (FIGURA 12), foi acompanhada de um texto que sugeria que o ex-presidente da FIFA havia saído da presidência de honra por acusações de corrupção, o que, para os administradores, teria uma ligação estreita com a realização do evento no Brasil e possibilidades de corrupção na relação entre a entidade do futebol, empresas e governantes no país. Dessa forma, os administradores demonstraram interesse em apresentar fatos que pudessem ter ligações com casos de corrupção que viriam à tona no decorrer da preparação para o torneio de futebol no Brasil, como uma tentativa de se adiantar aos fatos ou mesmo de sondar informações que não seriam veiculadas nas grandes mídias, ainda que fossem apenas especulações.

Apesar de postagens dessa natureza, os administradores da página apresentaram diversas informações sobre casos de corrupção e ingerências públicas que passaram a ser constantemente mostrados pelas mídias de massa. Informações dessa natureza dominaram as postagens ao longo de todo o período analisado, sendo mais veiculadas no período próximo à realização da Copa do Mundo.

Figura 13 - Gastos com capas de chuva para períodos de seca



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A postagem da Figura 13 reportava a um fato ocorrido em Brasília e retratado por uma reportagem do jornal Estadão. Na chamada para a figura, os administradores da página informaram que o governo do Distrito Federal gastaria R\$ 5 milhões para comprar capas de chuva para a Copa do Mundo da FIFA de 2014, período caracterizado pelo tempo seco e sem chuvas em Brasília. Essa informação pode ter sido motivada para reforçar o sentimento de indignação dos seguidores da página diante da corrupção e dos gastos desnecessários dos governos. De certo modo, parece ter havido grande efeito no sentimento das pessoas, visto que foi uma das postagens mais compartilhadas pelos usuários, com 684 compartilhamentos.

Além dessa, outras postagens procuraram reforçar a sensação de indignação nos seguidores, por meio das críticas diretas à má qualidade das construções de estádios e obras para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014. As críticas foram realizadas em razão da apresentação de obras inacabadas que já apresentavam problemas. O que tornava tais críticas mais fortes era o fato de apresentar valores gastos. Foram apontados, por exemplo, problemas na cobertura da Arena Fonte Nova, em Salvador (BA), no primeiro período de chuva após a inauguração. Para reforçar a crítica, informaram que o estádio era um dos mais caros dos 12 construídos ou reformados no país para sediar o evento esportivo, além de ter o valor de construção aumentado em cerca de 97,7 100 milhões de reais em relação ao projeto original. Os administradores compartilharam também dois *links* de *sites* de notícias em que os seguidores poderiam conferir dados e outras informações sobre o ocorrido.

Postagens como essas, além de reforçar informações sobre a corrupção em relação à Copa do Mundo da FIFA, pareciam motivadas para gerar sentimento de revolta nos seguidores com a situação apresentada e levá-los a agir de modo ativo contra a corrupção. Pareciam ter a capacidade de levar os seguidores a formar ou fortalecer posicionamentos políticos e ideológicos, já que casos de corrupção sempre foram rechaçados pelos administradores da página, como forma de reunir pessoas com ideologias semelhantes em torno do movimento.

Além das possibilidades de formação crítica, postagens relacionadas a casos de corrupção apresentaram a capacidade de dividir a responsabilidade de acompanhamento do cenário político com os seguidores e, portanto, levá-los a aderir aos atos que davam sustentação a manifestações virtuais e dos espaços físicos. Pela responsabilização, seria mais provável que os seguidores se colocassem de prontidão para realizar as atividades delegadas no ambiente de interação virtual e nos espaços físicos, por meio de protestos.

Outro grupo de informações estava relacionado com **atos realizados contra a corrupção**, no qual apareciam informações sobre ações realizadas em ambientes físicos, informações sobre

parceiros no MSCC, informações do próprio DB e sobre ações no âmbito do Estado. Nesse agrupamento foi possível verificar ênfase ao apresentar casos ocorridos em diversos municípios, como forma de divulgar ações coletivas do movimento para fortalecê-lo e, ao mesmo tempo, mostrar ideias e possibilidades como exemplo para os demais seguidores, em outras localidades, chamando-os para as ações. Além disso, muitas críticas foram direcionadas à falta de cobertura midiática para protestos e às constantes críticas dos administradores sobre a não cobertura pela mídia ou a deturpação de fatos ocorridos.

Figura 14 - Protesto contra a violência



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Os administradores compartilharam uma foto da página “Dia do Basta RJ” (FIGURA 14) na qual se veem pessoas deitadas na rua e vestidas com camisetas brancas marcadas de vermelha, em alusão a violência e mortes ocorridas em Belford Roxo (RJ). No fundo, pode-se notar a multidão, que segura cartazes e representa outra parcela de pessoas participantes do protesto contra a violência. A postagem foi uma forma de levar à reflexão e divulgar ações ocorridas em uma localidade, para que fossem de conhecimento dos seguidores ou mesmo para que estes se motivassem a realizar protestos semelhantes. Parecia haver o interesse de levar os seguidores a se identificar com a causa e estabelecer objetivos comuns para fortalecer o movimento.

Em outros momentos, os administradores compartilharam imagens de manifestações pelo Brasil, apresentando manifestantes com cartazes como se fossem gritos de guerra, faixas com vários dizeres em relação à luta contra a corrupção, camisetas com cores padronizadas para mostrar certa semelhança entre os participantes, rostos pintados e narizes de palhaço, entre outros elementos próprios de manifestações dessa natureza. Frequentemente, imagens de manifestações vinham acompanhadas de frases de efeito, como “Saia do comodismo e lute contra a corrupção” (25 de maio de 2013). Além disso, em muitas postagens os

administradores compartilharam o *link* do *site* do DB, para que os seguidores pudessem conhecer melhor o movimento, além da página que já seguiam. Contudo, em diversos momentos desta análise, não foi possível acessar o *link*, que parecia ter sido retirado.

As postagens feitas com finalidade de divulgar manifestações eram, por vezes, justificadas pela falta de cobertura jornalística das mídias de massa e pela necessidade de fazer conhecido o movimento e, assim, fortalecê-lo. Foram divulgadas várias páginas que discutiam política e corrupção com republicações de conteúdo na página do DB, como Caos Brasil²², Anonymous²³, Anonymous Brasil²⁴, Quero o Fim da Corrupção²⁵. Em alguns momentos havia sugestões para que os seguidores do DB também seguissem as páginas parceiras. Isso pôde ser notado, por exemplo, na convocação para seguir a página Caos Brasil (11 de maio de 2013), que apresenta, segundo os administradores, informações sobre a realidade do Brasil, de forma imparcial e sem “língua presa”. Essas informações visavam a reforçar o compromisso com a “verdade” de mídias alternativas, na rede social virtual, e uma crítica às demais mídias, as quais, por vezes, são taxadas pelo movimento social contra a corrupção de “vendas” e “entregues” aos interesses do capital.

Outro grupo que se identificou entre as informações encontradas é referente a **informações sobre política e interesses de embate do movimento**. Foram encontradas informações sobre problemas decorrentes da corrupção, bem como sobre o que tinha sido realizado para coibir o avanço da corrupção no país. O conteúdo informado aos seguidores normalmente era constituído de assuntos diversos acerca da política e desdobramentos, mais especificamente sobre a corrupção e as consequências negativas, de modo especial nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

²² <https://www.facebook.com/CAOSBrazil>

²³ <https://www.facebook.com/ArmyAnonymous>

²⁴ <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil>

²⁵ <https://www.facebook.com/eusouqfc>

Figura 15 - Contra a corrupção e a favor da educação



Fonte: Página do DB de 30 de Dezembro de 2013

Foi compartilhada, por exemplo, uma imagem (FIGURA 15) em que aparece um rapaz de rosto pintado, na frente de uma faixa onde se lê “País rico é país sem corrupção”, fazendo clara menção crítica ao jargão utilizado pelo governo federal que diz “País rico é país sem pobreza”. Além disso, na imagem foi inserida uma expressão que informa “Contra a corrupção e a favor da educação!”, mostrando que há entendimento de que a corrupção traz prejuízos para a área da educação, em vista da estreita relação entre orçamento para a realização de serviços públicos e práticas de corrupção e má gestão que reduzem a eficiência na aplicação. A postagem foi utilizada para levar os seguidores à reflexão sobre os males da corrupção para o país e os cidadãos, especialmente em relação à baixa qualidade de serviços públicos decorrente da ineficiência da gestão pública.

Além disso, outras postagens procuravam informar sobre questões políticas, como votações no Congresso Nacional, a exemplo de postagens sobre a Proposta de Emenda Constitucional 43/2013 (PEC 43).

Figura 16 - PEC 43/2013 e #VotoAbertoJá



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Na fotomontagem compartilhada (FIGURA 16), aparece a imagem do Congresso Nacional em preto e branco e a *hashtag* #VotoAbertoJá. A PEC citada se referia à proposta de implantação de votos secretos dos parlamentares no Senado e, por isso, se mostrou como um dos alvos de embate do movimento contra a corrupção. O interesse parecia ter sido informar aos seguidores sobre a votação em segundo turno da PEC 43/2013 no Senado, que ocorreria no dia 23 de novembro de 2013.

Além dos contextos políticos apresentados, os administradores, em alguns momentos, utilizaram indicações de conteúdo para que os seguidores pudessem se inteirar dos assuntos. Dessa forma, transferiam aos seguidores parte da responsabilidade de buscar informações, ainda que seguindo recomendações e *links*.

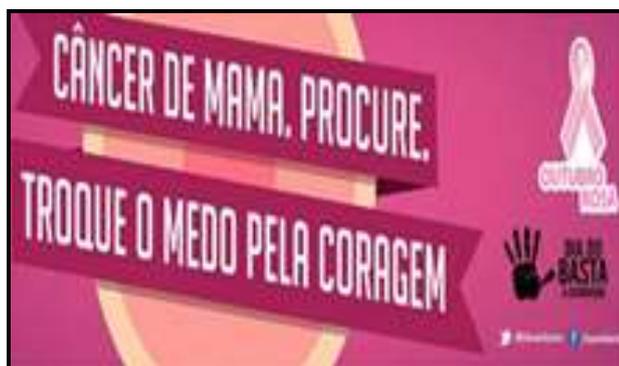
Figura 17 - Julgamento do mensalão



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A postagem foi realizada com apoio de uma imagem (FIGURA 17) utilizada para convocar os seguidores a assistir ao julgamento do “mensalão” pelo canal da TV Justiça, ao vivo. Por ser um dos casos de corrupção mais divulgados pela mídia foi destaque em várias postagens ao longo do período pesquisado, citado em outras postagens que tratavam diretamente de corrupção. Contudo, no contexto da mensagem, os administradores pareciam querer o aprendizado de questões políticas, convocando os seguidores a acompanhar os desdobramentos.

O último grupo de informações desta categoria reúne postagens sobre **campanhas sociais diversas fora do escopo do MSCC**, que interessaram aos administradores da página e passaram a ser divulgadas para os seguidores, como forma de divulgação. As informações sobre esses temas pareciam disponibilizadas com o intuito de aproveitar o canal de comunicação do DB e fortalecer campanhas de solidariedade e de saúde, além de mostrar preocupação dos administradores da página com o bem social por parte.

Figura 18 - Campanha do Outubro Rosa

Fonte: Página do DB de 14 de Outubro de 2013

A postagem, realizada com a Figura 18, teve o interesse de informar e colaborar na divulgação do combate ao câncer de mama, pela divulgação do chamado “Outubro Rosa”, mês no qual as campanhas eram ampliadas para dar mais visibilidade aos riscos da doença, à prevenção e a tratamentos. Portanto o compartilhamento de informações que auxiliavam campanhas como esta parecia demonstrar preocupação com o bem-estar social, pano de fundo principal da luta contra a corrupção, que é o objetivo principal da organização analisada. Além disso, ao utilizar a logomarca da organização, vinculava-se sua imagem a causas sociais, demonstrando interesse por elas. Mas foram as únicas exceções, ou seja, fuga à temática tratada ao longo do período em que a página do DB foi analisada.

Os agrupamentos de informações citados foram os analisados na categoria Comunicação, em postagens cujos objetivos eram informar aos seguidores a respeito de casos de corrupção pelo acompanhamento do contexto político, de atos realizados contra várias formas de corrupção, de informações sobre política em geral, de estipulação de elementos de embate do movimento e de campanhas diversas que destoavam do tema corrupção, apesar de fazer parte do interesse maior do movimento, ou seja, o bem-estar social.

Feita a caracterização das principais informações incluídas na categoria Comunicação, a subseção seguinte apresenta as principais informações e considerações sobre a categoria Construção Social de Significados e Sentidos, demonstrando como os sentidos foram construídos nos grupos de conversação.

7.2.1.2 Construção Social de Significados e Sentidos

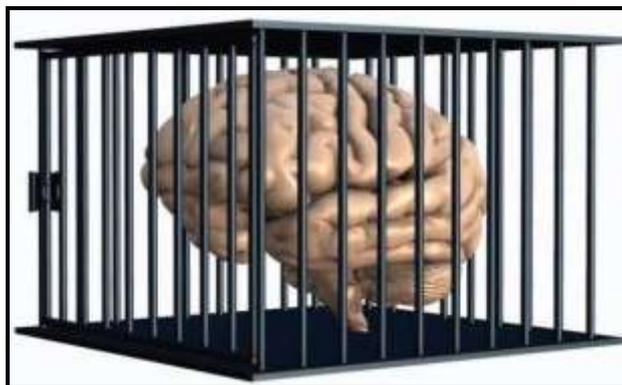
Nesta seção são apresentados os principais achados em relação à categoria Construção Social de Significados e Sentidos, que se justifica diante da importância da abertura de espaço no movimento social para que a discussão política ocorra, englobando o maior número de pessoas, o que se torna uma forma de combater a “indústria da consciência”, que leva entendimentos enganosos e incompletos do mundo para a sociedade, permitindo que a negociação de sentidos entre as pessoas ocorra com atividades de autorreflexão (GAMSON, 1992). Portanto se buscou enquadrar as atividades de construção social dos significados, considerando a natureza ideológica e as relações de poder que influenciam o processo e tentando perceber as construções de forma coletiva, com os desafios que isso impõe ao movimento (CARRAGEE; ROEFS, 2004).

A investigação considerou as atividades dos administradores da página, que, como líderes da organização do MSCC, produziram e mantiveram significados para os membros do movimento, para os observadores públicos e para o antagonista, o Governo, alinhando a análise aos direcionamentos apontados por Snow (2004).

Nesta categoria, portanto, buscou-se esclarecer o uso das ferramentas da rede social pelos administradores da página e do movimento, de modo a criar significados para os seguidores, em relação aos aspectos que permeiam as práticas de corrupção, bem como os embates travados contra estas. Foi possível definir alguns agrupamentos com base na semelhança entre naturezas e objetivos das postagens: **controle social e alienação; proatividade, reatividade e passividade política; condenação da classe política; corrupção e má gestão; mecanismos para criação de sentido coletivo.**

No agrupamento das postagens sobre **controle social e alienação**, destacou-se um conteúdo referente ao julgamento dos administradores da página sobre a sociedade em geral. Assim, denominavam os cidadãos de “os outros”, ou seja, os alienados políticos. Contudo, em algumas situações, o julgamento se deu sobre os próprios seguidores da página, fazendo crítica àqueles que assistiam às ações coletivas de forma passiva. Em geral, as postagens partiam do entendimento de que a alienação era consequência da manipulação e do controle das instituições e, especialmente, da mídia, conforme vai ser visto adiante.

Figura 19 - Cérebro preso em uma jaula

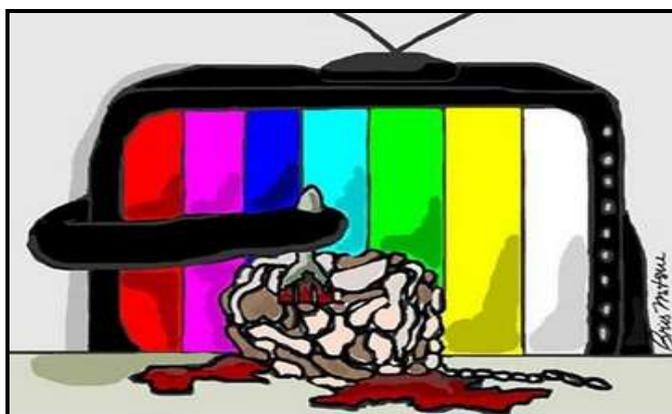


Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A Figura 19 apresenta um cérebro na jaula, associado ao texto compartilhado da página Anonymous Brasil, que buscava levar os seguidores a refletir sobre a alienação em relação à política no Brasil. De acordo com os administradores da página, era grande parte da população. Eles, portanto, incitavam os seguidores para o debate sobre a alienação política: “Vivemos em uma sociedade que todos já sabem sem nenhuma novidade que é completamente controlada e manipulada, nós não fazemos nossas escolhas, todos os dias somos forçados a aceitar o que nos é imposto sem questionar, isso não cansa?”.

A postagem apresentou um tipo de crítica que prevaleceu antes das Jornadas de Junho e após a redução dos movimentos populares nas ruas. Os administradores da página percebiam a população como alienada politicamente, sendo o contexto resultado da cultura de subordinação às instituições e ao papel manipulador de veículos de comunicação.

Figura 20 – Cérebro dominado pela TV



Fonte: Página do DB de 29 de Maio de 2013

De acordo com Figura 20, novamente aparece a imagem do cérebro, desta vez espetado por um garfo que um “braço de uma televisão” segura. A imagem apela para a demonstração do

risco do domínio da televisão, ao mostrar o cérebro ensanguentado. Destaca-se a preocupação dos administradores em levar a reflexões sobre o domínio das informações televisivas nos indivíduos e sobre a alienação destes em relação às informações recebidas por meio da TV. Além disso, incitam a participação dos seguidores, sugerindo comentar a imagem e indicar uma legenda para ela e favorecendo a criação de compreensões coletivas sobre o tema tratado.

O domínio ideológico da TV sobre a sociedade era um dos principais pontos de embate do movimento, de forma generalista, como na figura anterior, ou em protestos nas ruas. Nessas ocasiões, os administradores informavam sobre o boicote da mídia a informações verídicas, destacando certas ações, contra as quais se manifestavam: taxar o movimento de formado por vândalos, condenar certos partidos por crimes de corrupção e evitar a exposição de outros, deixar de noticiar casos de corrupção e de manifestações para divulgar informações irrelevantes.

Para os administradores da página, a alienação política se apresentava de forma sistêmica na sociedade. Por esse motivo, criticavam até formas de postagem de usuários em mídias sociais, como o Facebook, dirigindo-se aos responsáveis pelas postagens ou mesmo àqueles que contribuíam para a divulgação delas, conforme se vê na sequência.

Figura 21 - Percepções sobre postagens dos usuários do *Facebook*



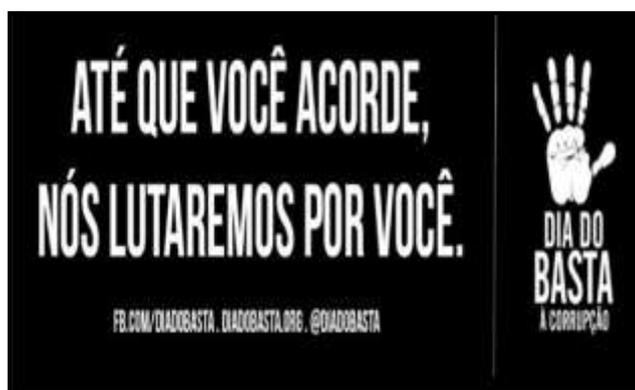
Fonte: Página do DB de 29 de Maio de 2013

Apresentam-se na tirinha (FIGURA 21) “memes” com tom crítico e cômico, além de um pequeno texto explicativo. Na imagem observam-se três partes. Na primeira, aparece uma

personagem dizendo que estava realizando uma postagem na rede social em que propunha melhorias para algumas “indiferenças” no país: recebeu apenas uma curtida. Na segunda aparece Derpina (popularizada em redes sociais no Brasil), que postou apenas isso: “estou carente”. Mas recebeu 105 curtidas e 75 comentários. Na terceira, aparece a primeira personagem jogando a mesa para o alto, como indignada com a situação. No pequeno texto que acompanhava a figura na postagem, os administradores informavam que viviam com frequência situações como essa, procurando mostrar aos usuários seguidores da página que eles não eram os únicos a passar por situações daquela natureza. Portanto os administradores utilizaram uma postagem com humor, buscando fortalecer o empenho dos seguidores para continuar a realizar proposições e debates políticos na rede social, visto que boa parte das postagens pareciam inúteis.

Em relação à alienação, houve postagens que tratavam do assunto diretamente com o seguidor ou com quem as lesse. É o que se pode observar a seguir.

Figura 22 - Até que você acorde, nós lutaremos por você



Fonte: Página do DB de 12 de Maio de 2013

Na Figura 22, pode-se identificar uma provocação. A postagem apresenta um texto que fazia um convite para que os seguidores da página se inserissem em um grupo de discussão virtual sobre Política e Sociedade. Ao acessar o grupo, era possível deparar com a figura na qual constava a seguinte mensagem: “Até que você acorde, nós lutaremos por você”. Portanto, no contexto do grupo, apesar de muitas pessoas estarem alienadas politicamente, havia outras na luta por uma política sem corrupção. Na convocação para a participação no grupo, ficou claro que os administradores voltaram a ativar um grupo de discussão, de acordo com os grupos de conversação propostos por Gamson (1992), em que se podiam identificar discussões distintas e contraditórias, o que é defendido por Vliegthart e Zoonen (2011). O fato pode ter sido

ocasionado pelo aumento do interesse da sociedade por questões políticas geradas pelas manifestações sociais iniciadas na época, nos anos de 2013 e de 2014.

Confirmando a alienação e buscando uma forma de contribuir para o conhecimento do contexto político brasileiro pelos seguidores, os administradores da página realizaram uma série de postagens sobre temas da política contemporânea, como a Proposta de Emenda Constitucional 33/2011 (PEC 33).

Figura 23 - Proposta de Emenda Constitucional 33



Fonte: Página do DB de 18 de Março de 2014

A Figura 23 mostra uma charge na qual uma senhora, que representa a Justiça, está sendo atendida por um médico que lhe pede repetir “PEC 33”. A charge estava acompanhada de um texto com que os administradores levavam ao conhecimento dos seguidores o que era a PEC 33, cujo objetivo era submeter decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso Nacional. Portanto a “última voz” seria do Congresso, o que podia beneficiar deputados, no interesse do Legislativo, e gerar, por exemplo, casos de impunidade.

Além desse tipo de postagem, duas outras temáticas foram muito divulgadas e condenadas pelos administradores: os casos dos “justiceiros” e as “Marchas da família com Deus”. Esses casos foram taxados de resultado da alienação política e da ignorância em relação a direitos humanos e à história do Brasil, sendo por isso usados como forma de criar sentidos de oposição nos seguidores.

Em várias postagens ficou evidenciada a preocupação com os casos conhecidos como “justiceiros”, ocorridos no Brasil: alguns indivíduos, sozinhos ou em grupo, com atos covardes e violentos, puniram suspeitos de cometer crimes, julgando-os sem lhes dar chances de defesa. Boa parte dos casos foram mostrados por mídias de massa e por usuários de mídias sociais, já que, em muitos, pessoas foram apedrejadas, amarradas e até mortas, em vista de

uma ou mais pessoas decidirem “fazer justiça com as próprias mãos”. Essas postagens foram realizadas como forma de criticar cidadãos que realizaram ações violentas e de levar informações para os seguidores, incentivando a reflexão e a condenação desses atos.

Figura 24 - O caso dos “justiceiros”



Fonte: Página do DB de 15 de Março de 2014

Um exemplo dessas postagens se encontra na Figura 24, que também visou a levantar uma crítica em relação aos “justiceiros”. Na charge postada, um homem se direciona para um local onde há um outro amarrado em um poste. Além disso, ele se anima a dizer que ali está um vagabundo e que vai até o local para agredi-lo. Mas, quando chega próximo ao homem amarrado, percebe que se trata de seu filho e se assusta com a situação. Houve clara intenção de levar os seguidores à autorreflexão, levando-os a uma resignificação a respeito do “outro”, que poderia ser até um filho. Reflexões como essa permitiriam novo olhar sobre um contexto de pré-julgamentos. Aproximar-se de quem está sendo julgado pode levar a mudanças de comportamento.

Em novas postagens, os administradores apresentaram informações relacionadas à construção de significados sobre os movimentos denominados “Marcha da Família com Deus”, que tinham como pano de fundo manifestações a favor de regimes militares e ditatoriais no Brasil. Apesar de reunir pequeno número de pessoas, essas manifestações tomaram lugar em vários tipos de mídias, até nas redes sociais.

Figura 25 - Crítica à Marcha da Família com Deus



Fonte: Página do DB de 16 de Março 2014

A postagem realizada com base na Figura 25 foi uma das diversas formas de fazer críticas a esse movimento de extrema direita, iniciado e realizado por uma pequena parcela da população brasileira, com foco na defesa de questões relacionadas à “família tradicional” e na volta da ditadura militar no país, chamada, por isso, de alienada em diversas postagens. Apesar das imagens históricas que retratam opressão e violência no período da ditadura militar, os administradores a utilizaram para um evento fictício na rede social, a “Marcha da Família com Goku contra essa cambada de ignorante favorável à ditadura militar”²⁶, que seria realizado em 22 de março de 2014, fazendo uma crítica, ao considerar os participantes como ignorantes em relação a fatos históricos relacionados aos períodos de governos militares no Brasil.

Em outras postagens foram tecidas críticas a esse tipo de marcha, tendo prevalecido as significações dadas em função de analogias (22 de março de 2014): pessoas retrógradas e dinossauros (alusão à “família dinossauro” de uma série da TV da década de 1990), racistas e membros da Kun Klux Klan (organização racista surgida nos EUA no final do século XIX), ignorantes e burros (várias postagens mostraram imagens burros aglomerados). Em uma delas havia os seguintes dizeres: “Manifestantes inconsoláveis com o fracasso da MARCHA deixam a Praça da Sé” (22 de março de 2014). Críticas pejorativas como essa destacavam a ignorância de fatos históricos pelos participantes. Outras apontavam que os participantes dessas marchas tinham intuito apenas de “aparecer”, dizendo que era um tipo de movimento que não passaria de eventos esporádicos, muitas vezes motivados por agitações populares

²⁶ Goku é um dos personagens principais de um desenho animado chamado Dragon Ball, e é também um dos principais personagens de “animes” e “mangás”, desenhos e quadrinhos japoneses, respectivamente.

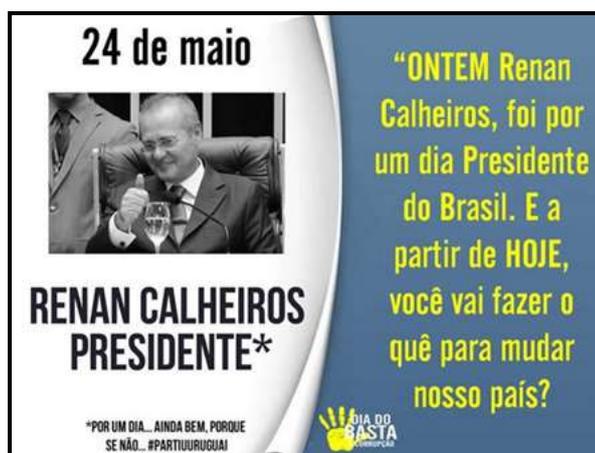
momentâneas, mas demonstrando semelhança com movimentos preconceituosos e retrógrados.

Portanto os principais momentos de construção de significados e sentidos para controle social e alienação foram focados em críticas ao domínio de informações advindas das programações televisivas; críticas à importância dada a informações desnecessárias e à falta de interesse da sociedade por questões políticas; informações diversas com ensinamentos sobre política e necessidade de o cidadão se inteirar de acontecimentos do contexto; informações sobre consequência para o bem-estar da sociedade de atos de pessoas alienadas, corroborando a ideia da autorreflexão defendida por Gamson (1992).

Em um outro agrupamento foi possível reunir diversas informações de postagens relacionadas à **proatividade, reatividade e passividade política**, destacando-se que os administradores da página buscaram, diversas vezes, classificar os seguidores como proativos, reativos ou passivos diante de situações políticas. Contudo ficou clara a tentativa de criar o senso-comum de que a passividade era indesejada, buscando levar os seguidores da página a ser proativos em relação à política ou, pelo menos, reativos a fatos relacionados à corrupção, incessantemente combatida na página analisada.

A construção de sentidos se baseou na tentativa de constrangimento aos seguidores em relação à passividade política, que foi colocada em discussão em diversas postagens, como a seguinte.

Figura 26 - Renan Calheiros: presidente por um dia



Fonte: Página do DB de 25 de Maio de 2013

Os administradores da página postaram uma imagem do senador Renan Calheiros (FIGURA 26) acompanhada dos seguintes dizeres: “ONTEM Renan Calheiros, foi por um dia Presidente

do Brasil. E a partir de HOJE, você vai fazer o quê para mudar nosso país?” (sic.). A mensagem foi colocada como repúdio à situação ocorrida no dia 24 de maio de 2013, em que o presidente do Senado foi presidente interino do Brasil, havendo forte tendência de levar os seguidores a se indignarem com a situação, para que não voltasse a ocorrer. Isso aconteceu por descontentamento com o senador em questão, dados os escândalos nos quais ele já havia se envolvido, sendo um dos principais alvos da página do DB antes das Jornadas de Junho.

Situações como essa foram colocadas em discussão em diversos momentos, quando se buscava mostrar para os seguidores que a passividade na política e a ausência de interesse poderiam levar a sociedade a aceitar lideranças políticas cuja atuação era manchada por escândalos de corrupção ou a realizar mudança na forma de encarar os assuntos políticos, para não sofrer consequências ruins. Para levar os seguidores a assumir posições de atividade, de modo a reagir à situação apresentada, os administradores incitaram a participação em enquetes e petições virtuais, no decorrer do período analisado. Portanto ações simples, como participação em enquetes virtuais, visavam a dar sentido de participação e unidade ao movimento, mesmo com atividades realizadas de forma reativa, no ambiente virtual. Desse modo, o “cliqueativismo” se mostrou mais interessante do que a passividade política, haja vista que as ações de curtida e compartilhamento na página (que requerem apenas cliques) sobressaíram na página em relação às discussões por meio de comentários.

Em outros momentos a reatividade apresentou um sentido diferente: defesa. Essa defesa se daria contra opositores ao movimento, especialmente quando se tratava de abusos de autoridade de policiais no trato com os manifestantes, durante protestos nas ruas.

Figura 27 - Advogada dá voz de prisão a PM por abuso de autoridade



Fonte: Página do DB de 13 de Setembro de 2013 (vídeo acessado no canal Coletivo Mariachi do Youtube)

A postagem se deu por meio de um vídeo que apresentava uma manifestação contra a lei instituída no Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual 6.528/2013) que proíbe o uso de máscaras nos protestos. Em dado momento captado no vídeo (FIGURA 27), um policial faz ameaças a uma manifestante e ela o informa de que é advogada e dá voz de prisão ao policial que agia com abuso de autoridade. A postagem visou a demonstrar o poder da lei contra a ação abusiva de policiais. Além disso, a postagem serviu como forma de reforçar ações dos manifestantes, especialmente em relação à repressão da Polícia.

Em outras postagens percebeu-se a intenção de sugerir significados distintos para ações coletivas. Sugeriu-se que não fossem realizadas simplesmente de modo reativo, mas que ocorressem a tempo de mudar situações, enquanto estivessem em processo.

Figura 28 - Aviso urgente sobre a PEC 37



Fonte: Página do DB de 4 de Junho de 2013

A Figura 28 apresenta uma das formas utilizadas para chamar os seguidores a aderir às ações virtuais apoiadas pelo DB, de modo a participar a tempo de mudar situações, em vez de reagir após mudanças na legislação. Nessa postagem foi solicitada a participação virtual dos seguidores em uma enquete disponibilizada no *site* da Câmara dos Deputados, a respeito da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37), que retiraria poderes de investigação do Ministério Público.

Em outros momentos, os administradores buscaram se adiantar aos fatos e levar os seguidores a compreender o sentido da participação proativa no movimento, com atividades de discussão para reconhecimento e estabelecimento de objetivos, buscando introduzir os participantes já nas ações de planejamento e defendendo que a participação ativa reduziria a possibilidade de ter que reagir em situações inesperadas e tornaria o movimento mais solidificado.

Figura 29 - Definição de objetivos: causas trabalhistas e dívida interna



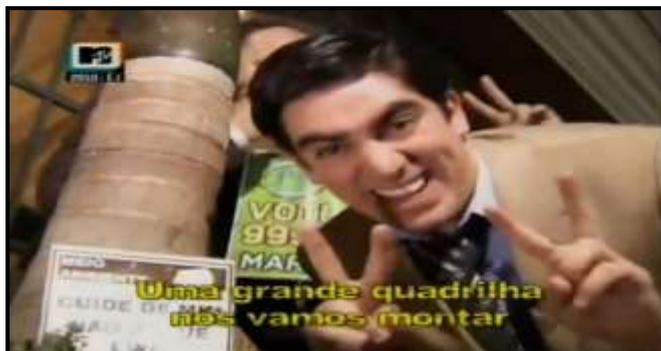
Fonte: Página do DB de 19 de Junho de 2013

A postagem realizada com a Figura 29 apresentou a imagem na qual se vê um martelo do tipo utilizado em tribunais e uma balança, que simboliza a Justiça, e os seguintes dizeres: “Causas Trabalhistas / Dívida Interna”. No texto de apresentação da imagem, os administradores explicaram que as manifestações ocorridas (das Jornadas de Junho de 2013) apresentaram como foco os preços das passagens de ônibus e a PEC 37 e que, entre as novas possibilidades de manifestações, os manifestantes poderiam se unir para protestar contra a dívida interna referente às causas trabalhistas não pagas pelo Estado Brasileiro. Trabalhadores da Rede Ferroviária Federal, por exemplo, aguardavam reaver direitos trabalhistas. Para essa campanha, os administradores utilizaram a *hashtag* #ChegaDeEsperar.

A construção de significados e sentidos perpassou também a forma como os administradores propuseram comportamentos e ações coletivas para momentos distintos, indo de comportamentos reativos, para inverter situações e se colocar diante de opositores do movimento, a comportamentos de proativos, como forma de se adiantar a fatos e situações no campo da política. Essas ações corroboram o desenvolvimento da capacidade linguística e cognitiva dos indivíduos, conforme o que defende Gamson (1992).

Outro agrupamento percebido nesta categoria foi a **condenação da classe política**, visto que ocorreu uma série de postagens com foco na exploração e no reforço do significado de políticos e de seu comportamento perante a sociedade. A significação como “ausentes, negligentes, mentirosos e corruptos” foi a que prevaleceu ao longo do período analisado, mostrando as principais construções realizadas sobre políticos, de críticas em relação às campanhas eleitorais à apresentação de ações impopulares praticadas por eles.

Figura 30 – Formato padrão de comerciais em campanhas eleitorais



Fonte: Página do DB de 7 de Maio de 2014

A postagem (FIGURA 30) apresentou um vídeo do repertório do próprio DB no Facebook e mostrava uma paródia de campanhas eleitorais, cantada e apresentada por Marcelo Adnet, comediante que, na época do vídeo, participava de programas de televisão do Canal MTV. No vídeo, Adnet, em cenas semelhantes ao que é comum ser encontrado em campanhas eleitorais televisivas, mostra que existe um padrão para a criação de personalidades políticas que tenham aceitação junto aos eleitores. Contudo a letra mostra, com humor, as mentiras por detrás dos vídeos e as formas utilizadas pelas campanhas para ludibriar os eleitores. Com essa postagem, os administradores buscaram levar os seguidores a refletir sobre as campanhas, especialmente em ano eleitoral no país.

Nesse vídeo compartilhado, é possível observar uma desconstrução das figuras políticas apresentadas durante o período eleitoral, já que, concomitantemente à apresentação de cenas-padrão de campanhas eleitorais – mostrando candidatos benevolentes, amistosos e sociáveis – apareciam trechos da música e legendas apresentando justamente vários tipos de corrupção que aparecem no cenário político durante o mandato de muitos políticos. Além da desconstrução, houve um reforço em relação à figura pela qual os políticos brasileiros geralmente são descritos, levando ao fortalecimento da significação de políticos como corruptos, o que muitas vezes pode soar até mesmo redundante.

Figura 31 - Formato de material de divulgação em campanhas eleitorais



Fonte: Página do DB de 11 de Maio de 2013

Na análise, ressaltou-se uma série de postagens com tom de humor, especialmente quando se tratava de políticos e eleições. Na fotomontagem apresentada na Figura 31, apresenta-se um personagem de desenho animado, o Mestre dos Magos da Caverna do Dragão. O personagem, conhecido por desaparecer em momentos difíceis e aparecer de acordo com seu interesse, foi colocado como um candidato fictício ao cargo de vereador, em um “santinho” digital, com o seguinte dizer: “Quando mais você precisa, eu desapareço. Pelo menos estou sendo sincero”. A crítica se fez, de forma geral, aos políticos, mostrando que grande parte deles se comporta dessa forma, com desaparecimentos, mas que o candidato fictício tinha o diferencial de ser sincero em suas palavras.

Postagens dessa natureza foram divulgadas intensamente após o mês de janeiro de 2014, já iniciando um período no qual se falaria muito a respeito de eleições. Muitas foram realizadas com lembretes para os seguidores, nos quais os administradores buscavam recordar atos e comportamentos passados para levá-los a não votar em certos candidatos, especialmente nos que apresentaram problemas em outros mandatos.

Figura 32 - Diga não



Fonte: Página do DB de 7 de Março de 2014

A Figura 32 fez uma espécie de chamada para um texto escrito e compartilhado por um dos administradores da página e organizador do DB. Trata-se de uma reação a falas e à ideologia política do deputado Jair Bolsonaro, especialmente em relação a questões sexuais, de raça e de gênero. Nesses comentários, o autor se contrapunha a falas classificadas como baseadas em ódio, racismo e homofobia. Assim, chamava a atenção para esta expressão: “Emitir opinião é diferente de ser preconceituoso e massacrar as minorias”. No final, o autor usa outra expressão de efeito, para reforçar suas ideias junto aos seguidores: “Aplaudir Bolsonaro é aplaudir a própria ignorância” (7 de março de 2014).

Diferente de grande parte das postagens analisadas, a utilização de um texto se deu como forma de apresentar mais claramente o posicionamento de um dos administradores, o que daria o tom de outras críticas direcionadas a esse deputado. Esse texto serviu, pois, como forma estruturada de expor o pensamento e de formar sentidos com falas apresentadas e contrapostas, o que deu mais clareza sobre a personalidade e as ideias do político e do representante do movimento.

Outras postagens foram realizadas com o objetivo de informar ou lembrar aos seguidores da página temas diversos, como a realizada em 29 de março de 2014, sobre o aumento aprovado pelos deputados do Rio de Janeiro, em regime de urgência, em 2011, elevando o próprio salário em 61,7%. Na postagem, os administradores expuseram nomes e siglas partidárias dos deputados que votaram a favor do aumento, considerado abusivo. O objetivo parece ter tido a finalidade de “refrescar a memória dos seguidores”.

Outro agrupamento de postagens observado nesta categoria era dirigido para **corrupção e má gestão**. As observações principais da análise partiram de postagens que taxavam a corrupção

de sistêmica no Brasil, por considerarem a grande quantidade de partidos e de políticos, julgados ou em julgamento, levando em conta a extensão da corrupção nos três níveis de governo e em diversas localidades, e a participação de empresas privadas.

Figura 33 - Corrupção Esporte Clube



Fonte: Página do DB de 22 de Maio de 2014

Na postagem realizada com a Figura 33, objetivou-se apresentar uma crítica à corrupção, com o tema futebol, em virtude da proximidade da abertura da Copa do Mundo. Na fotomontagem aparece uma figura da seleção brasileira de futebol posando para uma foto no gramado de um estádio. Contudo as cabeças apresentadas são de políticos associados a casos recentes de corrupção. A crítica, na verdade, mostra que a corrupção, representada na foto por uma seleção, se dá de forma coletiva, pela formação de grupos de políticos, o que lhe concede caráter sistêmico.

Em função das consequências geradas pela corrupção no Brasil e das críticas feitas por alguns veículos da mídia de massa, ao classificar parte dos manifestantes das Jornadas de Junho como “vândalos”, várias postagens foram realizadas com a finalidade de rebater a mídia e de esclarecer impactos da corrupção para a sociedade, classificando atos de corrupção como atos de vandalismo do setor público. Essas postagens sempre eram acompanhadas da expressão “Vandalismo é...” e foram compartilhadas na página do DB em meados do mês de agosto de 2013, como resposta à mídia e como forma de criar um significado para a corrupção: um ato de vandalismo contra a sociedade.

Figura 34 - Vandalismo é...



Fonte: Página do DB de 19 de Agosto de 2013

Na postagem (FIGURA 34) está uma fotomontagem na qual aparecem vários pilares de concreto no rio Tietê, mas sem a ponte construída sobre os pilares, que serviria para ligar o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná. Na foto aparece a seguinte expressão: “Vandalismo é... “Um Brasil gigante sem ‘pontes’ para seu povo”” (19 de agosto de 2013). Nesta postagem e em outras foi possível perceber a postura dos administradores em relação à discussão sobre vandalismo feita por representantes da polícia e do governo, além da mídia. Mas os administradores direcionaram a crítica à ineficiência no uso do dinheiro público pelos governos e afirmaram que isso seria um ato de vandalismo contra a população do país. Em outras postagens apareceram imagens e textos que destacavam contextos prejudicados pela ineficiência do setor público em gerenciar o planejamento e a execução de obras.

Além desse tipo de crítica, a ineficiência foi discutida em relação a problemas de regulação do Estado sobre serviços e de abusos de altos preços e baixa qualidade de serviços disponibilizados por empresas privadas no Brasil.

Figura 35 - Custo do minuto de celular mais caro no Brasil



Fonte: Página do DB de 8 de Outubro de 2013

Com a Figura 35, foi realizada uma crítica aos altos preços das tarifas de celular, com um *link* de uma reportagem que citava um estudo sobre a tarifa de celular no Brasil, a mais cara no mundo. Na charge compartilhada, de Düke, aparece a figura de um homem falando ao celular em seis momentos. No início, totalmente vestido, mas, a cada cena, vai perdendo peças de roupas, até ficar nu na última imagem. A postagem visou a levar o seguidor da página a informações críticas sobre os serviços de telefonia no Brasil e, de alguma, à indignação. Também buscou criar ou reforçar o sentimento de injustiça relacionado à exploração dos cidadãos pelo governo e por empresas privadas como forma de aumentar a sensação de descontentamento contra a situação financeira decorrente de ações da gestão pública.

Outro foco de discussão, talvez o principal e mais polêmico, foi em relação à ineficiência do setor público nas obras para a Copa do Mundo FIFA no Brasil. Percebeu-se a ênfase dada pelo DB nas denúncias e críticas em relação ao superfaturamento de obras.

Figura 36 - Copa do povo ou dos políticos?



Fonte: Página do DB de 7 de Maio de 2014

A postagem apresenta uma charge de Dalcio (FIGURA 36), com os seguintes dizeres: “Copa do povo? ou Copa dos políticos?”. Na imagem aparece um homem, aparentemente um cartola de futebol, que segura a logomarca da Copa (semelhante a uma taça), mas de “cabeça para baixo”, o que dá a aparência de um saco com dinheiro. Além disso, em vez de aparecer escrito 2014, ano da Copa, aparece “\$10\$”, fazendo alusão a denúncias de corrupção e superfaturamento de obras. Portanto se buscou dar novos significados a uma imagem da Copa do Mundo, passando a considerar e explorar a visão de superfaturamento e corrupção por detrás da preparação e realização do evento.

A questão do superfaturamento ficou mais realçada nas críticas que apontavam o enriquecimento de políticos e empreiteiras e a falta de preocupação e cuidado com a segurança de trabalhadores em obras de infraestrutura de cidades e estádios.

Figura 37 - Falta de segurança nas obras da Copa do Mundo



Fonte: Página do DB de 13 de Maio de 2014

A postagem foi realizada com uma charge de Rafael Costa (Figura 37) em que aparecem jogadores no gramado de um estádio, mas, debaixo do campo de futebol, veem-se, enterrados, três trabalhadores, uma alusão a casos de morte de operários em obras de estádios construídos ou adaptados para a Copa do Mundo FIFA. A postagem constituiu, pois, uma forma de criticar a falta de segurança e as situações de urgência em obras para o evento. As críticas se direcionaram para a preocupação com prazos e para interesses de superfaturamento, mesmo em detrimento da segurança do trabalho.

Além disso, vários questionamentos foram realizados por meio de postagens que expunham a preocupação com as obras para a Copa do Mundo e o desleixo com áreas carentes de recursos para atendimento da população, como saúde, educação e moradia.

Figura 38 - Falta de investimentos em hospitais



Fonte: Página do DB de 20 de Maio de 2014

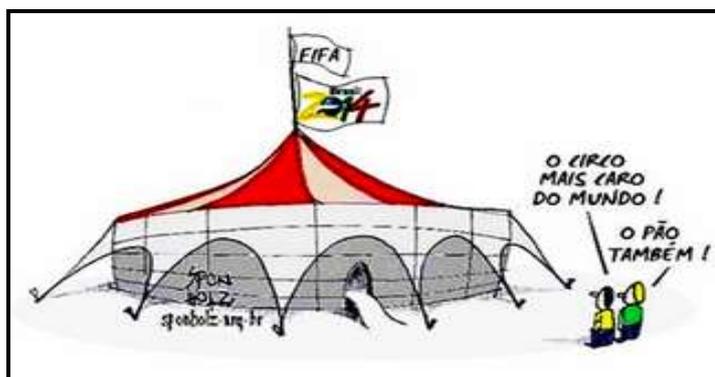
A postagem da Figura 38 foi direcionada para criticar a Copa do Mundo e a excessiva preocupação com questões relacionadas ao evento, enquanto setores, como o da saúde, não

seguiram o mesmo padrão de qualidade para atendimento à população. Na charge postada, apresenta-se um hospital em que vários enfermos aguardam atendimento médico em situações precárias, até deitados no chão, com moscas e baratas no ambiente, demonstrando abandonado. Enquanto isso, aparece, numa televisão, um narrador de jogos de futebol que reclama: “É um absurdo! Já se passa 1 minuto e o médico da seleção não chega pra atender o jogador caído.” A charge mostrou, de forma impactante, a diferença de investimentos em setores comparados, a Copa do Mundo e a saúde. Em outras postagens se exigia que a saúde e outras áreas tivessem a excelência do “Padrão FIFA”. Cobrava-se do Governo que hospitais, escolas e outras estruturas públicas tivessem “Padrão FIFA”, uma crítica às exigências da FIFA e à subserviência do Estado.

Postagens como essa foram constantemente utilizadas e tomaram mais força quando foi divulgada uma entrevista dada por Ronaldo Luís Nazário de Lima, conhecido como Ronaldo Fenômeno, ex-jogador de futebol, ao assumiu o cargo de membro do Conselho de Administração do Comitê Organizador Local (COL) da Copa do Mundo, em dezembro de 2011. Nessa entrevista, o ex-jogador teria dito: “Está se gastando dinheiro com segurança, saúde, mas sem estádio não se faz Copa. Não se faz Copa com hospital. Tenho certeza que o governo está dividindo os investimentos” (LANCENET, 2011). Essa fala ganhou muita repercussão em várias redes sociais virtuais e maculou a imagem do ex-jogador perante boa parte da sociedade, especialmente para os contrários à realização da Copa do Mundo no Brasil.

Esse foi um dos fatos que permitiram a realização de várias postagens criticando a realização da Copa do Mundo e a falta de investimentos em outras áreas de necessidades básicas da população. Algumas postagens sugeriam que o governo estava praticando uma política baseada em “pão e circo”, ou seja, buscando dar comida e diversão para ocultar a insatisfação, conforme pode ser visto na Figura 39.

Figura 39 - Copa do Mundo: o circo mais caro do mundo



Fonte: Página do DB de 22 de Maio de 2014

A postagem (FIGURA 39) também foi direcionada à crítica aos altos custos envolvidos na construção de estádios e estruturas para a Copa do Mundo. Na charge compartilhada aparece um estádio coberto por uma lona de circo, em que estão duas bandeiras hasteadas. Em uma se lê “FIFA” e na outra “Brasil 2014”. Ao lado, dois homens observam o estádio-circo. Um diz “O circo mais caro do mundo!” e o outro completa “O pão também!”. A crítica se direcionou, pois, para o interesse de políticos ludibriarem os cidadãos, retirando o foco de questões socioeconômicas não atendidas.

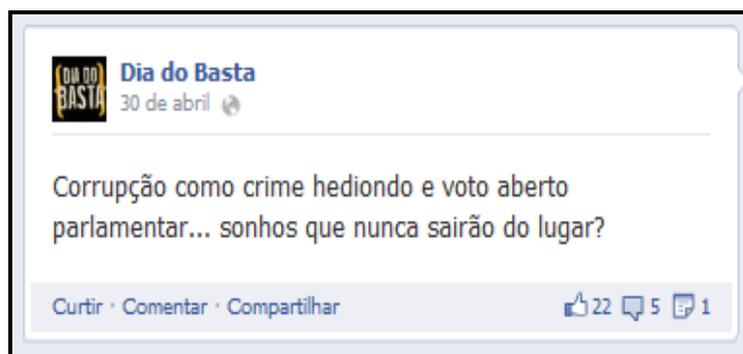
Portanto vários tipos de postagens colaboraram na construção da ideia de que os governos se tornam ineficientes em função da falta de preocupação com planejamento e execução de obras públicas, o que gera, portanto, atitudes de vandalismo contra a sociedade e o patrimônio público. Outra causa da ineficiência estaria no superfaturamento de obras, especialmente nas relacionadas com a preparação e realização da Copa do Mundo. Com isso, deixou-se de investir em áreas que deviam prioritárias para a população. Criou-se, pois, o sentido de que os governos não agem a favor do bem-estar da população, mas de seus próprios interesses, seja por incompetência à frente da gestão, seja pela prioridade dada a setores que não atenderiam às demandas básicas e imediatas da população. Essa relação entre causa e efeito pode ser compreendida como o que Gamson (1992) chama de “consciência política”, que tem a possibilidade de alterar o contexto cultural, que guarda uma relação de mão dupla com o movimento social (WILLIAMS, 2004).

Além da construção de significados e sentidos realizada pelos administradores da página ou pelos conteúdos compartilhados por eles, buscou-se também permitir que os próprios seguidores criassem significados e sentidos entre si, com a interação em ferramentas disponibilizadas ou sugeridas. Para melhor compreender o processo de construção, foram

reunidas algumas postagens neste agrupamento, denominado de **mecanismos para criação de sentido coletivo**.

As principais possibilidades foram realizadas através da ferramenta mais básica utilizada no Facebook, postagem de texto (*status*) e comentários de seguidores como resposta, o que permite criar uma conversa coletiva.

Figura 40 - Pergunta para reflexão e discussão



Fonte: Página do DB de 30 de Abril de 2014

A postagem (FIGURA 40) foi realizada por meio de uma pergunta, como forma de levar os seguidores a refletir e discutir sobre corrupção e voto secreto. Buscava-se conhecer a opinião dos seguidores participantes e, ao mesmo tempo, levar todos a acompanhar comentários e ideias expostas na discussão, formando, assim, um sentido coletivo de modo simplificado.

Outra forma de construção coletiva foi propiciada pela utilização de enquetes que o Facebook permite criar. Nesse tipo de ferramenta é possível inserir uma pergunta e opções de respostas, além de permitir que os seguidores criem outras. À medida que a participação ocorre, os resultados vão sendo mostrados por um tipo de gráfico com barras horizontais que são as próprias respostas, em escala decrescente do número de votos que aparecem na frente das barras.

Figura 41 - Ferramenta de enquete do *Facebook*



Fonte: Página do DB de 19 de Junho de 2013

A postagem (Figura 41) se deu por meio de uma enquete idealizada pelos administradores que perguntaram “Qual a prioridade dos protestos que ainda virão?”. Esse tipo de ferramenta permite que o usuário vote em mais de uma opção. Na enquete em questão, vários enfoques foram sugeridos, mas o mais votado foi o referente à PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional 37/2011).

A possibilidade de criar opções de resposta tornou-se muito interessante para a construção coletiva, por não enquadrar as respostas dos seguidores nas possibilidades criadas pelos administradores da página. Deixando a participação de forma mais livre, tornou-se possível conhecer ideias e intenções que poderiam dar base para a formulação de estratégias e repertórios de ações. Além disso, tornou-se possível averiguar parte da opinião pública nos contextos em que os seguidores se inseriam. Assim, uma postagem de 20 de junho de 2013 perguntou: “Como está a opinião do pessoal mais velho de sua família?”. Outra, de 22 de junho de 2013, indagou: “Você é a favor das urnas eletrônicas?”. Várias perguntas fizeram parte de postagens na página do DB, englobando tanto a temática da corrupção, como questões relacionadas ao movimento nas redes sociais e nas ruas, também em relação à política e a eleições.

Uma forma de permitir a construção coletiva de significados e sentidos foi a ferramenta grupos do Facebook: os grupos reúnem pessoas que podem ser adicionadas por amigos na rede social ou, dependendo da configuração, os usuários da rede podem localizá-las e solicitar a participação. Com essa ferramenta é possível realizar novas postagens ou responder às já realizadas, por meio de textos, imagens, vídeos ou compartilhamento de *links* diversos, bem como realizar uma série de processos de criação coletiva. Ela permite, pois, estabelecer um espaço próprio para discussão de determinado tema, conforme o escopo indicado.

Figura 42 - Grupo de discussões e atividades de criação



Fonte: Página do DB de 30 de Maio de 2013

A imagem apresentada na Figura 42 mostra o teor da postagem realizada. No texto de apresentação havia uma convocação para que os seguidores da página acompanhassem um *link* para participar da discussão e elaboração de um *layout* para o Evento Dia do Basta, que seria realizado em setembro de 2013. A solicitação para a participação dos seguidores foi feita de forma incisiva e, de certo modo, emocional. Na solicitação ainda era possível ler: “Precisamos de VOCÊ!”. A figura apresenta apenas um fundo preto, onde aparece escrito com branco “Próximo Dia do Basta, 6, 7 e 8 de setembro. Participe da Campanha de Criação do Layout.”. Aparentemente, a intenção era apenas chamar a atenção dos seguidores para a participação em um grupo. Mas uma convocação como esta levava os seguidores a reforçar o processo de criação e, de certo modo, estar mais propensos a acompanhar outras discussões no grupo.

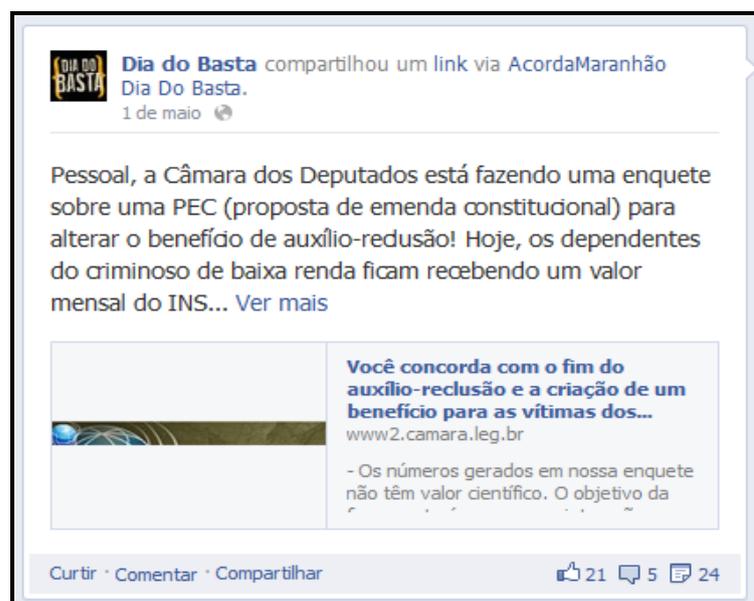
Uma possibilidade ocorreu com a sugestão/solicitação de uma atividade realizada com criação dos seguidores e posterior compartilhamento em páginas no Facebook.

Figura 43 - Criação de conteúdo

Fonte: Página do DB de 11 de Setembro de 2013

A postagem (FIGURA 43) visou a motivar os seguidores para utilizar ações virtuais e dar conhecimento às pessoas das discussões e votações, com a finalidade de criar um movimento de luta para tornar o voto parlamentar aberto. Os administradores convocaram os seguidores para criar elementos de comunicação e fazer o movimento ter mais visibilidade. Nesse caso, utilizaram-se estas *hashtags*: #votoaberto #semnegociacao #calheirosnuncamais #TUDOABERTO.

Em outras postagens, os administradores se valeram de enquetes disponíveis em outros *sites*, apenas para informar a existência delas e sugerir a participação dos seguidores ao disponibilizar seus *links*.

Figura 44 - Participação em enquete

Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2014

A postagem (FIGURA 44) foi realizada com a divulgação de uma enquete da Câmara dos Deputados sobre uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) referente ao fim do auxílio-reclusão para as famílias de presidiários e à criação de um benefício para as vítimas de crimes. A divulgação ocorreu para levar os seguidores a participar efetivamente de uma enquete que poderia gerar novas leis de interesse da sociedade. Além dessa, outras enquetes da Câmara dos Deputados e de outros portais de comunicação foram apresentadas.

Como se pôde observar, o agrupamento buscou apresentar as principais ferramentas utilizadas na Construção Social de Significados e Sentidos, de forma coletiva, das postagens simples na página principal e do uso de grupos virtuais na rede social à utilização massiva de enquetes, no Facebook e em outros portais, conforme os *links* disponibilizados.

A próxima seção organiza e apresenta os principais dados referentes à categoria Ideologia.

7.2.1.3 Ideologia

Nesta categoria foram analisados os principais dados relacionados à ideologia política expressa por administradores do DB. Ideologia é definida, neste estudo, como “um conjunto de crenças usado para justificar ou desafiar uma dada ordem político-social e usada para interpretar o mundo político” (ZALD, 1996, p.262). Portanto o conhecimento da ideologia

construída no e pelo movimento social possibilita adentrar no campo das crenças que sustentam as informações, de forma a desvendar ideias e conceitos que circulam entre os participantes, bem como compreender as ações coletivas empreendidas com vistas a desafiar o sistema sociopolítico.

Com a codificação dos dados, foi possível reuni-los em quatro agrupamentos de análise, para favorecer a compreensão das principais temáticas desenvolvidas pelos administradores do grupo e das ideias que fizeram parte do arcabouço sociopolítico utilizado na gestão dos grupos do DB: **imagem dos políticos; imagem dos partidos; males da corrupção e a impunidade; e, opressão dos trabalhadores.**

No agrupamento **imagem dos políticos** foi possível perceber uma série de classificações dadas a eles pelos administradores da página analisada. Essas classificações interferiram na forma pela qual os políticos eram vistos e na imagem que se estabeleceu diante dos seguidores. Entre essas classificações se destacaram as imagens de mentirosos, de aproveitadores, de estelionatários, de ineficientes e de ladrões.

Figura 45 - Mentira contada por políticos



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A charge postada (FIGURA 45), de Néo Correia, traz duas figuras, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a atual presidente da república, Dilma Vana Rousseff, ambas com nariz grande, alusão à figura do Pinóquio, personagem de ficção conhecido por suas mentiras. Na fala do ex-presidente, que diz ser necessário aumentar o palanque para os dois permanecerem, há uma crítica às mentiras contadas em palanques, possivelmente durante o governo da presidente, já que essas informações foram compartilhadas em período distante do eleitoral e usaram a imagem de políticos da situação. Houve claramente a intenção de chamar os dois políticos de mentirosos, pois na chamada foi dito por um dos administradores da página: “esses pronunciamentos estão me dando náuseas.” (1.º de maio de 2014). Isso mostra que

havia desgaste por causa de falas mentirosas contadas por esses políticos, conforme o entendimento dos autores da figura e da postagem.

Figura 46 - Políticos aproveitadores



Fonte: Página do DB de 3 de Março de 2014

A imagem apresentada na Figura 46, do cartunista Nani, faz uma crítica aos políticos aproveitadores, que sugam recursos da população. Na charge, aparece um político que manuseia uma torneira da qual jorra sangue que vem de outro homem, no momento da doação. Em virtude de uma série de compartilhamentos dessa natureza, pode-se compreender que se buscava levar os seguidores a refletir sobre a ideia de exploração dos trabalhadores por altos impostos pagos ao Governo. Outra associação pode ser feita: a doação de sangue feita pelos trabalhadores e as ações de corrupção dos políticos que se aproveitam dos recursos públicos advindos de tributações.

Em outras postagens havia correlação entre políticos e estelionatários: aproveitar-se de bens de outros com a finalidade de adquirir benefícios pessoais.

Figura 47 - Políticos estelionatários



Fonte: Página do DB de 17 de Abril de 2014

Na postagem realizada com a Figura 47, do chargista Amâncio, foi apresentado um político que cola um cartaz de campanha eleitoral em uma parede, mas cobrindo um homem, aparentemente um morador de rua. No cartaz se lê: “Vote 171: SEMPRE AJUDANDO VOCÊ”. A crítica se direcionou para os políticos, de modo geral, que parecem “fazer vista grossa” para problemas sociais, como o exposto. Além disso a indicação de 171 é alusão a pessoas estelionatárias, popularizada no país, pois o artigo 171 do Código Penal, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, define que estelionato é o ato de “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” (BRASIL, 1940).

Além de estelionatários, os políticos foram classificados, em diversos momentos, como ineficientes nos cargos de funções públicas.

Figura 48 - Políticos ineficientes



Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

A Figura 48 compartilhada da página “Caos Brasil”, do chargista Santo, apresenta um deputado perguntando ao colega o que pretende fazer caso não seja reeleito. E este responde que considera voltar a trabalhar. Com a charge e outras críticas, os administradores pareceram levar ao entendimento de que os políticos apenas se beneficiam com ganhos monetários, sem trabalhar e sem prestar serviços à sociedade. A crítica foi direcionada para a classe política, em geral, visto que não há identificação de político ou partido. No texto que apresentou a figura, os administradores acrescentaram, com ironia, que ela seria uma situação verídica. Mas foram mais recorrentes as críticas aos políticos que os classificaram como ladrões.

Figura 49 - Políticos ladrões

Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

A charge postada a partir da Figura 49, de autoria do cartunista Bruno Galvão, faz uma crítica aos políticos de forma geral chamando-os de ladrões. Ao mostrar um cenário no qual um político diz fazer saques a partir de votos recebidos, havia uma crítica quanto à forma silenciosa e sem violência pela qual os políticos corruptos roubam recursos públicos, já que fizeram a distinção em relação a uma das formas utilizadas por bandidos para roubar através do uso de explosivos. A charge procurou defender que os políticos seriam tão ladrões quanto os demais bandidos, porém o instrumento para roubar seria o voto do cidadão. Além disso, a charge colocou a sociedade como culpada pela conivência com o roubo, já que é dela que partem os votos e as escolhas dos políticos que a representa.

Figura 50 - Políticos ladrões e o voto

Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

A Figura 50 apresenta a charge de Lila Mota, que leva ao entendimento de que os políticos são ladrões ou pessoas mal-intencionadas, até antes de exercer cargos políticos, pois o pedido de voto está associado a um roubo. Apresentou-se, pois, uma informação relacionada à ideologia relacionada à cultura, no Brasil, que é transmitida de geração em geração e que

tende a classificar os políticos como ladrões, independentemente do que são ou do partido a que são filiados. No entendimento geral, estabeleceu-se a ideia de que a prática política está imbricada às práticas de corrupção.

Em outras postagens o objetivo foi levar os seguidores à reflexão sobre 2014, ano eleitoral, e sobre a necessidade de conhecer os candidatos e não permitir a reeleição de políticos com ficha suja. Os administradores fizeram um trocadilho, dizendo que apresentariam as “fichas criminais” (20 de janeiro de 2014) dos candidatos ao longo do ano, para que os seguidores pudessem conhecer os candidatos e não votar mais neles. Foi destacada considerável preocupação com a questão da reeleição de políticos de “ficha suja” e a responsabilidade dos administradores da página com o esclarecimento dessas questões para os seguidores, dada a importância da ideologia política na condução de ações do movimento, de acordo com o que defendem Williams (2004) e Snow (2004).

No mesmo sentido, destacaram-se informações relacionadas à ideologia construída e à propaganda de partidos políticos, permitindo estabelecer um agrupamento de postagens relacionadas à **imagem dos partidos**.

Figura 51 - Gangue ou partido?



Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

A Figura 51, postada na página do DB, apresenta uma charge do cartunista Nani, na qual aparecem políticos vestidos com paletós em que se leem as siglas de alguns partidos políticos brasileiros (PT, PMDB, DEM). Além disso, dois criminosos próximos aos políticos portam armas de fogo, informando que querem fazer parte da gangue dos deputados para fugir da Polícia. Mas os deputados respondem que ainda chamam seus grupos de partidos. Essa é uma crítica clara à roubalheira e à corrupção que assolam a classe política no Brasil, independentemente do partido a que são afiliados. Os administradores apresentaram a figura

informando que ela valia para qualquer partido. Dessa forma, ao fazer comparação com o crime organizado, demonstraram que também existia uma rede de corrupção alojada nos (e entre os) partidos políticos.

O compartilhamento de informações como essa reforçou a ideia de que a corrupção se encontrava nas relações partidárias e nas concessões realizadas, para governar ou obter benefícios partidários ou pessoais, conforme a figura a seguir.

Figura 52 - Coligações partidárias



Fonte: Página do DB de 3 de Março de 2014

A charge compartilhada (FIGURA 52), do cartunista Benett, apresenta dois personagens de histórias em quadrinho, Batman e Coringa, um herói e um vilão respectivamente. Mas na imagem os dois aparecem abraçados e há um quadro de diálogo sobre a cabeça do Batman dizendo: “Neste eu confio!!!”. Mas a charge destaca o susto de um homem que passa e vê o cartaz, representando o espanto dos eleitores ao perceber coligações partidárias formadas para disputar eleições, na maior parte das vezes sem relação com as ideologias políticas dos partidos. Além disso, o susto corresponde à preocupação com o futuro político, sendo que é possível deparar com impensáveis coligações e parcerias em razão das relações políticas entre partidos, em vez de serem motivadas pela busca do bem comum para a sociedade. Portanto a crítica se fez em relação às coligações partidárias realizadas para as disputas eleitorais nas quais recorrentemente se percebem alianças que seriam indevidas se fosse considerada a ideologia dos partidos envolvidos, as histórias de desavenças nas relações entre partidos e políticos, etc.

Ao discutir a ideologia predominante nas coligações partidárias, assumiu-se comportamento contrário à continuidade dessa forma de pensar e agir na política. Compreender os meios

pelos quais os políticos e partidos oferecem apoio político aos governos, seja por participação em ministérios, seja por obtenção de contratos, por exemplo, permite mostrar o funcionamento da estrutura de parcerias e alianças realizadas para governar, não necessariamente para o bem da sociedade. Portanto se mostrou como o próprio sistema político se destaca pela corrupção, que muitas vezes é explicada pela necessidade de condições políticas para a governabilidade.

Outro agrupamento que se destacou compreende discussões sobre os **males da corrupção e a impunidade**. Destacaram-se compartilhamentos de informações sobre os prejuízos que as práticas de corrupção causam à sociedade e a necessidade de classificar tais crimes como hediondos, bem como informações críticas sobre a impunidade de crimes de corrupção.

Figura 53 - Corrupção como crime hediondo



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Os administradores compartilharam a Figura 53, da página “Corrupção para Crime Hediondo”, na qual aparece um fluxograma mostrando os impactos negativos da corrupção para a sociedade, em especial em relação às áreas de educação, saúde e segurança pública. A imagem parece ter o objetivo de levar os seguidores a refletir sobre a corrupção e seus impactos negativos na sociedade, pois, enquanto se desviam recursos de áreas prioritárias para fins pessoais, a sociedade sofre com a carência de recursos que possibilitariam uma melhoria na qualidade de vida. Conteúdos como esse foram usados para a reflexão dos seguidores, uma forma de enfrentar a realidade e buscar meios para alterar a cultura da submissão consentida, ao enfrentar o contexto sociopolítico vigente.

Outro ponto de enfrentamento por mudança ideológica se dá em relação aos casos recorrentes de impunidade vistos na política brasileira, os casos que “acabam em pizza”. Essa expressão apareceu em muitas postagens ao longo do período analisado.

Figura 54 - Impunidade no Brasil



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A charge (FIGURA), do cartunista Thiago, apresenta uma crítica ao senador Renan Calheiros, colocando-o na posição de rei, que tem uma coroa na cabeça onde se lê “impunidade”. Acima se lê “Rei Renan”. O uso da charge procurou levar os seguidores a refletir sobre a postura do senador e do próprio Senado que, mesmo diante de tantas denúncias, o mantinha como presidente da casa, propagando uma sensação de impunidade perante a opinião pública. Como apresenta a figura, corruptos ficam impunes enquanto crimes de corrupção não são resolvidos. Com a impunidade, estes se empoderam ainda mais diante da possibilidade de continuar cometendo crimes nas atividades legislativas e de governo.

Entre outras postagens sobre a impunidade, predominaram informações sobre a PEC 37/2011, também chamada de PEC da impunidade, visto que busca reduzir o poder de investigação do Ministério Público. Por meio de postagens dessa natureza os administradores da página buscaram esclarecer o que estava em tramitação e levar os seguidores a refletir sobre a importância de agir contra a votação da PEC 37, além de convocá-los para assinar a petições *on-line* contra ela. Também foram realizadas postagens e comentários sobre a PEC 33/2011, que tinha como objetivo retirar a autonomia do Superior Tribunal Federal (STF).

Por fim, nesta categoria foi possível observar grande preocupação dos administradores da página do DB em relação a situações de opressão e exploração dos trabalhadores, mais intensificadas com atos de corrupção e desvios de recursos públicos gerados pela tributação, e a ganhos do trabalho. Uma forma de levar à conscientização do trabalhador e à busca do enfraquecimento deste modelo de exploração, foi reunir uma série de postagens no

agrupamento **opressão dos trabalhadores**, ou seja, críticas à opressão realizada pelo governo.

Figura 55 - Exploração do trabalhador



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Divulgada no Dia do Trabalho, a Figura 55 apresenta uma charge de Cazo, utilizada para criticar corrupção, inflação e impostos, que empobrecem o cidadão. Para levar os seguidores à reflexão, apresenta um homem limpo e bem vestido e um cartaz em que se lê: “O trabalho enobrece o homem”. Mas, ao lado, aparece outro homem, sujo e de roupas velhas, e um cartaz em que se lê: “A corrupção, a inflação e os impostos empobrecem o homem”. Valeu-se da imagem para levar os seguidores à reflexão e a discussões, especialmente sobre a fatia financeira que é cobrada do trabalhador pelo Estado.

Outra postagem do Dia do Trabalho apresenta novas críticas quanto ao grande volume de impostos pagos no Brasil, conforme a Figura 56, uma charge de Frank, na página do DB.

Figura 56 - Dia do Trabalho



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Esta charge, que apresenta um leão dormindo em um sofá, visou a levar à compreensão de que o imposto de renda, representado pela figura de um leão, está dormindo, muito bem

alimentado. O leão satisfeito é uma alusão à quantidade de impostos pagos pelos contribuintes. Eles alimentam o leão e lhe permitem descansar no dia que deveria ser direcionado para homenagens aos trabalhadores. Mas estes é que deveriam descansar (no sentido mais amplo da palavra), com satisfação pela qualidade de vida no trabalho, por exemplo, sem opressão e exploração. Mensagens como essa visaram a levar os seguidores da página a refletir a respeito da opressão do governo sobre os trabalhadores, com cobrança excessiva de impostos.

Mas críticas também foram direcionadas à classe dos trabalhadores, porque se perdeu consideravelmente a concepção da data como um dia de lutas por melhorias, passando a ser para muitas pessoas apenas um feriado.

Figura 57 - Dia do Trabalho e ausência de lutas



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

A fotomontagem postada na página do DB (FIGURA 57) põe em comparação duas situações teoricamente vivenciadas no Dia do Trabalho: uma em algum país e outra no Brasil. Na primeira cena, de um país desconhecido, representa-se o Dia do com uma manifestação; na segunda cena, que ocorre no Brasil, representa-se o Dia do Trabalho com dois cantores sertanejos em um palco, em um *show*. Os administradores buscaram lembrar o que se convencionou chamar de “política do pão e circo”, criticando o posicionamento político dos brasileiros. Esta imagem, como as demais postadas, pode criar um sentimento de que o brasileiro tem se alienado da política, que necessita de mudanças, como também pode causar constrangimento com uma imagem negativa, como se o povo brasileiro fosse alienado e desprovido de ideologias sociopolíticas. Mesmo assim se realizou uma atividade de construção de ideologias, seja como crítica, seja como ponto de partida para mudanças, unindo ideologia, cultura e ações do movimento, de acordo com que defende Zald (1996).

Por fim, nesta categoria se buscou apresentar uma visão otimista em relação às mudanças ideológicas sobre política com algumas postagens que visavam a criar motivação para a participação no movimento. Destacou-se a Figura 58 com citação de um trecho de obra de Machado de Assis que diz: “Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies”.

Figura 58 - Palavras, ideias e revolução



Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

O trecho foi transcrito com o objetivo de levar os seguidores a refletir sobre palavras e ideias que poderiam fazer uma revolução. Dessa forma, os administradores da página demonstraram acreditar no poder da ideologia política que parecia dar base para suas ações revolucionárias, buscando reforçar essa ideia nos seguidores. Para reforçar o poder da ideologia numa revolução, esporadicamente os administradores compartilhavam *links* de *sites* com obras literárias, para que os seguidores buscassem informações nas leituras recomendadas. Exemplo disso pode ser encontrado em uma publicação de 18 de outubro de 2013, na qual foi compartilhado um *link*²⁷ pelo qual era possível acessar livros de temas distintos, como Sociologia e Cultura.

Portanto a categoria Ideologia analisada nas postagens da página do DB denota um conjunto de crenças que, conforme Zald (1996), além de buscar interpretar o mundo, justificam, em alguns momentos, determinada ordem sociopolítica e, em outros, a desafiam. Além disso, a ideologia se mostra no papel de alicerce para a construção de significados (SNOW, 2004) e de guia para as ações nos movimentos (WILLIAMS, 2004).

²⁷ <https://n-1.cc/g/wikilivros>

Entendida a estreita ligação entre ideologia e cultura, a próxima categoria discute Cultura e Símbolos, presentes nos movimentos sociais.

7.2.1.4 Cultura e Símbolos

Nesta categoria, buscou-se analisar e compreender os significados de ações e objetos para o movimento social contra a corrupção, de acordo com postagens do Dia do Basta no Facebook. A análise desta categoria foi baseada no conceito de cultura de Zald (1996, p.262): “o compartilhamento de crenças e conhecimentos, mediados e constituídos por símbolos e linguagem de um grupo ou sociedade”. Para estruturar a análise, buscou-se a compreensão do processo de construção cultural segundo transformações e incorporações culturais, entre as quais a própria utilização de redes sociais virtuais em movimentos sociais aparece como uma quebra de paradigma, de acordo com documentos dispostos no período analisado: quadros e imagens. Destacaram-se alguns símbolos, de acordo com a ontologia deste estudo (ROUSSEAU, 2003), discutidos no final da categoria.

Essa mudança paradigmática do uso das redes para o desenvolvimento cultural se explica pela importância do ciberespaço, que, de acordo com Corrêa (2004), constitui um meio de intercâmbio de valores, conhecimentos, comportamentos, ideias e crenças, por permitir a comunicação entre os indivíduos.

Com essa concepção de análise cultural, foi possível estabelecer cinco agrupamentos de postagens, que formam esta categoria de análise: **cultura de passividade e submissão política; poder e impunidade; mudanças no comportamento sociopolítico; cultura de resistência;** e, **símbolos do movimento**. Esses agrupamentos foram analisados para permitir uma análise mais detalhada da categoria.

No agrupamento referente à **cultura de passividade e submissão política** foram reunidas informações utilizadas para desvendar contextos culturais em que a corrupção alcançou a linha da normalidade e levou a uma certa inércia da sociedade. Além disso, várias informações foram utilizadas principalmente para constranger os seguidores quanto à passividade política, enquanto se presumia que detinham conhecimento sobre casos de corrupção e se mantinham inertes politicamente. A crença no conhecimento desses casos

pelos seguidores se dava em razão de serem intensamente divulgados na mesma página do DB na rede social virtual.

Os argumentos sobre a passividade e a inatividade da sociedade se baseavam na preocupação dos líderes com a possibilidade de o contexto cultural afetar as ações do movimento. Portanto, sem um processo de reflexões sobre o contexto vivenciado e a mudança em relação à forma de encarar as práticas de corrupção, poderia haver menor nível de comprometimento com a causa do movimento. Isso é reforçado por Williams (2004), que defende que o contexto cultural influencia as ações dos movimentos sociais, podendo torná-las vulneráveis ou factíveis.

Figura 59 - Inércia e comodismo no cenário político



Fonte: Página do DB de 22 de Agosto de 2013

A fotomontagem postada (FIGURA 59) apresenta a logomarca do movimento Dia do Basta e duas frases, com o intuito de levar os seguidores a refletir sobre a falta de atuação política e sobre a natureza do movimento em questão. A primeira é: “Como podemos, qualquer um de nós, cidadãos brasileiros, justificarmos nossa inércia e comodismo sabendo o que sabemos?”. A segunda é: “O Dia do Basta à Corrupção é um movimento social contínuo, pacífico e apartidário.”. Enquanto era criticada a inércia social perante casos de corrupção conhecidos, os administradores procuraram reforçar a natureza do movimento, que persistia encarando os contextos de corrupção de forma pacífica e apartidária, dando a ideia de que, independentemente do partido político, permanecia o compromisso do DB.

Figura 60 - Amarras e liberdade



Fonte: Página do DB de 7 de Maio de 2014

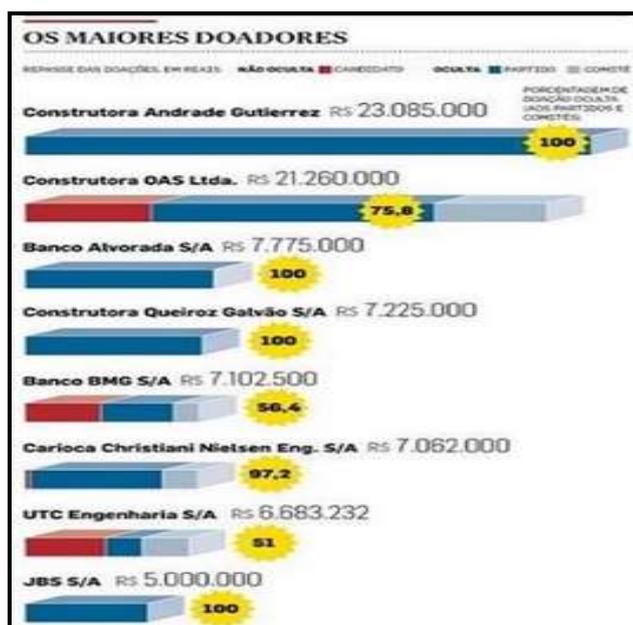
Nesta postagem (FIGURA 60) se encontra uma das formas que os administradores utilizavam para reforçar argumentos a respeito da passividade e submissão política da sociedade perante a classe de políticos: uso das palavras de autores clássicos, especialmente da Filosofia e da Sociologia. A postagem apresenta palavras de Leon Tolstoi: “não alcançamos a liberdade buscando a liberdade, mas sim a verdade. A liberdade não é um fim, mas uma consequência”. Na figura se vê um homem num palanque, um político sem rosto definido, e pessoas, na platéia, que têm os pés amarrados por correntes e ligados uns aos outros. Aparece também esta frase de Voltaire: “É difícil libertar os tolos das amarras que eles veneram”. E estas palavras em inglês “*insert politician here*”, procurando demonstrar que qualquer político que fosse visto em uma cena como essa exerceria poderes de dominação semelhantes. As críticas contidas nas expressões que acompanham a imagem são direcionadas a indivíduos oprimidos, que não se libertam por causa da veneração aos políticos.

Tendo em vista os tipos de argumentos utilizados para levar os seguidores à reflexão em relação à passividade e submissão política, tornou-se necessário verificar de que forma o poder da classe política era identificado na cultura analisada e por que havia casos recorrentes de impunidade. Como forma de organizar a discussão, foi definido um agrupamento para postagens dessa natureza: **poder e impunidade**. Entre as principais informações encontradas, ressaltaram-se esclarecimentos sobre agentes e estruturas corruptoras e a existência de muitas críticas sobre a justiça brasileira, definida pelo DB como culpada pela impunidade em casos de corrupção.

Por diversas vezes os administradores colocaram em discussão a existência de uma estrutura das instituições que dá base para o surgimento de casos de corrupção. Uma das maiores

críticas apontadas se deu em relação ao sistema político brasileiro e ao sistema de doações para campanhas políticas, o que demonstra interesse dos detentores de capital em investir nas campanhas eleitorais para auferir lucros durante gestões de governos que apoiaram, criando um sistema de corrupção e uma cultura baseada na busca de benefícios pessoais decorrentes de práticas como essas.

Figura 61 - Doações para campanhas eleitorais



Fonte: Página do DB de 19 de Setembro de 2013

A postagem realizada com a Figura 61 representou este tipo de discurso realizado diversas vezes na página do DB. Ela criticou o atual modelo de financiamento de campanha eleitoral no Brasil, que, de acordo com os administradores, leva a casos de corrupção de políticos de vários partidos através de relações financeiras com empresas privadas, especialmente grandes construtoras. Para reforçar o argumento, foi utilizada uma figura que havia sido publicada no jornal Estadão (15 de setembro de 2012), na qual era possível conhecer o *ranking* das empresas que mais doaram verbas para partidos nas eleições de 2012. Nele, a Andrade Gutierrez liderou, com mais de 23 milhões de reais para 14 partidos políticos.

Outro tipo de argumento que prevaleceu na análise foi em relação à ineficiência da Justiça para julgar os casos de corrupção e fazer com que as penas fossem cumpridas. Isso pode ser observado, por exemplo, na Figura 62, que apresenta uma pergunta para os seguidores.

Figura 62 - Justiça para quem?

Fonte: Página do DB de 19 de Setembro de 2013

A postagem foi realizada com uma paródia na qual aparece a Bandeira do Brasil com uma faixa preta horizontal em que se lê: “Brasil em luto! Justiça para quem?” É uma crítica clara ao sistema judicial brasileiro, recorrentemente caracterizado pela população como um sistema que beneficia pessoas que têm poderes políticos e financeiros, impunes em muitos casos de corrupção.

Em outra fotomontagem aparecem dois ministros do Supremo Tribunal Federal e, na parte superior da figura, esta frase: “Até onde você está disposto a ir para combater esse sistema corrupto? Porque ‘ELES’ estão dispostos a tudo para mantê-lo.” (13 de agosto de 2013). O pronome “eles” se refere aos ministros da Justiça que, de acordo com a informação, protegeriam e manteriam o sistema de corrupção na política. Em outras postagens os administradores visam a levar os seguidores a refletir sobre o tratamento especial dado pela Justiça aos políticos, “os poderosos”. Foi utilizada, por exemplo, uma fotomontagem com fundo preto e a seguinte frase: “Os poderosos tem embargos infringentes...” (sic) (11 de setembro de 2013), discutindo o tratamento especial concedido a réus quando são dadas decisões desfavoráveis em segunda instância e sem unanimidade.

As postagens relacionadas à impunidade e à crítica ao sistema judiciário tiveram o propósito de mostrar que a impunidade se tornou parte da cultura no país, tendo reflexos até nas instituições e na legislação, que é estabelecida e reformulada pelos próprios políticos. Elas tiveram o propósito de levar os seguidores à reflexão e incitá-los a aumentar a participação nos contextos políticos, colocando a culpa também no Poder Judiciário, numa tentativa de dividir a responsabilidade sobre a corrupção, que normalmente é endereçada apenas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. Dessa forma, defenderam que o poder dos políticos corruptos se baseia na impunidade, que gera segurança para a continuidade de ações corruptas e que a impunidade pode ser fruto da proteção da Justiça no julgamento (ou falta dele) a políticos em crimes de corrupção.

Exposições de casos e discussões dessa natureza buscaram criar contexto para minar a cultura da passividade e submissão política, rumo à alteração do comportamento dos seguidores em relação ao contexto político de embate à corrupção, para passar da inércia política ao comportamento proativo e de protagonismo no movimento social contra a corrupção. Os resultados da análise dessa alteração são vistos no agrupamento denominado **mudanças no comportamento sociopolítico**.

A importância da análise de ruptura e contradição cultural é justificada por Zald (1996), já que tais processos são relevantes para a formação e desenvolvimento dos movimentos sociais. Na visão de Snow (2004), há mudanças nos contextos sociais e, conseqüentemente, nas ações dos movimentos. São essas mudanças que permitem visualizar novos formatos, intensidades e focos das ações coletivas. Este estudo, portanto, identifica grande alteração no comportamento da sociedade – e do movimento analisado – considerando o fenômeno sociopolítico que ficou conhecido como Jornadas de Junho, inúmeras manifestações pelo Brasil no mês de junho de 2013, especialmente focadas no combate à corrupção, na defesa de transporte de qualidade com redução de tarifas, na defesa da qualidade na educação e na saúde, entre outros objetivos. Apesar da grande amplitude observada nas manifestações desse mês, houve outras manifestações nos meses seguintes, ainda que em menor intensidade.

Figura 63 - O Brasil acordou



Fonte: Página do DB de 18 de Junho de 2013

A postagem realizada mostrou (FIGURA 63) um ícone das manifestações ocorridas em 2013 no Brasil: manifestantes ocupando a fachada do Congresso Nacional. Junto com o compartilhamento da foto, havia um texto escrito com caixa alta em que os administradores da página pareciam ordenar que a corrupção acabasse. Além disso, informavam que a corrupção acabaria e que a farra que os políticos faziam com o dinheiro público estava prestes a terminar. Ironicamente, tratavam os congressistas de senhores. A postagem mostrou um

exemplo de que a população se revoltou e se levantou contra atos dos políticos corruptos, um marco na participação política da sociedade brasileira.

Figura 64 - Mentos na geração coca-cola



Fonte: Página do DB de 20 de Junho de 2013

Em outra postagem (FIGURA 64) havia um texto na chamada para a figura: “Os 20 centavos foram apenas a balinha que caiu dentro da garrafa”. Era uma alusão aos protestos dos “20 centavos”, iniciados em São Paulo pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de R\$ 0,20 na tarifa de ônibus. Na imagem em questão está a multidão na rua e os seguintes dizeres: “Senhores Políticos... Vocês... Jogaram Mentos na Geração Coca-Cola”. A referência é feita à reação química que ocorre quando se depositam pastilhas de menta (marca Mento) dentro de uma garrafa de refrigerante de cola: ocorre um tipo de explosão pela grande quantidade de gás liberado. A fotomontagem compara os jovens com o refrigerante (Geração Coca-Cola) e a corrupção e má gestão pública com a pastilha de menta, informando que da reação houve uma explosão de manifestações. Os administradores utilizaram *hashtags*: #VemPraRua e #ChangeBrazil.

A postagem lembra o grande número de pessoas que se reuniram nas ruas das principais cidades brasileiras para manifestações. Uma foi realizada no Rio de Janeiro em 20 de junho de 2013. Nesse dia foram postadas imagens da concentração de pessoas e os administradores informaram que havia mais de 1 milhão de pessoas presentes, além de informar que previam um número semelhante nas manifestações que ocorreriam nos dias 22 e 23 próximos, especialmente na cidade de São Paulo e na do Rio de Janeiro. Os administradores mostraram muita satisfação e contentamento na postagem e o fizeram com *hashtags*: #OrgulhodoBrasil #OGiganteacordou #changebrazil #vempraru.

Figura 65 - Eu quero justiça



Fonte: Página do DB de 20 de Junho de 2013

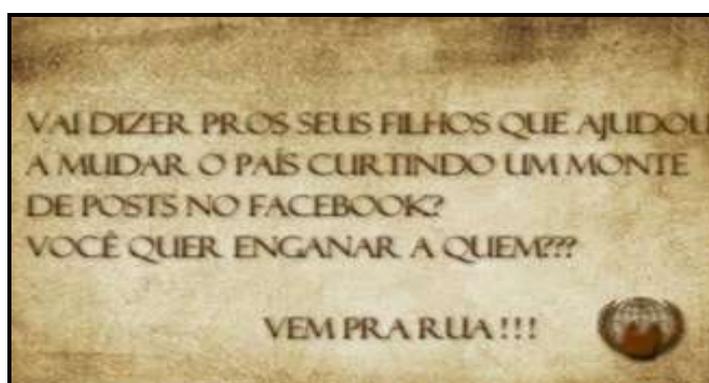
Como fruto da mudança de atitude política da população que se expandia no mês de junho, várias postagens foram realizadas enaltecendo “o novo” comportamento, que fazia frente à passividade política tão criticada na página do DB. A postagem da Figura 65 é exemplo disso. Nela é apresentada uma tirinha na qual há inversão de uma situação muito retratada anteriormente na própria página do DB. Em imagens anteriormente apareciam silhuetas de pessoas que representavam alguns países e diziam, por exemplo, “Eu quero liberdade”, “Eu quero democracia”. No último quadro, um representante do Brasil e vinha escrito “Eu quero tchu, Eu quero tcha”, menção a uma música sertaneja, indicando os brasileiros como indivíduos alienados. Mas, na postagem de 20 de junho de 2013 aparece o brasileiro dizendo “Eu quero justiça”. Os administradores da página compartilharam um texto de chamada para essa tirinha mostrando a satisfação com as manifestações ocorridas no período e dizendo que tinham ficado tristes em concordar com as tirinhas antigas, mas que estavam orgulhosos de ver a situação sendo mudada. O discurso que pregavam em relação à pouca participação dos cidadãos na política - durante o tempo de existência da página - começava a ser mudado neste dia.

Os resultados alcançados em relação a essas mudanças podiam ser fruto das incansáveis tentativas de levar os seguidores à reflexão quanto à postura política. Isso era o que podia ser notado nas falas e nos sentimentos que pareciam ser expressos nessas comunicações feitas

pelos administradores do DB. O fato é que se acreditava em uma mudança cultural mais profunda, que parece não ter ocorrido, conforme diz Williams (2004), ao defender que os resultados alcançados pelos movimentos sociais são diretamente ligados ao contexto cultural no qual se inserem. Parece ter havido um levante social naquele período e contexto com diversas motivações que ainda serão explicadas, não tendo apresentado mudança tão profunda e geral na sociedade brasileira, mas talvez o início.

A mudança, superficial ou em pequena escala, foi sentida nas postagens que se seguiram a partir dos meses de julho e agosto de 2013.

Figura 66 - Vem pra rua



Fonte: Página do DB de 9 de Agosto de 2013

Na postagem realizada com Figura 66 se lê: “Vai dizer para os seus filhos que ajudou a mudar o país curtindo um monte de posts no Facebook? Você quer enganar a quem???” Vem pra rua!!!” Foi uma clara provocação aos seguidores da página que não iam para os espaços físicos colaborar com as manifestações e acreditavam estar agindo a favor apenas curtindo conteúdos disponibilizados no Facebook. A crítica se deu contra o que se chama vulgarmente de “ativismo de sofá”, que de alguma forma incomodava os administradores da página e os que participavam mais ativamente das atividades dos movimentos sociais. Nesse momento o “cliqueativismo” foi criticado e taxado de forma pejorativa, pois estava descolado das ações nos espaços físicos. Por meio dessas críticas se manifestou a tentativa dos líderes do movimento de alterar formas de conexão dos integrantes do movimento na rede sociopolítica. Isso significa passar dos “laços sociais associativos” (em que os indivíduos apenas pertencem a um grupo ou instituição sem interações) para “laços sociais multiplexos” (relações a serem estabelecidas tanto na rede social virtual quanto fora dela), considerando-se os tipos de laços apontados por Recuero (2009).

A expressão “Vem pra Rua” fazia menção a um grito constantemente entoado nas Jornadas de Junho, chamando a população para as ruas como forma de fortalecer as manifestações. A origem dessa expressão se encontra em uma música de mesmo nome do grupo O Rappa, a qual se popularizou em uma campanha publicitária da FIAT²⁸ criada para a época anterior à Copa das Confederações 2013 da FIFA. A música – talvez sem esse objetivo exposto inicialmente - atendeu ao que era uma ânsia das manifestações:

Vem vamos pra rua / Pode vir que a festa é sua / Que o Brasil vai tá gigante / Grande como nunca se viu / Vem vamos com a gente / Vem torcer, bola pra frente / Sai de casa, vem pra rua / Pra maior arquibancada do Brasil / Oooh / Vem pra rua / Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil (LETRAS.MUS.BR, 2013, s.p.).

As críticas ao “esfriamento” dos manifestantes e à redução das manifestações nas ruas seguiram nos meses seguintes às Jornadas de Junho. Além disso, outras campanhas de alteração no comportamento e na cultura política passaram a fazer parte das comunicações na página do DB, especialmente em relação à construção com crianças, como forma de fortalecer o comportamento político na sociedade.

Figura 67 - Dia do basta e formação política



Fonte: Página do DB de 6 de Novembro de 2013

Exemplo desse tipo de postagem pode ser visto na Figura 67, que foi compartilhada na página. A imagem de uma criança sorridente que segura em uma de suas mãos uma vareta com a imagem de uma mão - a logomarca do DB - visou a reforçar o entendimento de que a construção cultural voltada para os interesses políticos tem de ser tratada na formação das pessoas desde a infância, evitando a formação de indivíduos despolitizados e/ou alienados politicamente.

Continuando o trabalho de esclarecimento e de formação cultural no contexto político, os administradores passaram a se envolver com assuntos relacionados às eleições.

²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=3AFMybxWiF0>

Figura 68 - Saia do comodismo e lute contra a corrupção



Fonte: Página do DB de 20 de Janeiro de 2014

Exemplo desse tipo de comunicação pode ser encontrado na Figura 68, que apresenta uma fotomontagem mostrando algumas pessoas, em um protesto, que seguram pequenos cartazes, cada um com a imagem do rosto de um político envolvido em casos de corrupção. Na fotomontagem se viam as seguintes frases: “Saia do comodismo e lute contra a corrupção” e “Mostre a cara do ladrão”. Com as mensagens, os administradores levaram os seguidores a refletir sobre seus papéis na luta contra a corrupção, na tentativa de fazer a exposição dos políticos julgados. Dessa forma era possível lembrar casos de corrupção e fazer justiça na eleição, dado o poder político dos eleitores de promover mudanças no cenário político.

O fato mencionado tem relação com o uso da dramaturgia e da retórica no movimento analisado, conforme diz Zald (1996), ao defender que este tipo de ação é usado pelos atores nos movimentos sociais para persuadir outros com a criação de discursos e definição de repertórios e ferramentas que dão maior compreensão à natureza e às atividades dos movimentos.

A busca de mudanças na forma de encarar a corrupção foi acompanhada pela necessidade de alterar a legislação que tratava dos crimes hediondos. Durante boa parte do percurso analisado do DB, foi possível perceber interesse e preocupação com a corrupção, que deviam ser classificadas legalmente como crime hediondo. Para isso, houve inúmeras chamadas na página do DB convocando os seguidores para votações em petições *on-line* e também para protestos de rua com foco nessa questão da legislação. Durante as manifestações das Jornadas de Junho (e também como resultado delas), no dia 26 de junho de 2013, o Senado Federal aprovou a alteração da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8072 de 1990), inserido os crimes de corrupção. Explica o Portal de Notícias G1, em 26 de junho de 2013, “a corrupção ativa (quando é oferecida a um funcionário público vantagem indevida para a prática de determinado ato de ofício) passa ter pena de 4 a 12 anos de reclusão, além de multa”. Além

disso, “a mesma punição passa a valer para a corrupção passiva (quando funcionário público solicita ou recebe vantagem indevida em razão da função que ocupa)” (G1, 2013, s.p.).

Figura 69 - Campanha: corrupção como crime hediondo



Fonte: Página do DB de 21 de Janeiro de 2014

A postagem realizada com a Figura 69 mostra uma foto na qual aparece um rapaz que segura, em uma manifestação, um cartaz no qual se lê: “Corrupção Crime Hediondo”, reforçando a ideia da luta contra ações de corrupção, que se alastraram na política brasileira. Comemorava-se a alteração da lei e divulgava-se o fato no protesto como forma de lembrar a lei e exigir a aplicação dela nos casos a serem julgados. Portanto era um dos focos de atuação do DB, na tentativa de mudar o contexto cultural a partir da mudança da legislação e posterior aplicação.

Além dessas tentativas, tendo em vista a fragilidade observada no comportamento dos manifestantes na época posterior às Jornadas de Junho, muitas postagens foram direcionadas à **cultura de resistência**, que dá nome a este agrupamento de postagens que forma a categoria de análise. Como defende Williams (2004), a cultura deve ser compreendida como construção social que se dá de forma multivocal e interpretativa. Portanto se buscou, neste agrupamento, apresentar as principais formas com que as postagens procuravam fortalecer a cultura de resistência no movimento analisado.

Figura 70 - Resistam! Resistindo, venceremos!



Fonte: Página do DB de 15 de Junho de 2013

A postagem realizada com a Figura 70 mostrava uma mensagem enviada da Turquia por um apoiador às manifestações no Brasil. Foi utilizado um recorte de outra página. Um cidadão turco enviou uma mensagem na página do jornal Estadão, no Facebook, demonstrando apoio ao movimento e desejando que os manifestantes resistissem à repressão e continuassem as manifestações. Tal apoio se fez a partir de outro contexto de manifestações, já que, na época das Jornadas de Junho, também havia protestos na Turquia, que surgiram como movimentos ambientalistas em favor do “Parque Taksim Gezi” e culminaram em protestos contra o governo turco.

Figura 71 - Manifestações e resistência



Fonte: Página do DB de 19 de Junho de 2013

Em outros momentos foram dados destaques a vozes de diferentes regiões do Brasil, de forma a permitir maior exposição de casos de manifestações e fortalecer a resistência do movimento de forma multivocal. Na Figura 71 é possível ver 4 imagens de um álbum de 12 fotos sobre manifestações em Erechin (RS). O foco na chamada para o usuário ver as fotos estava na realização da manifestação em um momento de chuva, como pode ser confirmado com manifestantes vestidos com capas de proteção de chuva. Os administradores parecem ter utilizado essas imagens para levar os seguidores a se motivar e não deixar que problemas dificultassem a realização de outras manifestações, bem como a participação das pessoas.

Figura 72 - Manifestações e resistência



Fonte: Página do DB de 26 de Junho de 2013

Em outras postagens o foco se deu na resistência à opressão da polícia contra manifestantes, conforme a Figura 72. Nela as palavras de um coronel da Polícia Militar, em Belo Horizonte, indicavam que as manifestações na cidade podiam significar que as pessoas não gostariam de ter os eventos da FIFA. Sendo assim, segundo ele, não seria utilizada a força contra os manifestantes. A postagem foi reforçada pelos administradores com o uso da imagem para mostrar aos seguidores a força das manifestações e motivá-los a participar, buscando demonstrar que os riscos de repressão policial não existiriam. Mas o que se viu, em Belo Horizonte e outras capitais, foi o uso extremo da força policial, muitas vezes criando verdadeiros cenários de guerra civil, o que contradizia a própria fala do representante da Polícia.

Apesar das tentativas de mobilização para enfrentamento e resistência nas manifestações, ocorreram muitos atos de violência, seja da polícia, seja dos próprios manifestantes, seja de pessoas que se aproveitaram das manifestações para fazer arruaças. Várias postagens foram utilizadas para mostrar o descontentamento com a violência e reforçar o que simbolizava o movimento, na visão dos administradores da página. Portanto foi possível organizar várias informações no agrupamento **símbolos do movimento**. Como defende Zald (1996), torna-se necessário analisar a força dos símbolos e seu conteúdo, visto que a maior parte das análises de movimentos sociais foca mais a interação e deixa esses elementos à margem.

Figura 73 - Eu quero paz!



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Essa postagem (FIGURA 73) foi utilizada de forma a convocar os seguidores da página para uma manifestação em uma cidade do Rio de Janeiro, apresentando detalhes sobre a agenda do protesto. Tratava-se de uma manifestação para pedir paz e, por isso, os administradores da página sugeriram que os manifestantes usassem camisas brancas. A solicitação se repetiu em outras ocasiões, demonstrando a utilização de um símbolo para identificar os participantes do movimento. Detalhe importante é que a preocupação com a paz era anterior aos atos de crueldade e violência da Polícia durante as Jornadas de Junho.

Outro símbolo que buscava criar identidade foi a cara pintada com as cores da bandeira do Brasil. Além disso, resgatava a história política recente: os “caras-pintadas” do movimento estudantil, em 1992, que objetivavam, principalmente, o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, presidente do Brasil.

Figura 74 - Você pode lutar contra a corrupção



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Como mostra a Figura 74, os administradores da página postaram uma foto em que aparece uma pessoa em cujo rosto está pintada a Bandeira do Brasil. Também se lê uma frase: “Sabia que você pode lutar contra a corrupção?”. Portanto, além de procurar dividir a responsabilidade da situação da corrupção no Brasil com os seguidores da página, era

importante usar um símbolo relacionado com a vitória do movimento ocorrido em 1992 e dar uma certa esperança e entusiasmo para o movimento atual.

Figura 75 - A luta continua



Fonte: Página do DB de 12 de Setembro de 2013

Outro símbolo que se destacou foi relacionado à resistência e ao enfrentamento de um manifestante chamado Vitor Araújo, do Basta TV, que foi atingido em um dos olhos por uma bomba de efeito moral enquanto participava das manifestações de 7 de setembro de 2013, em São Paulo. A postagem foi realizada com a Figura 75, que visou a reforçar o posicionamento dos administradores contra as ações violentas da Polícia, mostrando uma figura na qual aparece desenhado o rosto de Vitor com um lado (portanto o olho) tampado. Vitor ficou cego do olho direito e, mesmo após atingido, ele teria dito “A luta continua”. Os administradores usaram a história do manifestante para incentivar os seguidores a continuar a luta contra a corrupção. Apresentaram a figura de um herói para reforçar a cultura e a ideologia política entre os seguidores da página. Na figura também foi compartilhada a *hashtag* #somostodosvitor.

Portanto se ressalta nesta categoria a importância de símbolos e outros elementos culturais para a compreensão da dinâmica cultural do movimento social e, especialmente, das ferramentas da rede social virtual para divulgar esses elementos. Os dois primeiros agrupamentos reuniram argumentos sobre o momento cultural de latência do MSCC e demonstraram percepções sobre ações e comportamentos de submissão perante a ordem na qual a corrupção e os desmandos no aparelho do Estado se impuseram sobre a sociedade, resultando um contexto de poder excessivo da classe política sobre a sociedade e de casos de impunidade em crimes de corrupção. Estes foram até argumentos utilizados pelos administradores da página para convocar e promover ações de mudanças com vistas ao

protagonismo político no movimento social, bem como para fortalecer o movimento e criar forças de resistência que se somam aos símbolos estabelecidos. Essas alterações e ações deram base para a discussão dos três últimos agrupamentos nesta categoria.

Tendo em vista a importância de analisar também as experiências pessoais dos envolvidos, especialmente por se tratar de vozes distintas (WILLIAMS, 2004) e de envolvimento da dramatização e da retórica (ZALD, 1996), na próxima categoria são analisadas as principais informações que tratam de Experiências Pessoais no DB.

7.2.1.5 Experiências Pessoais

Diante da abordagem crítica apresentada neste estudo, destacando-se que os movimentos sociais também têm caráter autorreflexivo, a reflexividade na interação e na ação dos participantes é atividade elementar para interpretação e avaliação dos contextos, assim como da alteração estes sofreram (GAMSON, 1992). Ainda de acordo com o autor, os recursos conversacionais possibilitam a geração de sentidos pelas pessoas e não apenas mudança de comportamentos destas, já que a sabedoria popular e outros conhecimentos advindos de experiências pessoais possibilitam que cada ouvinte crie significados em função dos contextos em que vive. Portanto a consciência política é resultante das ações comunicativas e é relevante analisar a categoria Experiências Pessoais.

Apesar da importância de relatos para a formação e o desenvolvimento dos movimentos sociais, em vários momentos foram deixados de lado pelos administradores da página do DB, tendo aparecido apenas em momentos de opressão policial.

Figura 76 - Vandalismo nas manifestações



Fonte: Página do DB de 21 de Junho de 2013

A postagem dos administradores, com um vídeo na página do DB no Facebook demonstrado pela Figura 76, foi ao mesmo tempo uma forma de mostrar receio quanto às ações dos vândalos nas manifestações e uma forma de solicitar a contribuição dos seguidores da página para discutir e sugerir ações que evitassem que os manifestantes fossem confundidos com os vândalos. Além do vídeo postado, os administradores apresentaram um texto, sem autoria, possivelmente o relato de um deles referente a ações dos vândalos e da Polícia:

Pessoal , fui hoje ás ruas da minha cidade e confirmo ... a mídia realmente está mostrando o que acontece a todo instante... VÂNDALOS ! Estávamos numa boa parado na frente da prefeitura municipal de ALVORADA - RS , e o tenente do batalhão foi até as barreiras para garantir que não iriam atacar se tivesse apenas protestos pacíficos. Mostrei meu cartaz a ele, escrito na parte de trás "SOU CONTRA À ATOS DE VANDALISMO" e ele olhou e fez um sinal de OK. ... mas os vândalos que estavam atrás começaram a atirar pedras nos escudos da polícia, e o Tenente deu a ordem... (O cheiro do gás lacrimogênio é MUITO FORTE pessoal, ele arde os olhos e arde a garganta , não adianta cobrir o rosto... e se você respirar pela boca sua garganta formiga muito e te da tontura) Balas de borracha não ouve, e então todo o pessoal se moveu para o departamento de ônibus do município, chamado SOUL. Lá mais uma vez, nós pacíficos na frente e os vândalos atirando pedra e tijolos atrás, resultado ? Deixaram um policial gravemente ferido com uma TIJOLADA na cabeça e dizem que tem um policial até morto. A policia atacou sem dó , levei um tiro de borracha na COXA. Então todos nós fugimos para uma rua, onde os vândalos TACARAM PEDRAS EM CASAS E DESTRUÍRAM UM CARRO PARTICULAR. DEPOIS APEDREJARAM UM ÔNIBUS DA (VAL) DA MESMA EMPRESA (SOUL). Depois no final, só ficaram eles arrombando lojas e quebrando TUDO. RIDÍCULO RIDÍCULO, isso não pode acontecer, marginais se aproveitando da ocupação da polícia... Alguém tem um plano de como podemos combater o vandalismo? Obrigado ! (sic) (DIA DO BASTA, 21/06/2013, s.p.).

Como se observa, o relato visou mostrar que havia o interesse de realização de um protesto pacífico e que atos de vandalismo acabaram colocando os manifestantes em risco por causa da atitude opressora da política que visou enfrentar os atos de vândalos, conforme o próprio relato afirma. Além disso, fica claro no relato que enquanto os vândalos usavam pedras e

tijolos para enfrentar a Polícia, que enfrentou os atos de vândalos, conforme o próprio relato afirma. Além disso, fica claro que os vândalos usavam pedras e tijolos para enfrentar a Polícia, que usou gás lacrimogênio, inicialmente, e depois balas de borracha.

Detalhes interessantes revela a exposição do que o autor sentiu ao respirar gás lacrimogênio e de dicas sobre como agir em situações dessa natureza. Além disso, ficou explícita a sensação de identidade entre os manifestantes, ao se diferenciar dos vândalos. Estes apareceram como agentes que prejudicaram o protesto, já que houve quebrações e arrombamentos de lojas, mas os policiais foram poupados das críticas por terem apenas revidado o ataque sofrido pelos vândalos. Além da clareza na definição da identidade, ficou nítida a sensação de injustiça expressa em relação aos vândalos, que atrapalharam o protesto.

Um texto de natureza semelhante trata de questões identitárias e da injustiça, mas cita repressão da polícia em protesto, apenas algum tipo de perseguição policial, de acordo com a autora:

Pessoal, a polícia federal bateu na porta de seis pessoas aqui no Rio, e prenderam elas. Também derrubaram a deputada Janira Rocha, armaram pra cima dela. Quem tá preso tá pegando quadrilha armada, ou quadrilha e bando. Me mandaram sair de casa, mas eu não acho que isso seja o melhor caminho. Eu tô preocupada porque sempre criei os eventos e estou como CDC na página Black Bloc RJ e como administradora na página anonymous rio, essas duas páginas tiveram sigilo quebrado e nós não sabíamos. Estou apenas informando, caso algo aconteça comigo. Por favor fiquem de olho nas páginas e também no grupo do gigante acordou. Deixo claro pra vocês, que apesar de concordar em termos com as ações de vandalismo, nunca participei de nenhuma delas, por medo e justamente pra não dar motivo à polícia me prender em flagrante. Mas tenho certeza, que as pessoas que foram presas hoje, nenhuma delas fizeram essas ações também, mesmo os black bloc que estão como administradores na página. Enfim, peço a compreensão de todos nesse momento delicado, mas acredito ser um momento necessário, sob pena de nenhuma de nossas lutas terem validade a pena. Obrigada! (sic) (DIA DO BASTA, 04/09/2013, s.p.).

Na chamada para o texto, os administradores da página do DB informaram que estava acontecendo uma “Ditadura disfarçada de Democracia” e que o texto compartilhado era de uma “Fonte SEGURA do Rio de Janeiro” (DB de 4 de setembro de 2013). Foi usada caixa alta para dar ênfase à confiança na informação. A manifestante relatou a perseguição policial, no Rio de Janeiro, a pessoas que possivelmente foram localizadas por quebra de sigilo no uso de redes sociais virtuais. Ela disse que fazia parte da organização do grupo Black Bloc RJ (ao qual foram direcionadas as responsabilidades por boa parte dos atos de vandalismo no país) e dos administradores da página Anonymous Rio.

De acordo com o relato, concordava com o vandalismo de alguma forma, mas nunca tinha participado de atos desse tipo. Disse que outras pessoas agiam da mesma forma, ou seja,

incentivando e acompanhando atos, mas sem participação efetiva. Em vários momentos a informante relatou seus receios de falar sobre a participação e de sofrer represálias da Polícia. No caso de veracidade no relato, demonstra-se um hiato entre ações de gestão dos grupos *on-line* por meio das redes sociais virtuais e ações dos movimentos nos ambientes físicos. Dependendo da forma como se deu a leitura pelos seguidores, o relato pode causar contradição ou confusão, visto que a prática parecia ter se descolado da ideologia insistentemente apregoada pelos administradores da página, que defendiam união de ações virtuais a ações dos espaços físicos.

Em postagem de 7 de setembro de 2013, outro relato de manifestante apresenta detalhes sobre a ação da Polícia, ao reprimir manifestações:

Presenciei um “massacre” feito pela ROTAM hoje nas manifestações de Curitiba. Depois da tropa de choque ENCURREALAR 50 gatos pingados e dispersar o grupo com balas de borracha, as viaturas fora à “caça as bruxas”, procurando nas ruas adjacentes possíveis participantes. Foi quando 4 viaturas entraram na R. Roberto Barroso e passaram por mim, que por sorte não fui “selecionado” apesar de estar vestido de preto. Mas um rapazinho que vinha subindo a rua não teve a mesma sorte. A viatura simplesmente parou, dois policiais desceram e começaram a disparar balas de borracha no pobre infeliz, que em desespero, correndo, implorou para um policial da SETRAN por proteção! “Deus nos ajude!” Amigo meu HOJE. EU presenciei cenas inimagináveis numa DEMOCRACIA. Policiais com cachorros e metralhadoras. Desconsideração e desrespeito pelas pessoas. Ouí de um PM aspirante respondendo a um garoto “Aqui não te testemunha não...”. E não deixo de esclarecer sim, que houveram Policiais, que fizeram seu trabalho, e até concordavam com nossa denúncias. Alguns até tiveram um ato de desobediência civil – Em conversa 2 policiais falaram “Nós não podemos impedi-los, isso é anticonstitucional.” E deixaram os manifestantes passarem. (sic) (DIA DO BASTA, 07/09/2013, s.p.).

Um texto sem identificação de autoria deixou dúvidas quanto à veracidade das informações, mas esclareceu como teria ocorrido uma perseguição policial para reprimir uma manifestação, com utilização de cães e balas de borracha. Informou ainda que, mesmo havendo policiais violentos, alguns deixaram a manifestação ocorrer sem tentar barrar a circulação das pessoas. No final da postagem, os administradores da página escreveram: “NÃO ESTAMOS NUMA DEMOCRACIA – ESTAMOS NUMA DITADURA VELADA” (DIA DO BASTA, 7 de setembro de 2013). Com caixa alta, os administradores pareciam gritar seus receio e medo em relação à perseguição da Polícia aos manifestantes, classificando os policiais como os “outros” e a situação como “injusta”.

Esses três textos vão ao encontro da argumentação de Gamson (1992), definindo que a consciência política se baseia em três pressupostos: injustiça (definição de juízo político e moral, que podem permitir a busca de objetivos pela indignação), agência (sugestão de que as pessoas experimentem e criem suas próprias histórias, no caso estimuladas, ou não, pelos

relatos dos companheiros do movimento) e identidade (permissão para a construção de “nós” e a diferenciação em relação a “eles”, outros grupos, portanto, no caso, os manifestantes em oposição aos policiais).

Depois desses relatos de experiências pessoais, nos quais a Polícia sempre foi citada, parte-se na sequência para a análise da categoria Relações de Poder, em que a Polícia apareceu constantemente como a instituição que desempenhou papel de repressão e demonstração de poder baseado na violência.

7.2.1.6 Relações de Poder

As análises de movimentos sociais necessitam de atenção quanto às disputas de poderes políticos e sociais no contexto em que se passam, com o risco de se tornarem incompletas, especialmente em função dos efeitos da mídia de massa (CARRAGEE; ROEFS, 2004). As análises das relações de poder se fazem ainda mais necessárias por causa da codependência entre os atores do contexto analisado, sendo necessário compreender as dinâmicas de organização dos defensores públicos e dos representantes das mídias (VREESE, 2012).

Nesta categoria são apresentadas as principais informações a respeito dos defensores públicos especialmente representados pela Polícia. As relações de poder entre o movimento e os policiais foram mais intensas e as relações de poder internas ao movimento não puderam ser percebidas e, conseqüentemente, documentadas e relatadas. Os representantes da mídia, com os quais se perceberam relações de poder, são analisados em outra seção.

Para a análise desta categoria foi necessário separar os dados em quatro agrupamentos: **ameaça de repressão policial; violência policial; manipulação policial; e, crítica à violência policial**. Os dados foram assim organizados para possibilitar compreender as fases observadas, de ameaças realizadas por policiais a atos praticados com uso da força e abuso de poder, como também casos de manipulação realizados pela Polícia e críticas direcionadas a esta e a atos de policiais.

A primeira categoria, **ameaça de repressão policial**, foi definida com uma série de postagens que indicavam o poder da Polícia para reprimir os manifestantes e as possibilidades de preparação dos manifestantes para o enfrentamento, em caso de colisões com a Polícia.

Figura 77 - Caminhão com canhão de água



Fonte: Página do DB de 22 de Junho de 2013

A postagem realizada com base na Figura 77 mostra um caminhão-tanque da Polícia Militar, determinando preocupação dos administradores da página com os seguidores que participariam das manifestações. Na postagem foi destacado que a Polícia passaria a atuar com jatos de água muito potentes, capazes até mesmo de afogar pessoas ou quebrar ossos, dependendo da distância do lançamento. Além disso, foi sugerido aos seguidores usar roupas adicionais para o caso de serem atingidos com os jatos de água. Para reforçar as instruções, os administradores disponibilizaram um vídeo no qual havia um exemplo da Turquia, em que esse recurso da Polícia foi usado para conter protestos e um homem foi arremessado para trás com a força da água. O foco da postagem foi a apresentação de repertórios de ação da polícia, para conhecimento dos manifestantes. Na postagem foram utilizadas as *hashtags*: #Semviolencia #changebrazil.

Figura 78 - Policial ameaçando manifestante



Fonte: Página do DB de 12 de Setembro de 2013 (vídeo acessado no canal Dudu Batera do Youtube)

Em outra postagem (FIGURA 78) foi possível analisar dois momentos: um de violência propriamente dita e outro de ameaça de um policial a manifestantes. A imagem apresentada corresponde a um momento capturado de um vídeo compartilhado do Youtube com o título “Flagrante – Policial Ameaça Manifestante”. Os administradores anunciaram o vídeo por meio da pergunta “Polícia para quem precisa?”, em clara intenção de criticá-la, ao inferir que estaria se preocupando com manifestantes enquanto deixava criminosos à solta, sem perseguição.

Além de compartilhamentos de ameaças policiais, em outras várias postagens foram disponibilizadas informações sobre casos nos quais a Polícia teria agido de forma violenta contra manifestantes. A partir daí foram reunidas várias postagens neste agrupamento denominado de **violência policial**, com vistas a observar de que formas essa violência ocorreu.

Figura 79 - Policial atropela manifestante



Fonte: Página do DB de 15 de Junho de 2013

Em vídeo postado (FIGURA 79) na própria página do DB do Facebook aparecem cenas nas quais um policial é pego em flagrante durante uma reportagem ao vivo transmitida em programa da TV Globo. Estava sendo mostrada a ação da Polícia tentando reprimir os manifestantes em Brasília, quando apareceu um que fugia de um policial em um gramado. Na sequência apareceu o policial de moto perseguindo o manifestante. Quando este caiu, o policial o atropelou e as imagens foram encerradas. Apesar de o vídeo apresentar cenas de violência, os administradores da página do DB reprovaram o ato, mas comemoraram o fato de que o ocorrido se deu em um momento de transmissão ao vivo pelo maior canal de TV aberta do país, não podendo ser censurado e mostrando parte da realidade que estaria acontecendo

em outros cenários de protestos: o uso abusivo da força policial e a tentativa de afirmação do poder da Polícia, normalmente ocultados pelas mídias de massa.

Figura 80 - Policial joga spray de pimenta em manifestantes



Fonte: Página do DB de 15 de Junho de 2013

Um vídeo (FIGURA 80), também na página do DB no Facebook, mostra um policial discutindo com manifestantes e defendendo não ser permitido o uso de máscaras nos protestos. Após um período de discussão, o vídeo mostra que o policial fica impaciente após os manifestantes gritarem: “Polícia fascista, capacho imperialista!”. Com isso, joga *spray* de pimenta em alguns manifestantes, para usar poder de forma violenta.

Figura 81 - Policial atira bomba em cinegrafista



Fonte: Página do DB de 15 de Junho de 2013

Em outro vídeo também disponibilizado pelo Facebook na página do DB (FIGURA 81) são mostradas cenas de gravação amadora feita por pessoas que acompanhavam uma manifestação e a repressão da polícia da sacada de um prédio. Quando os policiais perceberam que estavam sendo filmados, um lançou uma bomba de gás em direção à varanda na qual as pessoas estavam filmando as ações de repressão. Mas a bomba não chegou a alcançar a varanda, talvez por causa da altura. Houve, pois, exercício ilegal e abusivo do poder.

Figura 82 - Policiais reprimindo manifestantes



Fonte: Página do DB de 29 de Outubro de 2013

No compartilhamento de outro vídeo (FIGURA 82) pode-se observar o momento em que um senhor criticava a ação violenta da Polícia durante uma manifestação, argumentando que nem mesmo na época da ditadura presenciou fatos como esse. O vídeo e sua postagem parecem ter sido utilizados para esclarecer que a atuação da Polícia foi muito repressiva e violenta em vários momentos, em comparação com períodos em que o país passava por ditaduras.

Além da violência explícita cometida de forma abusiva pela Polícia, a manipulação de fatos trouxe tanta preocupação aos manifestantes e líderes do movimento que em vários momentos foram compartilhadas informações, visando a expor tentativas de policiais para se fazerem de vítimas, legitimando atos de repressão. Em virtude disso, este agrupamento, **manipulação policial**, reúne informações sobre atos dessa natureza.

Quando se fala em manipulação, o desejo é expor ações realizadas por policiais em protestos para gerar fatos que pudessem de alguma forma respaldar atos de repressão como se fossem feitos de forma reativa, contando com a aprovação da opinião pública e da mídia de massa. De fato, muitos casos dessa natureza foram observados, tendo sido documentados e divulgados por meio de vídeos em redes sociais virtuais.

Figura 83 - Policial manipulando fatos

Fonte: Página do DB de 14 de Junho de 2013

Na postagem de um vídeo (FIGURA 83) é possível acompanhar cenas nas quais um policial quebra o vidro da própria viatura durante uma manifestação. O ato visava a considerar que o ocorrido foi provocado por manifestantes, para assim culpá-los e dar respaldo para o uso da força policial na repressão ao protesto. No vídeo e em seu compartilhamento não havia informações sobre a localidade do ocorrido, o que não permite averiguar a veracidade das informações, mas também não isenta os policiais quanto a esse tipo de ação. O que o vídeo mostrou foi a tentativa de legitimação do poder em virtude da defesa de bens públicos e da população, mostrando heróis, enquanto os manifestantes eram vistos como culpados e suas manifestações perdiam a aprovação da sociedade.

Figura 84 - Policial infiltrado na manifestação

Fonte: Página do DB de 23 de Julho de 2013

Em outra postagem (FIGURA 84) informações foram reforçadas por meio de imagens que apresentavam a ação de policiais à paisana infiltrados nas manifestações agindo de forma a culpar os manifestantes, como agressores da Polícia. Mais uma vez os administradores recorreram à postagem para culpar a própria Polícia, com um provável apoio da mídia por acobertar o fato e culpar os manifestantes pelo ocorrido, buscando esvaziar o movimento. Além disso, os administradores usaram um trocadilho dizendo que os vídeos (disponibilizados por *links* do Youtube) seriam uma “Prova Cabal” ou uma “Prova Cabral”, o que levaria a crer que a ação da polícia seria reforçada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, conhecido por Sérgio Cabral.

Além das postagens que apresentaram fatos ocorridos em relação a ameaças e violência da Polícia, de acordo com os administradores da página do DB, foram realizados compartilhamento de informações diversas com a finalidade de criticar a forma de imposição de poder policial sobre os manifestantes. Em virtude dessa diferença de tipos de informações, foi criado o agrupamento **crítica à violência policial**, para mostrar formas distintas de tecer críticas a tal situação.

Um dos tipos de informação utilizada teve relação com o uso de símbolos de protesto e de liberdade ocorridos na época da ditadura militar no Brasil. Exemplo disso pode ser encontrado na Figura 85.

Figura 85 - Crítica à repressão policial



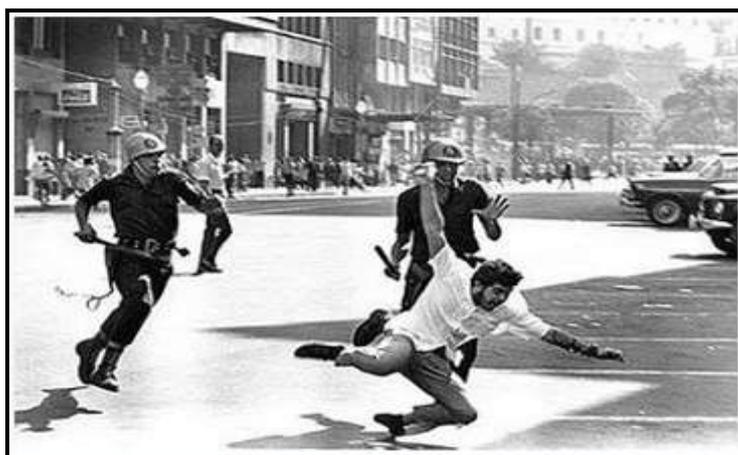
Fonte: Página do DB de 13 de Setembro de 2013

A imagem apresentada (FIGURA 85) se refere à captura de um quadro de um vídeo compartilhado que trazia a música “Cálice” de Chico Buarque e Gilberto Gil, cantada por

Chico Buarque e Milton Nascimento. Essa música foi composta no período da ditadura militar e criticou a violência e a força bruta utilizadas pela Polícia. O refrão - “Pai, afasta de mim este cálice” - faz alusão à passagem bíblica na qual Jesus, pregado na cruz, pediu a Deus que afastasse o cálice do sofrimento. A analogia associou o episódio bíblico ao que estava acontecendo no Brasil, como forma de mostrar que a violência nos protestos estava preocupante no período de setembro de 2013, até chamado pelos administradores da página de “Setembro Negro”. Além disso, há que se considerar que “cálice” equivale foneticamente ao imperativo do verbo “calar”, “cale-se”, o que pode denotar uma crítica às tentativas de calar a sociedade e os movimentos durante os períodos utilizados na comparação.

Em alguns momentos recorreu-se a relatos sobre o período da ditadura militar como forma de mostrar preocupação com a possibilidade de retorno a contextos sociopolíticos como esse.

Figura 86 - Repressão na época da ditadura



Fonte: Página do DB de 16 de Março de 2014

Outro motivo de preocupação com o abuso de poder, em meados de 2014, chamou a atenção dos administradores da página do DB, já que se vivia um período de calma em relação a manifestações violentas nas ruas, mas permanecia a preocupação com novos episódios de violência. A Figura 86 apresenta uma situação ocorrida no período da ditadura: dois policiais armados com cassetetes e um civil caindo, como se corresse deles. O recurso utilizado pareceu informar sobre os riscos de nova ditadura no país, pois foi usado também um texto, aparentemente de autoria de um dos administradores da página, no qual se notavam críticas contra a ideia de uma nova ditadura no país. Até ocorrerem as já mencionadas “Marchas pela Família com Deus”, que, mesmo não tendo vingado em número de participantes e de propostas, criou um contexto de discussão sobre a ditadura. No término da postagem o

administrador da página disse que qualquer governo democrático, por mais corrupto que fosse, seria melhor que um governo ditatorial.

O poder da Polícia foi exposto como uma prática abusiva e excessiva diante dos manifestantes, sendo até motivo de preocupação e de comparação com períodos em que não havia liberdade de expressão e a repressão policial era realizada de forma a impor os desejos do Estado sobre os cidadãos, ainda que com o uso de força.

Conhecidas as relações de poder que se colocavam diante de manifestações e manifestantes nas ruas, parte-se na sequência para a análise das ações estratégicas criadas e estabelecidas pelo DB para que ainda mais à frente se possa compreender as práticas e repertórios de ação deste movimento.

7.2.1.7 Quadros Estratégicos de Ação

A análise desta categoria se baseou no pressuposto defendido por Zald (1996) de que os quadros valem como representações simbólicas e como um tipo de pista cognitiva que colabora para o entendimento de como os comportamentos e eventos são processados nos movimentos e para sugestão de ações alternativas. Além disso, o autor sugere que os quadros, quando utilizados pelos participantes do movimento através de mídias, podem ser úteis para fornecer táticas apropriadas que atendam aos objetivos do movimento, especialmente por ampliar a visão e servir como uma forma de treinamento para as ações. No caso deste estudo, as mídias sociais se apresentam como os principais espaços midiáticos utilizados pela organização DB e por isso o Facebook é o ambiente de análise, despontando como a principal rede social virtual, embora outras tenham sido utilizadas como complemento.

Para melhor compreensão desta categoria de análise também se optou por reunir as principais informações encontradas em agrupamentos: **oposição à corrupção e à impunidade; oposição a partidos políticos; oposição à Copa do Mundo; e, pela libertação de manifestantes**. A própria distinção dos focos dos quadros estratégicos em agrupamentos demonstra que a realidade do movimento condiz com o que é indicado na literatura em relação aos quadros estratégicos de ação. Eles são distintos em cada contexto que ocorre (ZALD, 1996), pois os contextos e os objetos que orientam as ações são mutáveis, adquirindo novos contornos, direcionamentos e intensidades (SNOW, 2004). Como neste estudo ainda

vão ser discutidos os repertórios de ações utilizados, optou-se por dar enfoque às decisões estratégicas e táticas expostas no cotidiano do DB.

O primeiro agrupamento, **oposição à corrupção e à impunidade**, tem relação com a temática global discutida neste estudo, pois a corrupção é o principal dos quadros estratégicos de ação do movimento analisado. Trata-se de uma série de informações com vistas a expor casos de corrupção e de impunidade de corruptos, bem como a levar os seguidores à reflexão sobre causas e males, encorajá-los a combater as práticas de corrupção e manifestar-se contra a ela, entre outras ações que visam a dar fim a tais práticas na política e na estrutura do Estado, portanto nas empresas estatais.

Apesar de terem sido discutidos diversos casos ao longo desta análise, optou-se por selecionar como exemplo o caso de corrupção na Petrobras, empresa de economia mista de grande participação de capital público e gerenciada com base em indicações políticas. A seleção se deu em virtude da intensidade e da recorrência com que o caso foi tratado na página do DB ao longo do período analisado, como também nas mídias de massa, tendo resultado em impactos nas campanhas eleitorais dos candidatos à presidência da República em 2014.

Figura 87 - Corrupção na Petrobrás



Fonte: Página do DB de 6 de Abril de 2014

Na postagem (FIGURA 87) buscou-se levar os seguidores a refletir sobre o alastramento da corrupção na política e diversos casos atuais que envolviam diferentes políticos e partidos. Na charge compartilhada com o título de “ESCÂNDALOBRAS”, aparecem vários símbolos e edificações que remetem à Praça dos Três Poderes em Brasília (DF), onde dois homens representam os políticos. Na conversa um deles pergunta: “Em que escândalo você está metido? Sucateamento da Petrobrás, Cartel de Trens, Uso de Jatos da FAB, Carona em Jato de Doleiro...???”. Pode-se compreender que a crítica revela indignação pela quantidade de

escândalos de corrupção que envolveram diversos partidos políticos. Além disso, soa como se todo político estivesse envolvido em algum escândalo dessa natureza.

Informações como essa expuseram os diferentes focos do quadro estratégico de ação contra a corrupção, já que inúmeros casos surgiram e evoluíram no período analisado, tendo sido acompanhados à medida que eram reproduzidos nas mídias de massa. Contudo, em muitas ocasiões, os administradores defendiam que as informações reproduzidas na página do DB eram mais verídicas que as transmitidas em grandes veículos de comunicação. Quando eram citados, por exemplo, casos de corrupção envolvendo o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), dizia-se que a mídia de massa ocultava os verdadeiros fatos ou não os transmitia com veracidade, fazendo manipulação. Desse modo, além de colocar a corrupção como enfoque estratégico para as ações do movimento, enfocava-se a mídia de massa também como instituição a ser observada e, em alguns momentos, ignorada ou combatida.

Além do enfoque nos casos de corrupção, outra preocupação constante dos administradores da página direcionava-se para críticas à impunidade de políticos corruptos e para a diferença de tratamento que recebiam quando comparados aos demais cidadãos, sendo normalmente beneficiados em relação ao cumprimento ou em relação ao descumprimento de penas.

Figura 88 - Injustiça em julgamentos



Fonte: Página do DB de 16 de Março de 2014

Na postagem realizada com a Figura 88, por exemplo, há uma charge (sem autoria definida) que apresenta uma crítica à injustiça no tratamento de dois réus que se encontram em cumprimento de penas na penitenciária. Reforçou-se, pois, a indignação em relação à impunidade para crimes de corrupção. Embora nesse período a Lei 8.072/90, que caracteriza a corrupção como crime hediondo, já tivesse sido alterada, o movimento continuou atuando

para que os crimes de corrupção fossem realmente investigados e punidos, sendo, portanto, um dos elementos que formaram o quadro estratégico de ação.

Além da corrupção e da impunidade, os administradores da página focaram suas ações na **oposição a partidos políticos**, intitulando-se como apartidários, o que pode ser visto neste agrupamento.

Figura 89 - Sobre corrupção ligada ao PSDB



Fonte: Página do DB de 13 de Maio de 2013

O compartilhamento da Figura 89 visou a criticar diretamente o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A imagem de um tucano (símbolo do PSDB) sobre um martelo (um dos símbolos da Justiça) é uma crítica a processos criminais paralisados, como se o partido estivesse dominando a Justiça e a impedisse de agir. O texto que acompanhou a figura defendia que o conteúdo do livro “A Privatária Tucana” (RIBEIRO JÚNIOR, 2011) deveria ser mais divulgado, pois, no entendimento dos administradores, o caso do “mensalão” teve enorme repercussão nas mídias de massa, enquanto os fatos relacionados à corrupção nos processos de privatização do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teriam ficado ocultos. De acordo com os administradores, mesmo o caso das privatizações não tendo sido julgado, haveria denúncias de que os valores transacionados de forma corrupta foram maiores do que os do “mensalão” e, por isso, defendiam julgamento e punições.

Outro partido foi alvo constante de críticas por meio de postagens na página do DB: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Figura 90 - Sobre corrupção ligada ao PT



Fonte: Página do DB de 27 de Maio de 2014

A Figura 90 foi compartilhada junto com um pequeno texto criticando o PT. Na fotomontagem aparece uma paródia: a Bandeira Brasileira invadida por alguma coisa vermelha (aparentemente tinta ou sangue), na qual se lê: “O Brasil não é do PT”. No texto, os administradores se defendiam dizendo que fizeram a postagem como forma de demonstrar que não defendiam o partido e falaram sobre diversas denúncias e críticas que compartilharam a respeito do PT ao longo da história do movimento. Apesar da ausência de denúncias na postagem, foram realizadas diversas denúncias em relação ao PT, normalmente fazendo referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à presidente Dilma Vana Rousseff, inferindo que eram coniventes com os atos de corrupção praticados no âmbito do governo federal e de empresas estatais, como a Petrobras.

Além das críticas direcionadas ao PSDB ou PT, em várias postagens os administradores da página destacaram considerar ambos os partidos semelhantes em termos de corrupção, mas definindo a si próprios e ao movimento como apartidários. Exemplo disso está na Figura 91.

Figura 91 - Semelhanças entre PSDB e PT



Fonte: Página do DB de 26 de Maio de 2014

A postagem (FIGURA 91) foi realizada como crítica ao PSDB e ao PT, bem como à Rede Globo de Televisão. Na charge há um saco com o símbolo da TV Globo no qual aparecem os símbolos tucano (PSDB) e estrela vermelha (PT). Abaixo na figura se lê “Farinha do mesmo saco”, expressão popular usada para indicar que os dois partidos eram semelhantes, ao revelar comportamentos reprováveis.

Portanto as críticas aos partidos políticos formam um dos quadros estratégicos de ação do movimento contra a corrupção a partir do DB, justamente por defender que as instituições partidárias são corresponsáveis ou responsáveis por atos de corrupção ocorridos no Brasil, sendo, por isso, necessário combatê-las no movimento.

Outro elemento muito criticado e alvo das ações do movimento foi a Copa do Mundo da FIFA, sendo possível reunir uma série de informações, entre as quais este agrupamento de quadros estratégicos de ação em **oposição à Copa do Mundo**.

Durante o período analisado, a Copa do Mundo se apresentou como um dos principais alvos do movimento contra a corrupção, visto que as etapas de preparação e realização do evento, no Brasil, ampliaram as possibilidades de atos de corrupção, sem falar das críticas em relação a investimentos que deixaram de ser aplicados em outras áreas prioritárias, como saúde e educação.

Figura 92 - Superfaturamento na Copa do Mundo



Fonte: Página do DB de 24 de Maio de 2014

Como pode ser visto na Figura 92, a informação compartilhada por meio da imagem se baseou na realização da Copa do Mundo, envolvendo elementos de orgulho para torcedores da seleção brasileira, como os títulos alcançados, bem como elementos de reprovação social: o superfaturamento de obras. A charge mostra jogadores de seleções brasileiras que ganharam

títulos na Copa do Mundo: 1958 (Suécia), 1962 (Chile), 1970 (México), 1994 (EUA), 2002 (Japão). Cada jogador está segurando um troféu de campeão, abaixo do qual se lê: “FATURAMOS”. Mas depois aparece um homem vestido de paletó e chapéu (alusão a políticos e cartolas do futebol) que representa a Copa do Mundo, no Brasil, em 2014, abaixo do qual se lê: “**SUPERFATURAMOS**”. A crítica foi motivada por constantes denúncias de superfaturamento nas obras realizadas para o evento, o que foi intensamente divulgado na página do DB. Portanto o superfaturamento de obras do evento foi um dos responsáveis por colocar a Copa do Mundo como um alvo para as ações estratégicas do movimento.

Com informações de teor dramático e emotivo, buscou-se apresentar este quadro estratégico aos seguidores, por exemplo, com críticas em relação a estádios de futebol com defeitos logo após a inauguração, trabalhadores em greve ou acidentados em obras de estádios e de infraestrutura urbana, favorecimento financeiro e institucional-legal à FIFA, exclusão da população mais pobre da participação no evento, etc.

Figura 93 - Segurança para quem?



Fonte: Página do DB de 6 de Fevereiro de 2014

Exemplo disso é a Figura 93 compartilhada na página. A charge, do cartunista Latuff, mostra, atrás de um grande muro, portanto protegido, um homem vestido com um paletó no qual se lê “ESTADO”. Ele segura uma arma de fogo apontada para a cabeça de um menino pobre, negro e morador de favela (o que se deduz pela presença de casas semelhantes às de favelas e periferias de grandes cidades), que segura uma bola. A crítica se fez ao aparato criado por alguns níveis do Governo para dar “segurança” à Copa do Mundo, mesmo discriminando pessoas marginalizadas social e economicamente. Portanto se critica a tentativa de “limpeza urbana”, como no caso do Rio de Janeiro, para segregar a população mais pobre das áreas

mais nobres da cidade, conforme apontou o Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas (2012) no documento “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”.

Assim, a oposição do movimento à realização da Copa do Mundo no Brasil se mostrou como um dos principais quadros estratégicos, tendo permanecido durante período analisado, embora tenha ganhado mais destaque nos períodos imediatamente anteriores ou durante a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014.

O último dos quadros estratégicos de ação observado tem relação com a defesa dos manifestantes presos durante protestos nas ruas, o que permitiu criar o agrupamento de informações compartilhadas **pela libertação de manifestantes**. Alguns foram presos em casa, segundo informações dos administradores da página.

Figura 94 - Libertem os manifestantes



Fonte: Página do DB de 5 de Setembro de 2013

A Figura 94 informa sobre a prisão de 7 *Black Blocs* (“bloco negro”), grupos de manifestantes vestidos de preto que usavam a violência e depredação do patrimônio público e do privado como forma de protesto. Os administradores pediam na postagem que os manifestantes fossem libertados e denunciaram que foram presos em casa, sendo dois menores de idade.

Apesar de estar apenas uma das imagens neste agrupamento, houve uma série de postagens a respeito da prisão de manifestantes no mês de setembro de 2013, que foi denominado de “Setembro Negro”. As postagens possibilitaram a criação de um quadro estratégico de ação em favor dos companheiros, numa clara tentativa de demonstrar unidade do grupo, resistência em relação à Polícia e desejo de segurança para que os demais seguidores pudessem continuar a série de manifestações.

Em evento marcado para o dia 9 de setembro de 2013, buscou-se dar ênfase à libertação dos *Black Blocs* presos. Os administradores da página chamaram os seguidores para engrossar o

coro a favor da libertação dos manifestantes, no dia em que seria analisado seu pedido de *habeas corpus*, pois tinham cometido crime inafiançável. Os administradores diziam que não aceitavam que presos políticos fossem deixados em Bangu (presídio de segurança máxima) e compartilharam um pequeno texto reflexivo para que os seguidores apoiassem a soltura dos manifestantes, mostrando que qualquer pessoa poderia ser vítima da repressão policial. Para dar maior visibilidade à manifestação, utilizaram as *hashtags*: #poderiaservece #SETEMBRONEGRO.

Como se percebe, esta categoria de quadros estratégicos de ação permitiu esclarecer a arquitetura conceitual dos quadros de ação coletiva, bem como compreender parte dos processos de enquadramento realizados pelo movimento, conforme sugestão encontrada em Snow (2004). Além disso, de acordo com McAdam (1996), a elaboração desses quadros estratégicos possibilitou perceber como o movimento criava objetivos relacionados com atração de novos participantes, sustentação do moral e comprometimento dos adeptos, mobilização de apoio da opinião pública e geração de cobertura midiática, no caso relatado, as redes sociais virtuais.

Tornou-se necessário, pois, conhecer as práticas diárias do movimento social contra a corrupção a partir da página do DB, bem como os repertórios de contenção e organização que apoiaram as atividades realizadas ao longo do período analisado, conforme se vê na seção seguinte.

7.2.1.8 Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização

É necessário aprofundar a análise com vistas a identificar as principais atividades desenvolvidas pelo DB como forma de alcançar os objetivos traçados. Para isso, buscou-se analisar esta categoria, visando a compreender os elementos e processos nos quais a gestão social do movimento se pautou pela utilização da página virtual no Facebook. A utilização dessa mídia social por si constitui uma atividade relevante para o movimento, ao colaborar para a mobilização da opinião pública, corroborando Zald (1996), que defende a relevância das mídias para os movimentos sociais.

A análise desta categoria se justificou em função de que é pelo conhecimento de roteiros que se pode compreender mais claramente os discursos usados para persuadir os participantes,

bem como os repertórios e ferramentas por eles utilizados nas ações coletivas que formam o movimento. O enquadramento das práticas possibilita melhorar a compreensão a respeito dos repertórios de contenção e de organização, estando incluídas as práticas de organização de vários tipos de manifestações, como marchas, protestos e construção de barricadas (ZALD, 1996). Além disso, as atividades de recrutamento e realização de ações coletivas colaboram para o desenvolvimento da consciência política, conforme Gamson (1992), o que torna ainda mais importante conhecer as formas como as práticas do movimento ocorrem.

Para melhor compreensão das informações que formam esta categoria de análise, recorreu-se à criação dos seguintes agrupamentos: **agenda e recrutamento para manifestações; práticas corriqueiras de organização; repertórios de atividades; e, acompanhamento de ações**. Esses agrupamentos permitiram conhecer as atividades de gestão social realizadas, da agenda criada pelos administradores da página ao acompanhamento de ações.

Em relação ao agrupamento **agenda e recrutamento para manifestações**, destacaram-se informações relacionadas às atividades realizadas fora do ambiente virtual. Em alguns momentos ocorreu a definição da agenda voltada para ações virtuais, tendo, no caso, destacado as informações relacionadas ao acompanhamento de reuniões plenárias por meio de *links* da TV Câmara ou TV Senado. Como exemplo disso, no dia 25 de junho de 2013, foi realizada uma convocação para que os seguidores acompanhassem a discussão que seria realizada pelos deputados sobre a PEC 37 na TV Câmara, tendo sido disponibilizado o *link* e horário da sessão, que começaria às 17h.

Uma exceção ocorreu em relação à agenda de manifestação virtual. No dia 11 de setembro de 2013, houve definição de agenda para a realização de ações virtuais durante a semana. Por meio da ferramenta “evento” defendeu-se a ideia de tornar o voto parlamentar aberto, criando o que chamaram de “pressão virtual” em direção aos parlamentares. Para isso os administradores sugeriram o envio de *e-mails* em massa para os endereços eletrônicos de parlamentares, o envio de fax (até ensinando como enviar fax da internet), ligações e outras ações. Os administradores sugeriram o uso de expressões curtas e padronizadas, como “Voto aberto sem negociação e sem adiamento”. Houve instruções para que os seguidores criassem conteúdos e fizessem o movimento adquirir mais visibilidade, sugerindo que escrevessem em folhas de papel, se fotografassem e compartilhassem suas fotos. Foram utilizadas ainda as *hashtags*: #votoaberto #semnegociacao #calheirosnunca mais #TUDOABERTO #14vaiprarua.

Em relação à agenda, as manifestações programadas para espaços físicos foram propostas para ocorrer em praças, ruas e outros pontos importantes das cidades, bem como em casas

legislativas ou sedes do Poder Executivo de estados e cidades. O conteúdo e os fatos motivadores foram diversos e adequados ao contexto analisado à época.

Figura 95 - A passagem é um assalto



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Como exemplo desse tipo de agenda, foi encontrada, no primeiro dia de análise, uma postagem realizada com a Figura 95, que informa sobre um protesto contra o aumento de passagens de ônibus, que viria a constituir as Jornadas de Junho. Na imagem aparece uma montagem: um revólver do qual sai uma catraca como as usadas em ônibus e a seguinte frase: “Mãos ao alto... a passagem é um assalto! Apartidário e Pacífico”. Na mensagem aparecia uma informação sobre a agenda de protestos com múltiplos objetivos. Enquanto informava que seriam realizados contra o aumento de passagens, parecia levar o seguidor da página a refletir sobre a situação do transporte público e a aderir à ideia e ao grupo de protesto, soando de forma aglutinadora por recrutamento. No restante da mensagem havia informações sobre local, data e horário, como forma de apresentar a agenda de manifestações aos seguidores.

Figura 96 - Pelo fim do voto secreto parlamentar



Fonte: Página do DB de 10 de Setembro de 2013

Na postagem representada pela Figura 96, foi realizado o recrutamento de pessoas para organização de um evento que ocorreria em várias regiões do Brasil, no qual a proposta era de realizar uma manifestação no dia 14 de setembro de 2013 exigindo o Fim do Voto Secreto Parlamentar. Para a organização os administradores fizeram um evento geral com descrição sobre o foco de atuação. Foram disponibilizados *links* de eventos específicos que ocorreriam em cidades do Brasil, como Juiz de Fora (MG), Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Rio de Janeiro (RJ), Porto Velho (RO), Jaraguá do Sul (SC), Aracaju (SE), Palmas (TO). Assim, utilizaram a criação de um evento geral para dar visibilidade às ações pretendidas. Os seguidores deveriam seguir os *links* dos eventos locais disponibilizados, tanto para confirmar presença quanto para conhecer detalhes da agenda.

As agendas seguiram esse tipo de organização e uso de informações. Mas foi necessário compreender que tipos de artifícios foram utilizados para gerenciar as ações por meio de práticas de organização. Para isso recorreu-se à criação da categoria **práticas corriqueiras de organização**, como forma de compreender o gerenciamento. Embora o nome desta categoria de análise apresente o adjetivo “diária”, as postagens foram reduzidas e não necessariamente diárias, justificando a utilização do adjetivo “corriqueiras”. Há que se ressaltar que, em alguns momentos do período analisado, se percebeu uso diário da página do DB, até nas grandes manifestações nas Jornadas de Junho. Os administradores chegaram a realizar dezenas de compartilhamentos de informações, embora muitas tenham sido removidas posteriormente.

Figura 97 - Fora Renan em Aracaju



Fonte: Página do DB de 8 de Maio de 2013

A Figura 97 foi utilizada em postagem relacionada à organização de um evento a favor da saída de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal. Foi realizado em várias cidades do Brasil em 11 de maio de 2013. Esta postagem, por exemplo, se refere à organização do evento em Aracaju (SE) apresentando o trajeto. Havia uma chamada para o evento nessa

cidade e outra para o evento geral, com *links* para acessar outras informações. Na fotomontagem compartilhada é possível ver a imagem do Congresso Nacional sendo atingido por fogo vindo do céu. A imagem inserida como capa do evento apresenta uma fotomontagem do senador com os seguintes dizeres: “Renan Safado Fora do Senado”. A intenção era reforçar o recrutamento de participantes para formação de grupos e informar sobre o trajeto a ser percorrido pelos manifestantes.

A organização de eventos de protestos usando a página do DB no Facebook se mostrou como uma das atividades centrais para a gestão do movimento, levando informações a diferentes atores e contextos, o que possivelmente não ocorreria com tamanha eficiência e rapidez se a rede social virtual não fosse utilizada como ferramenta de comunicação. Foram realizadas até convocações para brasileiros residentes no exterior quando se organizavam manifestações em outros países como apoio ao movimento. Em 31 de agosto de 2013, por exemplo, brasileiros residentes no Canadá foram convidados a participar de uma manifestação que ocorreria no dia 2 do mês seguinte, em Toronto, o que dava novos contornos e visibilidade ao movimento tornando-o transnacional e favorecendo a comunicação colaborativa e o compartilhamento de informações em um contexto de “glocalização”, conforme defende Wellman (2003).

Em outra postagem foi possível analisar um certo amadurecimento dos administradores na organização de eventos, já que buscaram alterar um dos principais aspectos para o sucesso das marchas nos diversos locais: a data. Anteriormente, os administradores agendavam a data e o horário, para que os protestos ocorressem simultaneamente em todas as cidades dos participantes. Exemplo da mudança pode ser observado na Figura 98.

Figura 98 - Independência de quem?



Fonte: Página do DB de 30 de Maio de 2013

A Figura 98 foi compartilhada em chamada para uma manifestação que, apesar de ocorrer em maio de 2013 a convocação, seria realizado em setembro, na semana em que se comemoraria

a Independência do Brasil. Como era de praxe para o DB organizar e realizar manifestações nessa data nos anos anteriores, inovou-se ao criar a possibilidade de realização em três dias no mês de setembro, de acordo com as possibilidades de cada cidade e dos participantes. Para isso permitiram que houvesse um processo de escolha da melhor data, com *links* específicos por cidade disponibilizados na página do evento geral.

Como se percebe, a gestão do movimento reconheceu haver peculiaridades em cada cidade e buscou formas de fortalecer o movimento, ao delegar alguns tipos de atividades para os organizadores na base. Em outros eventos chegaram a solicitar que os seguidores organizassem os atos que seriam realizados em várias cidades, embora houvesse coordenadas para um padrão nacional.

Na postagem de 30 de maio de 2013, ao clicar no *link* para o evento principal, os seguidores deparavam com duas solicitações para participar em ações virtuais referentes à assinatura de duas petições *on-line* no *site* Avaaz²⁹.

Figura 99 - Petição para o voto aberto no Congresso



Fonte: Página do DB de 30 de Maio de 2013

Na Figura 99 é possível ver parte da página do *site* Avaaz: uma petição *on-line* para o fim do voto secreto no Congresso Nacional. Após um período de 18 meses de campanha do DB, o Senado Federal aprovou o fim do voto secreto para os processos de cassação e votação dos vetos presidenciais. Outra petição requeria a rejeição da PEC 37/2011, que pretendia retirar poderes de investigação do Ministério Público (MP) e concedê-los apenas à Polícia. Essa também foi uma petição vitoriosa, pois, antes mesmo de chegar ao Senado, a PEC foi

²⁹ <http://www.avaaz.org/po/>

rejeitada na Câmara dos Deputados. Os administradores relacionaram a vitória das petições às manifestações ocorridas nas ruas pelo Brasil, especialmente nas Jornadas de Junho.

Como se nota, as organizações de eventos nos espaços virtuais e físicos se mostraram como uma das funções essenciais realizadas pelos administradores, ao lidar com a gestão do movimento pelo Facebook. Contudo, em algumas ocasiões, em virtude da urgência dos contextos, as postagens se direcionavam a uma convocação rápida, para que os seguidores pudessem apoiar manifestações que não faziam parte da agenda explicitada na página, mas que eram parte da agenda do movimento contra a corrupção.

Figura 100 - Participação urgente



Fonte: Página do DB de 22 de Agosto de 2013

Na Figura 100 é possível ver um exemplo das chamadas urgentes realizadas na página do DB. Nessa postagem os administradores apresentam uma mensagem curta, com letras de caixa alta, convocando os seguidores que se encontravam no Rio de Janeiro a comparecer com urgência à Câmara Municipal, possivelmente um ato de desespero. Interessante é notar que a publicação partiu de um local próximo à cidade de Ponta Grossa (PR), mostrado pela ferramenta de localização do Facebook, o que demonstra a velocidade na propagação das informações e a ligação estabelecida pelos atores na rede.

Compreendidas as práticas corriqueiras de organização de atividades no ciberespaço e nos espaços físicos, interessa apresentar os **repertórios de atividades**, um agrupamento no qual está uma série de informações que apresentam detalhes da organização realizada pelos administradores da página do DB.

Assim, era tanto possível encontrar informações básicas sobre utilização das ferramentas disponíveis no Facebook e nos *links* sugeridos como deparar com sugestões dos administradores sobre como se portar nas redes sociais.

Em postagem realizada no dia 1.º de maio de 2013 os administradores visaram a levar os seguidores a refletir sobre a forma como estavam participando dos debates na página e sugerir

mudanças, para alcançar maior efetividade nas participações na rede social virtual. Na comunicação era possível verificar a seguinte recomendação:

Caros seguidores, queremos ler e debater suas opiniões, não escrevam comentários longos em caixa alta (Caps Lock ligado), estes comentários são em maioria ocultados pelo Facebook acusados de SPAM, periodicamente acessamos as postagens para liberar aquilo que foi acusado de SPAM, mas muitas vezes o debate sobre o assunto já tomou outros rumos. (DIA DO BASTA, 01/05/2013, s.p.).

Com esse exemplo é possível compreender como os administradores deram instruções sobre a participação dos seguidores nos debates ocorridos via Facebook, para valorizar a participação dos seguidores, instruindo-os com normas de “netiqueta” recomendadas para o uso do espaço na página, conforme é discutido por Primo (1997). Em outra postagem, procuraram colocar ordem nos debates sugerindo que os seguidores defensores de partidos políticos seguissem algumas recomendações. Para isso foi compartilhado um texto denominado de “Cartilha do eleitor partidário de como agir no facebook”, conforme a Figura 101.

Figura 101 - Cartilha de eleitor partidário

Cartilha do eleitor partidário de como agir no facebook.

Apareceu uma postagem no facebook contra meu partido;
O que devo fazer? Como devo agir?

1 - A notícia prejudica a imagem do seu partido?
Verifique a fonte da matéria, se a mesma é de algum veículo de comunicação pequeno ou que já tenha pisado na bola antes aproveite a perda de credibilidade do mesmo e diga que é mentira, que trata-se de imprensa golpista, mídia vendida etc.

2 - A fonte é confiável e a matéria é verdadeira?
Se a notícia não ganhou grande repercussão ainda, diga que é mentira e que trata-se apenas de calúnia de invejosos e da oposição ao seu partido.

3º - A matéria é verdadeira e já tem repercussão?
Procure outra notícia do partido contrário que seja mais grave e impactante e poste fazendo que a denúncia ou crítica perca o destaque.

4º - Não funcionou e continua ferindo a imagem do partido?
Procure desviar a culpa do seu partido, tente colocar algo atribuindo a culpa a outras esferas públicas de preferência administradas por partidos opostos ao seu.

5º - Não adiantou e a crítica esta aumentando?
Tente usar a crítica ao seu favor, verifique se a matéria relaciona-se a algo que possa contrariar alguma classe social menos favorecida e então faça uso disso alegando que os autores da crítica são egoístas, insensíveis, não se importam com os menos favorecidos, chame-os de burguesia, elite, etc...

6º - A crítica esta ganhando força e as ações anteriores não deram resultado?
Utilize postagem de conteúdo alheios ao tópico, tente desviar a atenção do mesmo direcionando o assunto ou tumultuando o debate, existe grande chance do conteúdo principal ser deixado de lado e o debate tomar outros rumos.

7º - Nada funcionou, a crítica é verdadeira e não dá para negar?
Neste caso omita-se, não participe do debate e deixe o assunto cair em esquecimento, inicie outros debates com outros assuntos para desviar a atenção, mas jamais de forma alguma admita que seu partido esta errado.

Seguindo estes passos não tem erro, você estará sempre zelando pela boa imagem do partido que defende e contribuindo com a corrupção.

Fonte: Página do DB de 18 de Março de 2014

A postagem da Cartilha teve a intenção de levar os seguidores a refletir sobre a defesa dos partidos nos quais acreditavam, mostrando que a defesa de forma “cega” contribui para reforçar atos de corrupção. Além disso, parecia levar os seguidores a saber até que ponto seria interessante defender o partido sem levar em consideração os fatos relacionados a ele. Assim, os administradores da página parecem ter se baseado na postura antipartidarista assumida ao longo do período analisado.

Além desse tipo de comunicação, foram compartilhadas informações sobre repertórios de atividades que seriam realizadas nos protestos nas ruas. Infelizmente, algumas informações sobre esse tipo de repertório utilizado nas manifestações das Jornadas de Junho foram perdidas, visto que, no momento de documentação de postagens, já haviam sido apagadas. Mas é possível afirmar sobre situações acompanhadas por observação participante que, em alguns momentos, os administradores da página fizeram recomendações gerais sobre como os manifestantes deveriam se portar nos protestos, com dicas. Por exemplo: ir para protestos sem máscaras e com camisas brancas, manifestar-se na rua e não em calçadas para evitar que se confundissem manifestantes com vândalos, utilizar vinagre para aliviar os efeitos, no caso de ser atingido com bombas de gás lacrimogênio, assentar-se no chão, no caso de haver atos de vandalismo, para facilitar a localização dos vândalos pelos policiais ou mesmo tentar filmar ou fotografar os vândalos para posterior reconhecimento.

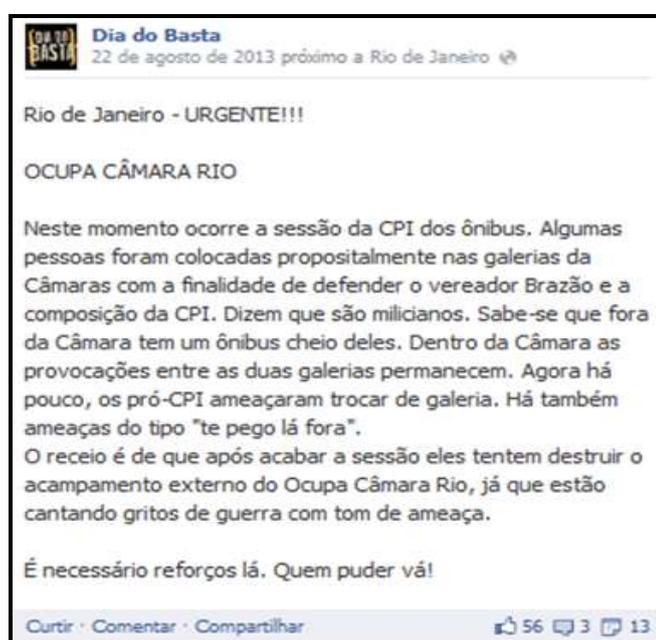
Movimentos dispersos dificultam ações de controle na tentativa de avaliar o ocorrido e suas relações com o planejado. Mas os administradores da página buscavam de alguma forma acompanhar os atos por eles organizados ou outras manifestações ocorridas durante as Jornadas de Junho, ainda que de forma superficial, para dar *feedbacks* aos seguidores ou mesmo requerer apoio durante a realização das ações. Diante dessa observação procurou-se reunir as principais informações neste agrupamento, denominado de **acompanhamento de ações**.

Em postagem realizada no dia 19 de abril de 2014 buscou-se relatar ações realizadas pelos manifestantes que protestavam em favor dos moradores da favela da Telerj, no Rio de Janeiro, nome que se deu a uma ocupação nos prédios e terreno da antiga Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Telerj), passando a ser propriedade da empresa Oi, após a privatização que deu fim à estatal de telecomunicações. As manifestações foram motivadas pela ameaça de desocupação da área invadida para a construção de um conjunto habitacional. Enquanto alguns manifestantes estavam acampados junto aos moradores, receberam doações por campanhas realizadas na página do DB. A partir daí os administradores da página procuraram

mostrar o apoio à causa dos moradores da favela da Telerj, bem como o sentimento de solidariedade dos manifestantes para moradores de rua que também foram atendidos com doações recebidas por essas campanhas.

Além de informações sobre atividades realizadas por companheiros do movimento, como no caso da favela da Telerj, foram compartilhadas informações sobre desdobramentos de alguns protestos realizados. Exemplo disso está na postagem realizada sobre o movimento Ocupa Câmara Rio, Figura 102.

Figura 102 - Ocupa Câmara Rio



Fonte: Página do DB de 22 de Agosto de 2013

Nesta postagem, os administradores procuraram compartilhar informações de integrantes do movimento Ocupa Câmara Rio que participavam de uma sessão na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e informaram que pessoas que defendiam um vereador faziam ameaças aos manifestantes informando que haveria “acerto de contas” no lado externo da Câmara. Os administradores informaram que poderia se tratar de milicianos defendendo o vereador e mostraram temor, razão pela qual pediam reforços para continuar acompanhando as discussões sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus na Câmara Municipal.

A análise desta categoria permitiu compreender práticas relacionadas à gestão do movimento e sua ligação com quadros estratégicos de ação, conforme indicações de análise proposta por McAdam (1996) em relação à atração e sustentação do compromisso de recrutas, bem como

na geração de cobertura midiática, mobilização de apoio e definição de ações que seriam cobradas do Estado. Percebeu-se que os objetivos internos do movimento foram focados na atração de novos recrutas e na sustentação do moral e de compromissos dos seguidores. Por outro lado, os objetivos direcionados ao âmbito externo foram constituídos de ações realizadas com vistas a definir prioridades para as ações e a política pública do Estado, limitar o controle de oponentes – como a Polícia - por meio de táticas de ação e, especialmente, gerar cobertura midiática como forma de buscar apoio para o movimento.

Como complemento desta categoria relacionada às práticas diárias e aos repertórios de contenção e de organização, partiu-se para a análise da próxima categoria, com vistas a esclarecer como se deram as distinções de atores, papéis e contextos para compreender a divisão de responsabilidade e organização de funções no movimento.

7.2.1.9 Distinção de Atores, Papéis e Contextos

De acordo com Gamson e Meyer (1996), não se pode pensar os movimentos como uma entidade unificada, visto que se formam com um campo de atores que buscam várias estratégias em diferentes localidades. Além disso, há a questão da linguagem, que, de acordo com a amplitude do movimento, pode mostrar variações entre atores e localidades. Em virtude disso, nesta categoria se busca investigar momentos nos quais os administradores da página visaram a diferenciar atores ou localidades, na tentativa de organizá-los segundo suas demandas ou de organizar casos regionais para dar exemplos a outros atores do movimento situados em diferentes localidades. As informações foram reunidas em dois agrupamentos: **distinção de atores e papéis e distinção de contextos.**

Em relação à **distinção de atores e papéis**, a separação mais clara e aparente se apresentou em dois grupos: administradores da página e seguidores. Os administradores normalmente ocultaram a identidade, bem como a informação a respeito do número com que se organizavam na gestão da página ao longo do período analisado, tendo se apresentado apenas em dois momentos com seus nomes (Douglas e Daniel Gomes). Suas funções normalmente se resumiam à criação de conteúdo (textos, figuras e fotomontagens), compartilhamento desses conteúdos e de outros advindos de páginas do próprio Facebook, vídeos do Youtube e outras informações de *blogs* e *sites* diversos, especialmente portais de notícias e de instituições

públicas. Para os seguidores ficou a função de receber informações e, caso desejassem, curtir, comentar e/ou compartilhar nas suas redes de amigos e seguidores. Além disso, os seguidores tinham o papel de fortalecer o movimento com atividades de participação em enquetes e petições *on-line* e participação nas ações coletivas e protestos organizados pelos administradores. Apesar de normalmente essa distinção ser seguida no cotidiano do movimento, em algumas ocasiões os administradores compartilharam as funções de criação de conteúdo com seus seguidores, solicitando que participassem na definição de agendas de protestos, bem como colaborassem na criação de conteúdos para campanhas específicas ou mesmo na criação e popularização de conteúdos de divulgação, conforme já foi discutido em outros momentos.

Objetivando conhecer os seguidores em relação às suas localizações nas regiões brasileiras, foram realizadas algumas pesquisas na página do DB.

Figura 103 - Regiões nas quais os seguidores moram



Fonte: Página do DB de 22 de Junho de 2013

A postagem realizada com a Figura 103 retrata uma das ações realizadas na tentativa de conhecer a localização geográfica dos seguidores da página. Assim, foi aplicada uma enquete idealizada pelos administradores, na qual perguntaram “Qual é a região aonde você mora?”. Na enquete em questão, a alternativa mais votada foi Região Sudeste, seguida por Região Sul, Região Norte, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, respectivamente. Isso não demonstra a totalidade dos seguidores e a estatística sobre suas localidades, apenas representa o resultado entre os participantes da enquete no momento de documentação da informação. O que se destaca nesta postagem é uma das formas mais básicas utilizadas pelos administradores da página para reconhecer atores e suas localidades.

Buscou-se reconhecer os atores e sua localização e diversas vezes apresentar a regionalização das informações e a organização do movimento por regiões, já que havia diversos ambientes que formam a arena do movimento em função das demandas, possibilitando a formação do agrupamento **distinção de contextos**.

Figura 104 - Denúncia de casos de nepotismo



Fonte: Página do DB de 1.º de Maio de 2013

Os administradores da página apresentaram uma charge (FIGURA 104) com críticas às situações de nepotismo existente no estado de Santa Catarina, que segundo os administradores da página seriam situações corriqueiras, dando a entender que este tipo de corrupção e ingerência fizesse parte das práticas da gestão pública no estado. A partir desta postagem na página do DB pareciam querer reforçar casos regionais como forma de ampliar a divulgação em todo país e também despertar o interesse de denúncias nos seguidores de outras regiões.

Além disso, os administradores procuram demonstrar que estavam ‘presentes’ em várias localizações do país como forma de ressaltar que os casos regionais poderiam ser tratados e divulgados a partir de páginas próprias do movimento para cada região, além de ampliar a voz destas regiões para as demais regiões do país. Além de dar maior visibilidade para um caso ocorrido, parecia haver um interesse em levar os seguidores a regionalizarem suas informações por meio da criação e desenvolvimento de páginas e conteúdos próprios, mas vinculados ao Dia do Basta.

Figura 105 - Denúncia sobre mau uso do dinheiro público



Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2013

Em imagem compartilhada da página “Dia do Basta Santa Catarina” (FIGURA 105) apresentou-se um desenho da ponte Hercílio Luz, localizada em Florianópolis. Na figura em que se destacam os dizeres “Um dia ela cansa de esperar”, a ponte aparece caindo e desaparecendo nas águas. No texto que apresentava a figura, os administradores compartilharam uma síntese sobre a situação de constantes intervenções na ponte, que ficava interditada por vários períodos, e dos altos valores gastos. Eles subsidiaram a informação apresentando três *links* com reportagem sobre a precária situação da estrutura da ponte, que já passava de trinta anos. Duas reportagens eram do Jornal Notícias do Dia e uma do Diário Catarinense. A postagem foi uma forma de alarmar os seguidores para o recorrente mau uso do dinheiro público e a ineficiência dos projetos e dos governos da região, servindo como exemplo para outras denúncias dessa natureza.

Como se pode perceber nas postagens representadas pelas Figuras 104 e 105, o compartilhamento da página “Dia do Basta Santa Catarina” parecia querer mostrar as ações realizadas, dando voz ao contexto nacional e estimulando a gestão do movimento por meio de páginas regionalizadas.

Os administradores da página do DB também compartilharam informações sobre ações pontuais desenvolvidas em contextos específicos de cidades, regiões ou estados, seja como forma de dar publicidade às ações e reconhecimento a atores e grupos, seja como forma de dar exemplos de atuação para que ações semelhantes pudessem ser realizadas em outras regiões, buscando, assim, despertar os seguidores para a necessidade primordial de continuidade do movimento.

A necessidade de reconhecimento como grupos passou a ser fundamental para legitimar demandas e vozes do movimento em relação ao Estado, especialmente em termos de participação nas decisões, tendo em vista a questão da representatividade no contexto de manifestações gerais pelo Brasil. O fato corrobora a importância dada à representatividade por meio de grupos sociais, conforme defendem Lavallo, Houtzager e Castello (2006a).

Figura 106 - Exemplo de ações pontuais em contextos específicos



Fonte: Página do DB de 30 de Abril de 2014

Exemplo desse tipo de ação pode ser encontrado na postagem realizada com a Figura 106, em que se convocam seguidores de Belo Horizonte para aderir a um grupo virtual no Facebook formado por estudantes de Direito e advogados, a Brigada Jurídica. O grupo era focado na discussão de leis e questões jurídicas para argumentar sobre possíveis arbitrariedades realizadas pelo Estado ao reprimir manifestações. A criação se deu, pois, de forma preventiva, já que se esperava que novas manifestações surgissem na época da Copa do Mundo de 2014 e que seriam alvo de ações de repressão do Estado. Na página do grupo havia uma figura representando a Justiça e a citação de um artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Artigo 1º. Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”.

Além de divulgação de ações pontuais, buscou-se dar conhecimento de casos de manifestações regionais e seus objetivos, mostrando diferentes contextos formadores do movimento.

Figura 107 - Exemplo de movimento regional



Fonte: Página do DB de 2 de Maio de 2014

A postagem da Figura 107 visou a apresentar a página de um movimento em favor do aumento da participação política e do fim do coronelismo político na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Os administradores da página procuraram contribuir com um movimento regional convocando adeptos para reforçar o movimento, possivelmente acreditando que esse apoio poderia desencadear outros em algumas regiões. Isso poderia se justificar diante do recrudescimento do movimento e das ações coletivas após as Jornadas de Junho e suas repercussões ao longo do ano de 2013, o que foi demonstrado por postagens com indignação quanto ao aparente esfriamento político da população, informando sobre contexto em que o “Gigante voltou a dormir” e contraponto à expressão “O gigante acordou”, muito repetida na página do DB e nas manifestações de rua durante as Jornadas de Junho.

Embora tenha sido visto nesta categoria a tentativa de regionalização do movimento e de publicidade de casos ocorridos em contextos distintos, a visão dos administradores não se descolou do reforço à identidade do movimento, diferenciando-o das demais arenas. Apesar de haver demandas diversas nas regiões, o elemento “identidade” permitiria a construção de objetivos compartilhados e valores comuns aos participantes do movimento, diferenciando-os do movimento dos “outros”, os antagonistas (Gamson, 1992). Assim, constrói-se uma identidade geral ao movimento e define-se uma arena sociopolítica.

Além do foco nas próprias ações, as arenas da mídia e a governamental estão entre os principais enfoques dados pelas organizações dos movimentos sociais (McCARTHY;

SMITH; ZALD, 1996), conforme se viu no movimento analisado. As arenas compõem a dimensão externa aos movimentos, para a qual os atores direcionaram seus esforços e, por isso, são analisadas mais profundamente nos enquadramentos correspondentes a elas, dada a necessidade de compreender como os antagonistas e as mídias enquadraram a mesma situação (CARRAGEE; ROEFS, 2004) e como se apresentam suas dinâmicas organizativas (VREESE, 2012).

Conhecidos atores, papéis e contextos formadores da arena do MSCC, analisado a partir da página do DB, buscou-se analisar a categoria Lideranças, conforme discussões realizadas na próxima seção.

7.2.1.10 Lideranças

A importância dos líderes se encontra no papel desenvolvido nas ações da coletividade ao conduzir a formulação da ideologia e da cultura. Em razão disso eles se apresentam como importantes elementos na análise de movimentos sociais. A análise dos líderes deve considerar que fazem diferença na estruturação do movimento e de seus processos, em especial na formulação das estratégias que orientam estes. Além disso, suas origens e experiências, bem como tradições culturais e redes sociais que carregam, podem influenciar os movimentos (MORRIS; STAGGENBORG, 2004).

Como foi destacado ao longo destas discussões, os líderes do movimento tiveram seus papéis confundidos/alternados com os de administradores de página de rede social virtual, visto que a liderança foi realizada no ciberespaço criado e utilizado no *software* social em questão. Apesar de poderem ser vistos como “nós ativos” e como “nós especialistas” no assunto tratado no movimento, não se pode considerá-los como os únicos responsáveis pelas informações disponibilizadas, pois em redes sociais, como o Facebook, as informações podem partir de qualquer usuário (nó), conforme a metáfora do “rizoma” utilizada por Aguiar (2007a) para descrever a estrutura da rede.

Como este estudo tem base na análise documental, não se deteve em investigações por meio de entrevistas, para aprofundar análises sobre o perfil dos líderes, o que poderia resultar em distanciamento dos objetivos propostos. Pela análise documental e por investigações nas descrições do movimento na página do DB no Facebook e no *site* da organização, não foram

encontradas informações, como número, identidades, origens e formação dos líderes, o que só poderia ser obtido com utilização de novas formas de coleta de dados. Por isso, a análise desta categoria se fundamenta nas informações limitadas que foram explícita ou implicitamente expostas na página do DB em relação à liderança do movimento.

Esta era de natureza coletiva, apresentando certa diversidade em relação a origens e pontos de vista. Notou-se ao longo da análise que os administradores da página, ou líderes do movimento, fizeram postagens especialmente do Rio de Janeiro (Estado), do Paraná e de Santa Catarina, segundo o reconhecimento de georreferenciamento apresentado no Facebook, embora a intensidade de postagens relacionadas ao Maranhão tenha demonstrado considerável ligação dos líderes com as causas políticas estaduais. Essas informações possivelmente representam a origem ou localização de alguns líderes ou mesmo a existência de uma base forte do movimento nesses estados, entre outras possibilidades que não se podem determinar.

Considerando a influência dos líderes sobre os movimentos e seus contextos (MORRIS; STAGGENBORG, 2004), devem ser consideradas as formas como essa influência foi percebida no movimento. Além das discussões já realizadas que apontaram o papel dos administradores da página em relação à formação ideológica e cultural sobre a corrupção, políticos e partidos, manifestações, posições contrárias à Copa do Mundo e legislações, em especial as PECs, e outras atividades e contextos já retratados, faz-se necessário apontar que não havia concordância unânime dos líderes em relação a todos os assuntos tratados na página.

Em raros momentos foi possível observar postagens nas quais a autoria era apresentada, demonstrando que a opinião era pessoal ou até mesmo considerada uma exceção quanto aos demais líderes do movimento, como pode ser observado na Figura 108.

Figura 108 - Opinião sobre o vandalismo nas manifestações



Fonte: Página do DB de 22 de Junho de 2013 (vídeo acessado no canal Douglas Silva do Youtube)

Nesta postagem (FIGURA 108) o administrador Douglas informa que os administradores da página eram contrários aos atos de vandalismo em geral. Contudo demonstrou pensar diferente e apresentou um vídeo para levar as pessoas a refletir sobre a questão. O administrador responsável pela postagem se mostrou a favor de depredações de bancos e patrimônio públicos, mas não de patrimônio privado. O vídeo disponibilizado mostra parte da entrevista de Ricardo Boechat (jornalista), que se colocava a favor de protestos com atos de vandalismo, mostrando que o vandalismo podia ser encontrado na forma como os políticos agiam de forma corrupta e criavam injustiças sociais. Falou ainda de formas para criar consciência política, apresentando possibilidades de tratamentos aos políticos com exemplos ocorridos na Argentina. O fato demonstra também o que Tilly (2003) discute em relação à diferença ideológica e comportamental entre membros dos movimentos, até em relação ao uso de ações violentas como forma de protesto.

Em outra postagem foi possível perceber a opinião pessoal de um dos administradores, em relação ao julgamento do “mensalão”. Os administradores convocaram os seguidores para assistir ao julgamento pela TV Justiça e acompanharam ao vivo, tecendo comentários no Facebook, como pode ser visto na Figura 109.

Figura 109 - Opinião sobre o julgamento do mensalão



Fonte: Página do DB de 18 de Setembro de 2013

A postagem apresentou um pequeno texto de Daniel Gomes que tece uma crítica à fala de Celso de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo a aceitação dos embargos infringentes no julgamento do “mensalão”. Em alguns momentos as opiniões de natureza pessoal foram assinadas pelos administradores responsáveis. Isso demonstra que possivelmente os líderes realizavam postagens de acordo com seus conhecimentos ou a atividade em cada estágio do movimento ou até não queriam dar informação falsa sobre a opinião dos demais líderes, como defendem Morris e Staggenborg (2004), acrescentando que divergências podem criar conflitos entre os líderes.

Outro destaque na página foi uma postagem na qual os líderes pediram ajuda dos seguidores, demonstrado certa fragilidade em decorrência de problemas de ordem técnica que impactaram o principal espaço de interação e organização das ações coletivas do movimento, conforme pode ser visto na Figura 110.

Figura 110 - Opinião sobre o julgamento do mensalão



Fonte: Página do DB de 10 de Dezembro de 2013

A postagem (FIGURA 110) foi realizada com o intuito de comunicar aos seguidores que a página havia sido ‘hackeada’ e que os administradores estariam sendo retirados da mesma,

como se a intenção de quem o fez fosse a de calar a voz dos organizadores do movimento. Na postagem foi compartilhada a seguinte expressão: “Atenção essa página foi hackeada e estão tirando todos os administradores, sou criador de conteúdo, DENUNCIEM!” (sic). Além da informação, os administradores pediram o apoio dos seguidores para denunciar a ação ocorrida. Contudo, não foi dito como esta denúncia poderia ou deveria ser feita, ficando a cargo dos seguidores encontrar formas para agir.

Nota-se, portanto, que os líderes dependiam da rede social virtual para dar continuidade às ações do movimento, sob o risco de perderem o espaço conquistado ao longo do tempo, bem como os seguidores que até ali haviam, de alguma forma, se identificado com o movimento, conteúdo e objetivos reunidos na página virtual analisada.

Na ausência de demais informações sobre as lideranças, a análise sobre o perfil dos líderes se valeu das discussões aqui apresentadas em relação aos seus papéis como administradores da página, criando e/ou compartilhando informações relacionadas aos quadros estratégicos de ação do movimento, englobando formatos de organização de agendas, repertórios e práticas que dão forma ao MSCC representado pelo DB. Inclusive, estes líderes, aparentemente, passaram por situações como as vivenciadas por movimentos sociais que ocorrem apenas em espaços físicos fora do ciberespaço, tais como divergências de opinião entre os administradores e possibilidades de conflitos políticos e ideológicos, o que demonstra semelhanças entre as Redes Sociopolíticas Virtuais e às tradicionais redes sociopolíticas que formam os movimentos sociais. Além disso, é fato que os líderes se apresentaram como indivíduos com considerável “capacidade de influência” para desenvolver a dinâmica do movimento na rede, conforme definição de característica de atores da rede discutidas por Degenne e Forsé (1999) e Watts (2003). Conclui-se que suas posições ocupadas na rede e as relações que estabelecem podem influenciar a formação de alianças ou mesmo de conflitos na coletividade, conforme explicitado por Marques (2006) ao considerar as ações políticas realizadas em rede.

Segue-se para a análise e a discussão da última categoria, apresentando informações acerca do modo como o movimento social analisado retratou a mídia de massa e seu papel em relação às ações do movimento.

7.2.1.11 Mídia

A mídia de massa, apesar de não ser o antagonista direto do MSCC, apareceu de forma constante nas críticas e ações realizadas pelos membros do movimento, tanto em compartilhamentos nas redes sociais quanto nas manifestações ocorridas nas ruas. Tal insatisfação parece ter sido motivada pela tendência de a mídia caracterizar os movimentos sociais de acordo com a ideologia dos jornalistas e com os tipos de discursos que propagam (GAMSON, 1992). Somam-se a isso outros fatores como: as possibilidades de apropriação dos discursos e de distorção das informações que certos atores da mídia podem realizar ao massificar informações, conforme discutido por Rheingold (1996); a defesa dos interesses dos controladores das mídias e das demandas de mercado representadas pelos anunciantes (ZALD, 1996); e, a relação que as informações veiculadas têm com os princípios que regem os trabalhos dos representantes da mídia (KLANDERMANS; GOSLINGA, 1996).

Em virtude desta relação conflituosa entre movimento social e mídia, a ausência de análises sobre essa tornaria o enquadramento incompleto, podendo limitar o estudo, já que ambos fazem parte de um todo (CARRAGEE; ROEFS, 2004; MATTHES, 2012). Para atender a esta necessidade, apresenta-se esta categoria, englobando ações relacionadas às mídias de massa. Como já informado, as mídias são percebidas pelo movimento analisado como adversárias ou como um ente público que afeta negativamente a divulgação dos atos, ou mesmo ignora denúncias, protestos e demais assuntos que interessam ao movimento e, em tese, à própria sociedade. Portanto ao ocultar casos de corrupção do governo, de políticos e de partidos, a mídia estaria agindo de forma a prejudicar a sociedade e o próprio movimento. Para melhor compreensão desta categoria foram definidos dois agrupamentos de informações: **ocultação de fatos e mentiras propagadas pela mídia**.

O agrupamento relacionado à **ocultação de fatos** engloba a maior parte das informações compartilhadas sobre a mídia, as quais levaram a uma classificação da mídia como um ente público que, intencionalmente, deixava de cobrir fatos importantes sobre casos de corrupção para proteger políticos e partidos, ou mesmo ignorava ações coletivas do movimento social.

Figura 111 - Críticas à Rede Globo de Televisão



Fonte: Página do DB de 16 de Junho de 2013

A postagem representada pela Figura 111 foi realizada por meio de um vídeo postado na página do DB no *Facebook*, no qual uma repórter da TV Globo foi alvo dos protestos e impedida de continuar uma reportagem sobre manifestações nas Jornadas de Junho. No vídeo também era possível perceber uma repórter da TV Record saindo escondida, parecendo estar com medo do protesto iniciado contra a emissora concorrente. Na postagem, os administradores compartilharam uma frase que ficou muito popularizada nas manifestações de 2013, “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”, como se a população tivesse conhecimento dessas manipulações de informação e desejasse reduzir o poderio da emissora. Além disso, os organizadores discutiram na postagem que as manifestações teriam sido amplamente cobertas por reportagens, se fossem de interesse da Rede Globo, o que não ocorreu com a intensidade desejada por eles. Quando havia coberturas, as informações eram distorcidas ou incompletas, atribuindo ao movimento um papel diferente do que os administradores da página apresentavam ou gostariam de apresentar diante da opinião pública.

Em outras postagens as críticas foram mais gerais, englobando atores da arena midiática, como pode ser visto na Figura 112.

Figura 112 - Críticas em relação à cobertura da mídia



Fonte: Página do DB de 30 de Maio de 2014

A postagem se deu com uma charge (FIGURA 112) na qual aparecem alguns representantes da mídia (repórteres e cinegrafistas) cobrindo um evento de futebol e discutindo vários assuntos relacionados ao jogador da seleção brasileira Neymar Júnior. Também aparece um homem que tem às costas um saco de dinheiro onde se lê “Verba Pública”, dando a entender que, enquanto a mídia focava o contexto futebolístico em função da realização da Copa do Mundo de 2014, casos de corrupção estavam sendo ocultados ou não divulgados pela mídia.

Foram realizadas várias postagens sobre denúncias de casos de corrupção do PSDB, sempre acompanhadas de críticas à mídia, afirmando que as denúncias de corrupção ligadas a esse partido político não ganhavam destaque de outros casos de corrupção.

Houve também um conjunto de informações compartilhadas classificando a mídia como mentirosa, o que permitiu criar o agrupamento **mentiras propagadas pela mídia**. As críticas em relação às mentiras foram feitas de modo generalizado, como se buscassem apenas o senso comum de que a mídia é manipuladora.

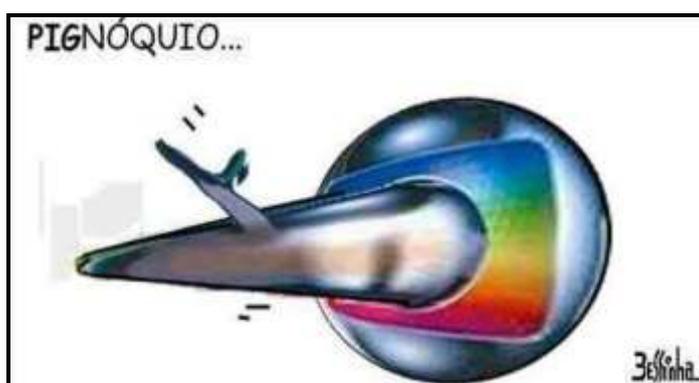
Figura 113 - Crítica aos jornais



Fonte: Página do DB de 11 de Maio de 2013

A Figura 113 apresenta uma imagem possivelmente obtida em protesto, na qual se observa uma faixa segurada por participantes e nela se lê “Eu não preciso ler jornais mentir sozinho eu sou capaz”, trecho de música de Raul Seixas. Foi possível perceber uma crítica direta à mídia representada por jornais. Na crítica, apontou-se a falta de confiança nas informações repassadas, julgando-as mentirosas e colaborando para o reforço quanto à desconfiança na origem das informações midiáticas.

Figura 114 - Crítica às mentiras da Rede Globo de Televisão



Fonte: Página do DB de 3 de Julho de 2013

A postagem realizada com a Figura 114 mostra uma charge de Bessinha, na qual se vê a logomarca da Rede Globo de Televisão, mas com um grande nariz, onde se lê “PIGNÓQUIO”. A expressão carrega consigo duas informações de interpretação semelhante. PIG é sigla de Partido da Imprensa Golpista, muito utilizada nas redes sociais para se referir a algumas mídias (TV e jornais) consideradas manipuladoras de informações. E o personagem Pinóquio é uma forma de chamar a Rede Globo de mentirosa. Mas se expande a crítica para outras mídias que recorrentemente eram classificadas como pertencentes ao PIG.

Em relação às manifestações também houve uma série de críticas à mídia, especialmente à TV Globo, sobre a cobertura dos protestos realizados durante as Jornadas de Junho. Houve uma série de acusações de que a emissora teria usado informações inverídicas para culpar manifestantes em casos de vandalismo, tentando manchar a imagem dos movimentos sociais diante da opinião pública e reforçar as ações de repressão da Polícia sobre manifestantes. Em postagem realizada em 23 de julho de 2014, por exemplo, foram compartilhadas informações sobre o caso em que policiais à paisana teriam se passado por manifestantes para incitar a Polícia a realizar atos de repressão. Após uma série de vídeos que os administradores acessaram, foi considerado que os vândalos seriam policiais à paisana e solicitado que a TV

Globo fizesse algum tipo de retratação pela informação, como se pode ver neste texto: “E agora Globo? Retratação e direito de resposta aos acusados? No mínimo a liberdade”.

É possível perceber que, por detrás das críticas direcionadas à mídia, há insatisfação dos administradores do movimento quanto ao papel que poderia desempenhar em apoio ao movimento e à causa por ele defendida em relação ao fim da corrupção, até permitindo acesso do movimento a espaços políticos e diferentes oportunidades (GAMSON; MEYER, 1996). Em virtude dessas críticas e da ausência das mídias de massa colaborando com os movimentos sociais é que os administradores utilizaram as redes sociais virtuais, especialmente o Facebook e o Youtube. Mas, como defendem Klandermans e Goslinga (1996), até mesmo nesses espaços podem ocorrer manipulações das informações, porém a favor do movimento.

Com a discussão das categorias de análise apresentadas é possível caracterizar os agrupamentos de informações diante da semelhança e complementaridade de postagens, o que permite expandir a percepção sobre os tipos de ações virtuais que compuseram na prática os elementos tratados na teoria. O Quadro 5 facilita a percepção do conjunto de categorias e de informações recorrentes.

Quadro 5 - Categorias e agrupamentos de informações

Categoria	Agrupamentos de Informações
Comunicação	Informações sobre casos de corrupção
	Atos realizados contra a corrupção
	Informações sobre política e os interesses de embate do movimento
	Campanhas sociais diversas fora do escopo do MSCC
Construção Social de Significados e Sentidos	Controle Social e alienação
	Proatividade, reatividade e passividade política
	Condenação da classe política
	Corrupção e má gestão
	Mecanismos para criação de sentido coletivo
Ideologia	Imagem dos políticos
	Imagem dos partidos
	Males da corrupção e a impunidade
	Opressão dos trabalhadores
Cultura e Símbolos	Cultura de passividade e submissão política
	Poder e impunidade
	Mudanças no comportamento sociopolítico
	Cultura de resistência
	Símbolos do movimento
Experiências Pessoais	Experiências pessoais
Relações de Poder	Ameaça de repressão policial
	Violência policial
	Manipulação policial
	Crítica à violência policial
Quadros Estratégicos de Ação	Oposição à corrupção e à impunidade
	Oposição a partidos políticos
	Oposição à Copa do Mundo
	Pela libertação de manifestantes
Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização	Agenda e recrutamento para manifestações
	Práticas corriqueiras de organização
	Repertórios de atividades
	Acompanhamento de ações
Distinção de Atores, Papéis e Contextos	Distinção de atores e papéis
	Distinção de contextos
Lideranças	Lideranças
Mídia	Ocultação de fatos
	Mentiras propagadas pela mídia

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Em vista do encerramento da análise das categorias propostas neste enquadramento, para compreensão da organização do movimento social analisado, são apresentadas, na próxima seção, as principais informações sobre o Governo, reunindo discussões sobre políticos e

partidos e apresentando o principal antagonista deste movimento, que tem como objetivo central a luta contra a corrupção.

7.2.2 Governo

A análise do Governo se justificou em função de este ser o principal antagonista da organização do movimento social contra a corrupção analisado neste estudo, o Dia do Basta. A análise do Governo se justificou em função de ser o principal antagonista do DB. É necessário, pois, compreender processos, a dinâmica e respostas desse antagonista (SNOW, 2004) e sua forma de se posicionar diante de demandas e ações dos ativistas, até por meio de ações de defesa, ou seja, a Polícia ou o Exército (TILLY, 2003).

O antagonismo se dá em função de ser o âmbito em que se encontram políticos e ações de corrupção realizadas pela classe política, a qual foi e é alvo de críticas e protestos do movimento. Destaca-se que o escopo de análise foi definido no âmbito nacional, visto que a organização analisada lidava com questões dessa amplitude, direcionando apenas em determinados momentos ações específicas para questões regionais. Sendo assim, foram definidos como componentes de análise o Poder Executivo, representado pelo Governo Federal, e o Poder Legislativo, representado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Como objetos de análise foram selecionadas as duas principais páginas virtuais no Facebook mantidas pelas instituições públicas mencionadas, de acordo com informações encontradas em seus *sites* institucionais. As páginas analisadas foram: **Governo Federal** – “Palácio do Planalto”³⁰ e “Portal Brasil”³¹; **Senado Federal** – “Senado Federal”³² e “Notícias do Senado”³³; e, **Câmara dos Deputados** – “Câmara dos Deputados”³⁴ e “Câmara Notícias”³⁵. Diferentemente do que ocorreu com a análise do DB, a netnografia e a pesquisa documental utilizadas ocorreram da data de criação de cada uma das páginas a maio de 2014, para

³⁰ <https://www.facebook.com/palaciadoplanalto>

³¹ <https://www.facebook.com/portabrazil>

³² <https://www.facebook.com/senadofederaldobrasil>

³³ <https://www.facebook.com/senadofederal>

³⁴ <https://www.facebook.com/camaradeputados>

³⁵ <https://www.facebook.com/agenciacamara>

enquadramento dos entes governamentais no período de 1.º de maio de 2013 a 31 de maio de 2014. Na sequência são apresentadas as contextualizações de cada página, de acordo com os dados disponíveis no mês de novembro de 2014.

Durante o período analisado foram documentadas apenas 20 postagens sobre os temas investigados nas páginas das instituições do Governo analisadas, sendo que cerca de 30% foram realizadas na página “Notícias do Senado”. Houve 2.489 curtidas, 640 comentários e 1.796 compartilhamentos. Em relação às páginas do Governo, os números indicaram preferência dos seguidores por curtidas nas postagens, com a média de 124,5 por postagem. Isso representa grande concordância dos seguidores com os assuntos compartilhados e fraco interesse em propagar as informações por meio de compartilhamentos. Como ocorreu no caso do DB, os comentários foram menos utilizados pelos seguidores, já que houve a média de 32,0 por postagem, o que significa fraco interesse dos seguidores pelas discussões nas páginas, em comparação com os demais recursos.

Ambas as páginas do Governo Federal foram criadas no segundo semestre de 2013. A página “Palácio do Planalto” apresentava cerca de 308.000 seguidores e foi lançada em novembro de 2013, com a primeira postagem no dia 19. Esta noticiava a cerimônia de conclusão da Plataforma P-58, no Estaleiro Honório Bicalho, em Rio Grande (RS), em 8 de novembro. No dia 20 desse mês, foi compartilhado o vídeo “Dilma anuncia página do Palácio do Planalto no Facebook”, no Canal do Palácio do Planalto (2013) no Youtube, em que a presidente anunciava que a criação da página no Facebook correspondia a mais uma iniciativa para que os cidadãos pudessem acompanhar as ações do Governo Federal e a evolução dos cinco pactos criados com as manifestações ocorridas nas Jornadas de Junho: pela responsabilidade fiscal, pela reforma política, pela saúde de qualidade, pela educação e pelo transporte público de qualidade. A linha do tempo da página, ou seja, o conjunto de informações em relação ao tempo em que foram compartilhadas, tem uma informação simbólica sobre o início das atividades do Governo, em 15 de novembro de 1889, data da proclamação da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, além de uma série de postagens simbólicas em cada ano em que houve início de mandato presidencial.

A página “Portal Brasil” apresentava cerca de 400.000 seguidores e foi criada em setembro de 2013, com a primeira postagem no dia 23. Nela foram dadas as boas-vindas aos seguidores, o que se justificava em razão da aproximação com cidadãos e servidores buscada pelo Governo. Além disso, foi disponibilizado um *link* que levava os seguidores para uma página no *site* do “Portal Brasil” (2013) na qual se apresentava uma notícia com o título “Governo lança

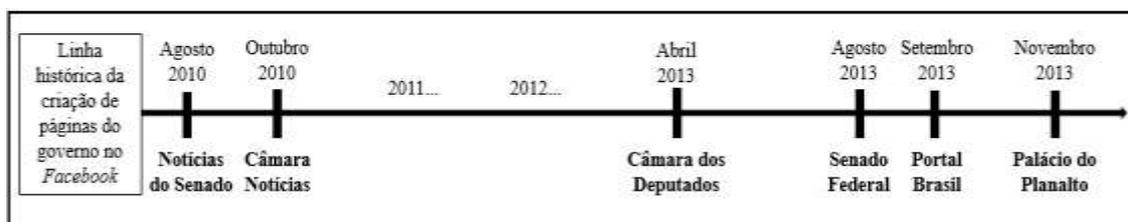
soluções para fortalecer relação com cidadãos e servidores”. Na reportagem era informado que os lançamentos do “Portal Brasil” e da página no Facebook foram realizados junto com o lançamento de um Guia de Aplicativos para plataformas móveis, com informações diversas do Governo. Havia sido lançado também um *site* denominado de Dados Abertos, formado por uma série de informações referentes a órgãos do Governo, o que poderia favorecer o trabalho de pesquisadores e da sociedade em geral.

As páginas do Senado Federal apresentaram períodos distintos de criação. A página “Senado Federal” apresentava cerca de 14.000 seguidores e foi lançada no segundo semestre de 2013, sendo sua primeira publicação realizada em 15 de agosto, com um *link* para *download* gratuito do *e-book* da Constituição Federal. A página “Notícias do Senado” apresentava cerca de 240.000 seguidores e foi lançada cerca de três anos antes, em 13 de agosto de 2010, dia em que foi anunciada a sua criação na primeira postagem realizada. Apesar disso, como o que foi encontrado na página do “Palácio do Planalto”, há informações simbólicas que reportam a datas importantes na história do Senado, desde 3 de maio de 1925, data em que a instituição foi transferida para o Palácio Monroe, após queixas quanto às instalações da primeira sede, o Palácio do Conde dos Arcos, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Na sequência da linha do tempo, apresentou-se a transferência do Senado para Brasília (DF) em 21 de abril de 1960.

Também as páginas da Câmara dos Deputados apresentaram momentos distintos. A página “Câmara dos Deputados” apresentava pouco mais de 18.000 seguidores e foi lançada em abril de 2013, sendo que a primeira postagem, realizada no dia 3, o compartilhamento de uma imagem do Congresso Nacional em Brasília (DF). A página “Câmara Notícias” apresentava cerca de 47.000 seguidores e foi lançada em outubro de 2010, sendo que primeira postagem se referia a questões orçamentárias, informando que os debates sobre o salário mínimo seriam realizados após o segundo turno das eleições desse ano.

A Figura 115 permite mais clareza na compreensão da inserção dessas instituições do Governo no Facebook, ao longo dos anos, apresentando a linha de tempo de criação das páginas analisadas.

Figura 115 - Linha de tempo da criação de páginas do governo no Facebook



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Neste contexto de análise o foco de investigação na netnografia do Governo presente no Facebook foi direcionado para as postagens relacionadas à temática tratada: movimento social contra a corrupção. Para cumprir com a finalidade, foram documentadas e analisadas as postagens que apresentavam como assunto as seguintes informações que constituem os elementos de análise: sobre o movimento social contra a corrupção; sobre manifestações contra a corrupção no governo; em relação ao combate à corrupção; de ações do governo em resposta ao movimento e manifestações; e, sobre aproveitamento do contexto dos movimentos para promoção institucional. Esses grupos de informações documentadas foram estabelecidos em função das percepções obtidas na fase de observação e acompanhamento das redes sociais, tendo estas se destacado durante o período da netnografia.

Contudo, em função das Jornadas de Junho e das repercussões nos meses seguintes a junho de 2013, muitas informações sobre as manifestações foram dadas de forma geral nas páginas analisadas, visto que o fenômeno foi formado por uma série de movimentos sociais de naturezas e enfoques distintos, organizações da sociedade civil, partidos políticos, bem como indivíduos agindo isoladamente. Porém, como grande parte das demandas das manifestações de junho eram direcionadas ao combate à corrupção - direta ou indiretamente - e as postagens das páginas de Governo se relacionavam com elas, as publicações analisadas foram compreendidas como direcionadas especialmente ao MSCC, no qual o DB se inseria.

Portanto a análise foi realizada em função das principais categorias que se destacaram nas postagens: **posicionamento institucional** (as principais informações sobre o modo como as instituições se posicionaram diante dos movimentos sociais e das manifestações), **ações realizadas** (ações que foram realizadas pelas instituições como forma de dar respostas aos movimentos e às manifestações), **combate à corrupção** (formas utilizadas pelas instituições para combater a corrupção, conforme pauta defendida pelo MSCC) e **divulgação institucional** (atitudes e postagens realizadas pelas instituições para se promoverem no contexto das manifestações e dos movimentos sociais). Em cada categoria foi apresentado o

posicionamento assumido (ou a ausência de posicionamento) de uma das três instituições analisadas, segundo as páginas do Facebook.

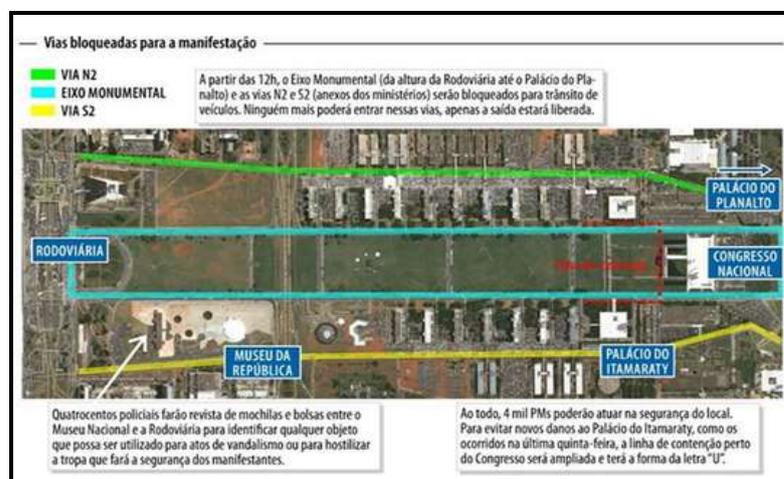
7.2.2.1 Posicionamento Institucional

Esta categoria se refere às postagens relacionadas às manifestações contra a corrupção e ao Governo de forma geral, destacando informações referentes ao posicionamento assumido pelas instituições perante as manifestações. Foram analisadas as postagens que visavam a expor, comentar ou criticar ações coletivas realizadas na forma de manifestações, incluídos os protestos realizados nas Jornadas de Junho e repercussões nos meses seguintes.

No período analisado não foi possível perceber e documentar nenhuma postagem do Governo Federal a esse respeito. Como foi informado, as páginas do Governo Federal foram criadas após o período de maior intensidade das manifestações, sendo, portanto, compreensível a ausência de postagens direcionadas às manifestações, que se esvaziaram após outubro de 2013. Vê-se que a própria inserção das instituições do Governo nas redes sociais virtuais demonstrou posicionamento e resposta referentes às manifestações, ao buscar mais aproximação da sociedade com espaços e ferramentas da internet.

O Senado Federal se colocou diante das manifestações de forma defensiva para se precaver de possíveis problemas decorrentes de protestos violentos e, em outros momentos, de forma a conhecer as opiniões dos seguidores sobre os protestos.

Figura 116 - Estrutura de segurança para manifestações



Fonte: Página Notícias do Senado de 25 de Junho de 2013

A postagem que utilizou a Figura 116 buscou informar os seguidores sobre o esquema de segurança planejado para a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 25 de junho de 2014. Havia indicativos da quantidade de policiais por espaço e os objetivos da ação policial para tentar barrar atos violentos durante os protestos. De certo modo, apesar do tom informativo da mensagem, a postagem mostrava uma forma de defesa contra as manifestações, visto que seriam realizadas em espaços que ameaçavam a integridade de parlamentares e prédios públicos, como havia ocorrido anteriormente. Assim, era possível mostrar o aparato policial de modo a intimidar os seguidores e possíveis manifestantes.

Em outros momentos foi possível verificar um comportamento mais aberto e receptivo do Senado para conhecer as opiniões dos seguidores em relação às manifestações, como tentativa de compreensão das percepções e dos julgamentos dos manifestantes e movimentos sociais sobre protestos e possivelmente sobre demandas e reclamações que porventura seriam expostas.

Figura 117 - Pesquisa sobre as manifestações



Fonte: Página Notícias do Senado de 25 de Julho de 2013

Na postagem (FIGURA 117) era possível verificar o interesse em apresentar aos seguidores um questionário elaborado e aplicado pelo DataSenado (serviço de pesquisa de opinião do Senado) com a intenção de conhecer a opinião dos pesquisados sobre as manifestações ocorridas nos meses de junho e julho de 2013. Foi utilizada a imagem de uma das manifestações ocorridas em Brasília, para se aproximar dos seguidores e demonstrar interesse pelas causas levantadas nas manifestações. A pesquisa foi realizada de 22 de julho a 2 de agosto de 2013, com *link* para acesso, e a divulgação parece ter servido aos propósitos do Senado diante da sociedade em relação à participação, visto que foi uma das postagens mais compartilhadas dessas páginas, demonstrando o interesse dos seguidores em divulgar a ação

do Senado e convocar mais pessoas para responder ao questionário. Além disso, parece ter servido para a divulgação da ação do Senado, uma atitude positiva diante das reivindicações sociais por aumento na participação, conforme foi exposto nas manifestações.

Outra postagem que se destacou foi a de 6 de dezembro de 2013, que teve o objetivo de levar ao conhecimento dos seguidores uma discussão ocorrida no Senado a respeito do uso de máscaras por manifestantes, mostrando senadores favoráveis e contrários à proposta. A postagem tinha natureza informativa, tendo sido disponibilizado um *link* que levava os seguidores ao *site* do Senado, no qual havia a íntegra da reportagem sobre a discussão. Dessa forma, foi possível apresentar opiniões favoráveis e contrárias ao uso das máscaras nas manifestações, também como forma de se defender de atos dessa natureza.

No caso da Câmara dos Deputados também houve preocupação em conhecer a opinião dos seguidores sobre o uso de máscaras em manifestações, além da divulgação de ações realizadas.

Figura 118 - Pesquisa sobre o uso de máscaras em manifestações



Fonte: Página Câmara dos Deputados de 3 de Dezembro de 2013

Na postagem realizada com base na Figura 118, buscou-se levar os seguidores a conhecer uma enquete realizada pela Câmara dos Deputados sobre a proibição de máscaras em manifestações violentas, na qual se perguntou: “Você concorda com o projeto (PL 5964/13) que proíbe o uso de máscaras, capuzes, coberturas ou pinturas de rosto em manifestações violentas, permitindo nas pacíficas?”. Até o momento da análise de dados a enquete permanecia aberta, tendo recebido 11.367 votos: 5731 votos contrários à PL (50,42%) e 5556 votos favoráveis à PL (48,88%).

Em postagem realizada no dia 18 de novembro de 2013, na “Câmara Notícias”, foi compartilhado um *link* do *site* da Câmara dos Deputados que trazia a notícia de que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados discutiria, no dia 20, o projeto de lei (PL 5964/13) que proibia o uso de máscaras, capuzes, coberturas ou pinturas no rosto em manifestações violentas. A proposta era do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), relatada pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB). O projeto abria exceção para o uso de máscaras em certas situações, como eventos artísticos e culturais, mostrando o interesse dos parlamentares em criar limitações para a atuação da sociedade e dos movimentos sociais nas manifestações, sob a alegação de “organização” das ações coletivas de segurança contra atos de vandalismo.

Figura 119 - Debate sobre “rolezinhos”



Fonte: Página Câmara Notícias de 17 de Janeiro de 2014

A Figura 119 apresenta outra preocupação da Câmara dos Deputados levada para a discussão com a participação dos seguidores interessados, a questão das mobilizações “rolezinhos”. A postagem foi realizada com texto, figura e *link* que permitiu aos seguidores acessar o programa que seria transmitido ao vivo na internet, nesse dia, com o título “Participação Popular discute: rolezinho é um encontro de jovens ou é arrastão?”. O foco da discussão foi disponibilizar informações acerca de um programa de internet realizado pela Câmara e denominado Participação Popular, que apresentaria discussões sobre a natureza e os objetivos dos movimentos chamados de “rolezinhos”, que se davam com encontros de jovens de periferias de cidades grandes em *shopping Center* e eram organizados por redes sociais virtuais, como o Facebook, segundo Tavares, Paula e Almeida (2014).

Por um lado, alguns defensores desse tipo de movimento demonstravam que o interesse era forma de buscar oportunidades de lazer e de protesto pela ausência de possibilidades de lazer, nas cidades grandes, para os jovens moradores de periferias. Por outro lado, alguns opositores

(especialmente administradores de *shopping*, lojistas e frequentadores) o classificavam de tumulto provocado pelos jovens até mesmo com um provável interesse de transformá-lo em “arrastão” (palavra que designa assaltos coletivos realizados especialmente em cidades grandes, em áreas com concentração expressiva de pessoas). O objetivo principal da postagem parecia estar na discussão de um assunto polêmico da época, para possibilitar o encontro de vozes diferentes no debate e motivar a reflexão dos expectadores.

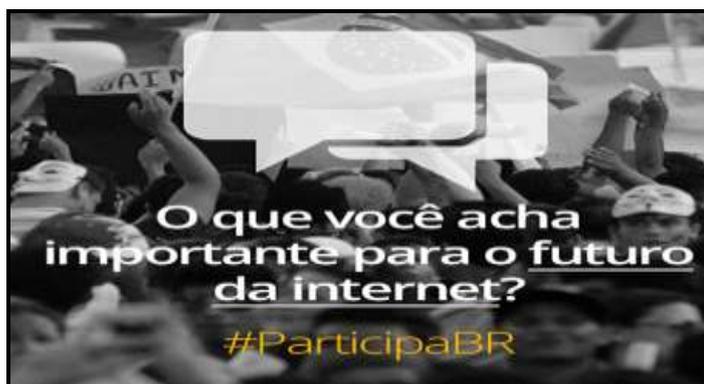
Esta categoria de análise se mostrou restrita em relação a informações sobre os posicionamentos institucionais perante as manifestações, visto que a maior parte das páginas analisadas foram criadas após o ápice dessas manifestações, tendo até a criação justificada por protestos nos quais os participantes apresentavam, entre outras demandas, ampliar a comunicação e a participação. Esse posicionamento do Governo diante das manifestações pode ter sido causado também por despreparo na época das Jornadas de Junho, pois a criação e o desenvolvimento de páginas em redes sociais virtuais, como o Facebook, foram resultado de respostas dadas às manifestações, conforme se vê na categoria seguinte.

7.2.2.2 Ações Realizadas

Nesta categoria foram organizadas as postagens das instituições do Governo sobre ações realizadas para sanar demandas levantadas por manifestações e movimentos sociais. Procurou-se investigar, pois, que tipos de ações virtuais foram realizadas pelas instituições analisadas, como resposta a movimentos sociais e manifestações.

O Governo Federal realizou ações de diferentes sentidos. Enquanto articulou e desenvolveu novas plataformas de participação para a sociedade, formulou propostas que norteariam suas ações em atendimento às principais demandas levantadas pelos movimentos sociais, os pactos.

Em relação ao desenvolvimento de novas formas e espaços de comunicação e participação da sociedade, a principal inovação do Governo Federal se deu na criação e no desenvolvimento de novos espaços de interação e comunicação, especialmente para os jovens.

Figura 120 - Participa BR

Fonte: Página Portal Brasil de 27 de Março de 2014

Foi compartilhada uma informação na página do “Portal Brasil” sobre ParticipaBR (FIGURA 120). Na imagem compartilhada está a seguinte pergunta: “O que você acha importante para o futuro da internet?” [grifos contido na imagem]. Portanto era um chamado para os seguidores, sendo que as melhores respostas poderiam ser premiadas com a participação em um evento chamado de Arena Net Mundial, realizado no Brasil, que visava a permitir diálogo e participação da sociedade civil de forma “hiperlinkada” com o evento NETMundial. Foram utilizadas as *hashtags* #ParticipaBR e #ArenaNETmundial para divulgar a plataforma ParticipaBR³⁶ e o evento.

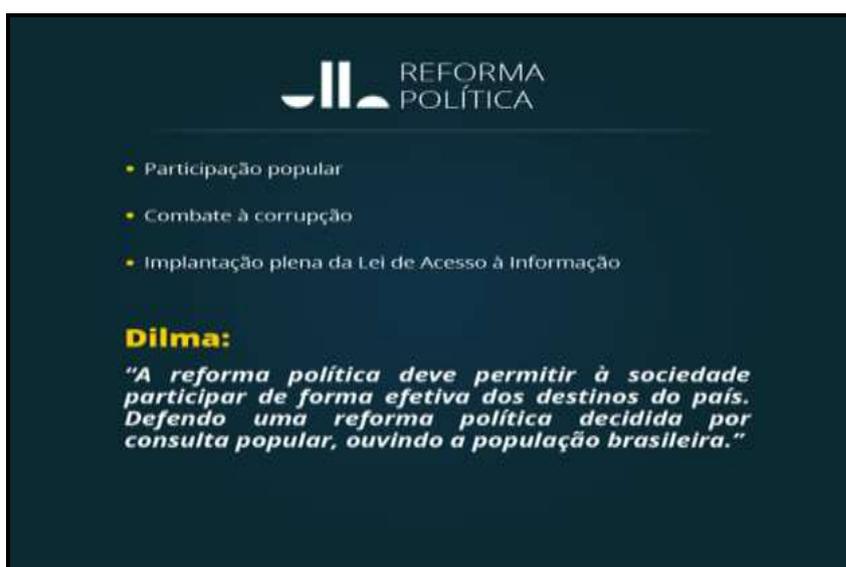
O foco principal da postagem parece ter sido camuflado na divulgação do evento, dadas as tentativas constantes de popularizar a plataforma de participação do Governo Federal. No ParticipaBR, de acordo com Tavares e Paula (2014), é possível que o cidadão se cadastre e participe propondo e mobilizando pessoas a respeito de temáticas de interesse público. É possível também verificar várias seções que permitiam formas distintas de participação, de “comunidades” nas quais os cidadãos podiam se inserir em debates, as “trilhas de participação”, que apresentavam propostas: governo e política, educação, justiça e legislação, ciência, informação e comunicação. Além disso, foi criado e disponibilizado um *site* nos moldes de rede social virtual denominado de Participatório – Observatório Participativo da Juventude³⁷. Essas plataformas virtuais foram criadas como resposta às manifestações sociais ocorridas durante a Copa das Confederações da FIFA, em 2013, no Brasil, especialmente em atendimento a demandas por aumento na participação.

³⁶ <http://www.participa.br/>

³⁷ <http://participatorio.juventude.gov.br/>

Além desse tipo de ação relacionada à abertura de espaços de participação da sociedade houve o interesse do Governo Federal em criar pactos para favorecer o desenvolvimento do país, especialmente em resposta a demandas dos protestos consideradas principais. As páginas virtuais do Governo no Facebook serviram como espaço para divulgar os pactos e, de alguma forma, dar resposta ao clamor popular, que também utilizou redes sociais virtuais para divulgação. A Figura 121 apresenta uma postagem realizada com esse propósito.

Figura 121 - Pactos pelo Brasil: reforma política



Fonte: Página Palácio do Planalto de 19 de Novembro de 2014

Na Figura 121 apresenta-se a síntese do pacto pela reforma política, que se constituiu na principal resposta do Governo Federal para as demandas do MSCC. No referido pacto, o Governo firmou o compromisso de atuar para ampliar a participação popular, o combate à corrupção e a implantação plena da Lei de Acesso à Informação. Além disso, passou a defender que a reforma política fosse realizada depois de consulta popular. Contudo, posteriormente, o Governo Federal recuou em relação à amplitude da participação, diante de pressões enfrentadas no contexto político. No dia 7 de setembro de 2014, por exemplo, foi realizado um Plebiscito³⁸ por movimentos sociais em urnas instaladas em entidades de vários pontos do Brasil e também na internet. De acordo com a Organização Reforma Política (2014), mais de 7 milhões de pessoas votaram a favor de um Plebiscito Oficial pela Constituinte do Sistema Político que fosse realizado, de forma legal, pelo Governo como meio de encaminhar as discussões que fossem tratar da reforma, o que ia ao encontro das

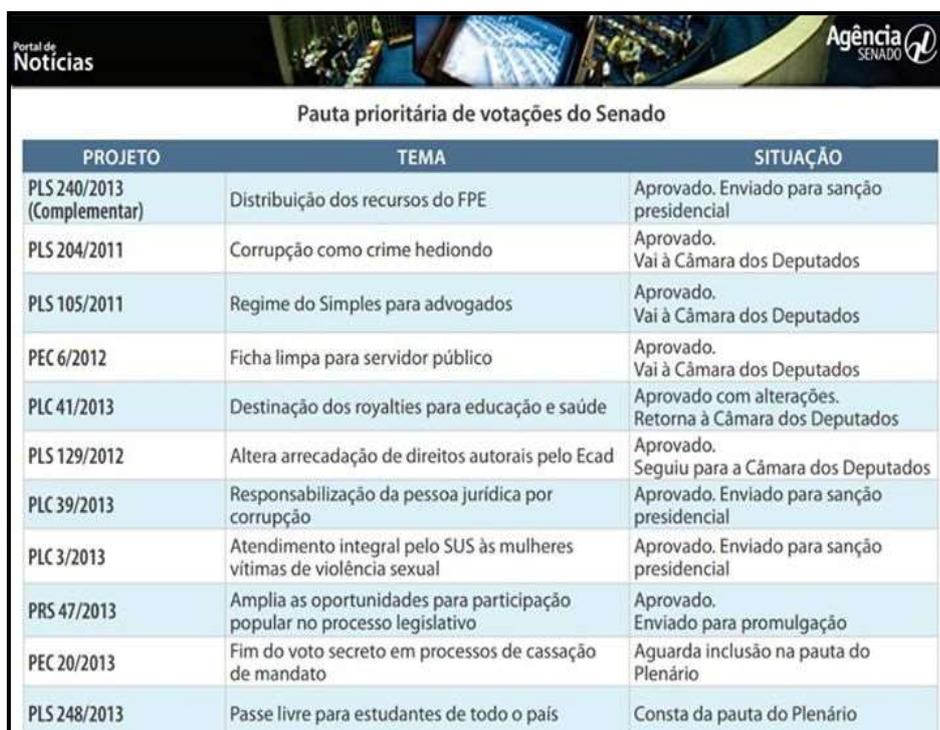
³⁸ <http://www.consultapopular.org.br>

discussões de Etcheverry (2008) sobre a importância dos processos deliberativos para formar juízos, compreender os interesses dos grupos sociais e legitimar decisões por meio de votos. Porém o Governo recuou e, até o momento desta análise, a proposta advinda dos movimentos sociais não havia sido apoiada pelo Governo Federal.

Além desse, quatro pactos foram firmados pelo Governo Federal para responder às principais demandas das manifestações sociais, conforme dados da página “Palácio do Planalto”. Na educação, 75% dos recursos do petróleo, investimento de R\$ 480 bilhões em 35 anos e 5 milhões de alunos matriculados em cursos de qualificação profissional no Pronatec. Para a saúde, 13 mil profissionais do Mais Médicos atendendo 46 milhões de brasileiros até março de 2014, R\$ 15 bilhões para melhorar a estrutura e ampliar o número de postos de saúde, UPAs e hospitais e mais de 11 mil novas vagas em cursos de Medicina. No âmbito da mobilidade urbana, apoio à implantação de metrô, VLTs e corredores de ônibus, investimento de R\$ 93 bilhões em 102 cidades até junho de 2013 e anúncio de mais R\$ 50 bilhões a serem investidos, na época. Para a responsabilidade fiscal, marco de dez anos seguidos com a inflação na meta do Conselho Monetário Nacional, reservas internacionais de US\$ 376 bilhões, posição de terceira colocação de superávit entre as grandes economias, contas públicas sob controle e a menor taxa de desemprego da história, sem apresentação de metas.

Essas foram as ações realizadas pelo Governo Federal, dando ênfase, pelo menos no discurso, à ampliação da participação social e à definição de metas para responder às demandas dos movimentos, embora algumas já tenham sido revistas e tenham sido utilizados resultados já alcançados como se fossem metas a cumprir.

O Senado Federal apresentou ações relacionadas às pautas que estavam sendo votadas ou tinham sido votadas, como forma de atender às demandas dos movimentos sociais. Para reforçar o argumento de que as demandas sociais e as dos movimentos estavam sendo atendidas, qualificaram essas pautas como prioritárias, uma forma de mostrar que o Senado estava envolvido em votações de urgência.

Figura 122 - Pauta prioritária de votações no Senado


PROJETO	TEMA	SITUAÇÃO
PLS 240/2013 (Complementar)	Distribuição dos recursos do FPE	Aprovado. Enviado para sanção presidencial
PLS 204/2011	Corrupção como crime hediondo	Aprovado. Vai à Câmara dos Deputados
PLS 105/2011	Regime do Simples para advogados	Aprovado. Vai à Câmara dos Deputados
PEC 6/2012	Ficha limpa para servidor público	Aprovado. Vai à Câmara dos Deputados
PLC 41/2013	Destinação dos royalties para educação e saúde	Aprovado com alterações. Retorna à Câmara dos Deputados
PLS 129/2012	Altera arrecadação de direitos autorais pelo Ecad	Aprovado. Seguiu para a Câmara dos Deputados
PLC 39/2013	Responsabilização da pessoa jurídica por corrupção	Aprovado. Enviado para sanção presidencial
PLC 3/2013	Atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual	Aprovado. Enviado para sanção presidencial
PRS 47/2013	Amplia as oportunidades para participação popular no processo legislativo	Aprovado. Enviado para promulgação
PEC 20/2013	Fim do voto secreto em processos de cassação de mandato	Aguarda inclusão na pauta do Plenário
PLS 248/2013	Passe livre para estudantes de todo o país	Consta da pauta do Plenário

Fonte: Página Notícias do Senado de 9 de Julho de 2013

A postagem realizada com a Figura 122 teve o intuito de informar os seguidores sobre as pautas prioritárias em processos de votação no Senado, para responder a demandas de manifestações sociais: as “respostas às ruas” (9 de julho de 2013). Foi uma demonstração do trabalho dos senadores em resposta às manifestações, entre as quais a votação de várias Propostas de Emenda Constitucional (PECs) e Projetos de Lei (PLs), conforme a figura, que apresentou parte pauta prioritária.

Entre as propostas encaminhadas, várias puderam ser compreendidas como forma de mostrar a preocupação do Senado em combater a corrupção e responder ao MSCC. Entre elas se destacaram os processos aprovados e encaminhados para sanção presidencial: PLS 204/2011 – corrupção como crime hediondo; PEC 6/2012 – ficha limpa para servidor público; PEC 39/2013 – responsabilização da pessoa jurídica por corrupção. Também o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 47/2013, que ampliava as oportunidades para participação popular no processo legislativo, aprovado e enviado para promulgação, bem como as PECs que aguardavam inclusão nas pautas do plenário: PEC 20/2013 – fim do voto secreto em processos de cassação de mandato; PEC 53/2007 – possibilidade de demissão de juízes e promotores como punição administrativa e PEC75/2011 – punição extingue a aposentadoria compulsória para magistrados e membros do Ministério Público.

Figura 123 - Pauta prioritária: resposta às ruas



Fonte: Página Notícias do Senado de 12 de Julho de 2013

Em outras postagens as votações prioritárias foram destacadas com uso de imagens que simbolizavam manifestações, especialmente das Jornadas de Junho, como mostra a Figura 123. Na chamada, uma imagem que se tornou um dos ícones das manifestações de 2013: manifestantes tomando a fachada do Congresso Nacional. O destaque “Pauta Prioritária | Resposta às ruas” chamava a atenção dos seguidores da página para que conhecessem as propostas aprovadas no Senado após as manifestações de 2013, portanto uma demonstração do trabalho dos senadores. Além disso, pode-se perceber mudança do discurso da página: preocupação com os interesses da sociedade após apresentação de formas de se defender das manifestações por meio de aparatos policiais. Isso está claro na postagem: após informar sobre as pautas prioritárias já votadas, indaga “O que ficou faltando? Que leis você gostaria de ver aprovadas pelo Congresso Nacional?”. O fato procura mostrar o Senado e senadores como interessados nas demandas sociais, para criar imagem positiva perante a sociedade ou realmente atender a parte das demandas surgidas nas manifestações.

Além da demonstração do trabalho realizado no Senado, houve momentos nos quais se buscou chamar os seguidores para acompanhar os trabalhos que seriam realizados pelos senadores, como uma postagem de 20 de agosto de 2013 na página “Notícias do Senado” que visou a dar conhecimento aos seguidores da atividade dos senadores em relação à discussão de quatro vetos, entre os quais o relacionado ao Ato Médico. A postagem apresenta uma chamada para que os seguidores acompanhassem a discussão e a votação pela TV Senado, tendo sido disponibilizado um *link*.

Portanto se percebe que o atendimento às demandas do movimento pelo Senado se deu mais em função das demonstrações de trabalho do que de convocações para a participação, como foi feito nas páginas do Governo Federal.

Na análise das informações da Câmara dos Deputados foi possível observar que ela visou a aproximar-se dos seguidores proporcionando informações que enalteciam a participação dos cidadãos e apresentavam as ferramentas disponíveis. No dia 24 de julho de 2013, por exemplo, foram apresentadas informações na página Câmara dos Deputados com a finalidade de levar o público a conhecer outra página de participação popular. Entre os objetivos desta estavam o recebimento de sugestões relacionadas à reforma política e a intenção de debater propostas dos deputados. Essa página foi hospedada no portal *e-Democracia*³⁹ e organizada pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração da reforma política no Brasil. Na página de participação ficaram disponíveis salas de bate-papo sobre a reforma política, fóruns temáticos e uma biblioteca virtual com dados sobre a reforma. A publicação parecia ir ao encontro de uma das principais demandas do MSCC, que clamou por maior participação na política e por uma reforma que buscasse dar fim às práticas de corrupção e à ineficiência do Governo.

A demanda se afirmou segundo dados levantados pelo portal *e-Democracia* e divulgados no dia 6 de agosto de 2013, na página da Câmara dos Deputados, com um *link* que levava para uma notícia: “Site da Câmara recebe mais de mil sugestões sobre reforma política.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Foi informado que a iniciativa de participação para discussão da reforma política bateu recorde na história do portal da Câmara dos Deputados, criado em 2009. Ele recebeu cerca de 16 mil acessos em apenas uma semana e foram discutidos 113 tópicos sobre a reforma política, como pontos polêmicos, a exemplo do financiamento público de campanha, e sistema eleitoral.

³⁹ <http://edemocracia.camara.gov.br/>

Figura 124 - Canais de participação popular na Câmara



Fonte: Página Câmara dos Deputados de 13 de Agosto de 2013

Na postagem realizada com a Figura 124 houve a intenção de divulgar os canais de participação popular disponibilizados pela Câmara dos Deputados, uma forma de levar ao conhecimento dos seguidores, dando respostas, demandas dos movimentos sociais em relação às cobranças de mais condições de participação política. Pela postagem era possível clicar um *link* que levava o seguidor até o *site* da Câmara dos Deputados, no qual se informava sobre os canais de participação e seus propósitos: “Câmara dos Deputados”, Fale Conosco, Fale com a Ouvidoria, Enquetes, *Videochats*, “Notícias da Câmara”, Rádio e TV Câmara, Perfis Sociais no Twitter e no Facebook, portal *e-Democracia*, WebCâmera.

Portanto as postagens realizadas pela Câmara dos Deputados, em suas páginas do Facebook, tiveram o propósito de levar os seguidores a conhecer ferramentas de participação nos portais institucionais disponibilizados antes das manifestações de 2013. Aparentemente, a Câmara parece ter se voltado apenas para a demanda de ampliação da participação social no Governo, visto que já detinha recursos de participação e os utilizou para o atendimento à sociedade e para se promover perante esta. Por outro lado, não houve mais informações sobre projetos e legislações alterados, criados ou com perspectivas de mudanças para atendimento a demandas sociais e do MSCC.

Na próxima seção, detalham-se as principais informações em relação às ações específicas de combate à corrupção, tema central do movimento social analisado.

7.2.2.3 Combate à Corrupção

Esta categoria congrega as postagens relacionadas ao combate à corrupção, com vistas a identificar o posicionamento assumido pelas instituições quanto à demanda do MSCC. O que se percebeu de modo geral foi que as instituições do Governo não utilizaram suas páginas no Facebook de forma regular, para se pronunciar a respeito da corrupção e do combate aos crimes. Foram encontradas apenas duas postagens durante todo o período analisado, sendo uma do Governo Federal e uma do Senado Federal.

Figura 125 - Intolerância à corrupção



Fonte: Página Portal Brasil de 27 de Março de 2014

A postagem (FIGURA 125) foi realizada pelo Governo Federal com informações da página do Facebook da Controladoria-Geral da União (CGU). Na postagem, foi apresentado um ensinamento de prática anticorrupção com uma figura em que se lê: “Gente que não tolera pequenas corrupções (nem grandes)”. Começava uma série de postagens contra a corrupção chamada de “indiretas cidadãs”, compartilhadas na página da CGU. A mensagem procurou mostrar aos seguidores que a corrupção tinha a mesma natureza quando envolvia grandes casos de denúncias sobre políticos corruptos ou quando ocorriam comportamentos corruptos no dia a dia de qualquer cidadão. Foi utilizada a *hashtag* #indiretascidadãs como forma de divulgar o trabalho de conscientização realizado pela CGU.

Figura 126 - Manifestação contra a corrupção no Alô Senado



Fonte: Página Senado Federal de 28 de Abril de 2014

Em postagem realizada pelo Senado Federal foi utilizada uma imagem (FIGURA 126) que apresentou um texto sobre casos de corrupção, especialmente sobre a CPI da Petrobras e a CPI da Operação Lava Jato. O *link* disponibilizado levava o seguidor da página ao *site* do Senado, que apresentava uma reportagem a respeito desses casos. A postagem se valeu ainda da intenção de mostrar aos seguidores a importância do canal “Alô Senado”, disponibilizado para que cidadãos pudessem fazer denúncias de corrupção. A imagem de um protesto com pessoas segurando uma faixa na qual está escrita a palavra “corrupção” parece ter sido utilizada como forma de aproximar o Senado da população, após as manifestações ocorridas em 2013. Portanto lembrava atos realizados nas manifestações e demonstrava a preocupação do Senado com as causas do movimento.

A Câmara dos Deputados não se pronunciou, no período analisado, nas páginas do Facebook, demonstrando distanciamento em relação ao movimento e a manifestações contra a corrupção.

Essa quase ausência com relação à temática pode ser entendida como preocupação reduzida por parte das instituições do Governo analisadas, já que poderiam ser pontos fortes de resposta às críticas em relação à corrupção no Governo, bem como de fortalecimento da imagem de pessoas íntegras em relação às ações de combate à corrupção. Presença forte dessas instituições na rede social virtual, mas para se promoverem, foi realizada com outras temáticas e outros tipos de informações, conforme a seção seguinte.

7.2.2.4 Divulgação Institucional

Nesta categoria são apresentadas as principais informações sobre ações virtuais realizadas pelas instituições do Governo para se promoverem, com postagens nas quais apresentaram ações realizadas nos movimentos sociais e na sociedade.

Observou-se, durante o segundo semestre de 2013, após as Jornadas de Junho, fragilidade da imagem das instituições públicas analisadas, seja diante do que era divulgado na página do MSCC, seja diante das mídias de massa em geral. Buscou-se, pois, analisar como o fato foi tratado pelas instituições analisadas, de forma a reprovar atitudes dos movimentos e de manifestantes ou de forma a aproveitar a imagem dos movimentos para benefício próprio.

O Governo Federal se mostrou avesso em relação ao aproveitamento do contexto do movimento social para se promover nas páginas do Facebook. Apenas em uma situação houve intenção expressiva durante o período analisado. Em 21 de novembro de 2013, foi realizada uma postagem na página “Palácio do Planalto” em que parece ter havido a intenção de criar imagem positiva perante os seguidores: informar sobre a realização de um encontro da presidente Dilma com representantes de movimentos sociais, na cerimônia de abertura da 5.^a Conferência Nacional das Cidades. Parece ter havido o desejo de aproximar a presidente da demanda da sociedade, especialmente dos movimentos sociais, que vinham de um contexto recente de manifestações contra o Governo.

No caso do Senado Federal, atitudes de promoção institucional foram percebidas em alguns momentos, sempre em relação à divulgação de atividades ou instrumentos de comunicação, com vistas a uma aproximação com a sociedade, como pode ser visto na Figura 127.

Figura 127 - Alô Senado



Fonte: Página Senado Federal de 14 de Outubro de 2013

A postagem (FIGURA 127) foi realizada para divulgar o Alô Senado, uma ferramenta disponibilizada pela instituição para promover a aproximação dos cidadãos com a casa legislativa. De acordo com a postagem, os cidadãos poderiam acessar o Senado por telefone, nos dias de semana, das 8h às 19h. Na postagem havia uma forma de incitação para a participação, informando que os cidadãos poderiam utilizar a ferramenta para fazer críticas ou sugerir ações em relação ao trabalho dos senadores. Na informação apresentada foram enfocadas possibilidades de denúncia de corrupção de senadores, indicadas as *hashtags* #senadoBR e #alosenado. Portanto as páginas foram utilizadas para promover espaços de interação com os cidadãos, uma das demandas dos movimentos sociais.

A Câmara dos Deputados se assemelhou ao Governo Federal em relação ao uso restrito das páginas no Facebook para se promover, havendo apenas uma divulgação do trabalho dos deputados em relação aos movimentos sociais.

Figura 128 - Entrega de pauta de reivindicações



Fonte: Página Câmara dos Deputados de 26 de Junho de 2013

Na postagem (FIGURA 128) realizada na página da Câmara dos Deputados, foi utilizado o pequeno texto “Manifestantes entregam pauta de reivindicações ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves”. Na imagem, o registro fotográfico de uma manifestação ocorrida em frente ao Congresso Nacional, em que se destaca uma pessoa “vestida” com a Bandeira do Brasil e outra com uma bandeira verde e amarelo. A foto parecia colaborar com a imagem dos movimentos, ressaltando um momento de civilidade, nacionalismo e democracia.

No *link* que encaminhava o seguidor para o *site* da Câmara dos Deputados havia uma reportagem informando que o deputado em questão havia recebido 30 manifestantes de vários movimentos e que estes teriam entregado duas pautas. Em uma delas, de “movimentos não identificados”, segundo a reportagem, havia as seguintes reivindicações: arquivamento

imediatamente do PLS 728/11, que tipificava as manifestações, durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, como atos terroristas, mais investimentos em áreas, como educação, saúde e segurança, defesa do Estado laico, com solicitação de reprová-lo o Estatuto do Nascituro (PL 478/07), a PEC 99/11, que daria poderes às igrejas para propor ações de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11, que determinava tratamento da homossexualidade, e melhorias no transporte público. Além dessas, algumas reivindicações se destacaram como demandas do movimento contra a corrupção: aprovação do projeto de lei que transformaria a corrupção em crime hediondo, fim do voto secreto parlamentar a partir da aprovação da PEC 349/01, fim do foro privilegiado para autoridades, aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os gastos com a Copa do Mundo, aprovação do voto facultativo (nas eleições) e reforma política com participação popular.

Na outra pauta, entregue pelos movimentos Companhia Revolucionária Triângulo Rosa, Juntos, Movimento Honestinas, Anel, Domínio Público e Rompendo Amarras, que atuavam na defesa dos direitos humanos, por Estado laico, cidadania plena para LGBTs, mulheres, negros e indígenas, havia as seguintes reivindicações: arquivamento do projeto de tratamento da homossexualidade (PDC 234/11) e destituição do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), que presidia a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, já que os movimentos entendiam que a representação dos direitos humanos não podia ser exercida por um deputado que se colocava contra os direitos humanos. Na pauta específica não apareceu menção ao combate à corrupção.

O que se notou é que, apesar de haver uma necessidade de fortalecimento da imagem das instituições públicas perante a sociedade, parecia ter havido certa cautela em relação à utilização dos movimentos sociais e de elementos relacionados a eles, para realizar uma promoção institucional nas páginas dessas instituições no Facebook. Isso pode ter ocorrido possivelmente em razão da possibilidade de compreensões erradas de ações institucionais pela opinião pública e da grande capacidade de circulação de informações que poderiam prejudicar o fortalecimento da imagem das instituições.

O Quadro 6 elaborado após discussões sobre as categorias e o modo como as instituições do governo se apresentaram, descreve, de forma sucinta, as principais ações realizadas, possibilitando compreender, por deduções, como as instituições se colocaram diante dos movimentos sociais e a sociedade diante de manifestações e pautas levantadas, especialmente em relação ao MSCC.

Quadro 6 - Categorias de análise do Governo e repertório de ações

Categorias	Instituição	Repertório de Ações Realizadas
Posicionamento Institucional	Governo Federal	Criação de espaços virtuais como resposta aos manifestantes.
	Senado Federal	Defesa em relação às manifestações e tentativas de conhecer as opiniões de grupos manifestantes.
	Câmara dos Deputados	Tentativa de conhecer as opiniões de grupos de manifestantes.
Ações Realizadas	Governo Federal	Plataformas de participação e formulação de propostas (pactos).
	Senado Federal	Apresentação de pautas prioritárias (votadas ou a serem votadas).
	Câmara dos Deputados	Busca de aproximação com os manifestantes a partir de ferramentas e espaços de participação.
Combate à Corrupção	Governo Federal	Breve ensinamento de prática anticorrupção.
	Senado Federal	Disponibilização de canal para denúncia de ações corruptas de senadores.
	Câmara dos Deputados	Nenhuma ação.
Divulgação Institucional	Governo Federal	Nenhuma ação.
	Senado Federal	Divulgação de atividades dos senadores no plenário e instrumentos para a participação social.
	Câmara dos Deputados	Divulgação do trabalho dos deputados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

As categorias apresentadas no quadro são ainda tratadas mais detalhadamente no enquadramento geral. A partir da compreensão das repercussões dos movimentos sociais nas mídias sociais mantidas pelas instituições públicas analisadas e seu posicionamento em relação àqueles, em especial o MSCC e suas demandas, na próxima seção são analisados os posicionamentos assumidos pelos canais de mídia aqui selecionados.

7.2.3 Mídia

O estudo da mídia se justificou por ela aparecer recorrentemente no contexto dos movimentos sociais e influenciar na forma e na intensidade da visibilidade destes perante a sociedade, haja vista que defendiam interesses que poderiam estar em dissonância com os objetivos dos

movimentos. O enquadramento da mídia se torna essencial nos estudos sobre movimentos sociais para se compreender como os discursos por ela criados e compartilhados impactam os movimentos, bem como a consciência política e a mobilização social em torno dos objetivos dos movimentos (GAMSON, 1992).

Para Gamson (1992), os discursos que a mídia constrói são organizados e moldados com base em um enquadramento definido pelas ideologias dos jornalistas. Para Zald (1996), esses discursos sofrem influência dos controladores e anunciantes. Portanto estudar a mídia se torna relevante para conhecer as informações que constrói e propaga, segundo os princípios nos quais o trabalho de seus representantes se baseia (KLANDERMANS; GOSLINGA, 1996).

Como os princípios dos canais de mídia são distintos entre si, apesar de certas semelhanças, buscou-se analisar os que permitiam perceber nuances na leitura do mesmo fenômeno. Como esta investigação se baseia no ciberespaço, no qual se desenvolveram as atividades do DB, foram analisadas também suas atividades nele, com veículos direcionados ao jornalismo. Foram selecionados como objeto de estudo cinco canais no Facebook: **Folha de S.Paulo**⁴⁰, **O Globo**⁴¹, **Correio Braziliense**⁴², **BBC Brasil**⁴³ e **NINJA**⁴⁴. Os dois primeiros foram selecionados em razão da popularidade e extensão no contexto do jornalismo escrito, no Brasil. O Correio Braziliense foi selecionado em virtude de ser o principal jornal de Brasília, sede do Governo Federal, onde os principais assuntos da política nacional surgiam. A BBC Brasil foi selecionada como representante de mídia internacional com sucursal no Brasil, visando a perceber diferenças em relação aos anteriores. NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) foi selecionada como um canal independente, acreditando-se encontrar um discurso destoante, como forma de expandir a análise e dar voz ao jornalismo independente.

A seguir são realizadas contextualizações, levando-se em consideração dados documentados no mês de novembro de 2014. Foram documentadas, nas páginas desses canais, apenas 167 postagens sobre os temas investigados, sendo que cerca de 73,65% foram realizadas pela NINJA, a mais atuante na cobertura de protestos e outras ações de movimentos sociais. Considerando as postagens totais, foram realizados 139.555 curtidas, 14.876 comentários e

⁴⁰ <https://www.facebook.com/folhadesp>

⁴¹ <https://www.facebook.com/jornaloglobos>

⁴² <https://www.facebook.com/correio braziliense>

⁴³ <https://www.facebook.com/bbcbrasil>

⁴⁴ <https://www.facebook.com/midiaNINJA>

61.036 compartilhamentos. Nas páginas do Governo, as das mídias analisadas sobressaíram no maior número de curtidas, em relação a comentários e compartilhamentos, o que, em parte, é explicado pela grande quantidade de seguidores desses canais, em comparação com os demais agentes. Foram registradas em média 835,66 curtidas por postagem, o que aponta para o grande papel das curtidas para replicar os conteúdos postados nas mídias analisadas, já que o *software* social evidencia, para boa parte da rede de contatos, os conteúdos curtidos pelos usuários da rede. Assim como nas análises anteriores, os comentários apareceram em menor número na comparação com as ações de curtidas e de compartilhamento das informações, demonstrando mais interesse ou facilidade nas ações realizadas por simples cliques nas páginas.

A Folha de S.Paulo apresentava cerca de 4.700.000 curtidas, número que significava a quantidade de seguidores. Pela aba “Sobre”, foi possível verificar que a criação do jornal se deu em 1921, além de poder conhecer a “descrição curta”: “A Folha de S.Paulo (www.folha.com) quer levar a você o melhor conteúdo, com pluralismo, jornalismo crítico e independência. Esta página foi feita para receber a sua opinião”. A primeira postagem regular no Facebook foi realizada em 7 de abril de 2010, um comunicado sobre a união de suas redações, Folha *Online* (versão digital) e Folha de S.Paulo (versão impressa). Informava-se que era o primeiro grande jornal do país a integrar suas redações, seguindo uma tendência internacional. Apesar de ser a primeira postagem oficial na rede social virtual, havia uma série de postagens simbólicas na linha do tempo com diversas informações importantes. O início foi em 1.º de fevereiro de 1922, com uma postagem comemorativa ao primeiro ano do jornal.

O jornal O Globo apresentava mais de 3.700.000 seguidores e informava que a organização foi fundada em 29 de julho de 1925. A “descrição curta” é: “Olá! Este é um ponto de encontro, um espaço para a conversa em torno de ideias e notícias. 'Curta' a nossa página e seja bem-vindo(@)”. A primeira postagem regular no Facebook ocorreu em 20 de maio de 2010, apenas para cumprimentar os usuários e para pedir que aguardassem alguns dias para o início das atividades: “Que bom você já estar aqui! Seja muito bem-vindo. Aguarde mais alguns dias pelas novidades que estamos preparando. A estreia da página do Globo está prevista para o início de junho. Até lá.”. Dias depois, em 9 de junho de 2010, foi realizada uma postagem sobre a seleção brasileira de futebol, pedindo a participação dos seguidores para opinar sobre a escalação do time que disputaria a Copa do Mundo desse ano, na África do Sul. Como feito pela Folha de S.Paulo, foram realizadas inserções de datas e acontecimentos simbólicos na linha do tempo, sendo o início em 1930, com uma figura de

Lampião segurando O Globo em um de seus esconderijos no cangaço e, posteriormente, em 1931, foi apresentada a troca de comando no jornal: Roberto Marinho assumiu o cargo de diretor-redator-chefe aos 26 anos de idade.

O Correio Braziliense apresentava quase 300.000 seguidores e a informação de que foi fundado em 21 de abril de 1960. A “descrição curta”: “Principal jornal de Brasília, o Correio Braziliense foi fundado no mesmo dia em que a capital do país foi inaugurada por Juscelino Kubitschek, em 1960”. A primeira postagem regular foi realizada no dia 25 de agosto de 2011, na qual foi criado um evento chamado de “Dois pontos sobre gestão e imagem”. No dia seguinte apareceu a primeira reportagem compartilhada, que informava sobre a lei que alterava a cobrança de estacionamento em *shoppings* do Distrito Federal. Da mesma forma como foi feito na linha do tempo das páginas de Folha de S.Paulo’ e de O Globo, o Correio Braziliense lançou uma série de postagens simbólicas de anos anteriores, sendo a primeira em 21 de abril de 1960, que apresentava uma fotografia da Praça dos Três Poderes na inauguração de Brasília, além de convidar os seguidores a acompanhar os demais acontecimentos históricos retratados na página.

A BBC Brasil apresentava mais 1.000.000 de seguidores e informações sobre a fundação e a organização do jornal. Ele foi fundado em 14 de março de 1938 e, na época da análise, contava com cerca de 30 funcionários, divididos entre a sede, em Londres (Inglaterra), o escritório em São Paulo (SP) e correspondentes em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e Washington (EUA). A produção jornalística era realizada no *site* e incluía boletins de notícias transmitidos na rádio CBN. A “descrição curta” informa: “Esta é a página oficial da BBC Brasil (www.bbcbrasil.com) no Facebook. Curta para acompanhar reportagens sobre o Brasil e o mundo e participe do debate!”. A primeira postagem regular na página foi realizada em 12 de fevereiro de 2010 e apresentava uma reportagem sobre técnicas inovadoras de fotografias. Não foram encontradas postagens simbólicas na construção da linha do tempo, diferenciando-se, neste quesito, das mídias anteriores.

A página da NINJA apresentava cerca de 300.000 seguidores e na descrição não havia informação sobre a data de criação e objetivos, apenas constavam o *site* da organização e um contato de *e-mail*. Buscando informações no *site*⁴⁵, foi possível saber que foi lançada em março de 2013, propondo-se a realizar um tipo de disputa de sentidos e de imaginários na

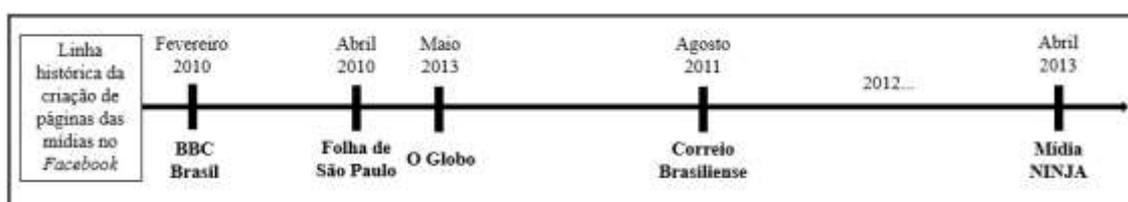
⁴⁵ <https://ninja.oximity.com/>

comunicação brasileira, com mais de 15 anos de experiência com Mídia Livre no Brasil, especialmente em “Ciranda da Informação Independente, fóruns sociais mundiais, fóruns de mídia livre, redes da blogosfera e outras experiências de “mediativismo”. Essas experiências de comunicação independente permitiram a criação, em 2006, de uma rede de coletivos político-culturais do Brasil, chamada de Fora do Eixo (FdE), que deu base para o surgimento da NINJA e seu crescimento, com a cobertura das Jornadas de Junho de 2013, por produção e compartilhamento de fotos, vídeos, transmissões ao vivo e outras postagens em redes sociais virtuais. O desenvolvimento desta mídia se deveu, em parte, à capacidade ofertada pela internet e por tecnologias que permitiram a transmissão de informações em tempo real independentemente da distância espacial em relação aos demais usuários da rede, conforme explica Frey (2003). Além disso, conforme Pereira (2011, p.4), aos movimentos cabe o desenvolvimento de meios de comunicação próprios com o intuito de “definir e enquadrar suas demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a ação coletiva e, por último, atrair a atenção dos meios massivos”.

Os organizadores e participantes se intitularam de comunicadores, documentaristas e investigadores e atuavam de forma colaborativa na criação e no compartilhamento de conteúdo, característica da sociedade em rede. Além disso, explicaram que a produção e distribuição de informações ocorreu em movimento, comunicando-se enquanto agiam e criando a figura do “cidadão multimídia” que constrói opiniões e as compartilha no ambiente virtual. Esse compartilhamento faz parte do que denominam de “Cultura *Peer to Peer*” (P2P), que significa troca direta de informações entre as pessoas sem a necessidade de intermediários. Na página do Facebook da NINJA, via-se que a primeira postagem de conteúdo ocorreu em 3 de abril de 2013, com uma informação sobre um julgamento que ocorreria em Marabá (PA), no qual seriam julgados três acusados de assassinar um casal de ativistas em 2011, em conflitos de terra no sul do Pará. Semelhante à página da BBC Brasil, não havia informações e datas simbólicas na linha do tempo antes dessa postagem.

A Figura 129, a seguir, apresenta a linha de tempo da criação das páginas das mídias analisadas.

Figura 129 - Linha de tempo da criação de páginas das mídias no Facebook



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

As categorias de análise foram criadas por tratamento e codificação dos dados documentados ao longo do período investigado na netnografia, de 1.º de maio de 2013 a 31 de maio de 2014. Dessa forma, buscou-se reunir as principais informações em grupos que melhor explicassem as atividades das páginas das mídias no Facebook em relação ao MSCC. Assim, as informações se restringem ao que foi apresentado nas páginas da rede social virtual. Normalmente eram usadas apenas chamadas para as reportagens e compartilhados os *links* que levavam ao portal de notícias dos jornais, com exceção da NINJA, que, em alguns momentos, reportou ao *site* institucional. Percebeu-se que, em virtude das Jornadas de Junho e de suas repercussões nos meses seguintes, grande parte das informações expostas se referiam aos movimentos sociais em geral e às manifestações que ocorreram no Brasil no período investigado, em que se inseriram o movimento analisado e suas atividades. Portanto se assume que as informações gerais sobre os movimentos e as manifestações podem ser aplicadas ao movimento social investigado, ainda que isso não esteja expresso em cada informação detalhada.

Estas são as categorias de análise definidas na investigação: **Cobertura Midiática das Manifestações** (informações sobre a forma como as coberturas midiáticas foram realizadas nas diferentes mídias analisadas e os posicionamentos assumidos por estas); **Ações Policiais e Enfrentamento** (agrupamento de informações sobre a postura dos policiais perante as manifestações, de acordo com as mídias analisadas); **Avaliações das Manifestações pela Mídia** (informações sobre pesquisas em relação às manifestações e a resultados e avaliações destas ao longo do período analisado) e **Mudanças Comportamentais, Redes Sociais Virtuais e “Midiativismo”** (informações sobre a mudança de comportamento, no Brasil, em relação às manifestações e ao uso de redes sociais virtuais, bem como sobre o surgimento e fortalecimento do “midiativismo”, que também pode ser encontrado na literatura sob a denominação de “transmídia”, conforme discussões apresentadas por Gregolim (2012), ou de “midialivrismo”, conforme discussões de Malini e Antoun (2013)). Na sequência, é detalhada cada uma das categorias, com indicação de como as informações foram compartilhadas.

7.2.3.1 Cobertura Midiática das Manifestações

Esta categoria se apresentou como uma das principais no estudo das mídias, em razão da intensa atividade desenvolvida em torno das manifestações que marcaram o período analisado. Cada mídia tinha uma forma de cobrir as manifestações e de encaminhar as informações aos seus seguidores. Contudo há detalhes comuns, como utilizar transmissões dos protestos ao vivo para dar mais dinamismo à cobertura e buscar aproximar-se dos seguidores. Diferenciavam-se, pois, das mídias convencionais, como a TV, o rádio e as mídias impressas.

Aparentemente, a Folha de S.Paulo publicou grande parte das manchetes sobre manifestações, expondo os efeitos negativos nas ruas e procurando demonstrar como as ações coletivas dos movimentos criavam problemas nos espaços urbanos, o que levava ao entendimento de que isso provocaria desestímulo para a participação de outros integrantes. Esse fato pode ser notado na Figura 130.

Figura 130 - Manifestantes provocam tumulto



Fonte: Página Folha de S.Paulo de 14 de Junho de 2013 – Foto: Pedro Ladeira

Na comunicação que acompanhou a Figura 130, podia ser encontrado um texto que dizia: “Manifestantes provocam tumulto em frente a estádio de abertura das Confederações”. Era o Estádio Mané Garrincha em Brasília (DF). Ainda de acordo com a publicação, os manifestantes reivindicavam que o governo do Distrito Federal gastasse em moradias populares valor igual ao empregado na construção do Estádio. Em outras postagens, o procedimento do jornal, tratando o movimento como culpado pelos tumultos, foi utilizada até para inocentar a Polícia, quando havia confronto com manifestantes.

Figura 131 - Professores entram em confronto com PMs



Fonte: Página Folha de S.Paulo de 28 de Maio de 2014 – Foto: Agência Brasil

Apesar de a imagem exposta na Figura 131 apresentar um momento de forte repressão policial contra uma mulher, aparentemente frágil diante da tropa de choque, a manchete informava: “Professores em greve entram em confronto com PMs durante ato no Rio”. Portanto responsabilizava os professores em greve pelo início do confronto. Apesar da chamada, quando se seguia o *link* para a reportagem, em nenhum momento foi relatado que os professores em greve iniciaram ações de confronto, sendo elas iniciadas pelos policiais militares, para conter ações de protesto sem violência. A postagem, por exemplo, levava o seguidor a crer que os trabalhadores em greve é que iniciaram os tumultos, possivelmente levando à formação de julgamentos errados dos seguidores que não recorreram à reportagem disponibilizada.

A Folha de S.Paulo se destacou por convidar os seguidores a acompanhar a cobertura de manifestações em tempo real, por meio de *links*, além das reportagens. Exemplo disso pode ser encontrado em uma postagem de 20 de junho de 2013, na qual se informava a respeito de protestos realizados na Avenida Paulista, na Rua 23 de Maio e em quatro rodovias de São Paulo. Outro exemplo pode ser visto em uma postagem do dia 14 de agosto de 2013 sobre protestos realizados também em São Paulo contra o caso de corrupção ocorrido com o cartel no Metrô paulista. Na última postagem, foi informado que a repórter utilizava um *Google Glass*⁴⁶ para fazer as imagens enquanto cobria as manifestações. Quando o seguidor clicava no *link* disponibilizado, era levado a uma página do portal de notícias da mídia, que continha informações em formato de texto para cada acontecimento coberto, além de algumas imagens

⁴⁶ É um dispositivo em formato de óculos que permite ao usuário fotografar e filmar por comando de voz, além de outras possibilidades por meio de realidade aumentada.

referentes a certos acontecimentos. Apesar de permitir ao seguidor acompanhar “ao vivo”, este tipo de cobertura se mostrou disponível com a utilização intensa de trechos escritos apenas para algumas manifestações ocorridas em São Paulo.

O jornal O Globo não apresentou muitas coberturas sobre as manifestações em sua página do Facebook. No período das Jornadas de Junho, por exemplo, não foram encontradas informações quando a documentação dos dados foi realizada. Ao longo do período analisado, surgiram algumas informações que procuravam mostrar os resultados dos protestos nas ruas, especialmente sobre pessoas mortas, feridas e/ou detidas. Exemplo disso pode ser encontrado em postagem de 22 de abril de 2014, na qual se destacava: “Homem é baleado e morto em manifestação no Morro Pavão-Pavãozinho” (Rio de Janeiro/RJ).

O Correio Braziliense se destacou pela utilização de imagens das capas de seus jornais impressos para informar os seguidores sobre suas edições. Em função do pequeno tamanho das imagens, os seguidores podiam ser impactados especialmente pela manchete escrita e pelas imagens que estampavam as capas. Em algumas situações, era cedido um *link* para que os seguidores pudessem ler algumas reportagens na íntegra. Portanto o objetivo aparente do jornal parecia se concentrar em divulgar as capas dos jornais impressos, para levar os seguidores a se interessar e possivelmente comprar ou assinar o portal de notícias.

Figura 132 - A voz que não se cala



Fonte: Página Correio Braziliense de 20 de Junho de 2013

Como exemplo de postagens com coberturas de manifestações, a Figura 132 permite observar a chamada do jornal impresso, que, no dia 20 de junho de 2013, dizia nas entrelinhas que a voz “das ruas” não se calava e as manifestações continuavam ocorrendo. Na imagem acima da manchete, está um homem segurando um cartaz onde se lê “A favor da seleção, contra a corrupção”, apresentando um dos principais argumentos utilizados pela população, que era a favor da seleção brasileira de futebol e/ou dos eventos da FIFA, mas se manifestava contra a corrupção. Outra parte dos manifestantes condenava a realização das Copas da FIFA no Brasil e muitos condenavam a própria seleção brasileira, entre outras críticas que distinguiam indivíduos e grupos presentes nas ruas, demonstrando a existência de um movimento heterogêneo em relação a objetivos, pautas, demandas, ações, etc. Na chamada para a imagem havia um texto informa: “O anúncio da redução nas tarifas de transporte em nada mudou o ânimo dos manifestantes. O dia deve ser das multidões.”. Explicava-se em partes a manchete do jornal.

Em outro contexto de manifestações, que ocorreriam no feriado comemorativo da Independência do Brasil, o jornal pedia paz, como pode ser visto na Figura 133.

Figura 133 - Pedidos por paz nos protestos



Fonte: Página Correio Braziliense de 7 de Setembro de 2013

Conforme se pode notar no exemplo da Figura 133, uma das preocupações do Correio Braziliense ao longo da análise foi expor problemas decorrentes da violência nas

manifestações e enfrentamentos com a Polícia e, no caso em questão, um pedido de paz, haja vista os conflitos que se tornaram comuns nos meses anteriores e que foram alvo de publicações nesta mídia. Na chamada para a imagem, o texto informa: “O sábado será intenso em todo o país: há convocações para protestos nas principais cidades brasileiras. Aqui, na capital, a tensão é grande, já que a presidente e ministros participam do Desfile da Independência”.

Com esses exemplos é possível perceber o enquadramento no qual se coloca a mídia em questão. Além disso, como o realizado pela Folha de S.Paulo, o Correio Braziliense utilizou coberturas ao vivo em alguns casos de manifestações. Exemplo disso pode ser encontrado em postagem do dia 30 de maio de 2014, que informa: “Manifestantes caminham entre os carros no Eixo Monumental. Acompanhe a cobertura ao vivo”. A cobertura ao vivo apareceu também como um diferencial para esta mídia, ao permitir que os seguidores acompanhassem as manifestações, a cada fato relatado no portal de notícias, com um *link* disponibilizado no Facebook. Também foram utilizados textos e imagens, além de vídeos.

A página da BBC Brasil se caracterizou pela apresentação de postagens com maior número de caracteres e informações, não utilizando apenas manchetes curtas. Outra característica das postagens foi a forma mais imparcial de apresentar informações equilibradas entre pontos divergentes e convidar os seguidores a participar de discussões sobre os temas tratados, após leitura de reportagens recomendadas por *links*. A Figura 134 apresenta um exemplo desse tipo de postagem, com a cobertura de manifestações realizadas durante as Jornadas de Junho.

Figura 134 - Cartão vermelho para a Copa



Fonte: Página BBC Brasil de 14 de Junho de 2013

Na postagem (FIGURA 134) foi apresentada a seguinte descrição:

Manifestantes do Comitê Popular da Copa planejam intensificar seus protestos contra o Mundial em Brasília e no Rio durante a Copa das Confederações. Eles dizem que governo cometeu abusos de direitos humanos ao desapropriar casas para obras e reclamam do preço dos ingressos para os jogos. Na sua opinião, quais são as maiores vantagens e desvantagens de sediar a Copa do Mundo? (BBC BRASIL, 14/06/2013, s/p).

Além disso, foi disponibilizado um *link* para uma reportagem e uma chamada, convidando o leitor a ler mais e se informar.

Mesmo após o ápice das manifestações no mês de junho de 2013, esse tipo de postagem continuou a ser realizado, abarcando novos contextos de manifestações e atores em evidência, como os *Black Blocs* e suas ações.

Figura 135 - Ação dos *Black Blocs*



Fonte: Página BBC Brasil de 8 de Outubro de 2013

A Figura 135, que apresenta a imagem de um manifestante com a Bandeira do Brasil em frente de chamas e fumaça, faz alusão à ação de grupos de manifestantes denominados de *Black Blocs*. A manifestação ocorreu em 7 de outubro de 2013, tendo sido exposta pela BBC Brasil no Facebook:

A ação dos black blocs no protesto da segunda-feira voltou a ser criticada por parte da imprensa e da sociedade. Muitos também defendem a forma de atuação do grupo inspirada em movimentos anárquicos europeus que, desde a década de 80, adotam o enfrentamento como forma de protesto e para aumentar a visibilidade de suas causas. Você acha que ações como a dos Black Blocs são válidas como forma de protesto e conseguem atingir os objetivos pretendidos? (BBC BRASIL, 08/10/2013, s/p).

A partir deste enunciado é possível perceber a tentativa da mídia em ser imparcial, mesmo se tratando de um assunto polêmico no contexto das manifestações contemporâneas. Em virtude disso a mídia recorreu à abertura de espaço para a participação dos leitores e promoção desta.

Com esse texto, é possível perceber a tentativa da mídia de ser imparcial, mesmo para um assunto polêmico no contexto das manifestações atuais. Em virtude disso, a mídia recorreu à abertura de espaço para a participação dos leitores e a própria promoção. Como foi observado na Folha de S.Paulo e no Correio Braziliense, esta mídia apresentou algumas postagens nas quais convidava os seguidores a acompanhar protestos em tempo real, com *links* que levavam para o portal de notícias. Exemplo disso pode ser encontrado em postagem realizada em 15 de outubro de 2013, quando foi realizada uma cobertura em tempo real sobre protestos ocorridos no Dia do Professor, no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

No caso da NINJA, as postagens sobre manifestações foram mais intensas, visto que as informações eram o objeto central de interesse. As informações foram quase sempre apresentadas como forma de protesto, especialmente contra o Estado, a Polícia e mídias convencionais e mais tradicionais. Nesta categoria se trata mais especificamente do embate contra o Estado, visto que nas categorias seguintes os embates contra a Polícia e contra outras mídias são detalhados.

A cobertura das Jornadas de Junho foi intensa para esta mídia, visto que era uma oportunidade para o fortalecimento de movimentos sociais apoiados pela NINJA e era especialmente interessante o desenvolvimento de formas de cobertura midiática que destacasse novas formas de informar a sociedade sobre as manifestações.

Figura 136 - Ocupação do Congresso Nacional



Fonte: Página NINJA de 17 de Junho de 2013

Na Figura 136 é possível visualizar um dos momentos mais marcantes das manifestações de 2013, ou seja, a ocupação da fachada do Congresso Nacional em Brasília (DF). De acordo com a publicação da NINJA, cerca de 20.000 pessoas participaram do ato em 17 de junho de

2013, a Marcha do Vinagre, pedindo, entre várias pautas, mais investimentos no transporte público. Foi um momento muito comemorado pela mídia em questão, visto que, além da cobertura da manifestação, se apresentava um ato heroico e simbólico para os manifestantes e os movimentos sociais, apoiados por esta mídia.

Um dos destaques para a cobertura foi o uso de um portal virtual, Pós TV, que funcionava como uma espécie de *site* dedicado a vídeos, arquivados para o usuário assistir ou até acompanhar no formato “ao vivo”, conforme as possibilidades.

Figura 137 - Concentração para manifestação



Fonte: Página NINJA de 24 de Junho de 2013

Na postagem que acompanhou a Figura 137, por exemplo, a NINJA informava sobre a concentração de mais de 5.000 pessoas em frente à Prefeitura de Porto Alegre (RS), que teria começado por volta das 16h e seguiria pelas ruas principais da cidade. Foi feita uma divulgação sobre a cobertura ao vivo, que seria realizada pela Pós TV e disponibilizaram o *link*⁴⁷ para os seguidores interessados. Em momentos como esse, o Facebook servia como intermediário para comunicar sobre a transmissão ao vivo que ocorreria em outro *site*, visto que a rede não permitia aos usuários produzir e compartilhar informações por meio de ferramentas de transmissão de “vivos ao vivo”. Além disso, por ser a Pós TV um *site* mantido pela NINJA, esta teria controle maior sobre os conteúdos, dando certa segurança quanto a suas atividades de cobertura das manifestações.

⁴⁷ <http://postv.org>

Outra forma de cobertura ao vivo utilizada pela NINJA foi a transmissão por *twitcasting*⁴⁸, que é um aplicativo com o qual o usuário, após se cadastrar e criar uma conta, pode fazer *login* no Facebook ou Twitter, para transmitir vídeos ao vivo por meio de *smartphones*. Este aplicativo permite ao usuário produzir e transmitir vídeos ao vivo, enviando mensagem aos seguidores por meio de postagens nas redes sociais mencionadas. Além disso, os seguidores de usuários do *twitcasting* eram informados a cada novo vídeo que era transmitido. Os seguidores que acompanhavam as transmissões ao vivo (por computador, *smartphone* ou *tablet*) podiam comentários, como ocorria nos tradicionais *chats*.

Este tipo de cobertura foi realizado intensamente pela NINJA, que usou *links* de usuários, o que possibilitou assistir a diferentes momentos e situações, de acordo com a localização de cada usuário transmissor de informações por vídeo. Um exemplo disso pode ser encontrado em postagem do dia 7 de setembro de 2013, na cobertura de um protesto realizado por manifestantes *Black Blocs* que haviam depredado uma agência de banco no centro de São Paulo (SP). Além de informações e da fotografia do protesto, os seguidores receberam um convite para acompanhar o prosseguimento do protesto ao vivo, por alguma conta do *twitcasting*, como “midianinj”, “peixeninjasp”, “midianinjapavi” e “cidadeokainesp”.

Além das intensas coberturas realizadas nas Jornadas de Junho e nos meses seguintes, o prosseguimento das manifestações em diferentes localidades do país, com objetivos distintos e movimentos organizadores, foi coberto e acompanhado regularmente por esta mídia, durante o período analisado. As transmissões ao vivo por vídeos lhe deram caráter especial no acompanhamento de movimentos sociais e manifestações, especialmente por realizar transmissões sem censura e tratamento prévio dos dados, como ocorria com outras mídias.

Esta mídia se destacou pelas formas arrojadas de comunicação aos seguidores e interessados, conforme exemplos apresentados, além da paixão e emoção na cobertura de manifestações e ações dos movimentos sociais. Enquanto outras mídias apresentavam manchetes e ofereciam *links* para os *sites* de notícias, que tinham restrições ao número de visitas de usuários não assinantes de serviços, a NINJA se propôs apresentar uma quantidade maior e mais intensa de informações sobre as manifestações, de forma livre e gratuita, democratizando o acesso.

Nas coberturas realizadas pelas mídias analisadas, destacaram-se informações a respeito de ações policiais e de enfrentamentos dos manifestantes, assuntos dos mais polêmicos também

⁴⁸ <http://us.twitcasting.tv/>

tratados em postagens do DB. Assim, na próxima seção, apresenta-se a categoria que reúne informações sobre esse tipo de ação dos policiais e dos manifestantes.

7.2.3.2 Ações Policiais e Enfrentamento

A cobertura das manifestações permitir perceber que foi dado grande enfoque às ações policiais de repressão e contenção às manifestações que culminaram em agressão física e prisões de manifestantes e, em alguns momentos, de jornalistas e equipes de reportagem. Esta categoria reúne informações sobre a forma como as comunicações das ações policiais foram realizadas durante as manifestações e em momentos de perseguição aos manifestantes.

Nas postagens da Folha de S.Paulo ficou explícito o interesse de informar sobre as ações policiais nas manifestações, tipo de cobertura muito comum no acompanhamento dos protestos ao longo do período analisado. Buscou-se mostrar a Polícia e o trabalho realizado como naturais, sem comentar sobre exageros e abusos nas ações de repressão aos manifestantes.

Figura 138 - Detenções em protesto anti-Copa



Fonte: Página Folha de S.Paulo de 15 de Maio de 2014 – Foto: Lucas Pontes/leitor

Como pode ser visto na postagem realizada com base na Figura 138, foi dada a seguinte informação por esta mídia: “Vinte são detidos em protestos anti-Copa em SP, e PM usa bombas contra grupo na Consolação”. Apesar de informar sobre o uso de bomba, não havia um caráter de crítica e reprovação da ação policial, como ocorreu em outras postagens. Além disso, de acordo como uma postagem de 15 de julho de 2013, a Folha de S.Paulo apresentou

esta manchete no Facebook: “Para oficiais, Tropa de Choque demorou a agir em protestos em São Paulo”. Concedia-se voz ao comando da corporação policial, explicitando isso nas postagens principais. Em nenhum momento foram observadas postagens explicitando posicionamentos de manifestantes e líderes de movimentos sociais sobre as ações da Polícia nas manifestações.

Em um único momento da análise pôde-se perceber posicionamento diferente quanto às ações policiais. Foi em uma postagem de 22 de fevereiro de 2014 em que a Folha de S.Paulo noticiou em sua página: “Vídeo mostra cerco policial a manifestantes e jornalistas em São Paulo”. Mesmo assim, não havia reprovação da ação policial por parte da mídia: houve uma tentativa de criticar o cerco policial na manifestação, dando destaque aos jornalistas que foram cercados pela polícia e protegendo a classe profissional que sustentava as atividades que as mídias realizavam.

Da mesma forma que a Folha de S.Paulo, o jornal O Globo deu destaque para o posicionamento da polícia, para justificar as ações.

Figura 139 - Diferentes ações policiais em cada situação



Fonte: Página O Globo de 2 de Fevereiro de 2014

De acordo com a postagem com a Figura 139, o jornal noticiou em sua página do Facebook que um policial de São Paulo havia informado, em relação aos protestos: “Uma hora é para impedir acesso de manifestantes, outra é para deixar as depredações rolarem”. A reportagem seguida pelo *link* disponibilizado apresentava policiais despreparados, mas colocando a culpa no comando da Polícia. A frase utilizada na postagem fazia relação com o entendimento do policial de que não havia um comando único da Polícia e que em cada momento era solicitado um tipo de postura diante das manifestações. O que tornava a situação mais crítica era a falta

de treinamento e preparo da corporação para lidar com contextos de manifestações como os que ocorriam.

Nesta mídia também não foi concedido espaço de destaque para as vozes de manifestantes e dos movimentos sociais. Quando o espaço foi dado para a Polícia, buscou-se justificar as ações de violência dos policiais nas ruas (ou a falta de atitude deles) como sendo um problema de gestão, sem responsáveis definidos. Aparentemente, a intenção era inocentar os policiais violentos sob a alegação de despreparo e desmandos imputados à cúpula da Polícia, o que de alguma forma legitimava a desordem nas ações policiais diante dos manifestantes.

No Correio Braziliense não se percebeu posicionamento claro sobre as ações policiais nas manifestações. Na única postagem sobre o contexto, as ações foram apresentadas como parte de um todo referente a situações de manifestações.

Figura 140 - Protestos, confrontos e depredação em Brasília



Fonte: Página Correio Braziliense de 8 de Setembro de 2013

Na postagem (FIGURA 140) deu-se enfoque para a divulgação da capa do jornal impresso, que trazia esta manchete: “Protestos, confrontos e depredação em Brasília”. Não houve crítica à ação policial e, quando se referiram aos confrontos, permitiu-se o entendimento de que eram inerentes a manifestações. Ao informar sobre depredações, possivelmente a intenção era levar os leitores a compreender que os atos eram resultado da ação policial como forma de

continuar os protestos ou até motivadores da ação da polícia, causando os confrontos citados. Na manchete publicada não se percebeu claramente o interesse de informar sobre as ações policiais, dando possibilidade de interpretações aos leitores.

A BBC Brasil não apresentou postagem exclusiva sobre as ações policiais nas manifestações, pelo menos não em sua página no Facebook.

A NINJA apresentou diversas postagens com críticas incisivas às ações policiais nas manifestações. Normalmente as postagens continham informações sobre o aparato policial utilizado ou informavam sobre o aparato que seria utilizado, antecipando as ações dos companheiros dos movimentos sociais e de manifestantes em geral.

Figura 141 - Repressão realizada pela “Tropa do Braço”



Fonte: Página NINJA de 22 de Fevereiro de 2014 – Foto: NINJA

Na postagem realizada por meio da Figura 141 buscou-se apresentar uma crítica sobre o uso da força da Polícia em manifestações realizadas em São Paulo (SP). Foi informado sobre uma manifestação na qual prevaleceu o uso da força física, bem como o uso de cassetetes por parte dos policiais, que teriam feito como alvo também alguns representantes da imprensa, como repórteres dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo e do *site* G1, que teriam sido presos, além de um fotógrafo do *site* Terra, que teria sido ferido.

Além disso, houve críticas ao fato de que policiais estariam sendo treinados com artes marciais para evitar o uso de armas de fogo. A chamada Tropa do Braço de São Paulo, formada por um grupo de 80 a 100 homens, teria feito intimidações físicas e imobilizações para ajudar na ação policial, tão criticada nas manifestações de 2013. Na postagem realizada era apresentada uma crítica ao tipo de ação que estava sendo preparado pela Polícia, defendendo a ideia de que “a tentativa de evitar o uso de armas não letais só reforçou o caráter

agressivo e combativo das tropas”, segundo palavras utilizadas na postagem do dia 22 de fevereiro de 2014.

Em outras postagens a NINJA apresentou informações dessa natureza, com mais detalhes das ações policiais. Em postagem realizada também no dia 22 de fevereiro de 2014, por exemplo, havia uma informação sobre manifestação em São Paulo que teria ocorrido com cerca 3.000 pessoas. Relatou-se que a Polícia Militar teria cercado um grupo de manifestantes, separando o ato em dois para facilitar as ações. Após isso teria passado “a agredir a população com socos, cassetetes e chutes, pressionando manifestantes pelo pescoço, forçando seus rostos no chão e utilizando técnicas violentas de imobilização”. Como resultado da ação, mais de 100 pessoas teriam sido presas e advogados ativistas e a mídia independente estariam, com outros manifestantes, indo para as delegacias para libertar os detidos. Para reforçar as informações, os seguidores foram convidados a acompanhar a cobertura por meio de 8 *links* disponibilizados do aplicativo *twitcasting*.

Figura 142 - Confronto entre policiais e MST



Fonte: Página NINJA de 12 de Fevereiro de 2014

Em 12 de fevereiro de 2014, foi realizada uma postagem (FIGURA 142) que apresentava a ação violenta da Polícia, sem justificativas, mostrando que na ocasião não haveria sequer motivos aparentes que justificassem qualquer ação policial. A chamada da postagem era: “Policiais entram na mobilização e agridem trabalhadores”. Dava-se ênfase ao fato de que se tratava de trabalhadores e não de manifestantes, buscando gerar alguma comoção nos seguidores. Ao contextualizar o ocorrido, apresentaram a informação de que havia sido realizado o VI Congresso Nacional do MST, em Brasília, do qual o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) havia saído em marcha para protestar contra a paralisação da Reforma Agrária realizada pelo Estado brasileiro. A partir daí informaram: “no meio do ato,

entretanto, um grupo de policiais impediram, sem nenhuma justificativa, que os Sem Terra retirassem do bagageiro do ônibus materiais que seriam utilizados nas intervenções teatrais”. A ação era vista como inconsequente, mas em virtude dela houve uma confusão, na qual 12 trabalhadores rurais foram feridos pela Polícia, além do dirigente do MST, que teria sido preso.

Uma das postagens de maior destaque na página da NINJA se refere a um manifestante ferido durante confronto com a Polícia, conforme pode ser observado na Figura 143.

Figura 143 - Manifestante ferido, surgimento de um herói para as manifestações



Fonte: Página NINJA de 7 de Setembro de 2013

A postagem apresentava o caso do manifestante Vitor Araújo, que ocupava a Assembleia Legislativa de São Paulo em protesto no dia 07/09/2013 e foi ferido pela Polícia Militar, o que resultou na perda da visão do olho direito e na necessidade de uma cirurgia de reconstrução facial. Vitor, conforme foi discutido na análise do DB, tornou-se um ícone para o movimento, uma espécie de herói da resistência para as manifestações.

Conforme se nota, as mídias apresentaram diferentes posicionamentos em relação às ações policiais, como a Folha de S.Paulo e O Globo, que se colocaram de forma a não criticar as ações nas postagens principais em suas páginas e até mesmo defendê-las. O Correio Braziliense se mostrou neutro nos julgamentos, e a NINJA constante e regularmente apresentava essas ações como violentas, covardes e desnecessárias.

São discutidas, na próxima seção, as informações relacionadas com o posicionamento assumido pelas mídias analisadas quanto ao cotidiano das manifestações, como forma de categorizar as informações que mostraram avaliações que foram realizadas pelas mídias ao longo do período de análise.

7.2.3.3 Avaliações das Manifestações pela Mídia

Com o acompanhamento das manifestações e de suas repercussões, os canais de mídia analisados apresentaram informações relacionadas a esse fenômeno, como breves estudos sobre perfis dos manifestantes, resultados de algumas ações no âmbito do governo e acompanhamento do desenvolvimento do fenômeno, especialmente após passado um ano das Jornadas de Junho. Buscou-se reunir nesta categoria as principais informações sobre o acompanhamento e as avaliações das manifestações e movimentos sociais que foram encontradas nos canais de mídias investigados no Facebook.

A Folha de S.Paulo se destacou nesta categoria como a única entre as mídias analisadas a tentar realizar e apresentar estudos para traçar perfis dos manifestantes que atuaram em manifestações nas Jornadas de Junho. Foram informados alguns resultados de uma pesquisa do instituto DataFolha, realizada em uma manifestação em São Paulo, em 15 de junho de 2013. Os resultados foram sintetizados na Figura 144.

Figura 144 - Perfil dos manifestantes



Fonte: Página Folha de S.Paulo de 18 de Junho de 2013

De acordo com a reportagem compartilhada em *link* com base na Figura 144 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013), foi informado que cerca de 65.000 pessoas se reuniram no Largo do Batata, na zona oeste de São Paulo, para participar de um protesto contra o aumento da tarifa de transporte. Desses presentes, informou-se que 71% participavam pela primeira vez do

protesto e que 84% não apresentavam preferência partidária, o que poderia ser verificado pelas frases gritadas pela multidão, como “O povo unido não precisa de partido” e “Sem partido, sem partido”. Na Figura 144, podem-se perceber os principais resultados da pesquisa, que indicou que 47% do total da população não tem preferência por partido político. Em relação ao nível de ensino regular cursado, cerca de 77% dos presentes apresentavam nível superior enquanto o total da população apresentava 24%. Em relação à idade, 53% tinham menos de 25 anos. Entre os manifestantes, 22% eram estudantes, enquanto na população essa porcentagem caía para 5%.

Um dado interessante da pesquisa para compor esta investigação foi em relação aos motivos para participar das manifestações, de acordo com as respostas múltiplas e espontâneas dos entrevistados. Desses, 56% disseram protestar contra o aumento da passagem de ônibus, seguidos por 40% que disseram protestar contra a corrupção, fato que reforça a tese de que o MSCC tinha de alguma forma influenciado as manifestações e colaborava com a composição dos objetivos dos movimentos sociais e das manifestações. Além disso, 24% dos entrevistados disseram protestar contra os políticos, o que pode reforçar a compreensão das relações entre a classe política e as práticas de corrupção no setor público, conforme as discussões apontadas pelo DB.

Em outros momentos, a Folha de S.Paulo buscou apresentar aos seguidores suas atividades com relação a um documentário sobre as manifestações que ocorreram em junho de 2013. Em razão da proximidade de completar 1 ano do fenômeno dos protestos, a produção do filme fazia parte dos interesses da mídia em lembrar os principais fatos que os marcaram, de acordo com o enquadramento feito.

Figura 145 - Você sabe quem são eles?



Fonte: Página Folha de S.Paulo de 22 de Abril de 2014

Na Figura 131 é possível acessar uma imagem compartilhada no mês de abril de 2014, que lançava um pedido de colaboração aos seguidores da página. Foi perguntado se saberiam informar a identidade de pessoas apresentadas na imagem, como forma de compor o material de produção do documentário. Informava ainda que a TV Folha lançaria o documentário no mês de junho, tendo como tema os protestos que tomaram as ruas em várias partes do Brasil no ano anterior. Além disso, reforçaram que o documentário estava em fase de finalização e que precisava da colaboração dos leitores e espectadores para concluí-lo. Em 30 de maio de 2014, foi realizada uma postagem informando que no dia 3 de junho ocorreria a pré-estreia gratuita de Junho, título dado ao documentário.

O jornal O Globo não apresentou perfil dos manifestantes, nem formas de avaliar e/ou lembrar os protestos ao longo do período analisado. Mas apresentou uma forma de dar respostas aos movimentos sociais e aos manifestantes.

Figura 146 - Proposta de pacto político durante protestos das Jornadas de Junho



Fonte: Página O Globo de 22 de Junho de 2013

Como pode ser visto na Figura 146, a postagem feita na página do Facebook serviu para divulgar a capa do jornal impresso. A manchete é: “Dilma propõe pacto político e chama líderes de protestos”. Portanto algumas das reivindicações presentes nas manifestações estariam sendo atendidas pelo Governo Federal por ação da presidente, ao lançar um pacto político propondo a criação de um Plano Nacional de Mobilidade Pública e buscando abrir

espaço para o diálogo com os líderes dos protestos. O papel dessa mídia foi evidenciar a resposta dada pelo Governo sobre suas intenções como resposta às manifestações.

O Correio Braziliense se apresentou de forma a criar reflexões sobre o contexto sociopolítico vivido no Brasil, especialmente nas Jornadas de Junho. Ele utilizou mais uma vez sua página na rede social virtual para apresentar a capa do jornal impresso, no qual a manchete apresentava uma avaliação sobre o contexto sociopolítico na época.

Figura 147 - A era dos extremos



Fonte: Página Correio Braziliense de 27 de Junho de 2013

Na postagem realizada com base na Figura 147 era possível perceber imagens que geravam uma sensação de antagonismo. Enquanto na parte superior da capa se veem imagens coloridas de torcedores com caras pintadas e artefatos relacionados à seleção brasileira e uma imagem de um abraço de jogadores de futebol, na parte inferior da capa se percebem imagens com cenas de protestos e vandalismo, todas em preto e branco. A manchete apresentada, “A era dos extremos”, completou esse entendimento sobre o contexto do Brasil na época: uma população dividida entre a festa no futebol, com a realização da Copa das Confederações da FIFA e as manifestações nas ruas. O texto que acompanhava a imagem compartilhada informava: “Vivemos ontem mais um dia de contradições à moda brasileira: festa no futebol, intensa atividade no Legislativo e novos confrontos nas ruas”. Portanto, além da população

dividida, deputados e senadores movimentavam o Congresso Brasileiro com atividades que respondiam às demandas das ruas.

O destaque no posicionamento da BBC Brasil se deu em matérias que lançavam dúvidas sobre a realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014, tendo em vista os impactos gerados pelas manifestações em 2013, realizando leituras do contexto pós-manifestações.

Figura 148 - Protestos e a dúvida sobre a Copa do Mundo



Fonte: Página BBC Brasil de 22 de Junho de 2013

Na postagem (FIGURA 148), foi informado que os protestos estavam criando dúvidas sobre a Copa do Mundo no Brasil. A informação foi reforçada com uma matéria do jornal britânico *The Guardian*, que apresentava a FIFA como uma marca manchada, já que estaria associada a uma elite do futebol que teria seus lucros advindos de prejuízos causados a populações locais nos países em que realizava eventos. A avaliação sobre o papel dos manifestantes na condução dos protestos contra a FIFA parece ter sido positiva, considerados os impactos na imprensa internacional, que colocava dúvidas sobre a continuidade das intenções da FIFA e do Governo em manter a realização do evento em 2014. Como praxe da BBC Brasil, a postagem foi acompanhada de sugestão de leitura e de convite para participação dos seguidores em um debate na página do Facebook.

Em outros momentos, a BBC Brasil buscou acompanhar as manifestações que continuaram ocorrendo no Brasil após as Jornadas de Junho. Em postagem de 15 de maio de 2014, por exemplo, indicava que os protestos de maio de 2014 se apresentavam como um termômetro para a Copa que se iniciaria no mês seguinte. Publicou também isso: “os atos indicam uma mudança em relação às manifestações do ano passado, com demandas mais específicas e grupos mais organizados”. Discutia-se a mudança no perfil e no comportamento dos

manifestantes, tendo em vista a definição de objetivos mais claros, em comparação com os das manifestações iniciais de 2013.

A NINJA, por sua vez, deu destaques pontuais para as ações realizadas por movimentos sociais e manifestantes ao longo do período analisado. No mesmo dia citado na última postagem da BBC Brasil, houve uma mobilização especial e intensa de movimentos sociais e manifestantes e da própria NINJA. A data 15 de maio de 2014 representava o dia no qual seriam realizadas as Manifestações das manifestações, também denominadas de “#15M”, em mais de 50 cidades do Brasil e no exterior, tendo sido organizadas por movimentos sociais para protestar contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. De certa forma os movimentos sociais buscaram se organizar ao longo de um ano após as Jornadas de Junho e realizariam as manifestações como forma de retornar às críticas das ruas quanto à realização da Copa do Mundo no Brasil, entre outras demandas que amadureceram nesse prazo.

O movimento “#15M” se apresentou originalmente como “uma ocupação massiva das ruas e praças das cidades espanholas pelos chamados *Indignados*, que reivindicavam uma democracia mais participativa”, resultado de demonstrações de força e mobilização contra as crises generalizadas na Espanha em um movimento iniciado em 15 de maio de 2011 (MALINI; ANTOUN, 2013, p.220). Dessa forma, os movimentos no Brasil buscaram inspiração em um movimento internacional que alcançou muita visibilidade no mundo a partir das redes sociais virtuais e do uso da *hashtag* que demarcou temas discutidos naquele contexto.

Figura 149 - Horizontes do #15M



Fonte: Página NINJA de 15 de Maio de 2014 – Foto: NINJA

A Figura 149 mostra uma cena da realização do “#15M” em Belo Horizonte (MG), onde houve um ato unificado que reuniu cerca de 2.000 pessoas em torno de pautas relacionadas ao

direito à cidade, como impacto dos megaeventos, mobilidade urbana, ocupações urbanas, desmilitarização da Polícia, demandas de sindicatos e de movimentos sociais. A NINJA informou que os manifestantes seguiram em marcha por ruas do centro e se encontraram em frente a Prefeitura Municipal, local onde dividiram grupos de debates específicos por temas, sempre escoltados pela Polícia.

No dia 16 de maio de 2014, a NINJA noticiava sobre as manifestações ocorridas em São Paulo (SP), dizendo que a cidade “reviveu o mês de Junho de 2013”. Informou que “protestos tomaram conta da cidade em todos os cantos e horários, com mais de 5 mil manifestantes”, inclusive com protesto em frente ao Itaquerao, estádio de futebol construído em São Paulo para a Copa do Mundo. Além disso, a NINJA relatou que mais de 8.000 professores teriam marchado para protestar e fortalecer o movimento “#15M”, o que teria sido “brutalmente reprimido pela Polícia Militar logo nos primeiros minutos de marcha”. Tal repercussão da agenda do protesto teria levado a uma preparação e ação da Polícia para reprimi-lo, em função das ações vivenciadas no ano anterior.

Por fim, percebe-se que mais uma vez as mídias se distanciaram em relação à forma como produziram e compartilharam informações, buscando avaliar os contextos que cobriram. A Folha de S.Paulo buscou compor o perfil dos manifestantes durante as manifestações de junho de 2013 e pesquisar sobre o acontecido nas manifestações, como forma de documentar e utilizar as informações para lembrar as Jornadas de Junho aos seguidores. O jornal O Globo enfocou as respostas dadas pelo Governo para acalmar as manifestações nas ruas, enquanto o Correio Braziliense buscava formas de discutir o contexto vivenciado no Brasil e expor tais fenômenos pelo contexto sociopolítico, o que vai ser visto a seguir. A BBC Brasil, talvez por ser sucursal de uma organização internacional, buscou apresentar as repercussões das manifestações em outras partes do mundo, trazendo informações sobre os impactos alcançados pelos protestos, além de abrir espaços para conhecer as opiniões dos leitores sobre os contextos tratados. A NINJA avaliou as manifestações por meio da organização dos protestos, dos resultados obtidos e das críticas às ações policiais, como de praxe nas postagens da página analisada. Essa se diferenciou das demais por apoiar a organização de novos atos de protesto em 2014, como forma de reviver e fortalecer as manifestações do ano anterior, enquanto as demais mídias passaram a tratar do assunto com menor intensidade ou apenas como forma de lembrar o ocorrido para gerar pautas.

Com a compreensão dos principais elementos presentes nesta categoria, na próxima seção apresentam-se os impactos das mobilizações e protestos dos movimentos sociais no

comportamento social e político dos manifestantes e da população brasileira, segundo a visão compartilhada pelos canais das mídias em suas páginas no Facebook.

7.2.3.4 Mudanças Comportamentais, Redes Sociais Virtuais e “Midiativismo”

Esta categoria se mostrou necessária diante da profusão de informações que buscavam levar reflexões e indagações sobre o comportamento dos brasileiros diante da política, especialmente da juventude que foi às ruas nas manifestações de junho de 2013. Além das transformações sociopolíticas, buscou-se de forma geral discutir a ocorrência da mudança de comportamento dos brasileiros com a utilização de redes sociais virtuais como forma de permitir a organização de ações coletivas e o fortalecimento do conceito de “midiativismo”. São reunidas as principais informações encontradas sobre o “novo” comportamento político bem como sobre as formas de fazer ativismo com as mídias sociais, conforme defende Rheingold (1996).

Os jornais Folha de S.Paulo e O Globo não apresentaram postagens que se enquadrassem nesta categoria, deixando de discutir as mudanças no comportamento sociopolítico e a interferência da mídia no contexto dos movimentos e manifestações.

O Correio Braziliense procurou tocar no assunto mudança de comportamento dos brasileiros, especialmente dos jovens, em relação às mobilizações políticas por redes sociais virtuais. Contudo fez com certo receio, visto que buscou colocar luz sobre as mudanças em processo na época das Jornadas de Junho, limitando-se a fazer uma leitura superficial, em razão da impossibilidade de realizar análises mais profundas sobre as repercussões das manifestações e do comportamento dos manifestantes.

Figura 150 - A nova cara do Brasil



Fonte: Página Correio Braziliense de 18 de Junho de 2013

Na Figura 150 é possível perceber a dificuldade de enquadrar os novos comportamentos na época do ápice das manifestações de 2013. Era perceptível a mudança, mas não se podia mensurar a intensidade e a duração, bem como os efeitos no comportamento da população a longo prazo. Na postagem que apresentou a capa do jornal impresso de 18 de junho de 2013, estava a imagem da fachada do Congresso Nacional tomada por manifestantes, como esta manchete: “A nova cara do Brasil”. Além dessa expressão generalista, na capa procurou-se dar enfoque a uma característica do fenômeno que era possível perceber na época: “Mobilizados pelas redes sociais, sem vínculo político-partidário, sem lideranças e sem reivindicações unificadas, milhares de jovens ocuparam pelo menos 12 capitais brasileiras em protestos generalizados”.

Deu-se enfoque a mudanças perceptíveis sobre manifestações e comportamentos de manifestantes, não havendo análises sobre outras condicionantes que não fossem o uso das redes sociais virtuais, bem como a ausência de lideranças, objetivos comuns e vínculos político-partidários. O fato é que as variedades de motivos para as ações dos manifestantes e de elementos organizativos utilizados não foram captadas após o ápice dos protestos. As redes sociais virtuais, por exemplo, foram essenciais para a organização de grande parte dos eventos, mas não foram elementos exclusivos, dadas inúmeras situações apontadas pelo DB e por mídias, como a NINJA, que apontaram para a organização de atividade por fóruns

Dias depois, em 19 de junho, outra postagem da BBC Brasil buscava apresentar novamente a mudança sociopolítica brasileira, informando: a “organização de #protestos pode indicar ‘novidade’ política no #Brasil, afirmam analistas. Que efeitos as manifestações poderão ter na vida política e social do país? Leia a reportagem e compartilhe conosco a sua opinião”. Assim, argumentou-se sobre as possibilidades de mudança na vida política e social do país, sem definir posicionamento ao deixar espaço para coletar opiniões dos seguidores que viessem a participar do debate proposto. Na reportagem sugerida indicava-se que as manifestações pegaram de surpresa políticos e autoridades, bem como analistas que buscavam compreender os impactos e as consequências dos protestos na vida social e política dos brasileiros.

Para a NINJA, as mudanças no comportamento dos manifestantes foram o tema central das mudanças, junto ao uso da tecnologia, para prover oportunidades a manifestantes e movimentos sociais, especialmente com as redes sociais virtuais e aplicativos, conforme já foi discutido na seção anterior. O uso das tecnologias, contudo, dependia da condição de acesso (equipamentos e internet), que poderia aproximar ou distanciar os membros da rede, conforme defende Wellman (1999), podendo ainda afetar os fluxos de informações das redes, seja do centro para a periferia, seja da periferia para o centro (WATTS, 2003).

Em postagem realizada em 19 de novembro de 2013, a NINJA defendia: “os levantes de 2013 evidenciaram uma juventude multi-focal” e “auto organizada em meio ao caos”. Na mesma postagem, dava boas-vindas aos participantes do Encontro Latino-Americano de Midiativismo, cuja realização no Brasil se tornou necessária em virtude das manifestações ocorridas em junho do mesmo ano, buscando reunir uma rede “midiativistas” da América Latina para o compartilhamento de experiências e fortalecimento desse movimento voltado para a utilização de mídias em protestos. Entre os participantes estavam presentes “jornalistas, comunicadores, movimentos sociais, blogueiros, artistas, agentes culturais e desenvolvedores de tecnologia livre”, segundo a organização Fora do Eixo (2013, s/p.), com a intenção de construir propostas para democratizar a comunicação e fortalecer as mídias independentes.

Fato recorrente nas postagens da NINJA era a utilização dos resultados alcançados por suas mídias e “midiativistas”, classificadas como informações verídicas e sem censura, em oposição às mídias tradicionais, vistas como inverídicas e opositoras aos movimentos e sociedade. As discussões foram realizadas como uma forma de competição pela verdade, junto com outros canais de mídias, acusando alguns veículos de comunicação, como pode ser visto em uma postagem do dia 13 de setembro de 2013, com referência à Folha de S.Paulo.

Figura 152 - Protesto contra a Folha de S.Paulo



Fonte: Página NINJA de 13 de Setembro de 2013 – Foto: NINJA

Na postagem realizada com base na Figura 152, a NINJA informou sobre uma manifestação realizada em frente à sede do jornal Folha de S.Paulo no dia 12 de setembro de 2013 por estudantes da Universidade de São Paulo (USP). O protesto foi denominado de “Ditabranda em chamas”, pelo fato de os manifestantes terem queimado um boneco com forma de rato para criticar a participação e o apoio do jornal à ditadura, apoio que teria sido reconhecido em 17 de fevereiro de 2009, quando o jornal classificou o golpe militar brasileiro de “ditabranda”, defendendo que não se tratava de uma ditadura.

Em postagem realizada em 23 de agosto de 2013, foi informado sobre um protesto que havia ocorrido nesse dia contra a revista *Veja*, em frente à sede da Editora Abril. O motivo que levou os manifestantes a protestar teria sido a discordância dos manifestantes em relação ao conteúdo de uma reportagem feita sobre a ação de *Black Blocs*. Em postagem de 31 de agosto de 2013, a NINJA informou que, no dia anterior, alguns manifestantes haviam protestado diante da sede da Rede Globo, em São Paulo, atirando fezes humanas no prédio e retirando placas que formavam a logomarca da emissora, ação que seria uma forma de protestar a favor da democratização da mídia e contra o que eles julgavam ser monopólio da emissora no Brasil.

Percebeu-se, pois, que não bastava à NINJA inserir-se no campo das comunicações por meio de suas atividades como mídia independente. Assim como os manifestantes, a NINJA parecia estar disposta a apoiar e cobrir os protestos contra veículos da mídia que, de alguma forma, feriram seus interesses, além da motivação em relação à luta pela democratização da comunicação no país. Assim, ainda que avanços na tecnologia, o uso de internet, *softwares* e ferramentas tivessem propiciado abertura no campo da comunicação, havia um embate

continuamente travado entre os representantes das mídias independentes e as mídias tradicionais, seja pela diferença de natureza e objetivos, seja em função de ideologias distintas que direcionavam as posturas e as atividades dos “midiativistas” e dos jornalistas de mídias tradicionais. Ao utilizar de canais de comunicação próprios, por meio de mídias sociais e da criação de processos de “ciberdifusão”, por exemplo, os movimentos sociais buscavam apresentar contrapontos às visões que os canais de mídias demonstravam e construíam na esfera pública, canais impressos, televisivos ou radiofônicos, conforme discussão apresentada por Pereira (2011).

Mais do que a democratização da comunicação, a NINJA se mostrou interessada em lutar pela radicalização da democracia com ações de enfrentamento do sistema político, combatendo práticas, como corrupção, distribuição hierárquica do poder e processos decisórios sem transparência, o que vai ao encontro de pressupostos apontados por Dahlberg e Siapera (2007), que constituem um dos caminhos para a construção de um sistema democrático radical.

Tomando por base as categorias analisadas e os repertórios das coberturas das mídias analisadas, sobre os movimentos sociais, especialmente o MSCC, buscou-se organizar as informações no Quadro 7. Nele são apresentadas as características gerais com que se apresentaram as mídias em relação a atividades de cobertura, nos temas relacionados por categorias, buscando reduções como forma de caracterizar as ações virtuais analisadas.

Quadro 7 - Categorias de análise da Mídia e repertório das coberturas realizadas

Categorias	Mídia	Repertório das coberturas realizadas
Cobertura Midiática das Manifestações	Folha de S.Paulo	Ligação dos movimentos sociais a confusões e tumultos. Tratamento de policiais violentos como inocentes colocando a culpa no sistema de segurança.
	O Globo	Resultados negativos das manifestações sobre o bem-estar dos manifestantes, classificando as manifestações como um risco à segurança dos mesmos.
	Correio Braziliense	Resultados negativos das manifestações sobre o bem-estar dos manifestantes, classificando as manifestações como um risco à segurança dos mesmos.
	BBC Brasil	Imparcialidade no trato das informações buscando abrir espaços de discussão sobre temas polêmicos.
	NINJA	Informações sobre as manifestações como forma de protesto contra o Estado, Mídias e a

		Polícia.
Ações Policiais e Enfrentamento	Folha de S.Paulo	Mostrou a atuação da polícia como ocorrência natural em contextos de protestos, sem mostrar exageros e abusos. Proteção a jornalistas quando estes foram alvo de atos violentos da polícia.
	O Globo	Justificativas sobre as ações violentas de policiais e direcionamento da culpa para o sistema de segurança.
	Correio Braziliense	Ações policiais como parte do contexto de manifestações, sem apresentar exageros e críticas sobre as ações.
	BBC Brasil	Nenhuma cobertura sobre as ações policiais.
	NINJA	Mostrou as ações excessivas e abusivas por parte da polícia contra os manifestantes, inclusive com detalhes sobre aparatos e técnicas utilizados.
Avaliações dos Manifestantes pela Mídia	Folha de S.Paulo	Tentativas de desvendar perfis dos manifestantes e documentação sobre manifestações (Jornadas de Junho).
	O Globo	Uso de resposta do governo como forma de silenciar as manifestações.
	Correio Braziliense	Levantamento de questões sobre as manifestações para levar os seguidores à reflexão sobre o contexto sociopolítico.
	BBC Brasil	Investigação do contexto pós-manifestações e averiguação dos impactos sobre a sociedade, política e eventos.
	NINJA	Destaque para ações realizadas por manifestantes, movimentos sociais específicos e casos locais como forma de fortalecer do movimento a partir das bases.
Mudanças Comportamentais, Redes Sociais Virtuais e ‘Midiativismo’	Folha de S.Paulo	Nenhuma discussão apresentada nesta categoria.
	O Globo	Nenhuma discussão apresentada nesta categoria.
	Correio Braziliense	Mudança no comportamento sociopolítico a partir do uso das redes sociais virtuais.
	BBC Brasil	Mudança no comportamento sociopolítico a partir do uso das redes sociais virtuais.
	NINJA	Impactos das redes sociais virtuais além da simples mobilização, dando ênfase para o ‘Midiativismo’. Intensas discussões sobre a democratização da mídia.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Compreendidos os posicionamentos assumidos pelas mídias analisadas, em relação aos movimentos sociais, especialmente o MSCC, e a manifestações e manifestantes, na sessão

seguinte se faz um esforço de síntese para apresentar o enquadramento geral, tomando por base os enquadramentos realizados na investigação e na análise netnográfica das páginas DB, de instituições do Governo e de páginas Mídia apresentadas.

7.2.4 Enquadramento Geral

A análise dos atores selecionados em páginas virtuais no Facebook permitiu identificar e discutir posicionamentos por eles assumidos no contexto do MSCC e, de modo geral, dos movimentos sociais, visto que boa parte da análise se deu em um período histórico para o Brasil, no qual se destacou o fenômeno de manifestações sociais, especialmente as Jornadas de Junho. O fenômeno teve esta base e motivos: a corrupção e a impunidade decorrente de casos dessa natureza, julgados ou não, no cenário político; a ineficiência do Governo na oferta de serviços públicos de qualidade; formas de participação social na gestão pública restritas ou inexistentes; necessidades de alteração nos aparatos legais constituídos especialmente pelas casas legislativas; a realização de grandes eventos no país, como a Copa das Confederações e Copa do Mundo da FIFA, e consequências, como superfaturamento de obras e exclusão/opressão de grupos sociais; repressão e violência policial em ações de protestos da sociedade e motivos específicos de cada localidade.

Contudo a leitura dos cenários e contextos próprios de cada ator analisado permitiu vislumbrar diferenças nas formas com que o DB, o Governo e a Mídia abordaram os elementos presentes no contexto do movimento social em questão. A leitura foi possível pelo processo de “tradução”, sugerido na Teoria Ator-Rede, um processo que possibilita compreender como as ações coletivas se desenvolvem pela circulação das informações nas redes. Enquanto a análise do DB se deteve nas categorias elencadas para a investigação, de acordo com a literatura escolhida, a análise do Governo e da Mídia ocorreu com tratamento inicial dos dados, gerando as categorias pertinentes às ações que realizaram, de acordo com suas páginas virtuais. Portanto a análise do DB foi focada em elementos referentes à ideologia e à cultura, bem como em definições de estratégias e ações coletivas e seus processos de gestão. A análise do Governo se deu especialmente em referência à postura adotada por ele, como antagonista do movimento. A análise da Mídia foi focada em coberturas e avaliações que definiram a postura de certos canais perante o contexto de embate entre o movimento e o

antagonista. Contudo, como foi visto, as mídias, em alguns momentos, também foram alvo de protestos e ações advindas do movimento social investigado.

No caso do DB, as categorias que mais se destacaram na análise foram **Ideologia, Cultura e Símbolos** e **Construção Social de Significados e Sentidos**. Partindo do trabalho realizado com os elementos cognitivos e comportamentais apresentados nessas categorias, foi possível realizar discussões relacionadas à categoria **Relações de Poder**, enfrentadas pelo movimento social, bem como sua relação com as atividades que constituíram a categoria **Quadros Estratégicos de Ação**, que mostra elementos estratégicos como resultado de definições inicialmente apresentadas pelo movimento, para desenvolver a ideologia política entre os seguidores – membros ou observadores. Após a elaboração dos quadros estratégicos, foi possível compreender, em parte, o papel dos responsáveis por encaminhar as atividades do movimento, a categoria **Lideranças**, observando a forma como se apresentou, especialmente o grupo de administradores da página do DB, no Facebook. Apesar da importância que esta categoria teve para a compreensão de movimentos sociais, no caso apresentado, houve restrição em termos de informações, por se dispor apenas de análises sobre os momentos nos quais se apresentaram ou por ações realizadas ao longo do período analisado.

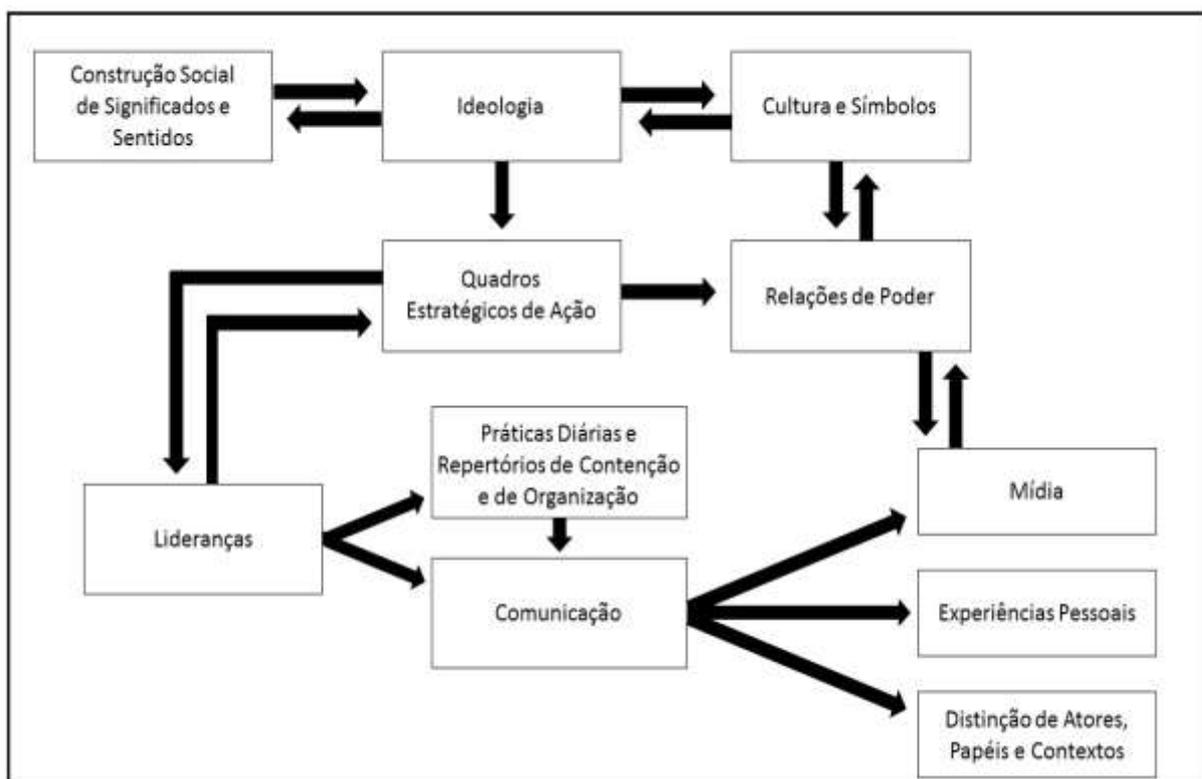
Seguindo a análise sobre liderança, foi possível compreender atividades essenciais para a manutenção do movimento, ressaltando duas categorias como centrais, para o estabelecimento e o desenvolvimento das atividades do DB na rede social virtual: **Práticas Diárias e Repertórios de Contenção e de Organização**, categoria que permitiu compreender a lógica organizativa de ações realizadas nos espaços virtuais e físicos, e **Comunicação**, que, além de ser o elemento fundamental para a interação com os seguidores da página e disponibilização de informações sobre todos os elementos e atividades citados, foi primordial para a realização das atividades de organização e gestão do grupo e das ações coletivas realizadas pela liderança e pelos seguidores da página.

Das ações coletivas que constituíram a base de operações do DB se destacaram as demais categorias: **Distinção de Atores, Papéis e Contextos**, categoria que serviu para mostrar a divisão de responsabilidades e também a dependência do movimento em relação a ações e organizações de base regionais e de outras organizações no mesmo movimento; **Experiências Pessoais**, categoria que serviu de exemplo de ações realizadas por membros do movimento que poderiam dar direcionamentos a outras ações, bem como acompanhamento do que havia sido realizado, e **Mídia**, categoria que se mostrou necessária para apresentar as limitações que a opinião pública tinha ao considerar apenas informações advindas dos veículos de

comunicação tradicionais, bem como para acompanhar informações nas mídias sociais, como forma de melhor acompanhar o contexto do movimento.

Sintetizando a análise global sobre o DB, apresenta-se a Figura 153, que visa a facilitar a compreensão do esquema estrutural da organização investigada, que se apresentou diante das categorias elencadas e da forma como estas se relacionaram na prática observada e documentada.

Figura 153 - Enquadramento do Dia do Basta



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Na análise do Governo, foi possível perceber que as categorias consideradas, apesar das peculiaridades de cada instituição, apresentadas em relação às suas ações, demonstraram características semelhantes, mostrando um posicionamento uniforme das instituições em alguns momentos. Na categoria **Posicionamento Institucional** houve a percepção de que o Governo se mostrou despreparado para lidar com as manifestações sociais, possivelmente em virtude da cultura da passividade política apresentada pelos próprios organizadores do DB, que determinava tradicionalmente aversão a manifestações em boa parte da população, salvo os movimentos sociais organizados, que constantemente se organizam e travam disputas com o Governo e seus antagonistas. O despreparo do Governo resultou em imobilidade aparente e na busca de formas de se abrir, ainda que virtualmente, para a população. Assim, plataformas,

páginas em redes sociais virtuais e ferramentas de informação e comunicação foram criadas ou aprimoradas, como forma de incentivar a participação da sociedade em ações das instituições do Governo.

Contudo, de acordo com Martí (2008), a implantação e o desenvolvimento de tecnologias deveriam ser realizados como meio de favorecer a participação e não como um fim, visto que experiências pontuais possivelmente não oferecem resultados em termos de participação social, sendo, pois, necessário mantê-las até que sejam do conhecimento da população, assim como a habilidade no uso delas. Mais do que a perenidade dessas ações, seria necessário que fossem estabelecidas como aparatos legais, visto que a própria Constituição Federal de 1988 garante a participação popular nas atividades do Poder Legislativo e do Poder Executivo, pelos artigos 14 e 29, conforme esclarecem Santos e Avritzer (2005).

Na categoria **Ações Realizadas**, o Governo se apresentou diante das manifestações e demandas sociais enfocando suas ações especialmente na participação da sociedade, como forma de buscar compreender as pautas dos movimentos, agindo por meio da elaboração de pactos e pautas prioritárias e buscando atender parcialmente às demandas sociais mais claras. Em relação à corrupção, foram realizados cinco pactos pelo do Governo Federal, ou seja, pela responsabilidade fiscal, pela reforma política, pela saúde de qualidade, pela educação e pelo transporte público de qualidade, e votadas e aprovadas legislações pelo Congresso Nacional que institucionalizaram o combate à prática de corrupção. Entre as principais votações e encaminhamentos de discussões: da PLS 204/2011 (corrupção como crime hediondo), da PEC 6/2012 (ficha limpa para servidor público), da PEC 39/2013 (responsabilização da pessoa jurídica por corrupção), da PEC 20/2013 (fim do voto secreto em processos de cassação de mandato), da PEC 53/2007 (possibilidade de demissão de juízes e promotores como punição administrativa) e da PEC75/2011 (punição que extingue a aposentadoria compulsória para magistrados e para membros do Ministério Público).

Na categoria **Combate à Corrupção**, que buscou compreender ações direcionadas exclusivamente para esse fim, foi percebida a falta de iniciativas em termos de ações pontuais realizadas pelas instituições. Foram identificadas apenas duas ações durante o período analisado: ensinamento de “prática” anticorrupção pelo Governo Federal e disponibilização de canal de denúncias de corrupção pelo Senado Federal. Apesar das já citadas ações realizadas em termos de legislações e institucionalização do combate à corrupção na categoria anterior, eram respostas a demandas sociais que já aguardavam votações e encaminhamentos

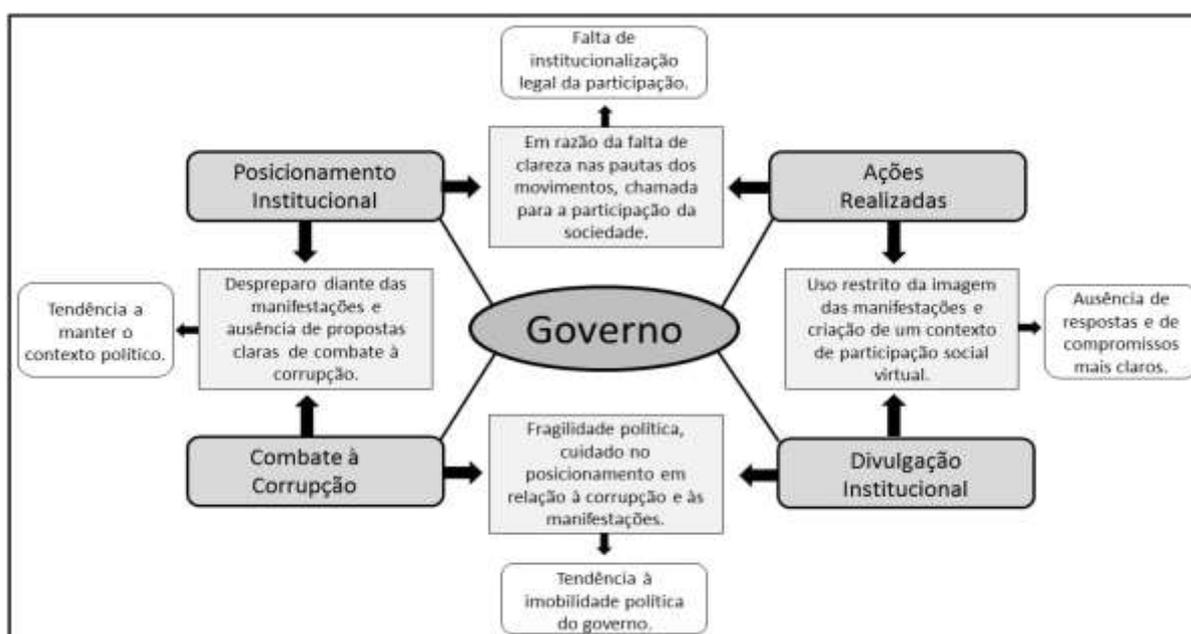
do Congresso, não sendo, pois, consideradas como respostas exclusivas para o combate à corrupção criadas exclusivamente após as manifestações.

Na categoria **Divulgação Institucional** percebeu-se que as instituições demonstraram certa fragilidade em imagens e ações perante as manifestações e os movimentos sociais, agindo com cuidado no uso de imagens e de elementos relacionados aos protestos, para favorecer suas próprias imagens perante a sociedade. Neste contexto, destacaram-se pequenas ações de promoção de instrumentos de participação social do Congresso Nacional, bem como a divulgação de trabalho de deputados no plenário ou na recepção de líderes das manifestações e de movimentos sociais.

Apesar dos avanços em termos de abertura do Governo por meio da criação e do desenvolvimento de redes sociais virtuais, seria necessário mais investimento e preocupação com a melhoria da comunicação, especialmente nas respostas a usuários das redes que buscam dialogar com os governos nas suas páginas virtuais, conforme também defendem Farranha (2012) e Farranha *et al.* (2014).

Com as categorias que compuseram esta discussão sobre as ações do Governo foi construído um esquema analítico, na Figura 154, que apresenta os resultados mais amplos das ações (ou falta delas) no contexto sociopolítico brasileiro.

Figura 154 - Enquadramento do Governo



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Na construção do enquadramento da Mídia, buscou-se identificar elementos apresentados por meio de coberturas dos movimentos, mais especificamente manifestações e protestos. Contudo, em virtude das Jornadas de Junho e da importância delas no período analisado, grande parte das coberturas midiáticas foram feitas no período de junho de 2013 ou com relação a acontecimentos relacionados a elas nesse mês e em meses subsequentes. Foi possível destacar uma série de elementos de comunicação utilizados pelas mídias, organizados em quatro categorias encontradas na investigação.

Na categoria **Cobertura Midiática das Manifestações** foi possível perceber que a cobertura realizada pelas mídias analisadas, de acordo com suas páginas no Facebook, apresentaram duas características específicas das mídias sociais, que, no conjunto, trouxeram diferenças em relação à cobertura realizada pelas mídias tradicionais, como televisão, rádio e jornais impressos: cobertura “ao vivo”, com uso de textos, imagens ou vídeos, atualizada constantemente e com rapidez, atendendo à própria dinamicidade das manifestações, e possibilidade de debates on-line, já que os próprios *softwares* sociais permitiam aos usuários debater e opinar sobre as informações compartilhadas, além de complementar informações e de sugerir novas coberturas. Em relação ao conteúdo da cobertura, enquanto a Folha de S.Paulo normalmente atuou ligando as manifestações a tumultos e confusões e justificando o trabalho da Polícia, os jornais O Globo e Correio Braziliense atuaram por meio do enfoque nos riscos dos protestos aos manifestantes. No mesmo contexto a BBC Brasil buscou apresentar os temas mais polêmicos de modo imparcial, como forma de abrir espaços para debates, enquanto a NINJA utilizou suas atividades de cobertura das manifestações como meio de protesto contra o Estado, a Polícia e as mídias de massa.

Na categoria **Ações Policiais e Enfrentamento**, foi possível perceber grande intensidade de postagens realizadas pelos canais de mídia analisados, visto que as ações da Polícia sobre manifestantes se tornaram ponto importante no debate do contexto dos movimentos sociais, especialmente nas manifestações e na repressão policial, que resultou em prisões, pessoas feridas e até mortes. De modo geral a cobertura da mídia buscou apresentar as formas como as operações policiais foram realizadas e os resultados das ações dos policiais sobre manifestantes e jornalistas. Enquanto a Folha de S.Paulo e o Correio Braziliense apresentaram as ações policiais como necessárias e parte do contexto dos movimentos, tratando-as como naturalidade, o jornal O Globo fez o mesmo, mas isentou os policiais de culpa por violência e excessos nas ações, encaminhando a culpa para o sistema e, logo, não apresentando claramente os responsáveis. A BBC Brasil não apresentou coberturas referentes ao tema e a

NINJA realizou intensas coberturas mostrando os excessos nas ações policiais e os resultados sobre manifestantes e manifestações, bem como exposição detalhada dos aparatos policiais e das técnicas utilizadas, como forma de denunciar a Polícia e preparar os manifestantes para novos contextos de repressão.

Em relação à categoria **Avaliações das Manifestações pela Mídia**, foi possível perceber o enfoque dado à avaliação dos perfis dos manifestantes, às respostas do Governo e, especialmente, a resultados e impactos dos protestos no período pós-manifestações das Jornadas de Junho. A Folha de S.Paulo se destacou pelo interesse em desvendar os perfis dos manifestantes, embora tenha feito isso de forma parcial, em apenas uma ocasião. O Globo buscou apresentar respostas do Governo como forma de responder às demandas das manifestações, contudo parece tê-lo feito na tentativa de encontrar argumentos para calar movimentos e manifestantes. O Correio Braziliense apresentou leituras gerais do contexto das manifestações com o interesse de levar seguidores e leitores à reflexão, sem, claramente, tomar partido e mostrar opiniões. A NINJA buscou continuamente apresentar avaliações das manifestações, focando as ações realizadas por movimentos sociais e artifícios usados nas manifestações e mostrando claro interesse de acompanhar os contextos e divulgar informações mais específicas que, no entendimento dos responsáveis, não seriam foco de cobertura das demais mídias. Além disso, se destacou por fazer avaliações das manifestações de Junho de 2013 no primeiro semestre de 2014, como forma de gerar motivação nos seguidores para a realização de novas manifestações, especialmente antes e durante a realização da Copa do Mundo, em junho de 2014.

A categoria **Mudanças Comportamentais, Redes Sociais Virtuais e “Midiativismo”** apresentou informações sobre a diferença de comportamento sociopolítico dos brasileiros, especialmente a juventude, passando da passividade para a atividade em relação a manifestações e tomando por base o avanço da tecnologia informacional e comunicacional através das redes sociais virtuais, que passaram a ser importantes instrumentos para a mobilização social no país. Além disso, esta categoria reuniu informações sobre críticas direcionadas à monopolização da comunicação no Brasil pelos maiores veículos de comunicação e a importância do “midiativismo” diante desta realidade. Enquanto a Folha de S.Paulo e O Globo se isentaram de postagens na temática desta categoria, o Correio Braziliense focou a apresentação da discussão sobre o uso das redes sociais virtuais como base para mudança de comportamento sociopolítico dos cidadãos. A BBC Brasil seguiu a linha do Correio Braziliense, adicionando a importância das redes sociais virtuais para a

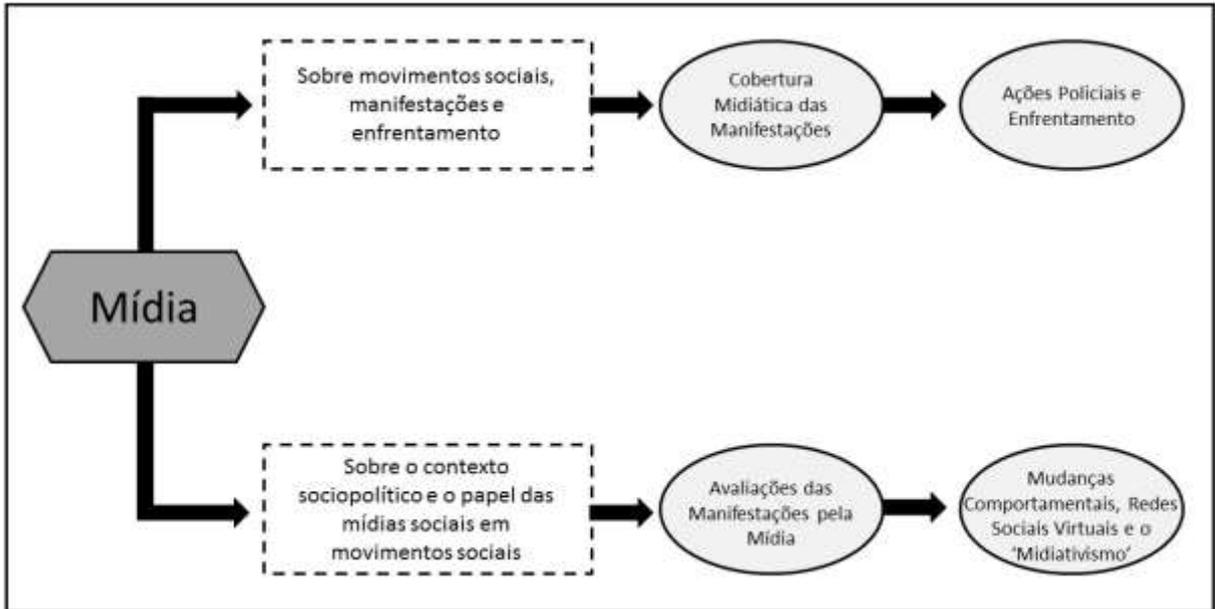
mobilização e organização dos cidadãos em torno de movimentos sociais e manifestações, como instrumento de comunicação e interação.

A NINJA, além de tratar da relevância das ações de mobilização, apresentou e defendeu a importância das mídias sociais como instrumentos para a prática do ativismo, denominando ações decorrentes desse uso como “mediativismo”, que, além de ampliar as possibilidades dos movimentos sociais, confronta as mídias de massa, ao defender a democratização dos meios de comunicação, na direção do que Castells (1999) denomina de desestatização e democratização das informações, possível pela conectividade mundial propiciada pela internet. Dessa forma, defendem-se as informações disponibilizadas pelas mídias alternativas não controladas pelo Estado contra as informações advindas das mídias de massa, conforme pressupostos defendidos por Rheingold (1996) e Lemos e Lévy (2010), que ainda defendem que é uma forma de democratizar as informações e buscar desenvolver a ciberdemocracia.

Malini e Antoun (2013, p.21-22) discutem um conceito semelhante ao “mediativismo”, o “midialivrismo” ciberativista. Esse tipo de ação abarca uma série de experiências voltadas para a “construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas”, com intenção de produzir livremente formas de enxergar o mundo sem intermediários, “sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação *um-todos*”. Assim, o “midialivrismo” não se coloca como mediador de pessoas, mas busca radicalizar o princípio de ação direta, característica fundamental da internet. Cada usuário tem condições de produzir seus conteúdos e movimentos em suas redes, disponibilizando informações para novos públicos, agendas e gostos e dividindo a atenção com as narrativas das mídias de massa.

A Figura 155 apresenta o esquema criado com a análise das categorias da Mídia, sendo que as duas primeiras figuraram como resultado do enfoque dado pela mídia sobre movimentos sociais, manifestações e enfrentamentos dos ativistas em relação às ações policiais de repressão. As duas últimas se mostram como o resultado do enfoque dado pelas mídias ao contexto sociopolítico e do papel das mídias sociais para os movimentos sociais.

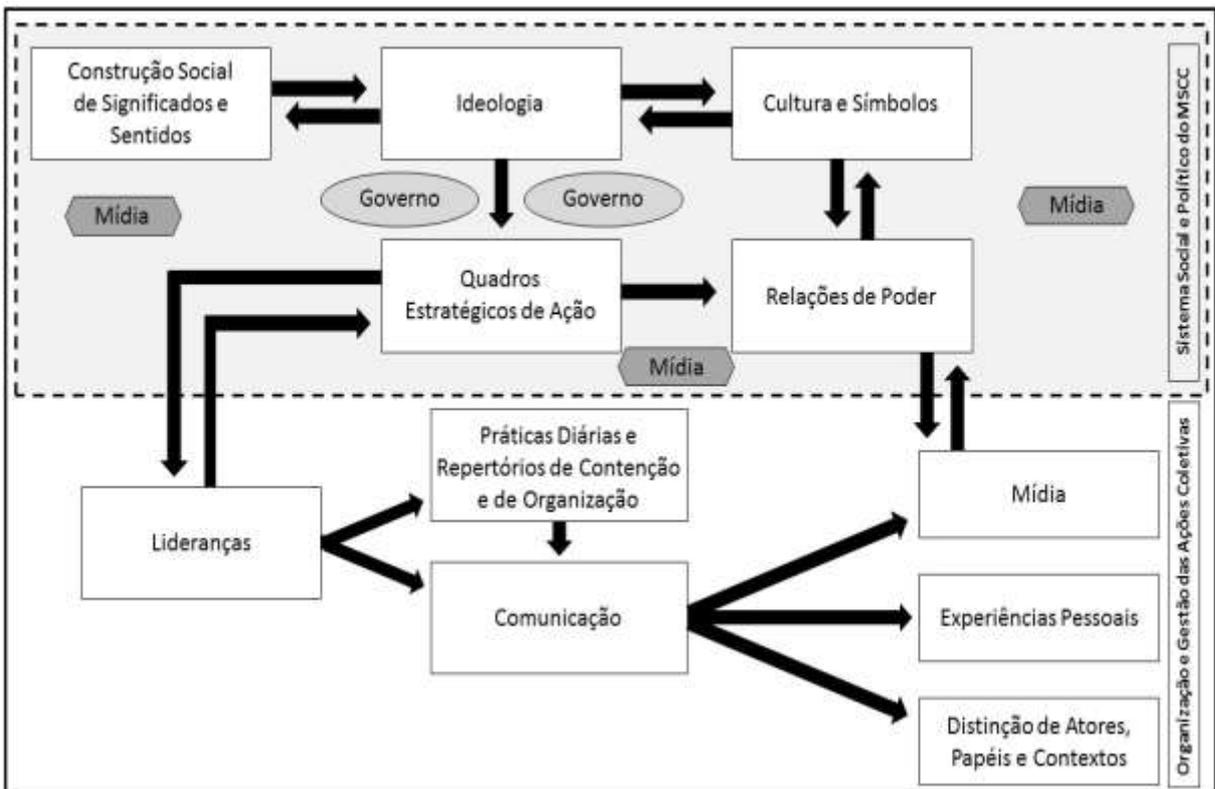
Figura 155 - Enquadramento da Mídia



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Tendo em vista as discussões apresentadas e o enquadramento inicial realizado sobre a o DB, foi possível chegar ao enquadramento geral, apresentado na Figura 156.

Figura 156 - Enquadramento Geral



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa, 2015.

Por informações encontradas e entendimentos desenvolvidos foi possível destacar dois momentos ou contextos nos quais o MSCC se desenvolveu, tendo por base a análise do DB. O primeiro, localizado na parte superior da Figura 156, mostra o Sistema Social e Político do MSCC, que resulta das relações sociais internas entre os membros do movimento e das relações realizadas com o meio externo, contando especialmente com a influência advinda do Governo, o antagonista. Também a Mídia aparece influenciando o sistema, já que duela com o movimento em relação à formação de percepções no âmbito do Estado e da sociedade, como também no desenvolvimento da ideologia, que posteriormente permite o estabelecimento dos quadros estratégicos de ação, bem como uma clareza quanto às relações de poder. Além disso, é nesse contexto que os membros do movimento apoiam os líderes no desenvolvimento de significados e sentidos coletivos que refletem na forma como a ideologia é construída e na influência futura no desenvolvimento das práticas.

Na parte inferior da figura é possível perceber o que se denominou de organização e gestão das ações coletivas, contexto formado pelas práticas e comunicações realizadas pelos líderes do movimento, que direcionam o fazer dos demais integrantes, seja no ambiente virtual, seja nas atividades realizadas nos espaços físicos, como ruas, praças e outras localidades selecionadas para as ações coletivas. É nesse campo também que se inserem as distinções de atores, papéis e contextos do movimento, bem como as experiências pessoais que buscam reforçar as ações realizadas, especialmente por mostrar resultados e permitir o acompanhamento por parte dos participantes, além de as experiências servirem de exemplo para outras ações a serem replicadas, adaptadas ou construídas, em outros contextos do movimento. Além disso, nesse campo se situam as discussões do movimento sobre a Mídia, fazendo referência às críticas do DB sobre as coberturas midiáticas e sobre o papel dos veículos de comunicação que normalmente feriam interesses e ideologias expostos pelo movimento, apresentando um campo auxiliar de disputas de poder, além do próprio Governo como antagonista.

Apesar de o Governo e as mídias estarem mais posicionados no campo que se denominou de sistema social e político do MSCC, esses atores apareceram em vários momentos e contextos do movimento. O uso do destaque na figura foi útil apenas para demonstrar mais intensidade desses atores na concepção da ideologia e de quadros de ação, que refletem na continuidade das ações do movimento. Além disso, esta é apenas uma representação dos momentos de ações do DB, de acordo com as categorias de analisadas, visto que as ações ocorreram concomitantemente, de forma cíclica, anticíclica ou mesmo alternada, não levando em

consideração o modelo representativo como modelo exato e regular da organização do contexto do movimento social analisado.

Compreendido o enquadramento geral que uniu as categorias analisadas sobre a atuação do DB, de instituições do Governo e de representantes da Mídia, parte-se para as discussões finais a respeito das redes sociopolíticas virtuais formadas no contexto apresentado.

7.3 Redes Sociopolíticas Virtuais

A discussão apresentada evidencia novos contornos nas relações sociais e políticas da sociedade contemporânea, em virtude da crescente e intensa utilização de redes sociais virtuais, bem como do uso de dispositivos eletrônicos que permitem sua utilização, apresentando constante desenvolvimento tecnológico e portabilidade de recursos de mídia. Isso significa dizer que as redes sociais virtuais têm possibilitado criar e desenvolver relacionamentos sociais virtuais cada vez mais constantes e dinâmicos entre as pessoas, possibilitando, além da aproximação no ambiente virtual de pessoas ou de pessoas e organizações de naturezas distintas, relações com instituições do Governo, Mídia, empresas, fundações e outros atores.

No campo político, além da possibilidade de criação e desenvolvimento de relações sociais e de atividades de comunicação, as redes sociais têm se apresentado como espaço e instrumento para a realização de ações políticas de diferentes atores sociais, pela utilização de ambientes e ferramentas disponibilizados, de acordo com suas configurações. Além da tendência à virtualização dos relacionamentos sociais, as relações políticas têm se servido do ambiente das redes sociais virtuais para ampliação do debate sociopolítico e para estabelecimento de objetivos, estratégias e ações coletivas, permitindo a criação de um novo conceito, denominado de **Redes Sociopolíticas Virtuais**. O desenvolvimento de redes como essas pode determinar a expansão das possibilidades políticas na sociedade, direcionando o sistema político para condições de mais participação e contribuindo para a construção de um sistema democrático participativo, especialmente em razão da crise enfrentada pela democracia representativa.

Como foi discutido na seção relativa à democracia e aos sistemas vigentes, a crise da representação se dá em virtude do distanciamento entre os momentos de voto e de controle

por parte dos cidadãos (MENDES, 2007) e da redução da confiança nas instituições do Estado (MIGUEL, 2003). Sendo assim, a queda da adesão dos cidadãos em relação às instituições representativas e a dificuldade de identificação com os representantes políticos colaboram com a demanda social por novos sistemas em substituição à democracia representativa (MANIN, 1995), em um contexto no qual a participação se torna elemento fundamental. Contudo, em qualquer sistema democrático, a mobilização da sociedade civil se apresenta como fator crítico (HELLER; ISAAC, 2005). Nesse contexto as Redes Sociopolíticas Virtuais se destacam como pontes para o alcance de mais mobilização da sociedade civil no enfrentamento do Estado e de sua atuação, bem como na própria estrutura democrática que sustenta as relações entre Estado e Sociedade.

É esse o contexto que se apresentou durante as análises realizadas sobre o MSCC no Facebook, contexto que se constituiu em uma rede virtual da sociedade através das relações entre cidadãos usuários da rede em torno e em função da política e da expansão dos espaços para discussão e deliberação por participação. Além disso, o contexto externo a essa rede/movimento, formado pelo Governo e pela Mídia, pode ser considerado como uma rede mais ampla, na qual duelam diferentes atores e interesses, segundo discursos apresentados e posicionamentos políticos assumidos. Porém a discussão sobre Redes Sociopolíticas Virtuais apresentada enfoca exclusivamente a rede formada e desenvolvida no âmbito do MSCC.

As redes sociais virtuais, como resultado do avanço da *Web 2.0*, permitem a relação entre pessoas, tecnologia e comunidade, aspectos fundamentais da vida social (LAI; TURBAN, 2008). Portanto a ampliação do uso dessas redes tem acompanhado a dinâmica relacional e comunicativa de grande parte da sociedade digitalmente incluída, de modo especial no que tange a relacionamentos e atividades diversas vivenciados pela juventude. A expansão do uso de dispositivos eletrônicos e o desenvolvimento de uma diversidade de *softwares* sociais têm levado a sociedade a uma conexão virtual cada vez mais dinâmica e intensa, tornando as redes sociais virtuais um local do ciberespaço movimentado por indivíduos com interesses distintos, de relacionamentos e busca ou disponibilização de informações diversas (notícias, músicas, fotografias, vídeos, etc.), de atividades de cunho político, por meio de cidadãos isoladamente, organizações sociais diversas, partidos políticos, políticos, candidatos, instituições do governo e movimentos sociais.

Independentemente da natureza das organizações e dos objetivos ou mesmo dos indivíduos, é fato que os espaços e as ferramentas disponibilizadas nos *softwares* sociais têm sido úteis à sociedade e ao Governo, para criar e manter relações com outros atores, de acordo com seus

interesses. Assim, ao reconhecer as ações políticas como objeto de interesse de indivíduos e organizações, as redes sociais virtuais se apresentam com importantes e interessantes elementos para fortalecer e revigorar debates e ações que dão vigor ao contexto sociopolítico, especialmente em sociedades permeadas por práticas tradicionais da política e por comportamentos de passividade política, como o Brasil, visto que as redes permitem maior acompanhamento do cenário político pelos interessados e a possibilidade de protagonismo a todo cidadão interessado em agir politicamente.

No caso do movimento social analisado e das suas relações com o Governo e a Mídia, percebeu-se proeminência no uso das redes sociais virtuais para a construção social de elementos culturais e da ideologia política, por atividades e conteúdos baseados na autorreflexão, os quais dão bases para o desenvolvimento do movimento social e a formação de grupos e organização de ações coletivas, com possibilidade de alcance de objetivos sociais e maiores níveis de emancipação política. Além disso, conforme foi discutido pelo próprio movimento e pelas mídias, as redes sociais virtuais têm possibilitado o surgimento de novas dinâmicas organizacionais e de mobilização, o que tem modificado o cenário sociopolítico. Apesar dos avanços, não se pode ainda definir a amplitude e os impactos das mudanças a longo prazo. Maior impacto, por exemplo, pode ser vislumbrado a longo prazo, caso a organização do movimento em rede possibilite alcançar transformações sociais, como defende Castells (1999). A curto prazo, porém, o contexto relacional, comunicativo e organizacional tem permitido conceder mais dinâmica e fluidez aos movimentos sociais, especialmente entre a liderança e os integrantes, com transbordamento intenso das ações realizadas, atingindo direta ou indiretamente os cidadãos inseridos nas redes sociais e tornando-os observadores e possíveis aderentes.

Antes da utilização dessas redes, os movimentos sociais ficavam presos aos seus espaços institucionais e às formas tradicionais de comunicação, como jornais e panfletos, bem como às ações diretamente focadas nos seus antagonistas. Sem contar que o espaço para a atuação da militância era praticamente limitado a protestos nos espaços físicos e à cobertura que os canais tradicionais da mídia se dispunham a realizar e apresentar. A partir das redes sociais virtuais, é possível perceber a extensão das atividades dos movimentos sociais por meio de formas variadas de interação e comunicação, para formar o movimento social, bem como para realizar ações que impactam mais fortemente os antagonistas, fazendo as ações repercutir na sociedade. Isso se explica pelo fato de que as informações relacionadas aos movimentos sociais não passam necessariamente por filtros das mídias, que atendem a uma série de

interesses que normalmente não condizem ou não cooperam com os interesses dos grupos sociais organizados.

Portanto a possibilidade de reconhecimento identitário e de demandas comuns aos integrantes dos movimentos sociais, bem como a possibilidade de organização de ações coletivas para o alcance desses, dá novos contornos ao embate e ao enfrentamento que os movimentos sociais preparam e realizam diante do antagonista, que, no caso analisado, é diretamente o Governo e indiretamente a Mídia e a Polícia, que normalmente age dificultando as ações empreendidas.

Para melhor compreensão dos argumentos apresentados, aprofundam-se, nas seções seguintes, as discussões sobre redes sociais virtuais como espaço para a gestão de grupos e de ações coletivas e possibilidades de ações coletivas em redes sociais virtuais e formação da cultura política.

7.3.1 Redes Sociais Virtuais como Espaço para a Gestão de Grupos e de Ações Coletivas

A utilização dos espaços das redes sociais virtuais para o desenvolvimento de movimentos sociais se mostra recorrente na atualidade, já que os *softwares* sociais concedem possibilidades de uso de ferramentas de informação e comunicação de razoável facilidade para os usuários, sendo as mais básicas: as adições de amigos e páginas de interesses aos “círculos de amizade”; a visualização de dados (textos, imagens, vídeos); o acompanhamento de informações a partir de *links* disponibilizados pelos contatos adicionados ou seguidos; as postagens de conteúdos diversos e de distintos formatos digitais; e, o compartilhamento de informações a partir de cliques, de acordo com as opções de cada *software* social. No caso específico do Facebook, os cliques que permitem a replicação de conteúdo podem ser feitos nos botões “curtir” (*like*) e “compartilhar” (*share*) e é destes que provém a grande capacidade de multiplicação das informações que circulam na rede e atingem contextos distintos, de acordo com a capilaridade permitida pelos contatos, que resultam do “capital social” de cada usuário em relação à quantidade de contatos com que se relaciona.

Portanto a capacidade de replicação de conteúdos, ao longo do tempo, em contextos e localidades diferentes, permite reforçar a comunicação e expandir o alcance dela em escala com dificuldades de mensuração, podendo ir de níveis locais a globais em questão de minutos. O fato reforça o entendimento de Watts (2003) de que não se pode planejar ou

controlar o resultado do comportamento coletivo nas redes sociais. Essa falta de controle e de previsão em relação aos direcionamentos das informações se explica em função das alterações recorrentes que as informações sofrem nos espaços das redes durante o tempo (SCHLEMMER *et al.*, 2006).

No caso dos movimentos sociais, por exemplo, essa característica das redes é importante fator para dar visibilidade às ações realizadas pelos líderes e outros integrantes, o que seria restrito se a visibilidade fosse baseada apenas nas coberturas das mídias tradicionais, em materiais impressos e em “boca a boca”. A visibilidade se apresenta como resultado da reconfiguração da esfera pública pelas tecnologias das redes sociais, de acordo com Dahlgren (2005). A possibilidade de ampliar as vozes dos movimentos pode resultar em um número maior de aderentes ao movimento, bem como aumentar a intensidade das discussões, por prover informações não redundantes e enriquecer a rede social por maior riqueza de informações, conforme defende Granovetter (1973), a respeito da força de laços frágeis. Além disso, a própria visibilidade das pautas dos movimentos tem a possibilidade de ampliar os antagonistas e de se apresentar a eles por diferentes formas e canais.

É fato ainda que as ferramentas básicas de informação das redes sociais virtuais permitem desenvolver atividades de gestão de grupos e de ações coletivas, o que permite aos líderes dos movimentos administrar as páginas virtuais por meio de postagens informativas com interesses diversos, entre as quais, de acordo com o caso investigado, atividades virtuais baseadas em recrutamento de ativistas para ações, organização de eventos de protestos, explanação e explicações sobre os repertórios de ação que dão base ao desenvolvimento de atividades realizadas pelos ativistas, encaminhamento de assuntos para reflexão e discussão, acompanhamento de ações realizadas, uso de diferentes recursos gráficos para chamar a atenção dos integrantes do movimento, entre outras postagens. Concomitantemente às atividades informativas, as mesmas ferramentas funcionam como elementos que favorecem a comunicação, permitindo aos seguidores comentar as postagens e colaborar no encaminhamento de discussões. E é nessas discussões que se apresentam as condições de definição coletiva da ideologia política e dos quadros estratégicos de ação, bem como das agendas de ações, da construção dos repertórios de ação e contenção, da elaboração e divulgação de elementos de informação do movimento e de ações, entre outros objetivos.

No caso investigado, o uso de agendas do movimento e de exposição de repertórios de ação foram articulados e apresentados pela criação de eventos, o que se mostrou como uma das atividades centrais no movimento no Facebook. Ambos os interesses puderam ser trabalhados

por meio da ferramenta “eventos”, disponível no *software* social. Assim, novas páginas auxiliares foram construídas com informações específicas sobre protestos nacionais ou locais, tendo a imagem representativa (capa do evento) e o texto que tratava de datas, horários e repertórios de ação. Nesses eventos, cada seguidor da página do movimento tinha possibilidade de ser convidado, informando posteriormente se pretendia participar, ou não, até se colocando na situação de dúvida. Além disso, os participantes dos eventos podiam convidar os amigos da sua rede de contato. O conjunto das decisões dos convidados sobre a adesão aos eventos eram apresentados na página, à medida que iam sendo realizadas, permitindo aos líderes e outros integrantes criar expectativas sobre o número de ativistas confirmados e sobre suas opiniões e intenções compartilhadas nos comentários. Essas eram as principais possibilidades apresentadas na ferramenta.

As ferramentas “enquetes” e “grupos” funcionavam para propiciar a discussão de assuntos específicos de interesse dos administradores da página ou dos seguidores. A primeira, apesar de acompanhar a opção de comentários e a possibilidade de participação de forma qualitativa dos participantes, tinha enfoque nas respostas às alternativas inicialmente formuladas ou às alternativas inseridas ao longo do tempo, possibilitando uma análise quantitativa das respostas enquanto a participação ocorria. A ferramenta “grupos” favorecia a discussão de uma série de questões relacionadas à temática do grupo. Portanto o uso da ferramenta era uma forma de criar um ambiente propício a discussões de determinado tema, como corrupção. As duas ferramentas foram utilizadas em vários momentos pelo movimento analisado, com a finalidade de conhecer as opiniões dos seguidores da página, como forma de consulta, abrindo um espaço auxiliar para a discussão de temas específicos.

Apesar dessas opções e de elas terem servido a propósitos específicos, as ferramentas mais utilizadas foram as postagens na linha do tempo da página do Facebook. Essa ferramenta é que permitiu postagens de conteúdo para movimentar as páginas por meio da disponibilização de textos, imagens e/ou vídeos, colaborando com os interesses do movimento na gestão de atividades virtuais e nos espaços físicos, bem como na construção da ideologia e manutenção do moral do grupo. Além disso, conforme foi discutido na análise dos dados, as postagens dos administradores serviram também para levar os seguidores para outras páginas, com *links*, para realizar leituras de textos ou assistir a vídeos fora do Facebook, como também para participar de enquetes e petições virtuais, realizando ações virtuais de apoio ao movimento e aos seus interesses.

Com esses exemplos generalistas, percebe-se a utilização da rede social como importante espaço e instrumento para a gestão de atividades do movimento social analisado, o que pode servir aos interesses de outros movimentos, como possivelmente já tem ocorrido. As ferramentas propiciam, além das possibilidades de gestão do grupo e de ações, a realização de atividades virtuais que visam a aproximar os líderes do movimento aos integrantes, ao encurtar distâncias; elevar a participação e tornar os integrantes ativos no movimento; encontrar apoiadores para as ações e objetivos e difundir a ideologia e informações do movimento entre os integrantes e na sociedade. Além disso, ao favorecer a participação por meio de ferramentas, as redes sociais virtuais cumprem com o papel de vocalizar setores excluídos política, social e economicamente, o que, na visão de Rocha (2011), constitui importantes tarefas para a educação política e o desenvolvimento cívico. Para Wirth e Hamel (2006), faz parte de um processo lento e árduo de reconstrução cultural no rompimento do individualismo no campo político.

Outro aspecto importante das redes sociais virtuais se encontra no fato de que o capital social pode permitir o desenvolvimento de relações solidárias que dão base para as ações coletivas dos movimentos sociais e para o estabelecimento de uma democracia radical, visto que, no entendimento de Dahlberg e Siapera (2007), o uso da internet pode encorajar a reflexão e construção desse tipo de democracia, serve como alternativa para comunidades políticas e espaço para circulação de informações, além de apresentar-se como ambiente para vozes que contestam os discursos dominantes e as estruturas de poder.

Portanto as redes sociais se mostram como instrumentos para o empoderamento de ativistas e grupos de interesse (MARGOLIS; MORENO-RIANO, 2009) e, por isso, têm se tornado uma importante arena de debates políticos (KIES, 2010). Compreendido o papel que as redes sociais virtuais apresentam para os movimentos sociais, especialmente pelas ferramentas apresentadas no exemplo investigado, coloca-se, na próxima seção, o foco da discussão nas possibilidades de ações coletivas para os movimentos nas redes sociais e a formação da cultura política.

7.3.2 Possibilidades de Ações Coletivas em Redes Sociais Virtuais e Formação da Cultura Política

As ações coletivas propiciadas pelas redes sociais criam entusiasmo para a democracia e condições para a revitalização desta por meio de práticas cívicas (MURTI, 2012), além de favorecer o surgimento de oportunidades políticas por meio da interlocução com os governos, de acordo com DiMaggio e Hargittai (2001). Portanto as discussões sobre ações coletivas em redes sociais estão imbricadas nas possibilidades de práticas políticas e mudanças comportamentais no campo político pela cibercultura.

As possibilidades apresentadas se referem às categorias **Sociabilidade**, **Cooperação** e **Política**, apresentadas no Quadro 2. Em relação à **Sociabilidade**, ressaltam-se especialmente as possibilidades de estabelecimento de relações (AGUIAR, 2007a; LEMOS; LÉVY, 2010), de criação de laços comunitários (RHEINGOLD, 1996; RECUERO, 2004a) e de comunicação e discussões virtuais (RHEINGOLD, 1996; WELLMAN, 2002; SCHLEMMER et al., 2006). Essas possibilidades ficaram mais evidentes nos processos de “micromobilização”, de adesão ao movimento e no uso de recursos que propiciaram mais entrosamento entre os administradores e seguidores da página analisada do DB.

Os processos de “micromobilização” presentes nas redes sociais virtuais têm se apresentado como o resultado do desenvolvimento da cibercultura e como base para o crescimento dos movimentos sociais, visto que a cada ação realizada por meio de cliques nas páginas de movimentos se realiza uma ação com resultados e repercussões incalculáveis, podendo gerar identificação de usuários da rede que ainda não tenham aderido ao movimento. Como defendem Lemos e Lévy (2010), a cibercultura se mostra apoiada pela interconexão resultante das relações entre pessoas e os computadores, pela criação de comunidades por meio de relações de cooperação para o alcance de objetivos da coletividade e pela inteligência coletiva, que representa a ampliação das capacidades cognitivas, de percepções e de aprendizagens dos integrantes do movimento.

A adesão ao movimento por meio da rede social permite que novos integrantes passem a somar forças na luta pelas bandeiras defendidas. Mesmo que não ocorra adesão permanente ao movimento, a adesão parcial em campanhas e ações pontuais do movimento pode favorecer o alcance de visibilidade e a realização dos objetivos pretendidos. A adesão parcial ou permanente no movimento se mostra relevante para o crescimento deste e de suas ações, sendo mais propensa a ocorrer diante da utilização de questões relacionadas à injustiça e a juízos morais, já que estes têm se mostrado como importantes elementos para levar as pessoas a aderir às causas sociais. Assim, a dramatização e a comoção por fatos e contextos de

injustiça adquirem mais intensidade diante da utilização de redes sociais virtuais, dada a capacidade de propagação de informações.

A “micromobilização”, portanto, se refere às ações realizadas pelo integrante do movimento ou por aderente, do “cliqueativismo” às ações de protestos nos espaços físicos fora da rede social. O “cliqueativismo”, como foi discutido, se resume a uma simples ação de qualquer usuário da rede social, ao clicar em botões, como “curtir” e “compartilhar”, realizando ações de ativismo virtual por meio da colaboração na distribuição das informações na rede social, o que se mostrou mais utilizado na rede em comparação às atividades de discussão por meio de comentários nas postagens. Em qualquer lugar onde o usuário acessa a rede social, como em casa, no trabalho, na universidade ou no um transporte público, pode estar colaborando com a propagação das informações do movimento social e colaborando com a visibilidade de causas e pautas, bem como com a possível solução de problemas e situações que estejam no campo das disputas com os antagonistas. Mas o “cliqueativismo” tem sido alvo de críticas advindas de dentro e de fora dos movimentos sociais, já que não é considerado pelos críticos como forma de ativismo, recebendo denominações pejorativas, como “ativismo de sofá”, e reduzindo o papel dos usuários e de suas ações, quando não aderem também aos atos presenciais, como os protestos nas ruas.

Uma ação emergente é o uso de *hashtags* para demarcar temas e divulgá-los, utilizando-se do caractere # acompanhado das palavras nas postagens. O uso de *hashtags* no Facebook é recente, tendo sido inserido na rede no mês de junho de 2013, motivado por tendências do uso em outras redes sociais, como Twitter e Instagram. As *hashtags*, já discutidas, possibilitam que os usuários das redes marquem suas postagens com um tipo de etiqueta que cataloga as informações junto a informações da mesma temática que tenham sido também etiquetadas. Além disso, as *hashtags* permitem que os usuários encontrem outros usuários que estejam compartilhando informações sobre o tema, podendo encontrar parceiros para ações.

Fato relevante desse recurso é que, quando o uso da *hashtag* para uma informação chega a considerável intensidade e se destaca entre os assuntos mais comentados da rede social, faz ganhar visibilidade diante da opinião pública, até por meio da programação e de publicações de mídias tradicionais que abordam tais repercussões nas redes. A visibilidade pode ser dada por ferramentas, como o *Trending Topics* do Twitter, que apresenta um índice das *hashtags* mais utilizadas em dados períodos, apresentando os conteúdos mais popularizados na rede. A possibilidade do uso das *hashtags* tem aberto oportunidades de tornar as ações e discussões

dos movimentos mais visíveis perante integrantes do movimento, antagonistas, mídias e a opinião pública.

Em relação à categoria **Cooperação**, ressaltam-se as possibilidades de interesses comuns e reconhecimento mútuo (CASTELLS, 1999; LÉVY, 2000) e de aprendizado coletivo (RHEINGOLD, 1996; MACHADO; TIJIBOY, 2005). Essas possibilidades foram evidenciadas por meio de ações estratégicas de comunicação que levaram os seguidores ao reconhecimento de objetivos da coletividade, às ações e ao aprendizado por meio de atividades especialmente desenvolvidas no ambiente virtual, tendo sido possíveis a partir do papel dos líderes ao administrar a página e organizar as ações.

O uso de estratégias de comunicação remete a uma gama de possibilidades para as ações coletivas que surgem em decorrência das estratégias empregadas pelos movimentos, as quais resultam de processos criativos na forma de distribuir as informações. Exemplo disso pode ser encontrado nas ações de compartilhamento de informações em massa, como os “tuitaços” e as postagens em massa em páginas nas quais se pretende gerar impactos de comunicação. Os “tuitaços” são ações que levam os ativistas a agir virtualmente por meio de postagens no Twitter relacionadas a um tema específico, para figurar entre os assuntos mais comentados no Trending Topics. Em ações como essa o Twitter se apresenta como rede social virtual auxiliar para a realização de atividades virtuais dos movimentos. As postagens em massa se referem a ações nas quais os seguidores são orientados a postar conteúdos nas páginas de seus antagonistas, como forma de dar visibilidade para determinados assuntos, como já ocorria em ações de envio de *e-mails* em massa para a caixa de mensagens dos antagonistas, com finalidades semelhantes.

Outra forma de ativismo que se mostra crescente e polêmica na atualidade é o uso da internet para a prática de ações de *hackers*, sendo esse tipo de ação denominado de “hacktivismo”, conforme Jordan (2007). A prática consiste em agir politicamente e virtualmente pela invasão de *sites* de organizações diante das quais se pretende protestar, “roubando” dados, disponibilizando dados secretos, inserindo mensagens nas páginas principais dos *sites*, ou outras ações idealizadas por *hackers* ou movimentos que contam com suas atividades virtuais para reforçar o ativismo. Essa tem se mostrado como uma prática recorrente que concede possibilidade de visibilidade para movimentos sociais e causas defendidas. Apesar de o DB não ter demonstrado ações dessa natureza, outras organizações que agem no âmbito do MSCC se destacaram pelo uso de ações como essa, como a rede Anonymous, conhecida por atuações de protestos em favor da sociedade e contra o Estado.

Há outra possibilidade que se apresenta recorrentemente para os movimentos são as petições *on-line*, especialmente realizadas na plataforma do Avaaz, há muito popularizada nas redes sociais e em movimentos. Além de se apresentar com um espaço para a interação de usuários com objetivos comuns expressos em um documento assinado virtualmente, a plataforma exige que cada usuário apresente um *e-mail* para cadastrar e seguir na votação. Após o registro do endereço eletrônico do usuário, a organização do Avaaz envia regularmente sugestões de petições que tenham relação com os temas de petições que já tenham provocado interesses no usuário. Acredita-se que, além da possibilidade de divulgação de *links* do Avaaz nas redes sociais convidando usuários à adesão em campanhas, seja possível reunir mais interessados nas causas do movimento quando a própria organização do Avaaz se encarrega de criar interesses e laços de solidariedade por comunicações com os usuários.

A categoria **Política** foi ressaltada especialmente pelas possibilidades de democratização das informações (CASTELLS, 1999), de ações políticas e movimentos sociais (MACHADO; TIJIBOY, 2005; MARQUES, 2006; LEMOS; LÉVY, 2010) e de influência política (MARQUES, 2006; LEMOS; LÉVY, 2010). Essas possibilidades foram vislumbradas em ações e debates em torno do “mediativismo” e das ações da liderança que visaram a organizar e influenciar politicamente os seguidores.

Essas possibilidades de ação tornam possíveis a “micromobilização” de pessoas em torno de causas dos movimentos sociais e a realização do “mediativismo”, que se baseia na realização de atividades virtuais de cobertura midiática por redes sociais virtuais. Os espaços e os recursos disponibilizados nas redes sociais ampliam o campo de atividades dos movimentos sociais, especialmente diante da agregação de novas tecnologias e recursos advindos de outras plataformas virtuais e aplicativos, como a utilização do *twitcasting* para transmissões ao vivo com *links* disponibilizados nas redes sociais virtuais ou mesmo a utilização de vídeos disponibilizados no Youtube e outras plataformas de armazenamento de conteúdo.

Portanto, à medida que as tecnologias avançam, novas experiências vão sendo realizadas e se mostrando úteis para o alcance de mobilização e posterior realização de ações coletivas nos movimentos sociais, atividades centrais para o desenvolvimento destes. Para Malini e Antoun (2013, p.146), diferentes das mídias de massa, que caracterizam a produção de informações como meio de vida em locais de trabalho, as novas mídias se apresentam como “um meio para viver, um meio onde o tempo do trabalho não se contrapõe mais ao tempo de vida”, visto que “o movimento vivo de cada participante constitui o espaço vital da atividade comunitária”,

resultando em alterações no contexto da produção e compartilhamento de informações que dão base para as ações sociais.

Como se percebe, há uma variedade de recursos e estratégias que permitem aos líderes dos movimentos sociais organizar e gerir seus grupos e ações, seja nos espaços virtuais, seja nos espaços físicos, já que as redes apresentam tanto possibilidades de organização de ações em seus próprios espaços e ferramentas, como de uso da comunicação em rede para articular e desenvolver ações externas. Desse modo, as redes sociais virtuais têm apresentado possibilidades diversas aos movimentos, dependendo da forma com que seus líderes/administradores as utilizam, especialmente da forma como reúnem os outros integrantes em torno de si e das demandas da coletividade. Assim, tão importante quanto os espaços e ferramentas dos *softwares* sociais são as ações da liderança, que se refletem na mobilização dos atores em torno de suas estratégias e práticas, especialmente quando a responsabilidade é compartilhada com os integrantes do movimento e a eles são delegadas atividades, ainda que virtuais.

O uso das redes para a comunicação e a gestão de ações coletivas pode permitir alterações nas formas como os indivíduos se comportam diante da sociedade e da política, especialmente pelo desenvolvimento da ideologia na qual se baseia o movimento e das relações sociopolíticas estabelecidas em rede. A dinâmica relacional e organizacional pode permitir que se alterem os comportamentos políticos dos indivíduos, que passam de atores passivos na sociedade e nos movimentos a protagonistas no cenário político, e o envolvimento com as causas dos movimentos sociais, corroborando o que Santos (1998a; 1998b) diz sobre a atuação dos movimentos como forma de resistir à exclusão da governança que os sistemas democráticos geram. Esse tipo de ação sociopolítica em rede possibilitaria direcionar a sociedade para a construção, a longo prazo, do que Clark *et al.* (2002) denominam de nova cultura política, em relação ao crescimento da participação cívica e dos padrões culturais políticos, especialmente em uma democracia jovem, como é o caso do Brasil.

Sendo assim, a formação de uma cultura política baseada no ativismo pode possibilitar mudanças culturais mais intensas, especialmente no que tange à cibercultura, englobando novos posicionamentos do Governo, da Mídia e de outras organizações perante a sociedade, possivelmente criando condições e contexto para o desenvolvimento de um sistema democrático mais participativo. Além disso, pode favorecer a construção de sistemas baseados na ciberdemocracia, na qual a internet e suas ferramentas podem ser importantes

instrumentos de relações e diálogo entre o Estado e a sociedade e de mudanças mais profundas na cultura política, direcionadas para o bem comum social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar a dinâmica de ações coletivas de movimentos sociais realizadas em redes sociais virtuais de acordo com as possibilidades oferecidas em páginas situadas no Facebook. A investigação visou a identificar, discutir e esclarecer como se dá a utilização dessas redes por movimentos sociais, como espaço para formação, organização e gestão de grupos e ações coletivas, com a conseqüente relação dessas atividades com o processo de formação da cultura política. Além disso, buscou identificar e discutir os posicionamentos assumidos pelos principais atores presentes no contexto do movimento social, no caso o Governo e a Mídia, bem como suas relações com o movimento, especialmente ocasionadas diante das manifestações ocorridas no período analisado.

O estudo se baseou no posicionamento epistemológico sobre a abordagem crítica, que possibilita análises baseadas na reflexividade da ação humana e na ontologia dos novos movimentos sociais e dos enquadramentos, abordagem que também apresentou diretrizes metodológicas. Para a pesquisa qualitativa, utilizou o método netnografia, que tem sua fundamentação na Ciberantropologia, e buscou elaborar análises baseadas na Sociologia Relacional.

De forma mais detalhada, buscou-se atender aos objetivos deste trabalho por meio de ações específicas, como análises e discussões sobre: a influência do Facebook na formação e no fortalecimento da ideologia e da cultura política, que dão bases para o MSCC; a constituição de grupos e organização das ações coletivas por processos de mobilização, interação e comunicação que deram base para o desenvolvimento do movimento na rede social e fora dela; os principais atores relacionados ao movimento social e ao contexto no qual este atuou, tendo se destacado o Governo, como antagonista principal, e a Mídia, que ora se apresenta como agente realizador de coberturas midiáticas e ora aparece como antagonista coadjuvante; o papel e a relevância de ferramentas, recursos e espaço virtual propiciado pela rede social, apresentando-se como elementos básicos para o desenvolvimento de atividades sociopolíticas do movimento; a possibilidade de utilização das redes sociais virtuais pelo movimento para a realização de ações e formação cultural e o desenvolvimento de Redes Sociopolíticas Virtuais, que possibilitam o alcance de transformações sociais e políticas, além da possibilidade de colaborar com o desenvolvimento de um sistema democrático mais aberto e participativo.

Pelo alcance dos objetivos pretendidos, este estudo apresentou como contribuições empíricas algumas possibilidades de reflexão e posterior alteração na forma de organização de movimentos sociais e de atores relacionados a eles em seus contextos de ação. Mostra-se, por exemplo, relevante no auxílio ao movimento social analisado como elemento para autorreflexão das atuações, o que pode resultar em decisões para a continuidade ou mudanças, conforme as avaliações realizadas. Outra contribuição empírica encontra-se no fato de que movimentos sociais de natureza distinta podem utilizar as redes sociais virtuais como complemento ou espaço principal para atuação na sociedade e para o embate em relação a seus antagonistas.

O caso apresentado pode levar à reflexão sobre os pontos positivos e negativos que afetaram o modo como o movimento social em questão se formou, se apresentou e atuou. O exemplo discutido gerou questionamentos sobre a necessidade de mais interação entre organizações do mesmo movimento, o que seria interessante e necessário para a elaboração de propostas e pautas comuns, na tentativa de adquirir força e representatividade para a o diálogo com o Estado e de não se mostrar como um movimento desmantelado e sem direcionamento.

Além dessas possibilidades, o estudo apresentou importantes atores no contexto dos movimentos sociais, pela investigação dos posicionamentos do Governo e da Mídia, o que permite uma reflexão de todos os atores do contexto analisado, para que possam avaliar sua atuação de acordo com os interesses que têm, seja para modificar ações, seja para se aproveitar das ações de outros atores do contexto. As instituições do Governo e os canais de Mídia, por exemplo, podem mudar as formas de atuação nos movimentos sociais, especialmente no contexto das redes sociais virtuais, criando respostas e coberturas que dialoguem com o movimento, atendendo às pautas ou justificando a falta de ações e concedendo algum tipo de resposta. O contrário também se aplica, já que o movimento social pode se servir dos posicionamentos dos demais atores para criar estratégias e artifícios para a atuação.

O estudo apontou ainda para a necessidade de aproveitamento das redes sociais como forma de alterar a própria estrutura da democracia, numa tentativa de desenvolver práticas e instrumentos de participação da sociedade que alterem as estruturas do Estado em relação à abertura política e de gestão por diálogo com a sociedade. Contudo, em virtude da estratificação digital que impera na sociedade, como outras desigualdades, há que se pensar em formas de participação que não sejam também elementos de exclusão política, como as formas de exclusão social e econômica existentes. Assim, os grupos sociais, em especial os

movimentos organizados, podem se servir dos espaços e ferramentas das redes sociais para favorecer a radicalização da democracia, como forma de empoderar os atores sociais e redistribuir o poder político perdido para o Estado e outros interessados que duelam com os interesses da sociedade.

Como contribuições teóricas este estudo colabora com o desenvolvimento de pesquisas sobre a utilização de redes sociais virtuais para a organização de movimentos sociais, bem como com o desenvolvimento da netnografia e das abordagens de pesquisa referente aos enquadramentos e aos novos movimentos sociais, a partir da abordagem crítica. A principal contribuição, portanto, se encontra no fato de a investigação ter procurado desenvolver um movimento social no ciberespaço de uma rede social virtual, a qual, ao oferecer espaços e recursos de informação e comunicação, colaborou com o desenvolvimento de atividades de mobilização de ativistas e de organização de ações coletivas, sejam elas realizadas no ambiente virtual, sejam elas realizadas nos espaços físicos. Portanto, aliado à atual dinâmica de utilização das redes sociais virtuais pela sociedade, o movimento se utilizou dessas de forma estratégica para desenvolver a ideologia política por meio de recursos conversacionais, especialmente recursos gráficos e “hipertextuais”, bem como para desenvolver as atividades finais das práticas cotidianas do movimento.

Outra contribuição teórica se refere ao desenvolvimento de um estudo baseado no método Netnografia, o qual, por ainda se mostrar recente no campo das Ciências Sociais, se apresenta em construção, necessitando de aplicações práticas como forma de delinear a aplicabilidade nos estudos de ciberculturas. A utilização do método neste estudo contou com as técnicas de observação e de documentação na coleta de dados. Essas técnicas se mostraram úteis em virtude da dinâmica e da fluidez da comunicação eminentemente escrita, possibilitando acompanhar discussões e contextos dinâmicos e mutáveis por meio da observação, além da possibilidade de registrar o conteúdo das interações e diálogos por meio da documentação. O tratamento dos dados e as discussões foram possíveis graças ao método de Análise Qualitativa de Dados, que concede certo grau de liberdade de interpretação e discussão ao pesquisador, adequando-se à própria natureza dos atores pesquisados e das comunicações por eles estabelecidas. Apresentaram-se, pois, possibilidades do método e de técnicas úteis ao estudo de culturas no ambiente da internet, bem como um modelo de organização dos dados por meio da “desvirtualização” pelo apoio de imagens e descrições dos conteúdos utilizados no campo da pesquisa.

Complementado as contribuições teóricas, este estudo auxilia na compreensão do desenvolvimento da abordagem dos Enquadramentos no campo da Gestão Social a partir do movimento social. Apesar de esta abordagem já se mostrar desenvolvida na Comunicação Social e na teoria sobre movimentos sociais, requer ainda aprofundamento prático sobre a atuação dos movimentos no contexto da internet, o qual, por sua natureza, se mostra como novidade, permeado de desafios em relação à compreensão do contexto. Além disso, a utilização da abordagem dos enquadramentos colaborou com a experiência de relacionar movimentos sociais e sua gestão no ambiente da internet, o que demonstra novos contornos de pesquisa, especialmente quando se tomam por base os pressupostos da abordagem crítica relacionados à relação entre as práticas de gestão e as possibilidades de emancipação do sujeito nos contextos sociais vivenciados.

Entre as limitações do estudo, pode-se ressaltar que as principais ocorreram em relação ao movimento social, à rede social virtual, à metodologia e abordagem da pesquisa e à investigação em geral. Em relação ao movimento social, o DB se apresentou de forma parcial diante dos seguidores da página e, conseqüentemente, do pesquisador. Isso pode ser compreendido quando se percebe a exposição intensa de ideias e práticas por meio da página e a ocultação de dados referentes à constituição interna do movimento, especialmente em relação a líderes, seus papéis e responsabilidades. Esse fato não permitiu adentrar maiores discussões sobre essa nuance do movimento, já que o foco do estudo se deu sobre as informações e as práticas realizadas e apresentadas na página da rede social.

Contudo há que se ressaltar que a falta de apresentação das informações relacionadas à liderança dificultou o reconhecimento da origem e constituição do movimento pela sociedade, pelo Governo e pela Mídia, dificultando também o acesso ao movimento e às pautas defendidas. Além disso, a ocultação da liderança pode ter incomodado e atrapalhado os demais integrantes, por não conhecerem os perfis dos líderes que dirigiam o movimento em todas as etapas. A definição restrita de atores e seus papéis, em muitos momentos, pode ter criado gargalos no desenvolvimento das ações, já que os papéis e as responsabilidades poderiam se confundir ou mesmo deixar integrantes sem direcionamentos para realizar ações, criando empecilhos diante da insegurança em relação aos gestores dos movimentos que organizariam atos. A falta de definição de atores e papéis no movimento trouxe limitações até para a realização desta investigação.

Além disso, o movimento social analisado se mostrou imbricado em outros movimentos, no período analisado, especialmente durante as Jornadas de Junho e nos meses seguintes, por

causa das repercussões e da continuidade de ações de protesto. Este contexto pode ter facilitado a construção de repertórios de ações e de agendas do movimento, contudo parece ter imposto dificuldades no acompanhamento das ações realizadas e na avaliação dos resultados alcançados em relação às demandas e pautas definidas pelo movimento. Além disso, o fato de as ações do movimento terem sido realizadas junto a uma série de grupos da sociedade civil, organizados ou não, criou dificuldades para o posicionamento do Governo e da Mídia em relação ao MSCC, resultando também dificuldades de análises específicas sobre as respostas a esse movimento dadas pelo antagonista.

Outra limitação percebida se deu em razão de o estudo ter sido realizado em uma rede social em cuja página, apesar de teoricamente ser livre de censuras, por vezes ocorreram ações desta natureza, especialmente no período das Jornadas de Junho. Segundo informações publicadas pelos administradores da página em postagens, muitas informações compartilhadas teriam sido apagadas, além de administradores e outros membros terem sido retirados dela. O período de observação e coleta de dados foi impactado por essas intervenções, que teriam sido realizadas por gestores de informações no Facebook ou mesmo por *hackers*. Independentemente da origem, essas ações ainda se encontram sem autoria, responsáveis ou solicitantes definidos.

Também se mostraram como limitadores para o estudo alguns elementos da metodologia e da abordagem do estudo. Na netnografia houve dificuldade e desafios quanto à coleta de dados, visto que a literatura consultada que trata do método normalmente não define técnicas a serem utilizadas, apenas sugere adequações ao método, conforme o que se realizou. Sendo assim, de acordo com os objetivos deste estudo, aplicou-se a observação e a documentação, restritas quando havia a necessidade de confirmação de dados já catalogados que podiam ter desaparecido do contexto pesquisado. Na utilização da abordagem dos enquadramentos houve dificuldades na comparação de dados para realização do enquadramento geral, visto que os atores se posicionaram de modo diferente entre si, não apresentando coberturas de suas páginas nas redes para assuntos e fenômenos ocorridos no período investigado.

Em relação à investigação geral, a grande dificuldade encontrada foi a quantidade de informações encontradas no espaço virtual das páginas, já que, além da intensidade de postagens em certos períodos, normalmente as postagens utilizaram *links* e conteúdos que remetiam a outros endereços eletrônicos no ciberespaço. Além desses encaminhamentos ocorridos por meio da rede social, a possibilidade de postagens e respostas dos seguidores na

página iria levar o pesquisador a perder o foco da investigação, caso seguisse em direção da complementaridade ou continuidade de informações a partir das postagens principais.

Tendo em vista as limitações apresentadas, sugere-se que novos estudos envolvam a investigação e o esclarecimento de líderes e papéis desempenhados na gestão de movimentos sociais, a interligação de organizações do mesmo movimento nas redes sociais e a elaboração de pautas comuns, a relação dos integrantes do movimento com seus líderes e objetivos da coletividade, já que este estudo enfocou apenas as atividades dos líderes (administradores de página), o detalhamento da construção ideológica e cultural de movimentos por meio de recursos e espaços de redes sociais, o desenvolvimento de metodologias e técnicas propícias para o estudo de culturas presentes na internet e outras possibilidades de pesquisa que possam completar e/ou avançar as discussões realizadas neste estudo.

Por fim, ressalta-se a importância das discussões promovidas e apresentadas para encaminhar discussões no âmbito dos Movimentos Sociais, do Governo, da Mídia e de estudiosos dos temas apresentados como base para a (re)construção de suas ações realizadas neste contexto e para a construção de pontes ligando seus interesses em busca do bem-estar comum na sociedade brasileira. Além disso, é preciso pensar em novos modelos e contextos sociopolíticos com as experiências vivenciadas no período analisado e com base na utilização das tecnologias de informação e comunicação, elementos essenciais na contemporaneidade para a construção de modelos de governabilidade mais democráticos e participativos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**. v.12, n. esp., p.1-12, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>> Acesso em: 20 jan. 2012.
- ACKLAND, R.; O'NEIL, M. Online collective identity: the case of the environmental movement. **Social Networks**, v.33, n.3, p.177–190, jul. 2011.
- AGAR, M. H. **Speaking of ethnography**. Newbury Park: Sage Publications, 1986. 78p.
- AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2007a. Anais. Santos: Intercom, 2007a. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf> Acesso em: 12 jan. 2012.
- _____. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. **Informação & Informação**, Universidade Estadual de Londrina, v.12, Edição especial, 2007b. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1776/1514>> Acesso em: 29 fev. 2012.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, set. 2009.
- ALMADA E SILVA, M. P.; ROSSETO, G. N. P.; CARREIRO, R. Diferentes objetivos, diferentes apropriações? O uso do Facebook por iniciativas civis de democracia digital no Brasil. **Verso e Reverso**, v.28, n.68, p.142-151, mai.-ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.09/4190>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- ALZAMORA, G. C.; RODRIGUÉS, T. K. A. “Fora Rede Globo”: a representação televisiva das “Jornadas de Junho” em conexões intermídia. **Revista ECOPÓS**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.1-12, 2014.
- AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, ed. 20, p.34-40, dez. 2008.
- AMATO NETO, J. A. Redes de cooperação produtiva: uma revisão conceitual. In: _____. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138p.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. In: **Observatorio Social de América Latina**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – OSAL, Ano.15, n.34, p.37-49, nov. 2013.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p.41-47, jul. 2014.

AVRITZER, L. Modes of democratic deliberation: participatory budgeting in Brazil. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon**. Londres: Verso, 2005.

BAIOCCHI, G.; GANUZA, E. Participatory budgeting as if emancipation mattered. **Politics & Society**, v.42, n.1, p. 29-50, 2013.

BALESTRIN, A.; FAYARD, P. Redes organizacionais como espaço de criação de conhecimento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais ... Atibaia: ANPAD**, 2003. p.1 - 16.

BARABÁSI, A-L. **Linked: how everything is connected to everything else and what it means for business, science, and everyday life**. New York: Plume, 2003. 298p.

BARREIRA, I. A. F. Ação direta e simbologias das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, v.4, n.1, p.145-164, jan.-jun. 2014.

Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/196/100>>

Acesso em: 20 jan. 2015.

BATISTA, J.; ZAGO, G. Ativismo em redes sociais digitais: os fluxos de comunicação no caso #forasrney. **Estudos em Comunicação**, n.8, p. 129-146, dez., 2010.

BAUDRILLARD, J. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review Sociology**, v.26, p.611-639, 2000.

BIDDIX, J. P.; PARK, H. W. Online networks of student protest: the case of the living wage campaign. **New Media & Society**, v.10, n.6, p.871-891, dec. 2008.

BLODGETT, B. M. And the ringleaders were banned: an examination of protest in virtual worlds. **Fourth International Conference on Communities and Technologies**. University Park, PA, USA, p.135-144, June 25-27, 2009.

BOGDEWIC, S. P. Participant observation. In: CRABTREE, B.; MILLER, W. L. (Orgs.) **Doing qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. 406p.

BORAH, P. Conceptual issues in framing theory: a systematic examination of a decade's literature. **Journal of Communication**, v.61, n.2, p.246-263, 2011.

BORELLI, S. H. S.; OLIVEIRA, R. C. A. Jovens urbanos, cultura e novas políticas: acontecimentos estético-culturais e produção acadêmica brasileira (1960-2000). **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social, año 15, n.50, p.57-69, jul./set. 2010.

BOWLER JR, G. M. Netnography: a method specifically designed to study cultures and communities online. **The Qualitative Report**, v.15, n.5, p.1270-1275, sep. 2010.

BOYD, D. The significance of social software. In: BURG, T. N.; SCHMIDT, J. (Eds.) **BlogTalks reloaded: social software research & cases**. Norderstedt: Books on demand, p. 15-30, 2007a. Disponível em: <<http://www.danah.org/papers/BlogTalkReloaded.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. None of this is real: identity and participation in Friendster. In: KARAGANIS, J. (Ed.) **Structures of Participation in Digital Culture**. New York: Social Science Research Council, p.132-57, 2007b.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.13, n.1, p.210-230, 2008. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>> Acesso em: 27 fev. 2012.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, v.1, n.3, p.1-11, jul. 2006.

BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. In: **Observatorio Social de América Latina**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – OSAL, Ano.15, n.34, p.51-61, nov. 2013.

BRASIL. **Decreto Lei 2.848**, de 07 de Dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em 12 dez. 2014.

BRODIE, R. J.; ILIC, A.; JURIC, B.; HOLLEBEEK, L. Consumer engagement in a virtual brand community: An exploratory analysis. **Journal of Business Research**, v.66, n.1, p.105-114, 2013.

BRYMAN, A.; BURGESS, R. G. Developments in qualitative data analysis: an introduction. In: BRYMAN, A.; BURGESS, R. G. (Orgs.) **Analyzing qualitative data**. London: Routledge, 1994. 232p.

BUECHLER, S. M. **The strange career of strain and breakdown theories of collective action**. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) *The blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

BUHLUNGU, S. Reinventing Participatory democracy in South Africa. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon**. Londres: Verso, 2005.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Londres: Heinemann, 1979.

CÁDIMA, F. R. Os Media na Fronteira entre a Democracia Aclamativa e a Democracia Representativa, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, n.11, p.401-411, 1998.

CALLON, M. The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle. In: CALLON, M.; LAW, J. e RIP, A. (Eds.). **Mapping the dynamics of science and technology**: Sociology of science in the real world. Londres: The Macmillan Press, 1986.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Site da Câmara recebe mais de mil sugestões sobre reforma política.** (31/07/2013). Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/448404-SITE-DA-CAMARA-RECEBE-MAIS-DE-MIL-SUGESTOES-SOBRE-REFORMA-POLITICA.html>>
Acesso em 20 nov. 2014.

CAMARGO, I. O.; GADINI, S. L. O signo # em tempo de convergência midiática: a incorporação da *hashtag* ao imaginário coletivo virtual. In: **XV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo**, Curitiba, p.1-13, 2014.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.19, n.39, p.153-166, jun. 2011.

CARMO, P. S. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: Editora SEAC São Paulo, 2001. 279p.

CARRAGEE, K. M.; ROEFS, W. The neglect of power in recent framing research. **Journal of Communication**, v.54, n.2, p.214-233, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHATTERJEE, P. Três caminhos para a democracia radical. **Lua Nova**, São Paulo, n. 89, p. 169-189, 2013.

CHUA, V.; MADEJ, J.; WELLMAN, B. Personal communities: The world according to me. In: CARRINGTON, P.; SCOTT, J. (Eds.) **Handbook of Social Network Analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011. p. 101-115. Disponível em:
<<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/personal/Personal%20Communities%20-%20The%20World%20According%20to%20Me.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2012.

CLARK, T. N.; LLOYD, R.; WONG, K. K.; JAIN, P. Amenities drive urban growth. **Journal of Urban Affairs**, v.24, n.5, p.493-515, 2002.

COGO, D.; BRIGNOL, L. D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **Revista Matrizes**, São Paulo. Ano 4, n.2, p.75-92, jan./jun. 2011.

COLOMBO, C. Inovación democrática y TIC, ¿hacia uma democracia participativa? **IDP Revista de Internet, Derecho y Política**. n.3, p. 28-39, 2006.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: dossiê do comitê

popular da copa e das olimpíadas do Rio de Janeiro. (2012). Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>> Acesso em 13 dez. 2014.

COMSCORE. **Brasil Digital Future in Focus 2014**. (22/05/2014) Disponível em: <<http://www.comscore.com/por/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2014/2014-Brazil-Digital-Future-in-Focus-Webinar>> Acesso em 14 jul. 2014.

CORRÊA, C. H. W. Comunidades Virtuais gerando identidades na sociedade em rede. **Ciberlegenda**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n.13, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/226/122>> Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Reterritorializações no orkut: um olhar netnográfico sobre os “Brasileiros no Exterior”. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.5, n.6, p.1-18, 2009.

CORRÊA, C. S.; JOBIM E SOUZA, S. Sobre experiência e progresso: contribuições de Walter Benjamin para uma análise das jornadas de junho. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.106-125, 2014.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2012.

CRUZ, J. A.; QUANDT, C. O. Redes, cooperação e desenvolvimento: estudo de caso em uma rede de associações de coletores de materiais recicláveis. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

DAHLBERG, L.; SIAPER, E. Introduction: tracing radical democracy and the internet. In: DAHLBERG, L.; SIAPER, E. (eds.). **Radical democracy and the internet: interrogating theory and practice**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

DAHLGREN, P. The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, v.22, n.2, p. 147-162, 2005.

DAVIES, J. Toward a theory of revolution. **American Sociological Review**. v.27, n.1, p.5-19, 1962.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Introducing social networks**. London: Sage, 1999.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. Ed.2. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DiMAGGIO, P.; HARGITTAI, E. **From “Digital Divide” to “Digital Inequality”: studying internet use as penetration increases**. Working Paper #15. Center for Arts and Cultural Policy Studies, Woodrow Wilson School, Princeton University, 2001.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – ANAPOCS, 1995. 353p.

EDWARDS, B.; McCARTHY, J. D. **Resources and social movement mobilization**. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) *The blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

EL-NAWAWY, M.; KHAMIS, S. Political Activism 2.0: comparing the role of social media in Egypt's "Facebook Revolution" and Iran's "Twitter Uprising". **CyberOrient**, v.6, n.1, 2012.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v.103, n.2, p.281-317, 1997.

ETCHEVERRY, C. A. L. Sociedad civil y participación ciudadana: cómo los actores sociales se hacen parte de las decisiones. **Interações** (Campo Grande), v.9, n.2, p.181-188, jul./dez. 2008.

FARIA, C. F. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.73, p.101-111, Jun. 2010.

FARRANHA, A. C. A administração pública e participação: é possível mais democracia por meio das redes sociais? In: **V Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, Painel 42, p.1-27, jun. 2012.

FARRANHA, A. C.; SILVA, V.; REIS, J. C. S.; MAGALHÃES, T. Administração Pública e Redes Sociais (Facebook e Twitter): análise de casos selecionados. **Revista Negócios em Projeção**, Brasília, v.5, n.1, p.1-21, jun. 2014.

FERREIRA, H. Da sociedade da informação a uma sociedade da participação e da inclusão? **I Conferência Ibérica ie.Tic**, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, p. 20-27, 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312p.

FOLHA DE S.PAULO. **Em protesto de SP, maioria não tem partido, diz Datafolha**. (16/06/2013). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>> Acesso em: 21 nov. 2014.

FORA DO EIXO. **Facção – Encontro Latino-Americano de Midiativismo**. (12/11/2013). Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/2013/11/12/facciao-encontro-latino-americano-de-midiativismo/>> Acesso em: 28 nov. 2014.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p. 165-185, nov. 2003.

_____. Governança urbana e participação pública. **RAC-Eletrônica**, v.1, n.1, p. 136-150, jan./abr. 2007.

FREYER, H. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 132-139.

G1. **Senado aprova projeto que torna corrupção crime hediondo**. (26/06/2013). Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/senado-aprova-texto-base-de-projeto-que-torna-corrupcao-crime-hediondo.html>> Acesso em 04 dez. 2014.

GALINDO CÁCERES, J. **Construcción de uma comunidad virtual. Signo e Pensamiento**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2000. v.XIX. p.93-102. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=86011275010>> Acesso em: 15 fev. 2012.

GAMSON, W. A. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1992. 272p.

_____. Bystander, public opinion, and the media. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) **The blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 754p.

GAMSON, W. A.; MEYER, D. S. Framing political opportunity. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.

GARCIA, A. C. *et al.* Ethnographic Approaches to the Internet and Computer-Mediated Communication. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.38, n.1, p.52-84, 2009.

GASTIL, J.; RICHARDS, R. Making direct democracy deliberative through random assemblies. **Politics & Society**, v.41, n.2, p. 253-281, 2013.

GEBERA, O. W. T. La netnografía: un método de investigación en Internet. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.47/2, p.1-10, out. 2008.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 233p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GILCHRIST, V. J.; WILLIAMNS, R. L. Key informant interviews. In: CRABTREE, B.; MILLER, W. L. (Orgs.) **Doing qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. 406p.

GLASSER, B. G. **Theoretical sensitivity**. Mill Valley: University of California, 1978.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.20-31, 2004.

GORDON, I. R.; McCANN, P. Cluster, innovation e regional development: an analysis of current theories and evidence. In: KARLSSON, C.; JOHANSSON, B.; STOUGH, R. R. **Industrial clusters and inter-firm networks**. Cheltenham: Elgar, 2005. p. 29-57.

GOSLING, S.; AUGUSTINE, A.; VARZIRE, S.; HOLTZMAN, N.; GADDIS, S. Manifestations of personality in online social networks: self-reported Facebook-related behaviors and observable profile information. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v.14, n.9, 2011. p. 483-488.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organizations Studies**, v.16, n.2, p.183-214, 1995.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**, v.78, n.6, p.1360-1380, may. 1973.

GREGOLIN, M. V. Vozes nômade: ativismo transmídia e mobilizações sociais. **Revista Geminis**, ano 3 – n.1, p. 06-24, 2012.

GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v.19, p.72-88, 2002.

GUO, L.; HOLTON, A.; JEONG, S. H. Transnational comparative framing: a model for an emerging framing approach. **International journal of communication**, v.6, p.1918-1941, jun. 2012.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 223p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HÄNGGLI, R.; KRIESI, H. Frame construction and frame promotion (strategic framing choices). **American Behavioral Scientist**, v.56, n.3, p.260–278, 2012.

HARRISON, R.; THOMAS, M. Identity in online communities: social networking sites and language learning. **International Journal of Emerging Technologies**, v.7, n.2, p. 109-124, 2009.

HELLER, P.; ISAAC, T. M. T. The politics and institutional desing of participatory democracy: lessons from Kerala, India. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon**. Londres: Verso, 2005.

HINDMAN, M. **The myth of digital democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

HORTIZ, P. H. F. Das montanhas mexicanas para o ciberespaço. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, 2005.

ISKANDER, E. Connecting the national and the virtual: can facebook activism remain relevant after Egypt's january 25 uprising? **International Journal of Communication**, v.5, p. 1225–1237, 2011.

JANTA, H. *et al.* Migrant networks, language learning and tourism employment. **Tourism Management**, v.33, n.2, p.431-439, 2012.

JORDAN, T. Online direct action: hactivism and radical democracy. In: DAHLBERG, L.; SIAPERA, E. (eds.). **Radical democracy and the internet: interrogating theory and practice**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

JORNAL ESTADÃO. **Empreiteiras lideram ranking de doação privada**. Sessão Política. (15/09/2012). Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empreiteiras-lideram-ranking-de-doacao-privada,930787>> Acesso em 10 jun. 2014.

KIES, R. **Promises and limits of web-deliberation**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KLANDERMANS, B.; GOSLINGA, S. Media discourse, movement publicity, and the generation of collective action frame: theoretical and empirical exercises in meaning construction. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. Introduction. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Org.) **Methods of social movement research: Social movements, protest, and contention**. v.16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

KOZINETS, R. V. On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. **Advances in Consumer Research**, v.25, p.366-371, 1998.

_____. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. **Journal of Marketing Research**, v.39, n.1, p. 61-72, fev. 2002.

LAI, L.; TURBAN, E. Groups formation and operations in the Web 2.0 environment and social networks. **Group Decision and Negotiation**, v.17, n.5, p.387-402, 2008.

LACERDA, R. B.; PERES, T. B. Jornadas de junho: explorando os sentidos da indignação social contemporânea no Brasil. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.34-72, jun. 2014.

LANCENET. **Ronaldo: 'Copa se faz com estádios, não com hospital'** (01/12/2011). Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Ronaldo-Copa-estadios-hospital_0_601139964.html> Acesso em 23 set. 2014.

LATOURETTE, B. On Actor-Network Theory: a few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, v.47, n.4, p. 369-81, 1996. Disponível em: <<http://www.cours.fse.ulaval.ca/edc-65804/latour-clarifications.pdf>> Acesso em 16 ago. 2012.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.60, p. 43-66, fev. 2006a.

_____. Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.49-103, 2006b.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICIR, R. M. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p. 465-498, 2007.

LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers & The Sociological Review, 1999.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2004. 295p.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Editora Paulus, 2010. 258p.

LERNER, M. Y. Connecting the Actual with the Virtual: the Internet and Social Movement Theory in the Muslim World—The Cases of Iran and Egypt. **Journal of Muslim Minority Affairs**, v.30, n.4, p.555-574, dec. 2010.

LETRAS.MUS.BR. **Vem pra rua**. O Rappa. Disponível em: < <http://letras.mus.br/o-rappa/vem-pra-rua/>> Acesso em 15 dez. 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.

_____. **Ciberdemocracia**. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 249p.

LIM, J.; JONES, L. A baseline summary of framing research in public relations from 1990 to 2009. **Public Relations Review**, v.36, n.3, p.292–297, 2010.

LIMA, G. B. Tipos de ativismo digital e ativismo preguiçoso no mapa cultural. **Revista Geminis**, ano 3, n.1, p. 71-96, 2012.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.43, p. 59-80, out. 2012.

LUPIA, A. Can online deliberation improve politics? Scientific foundations for success. In: DAVIES, T.; GANGADHARAN, S. P. (eds.). **Online deliberation: Design, research, and practice**. Stanford, California: Center for the Study of Language and Information, 2009.

MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**. CINTED-UFRGS. Porto Alegre, v.3, n.1, mai. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13798/7994>> Acesso em: 25 jan. 2012.

MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, ano 10, p. 5-34, out. 1995.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312p.

MARGOLIS, M.; MORENO-RIAÑO, G. **The prospect of internet democracy**. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2009.

MAROY, C. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, L. *et al.* (Orgs.) **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Trad. Luísa Batista. Lisboa: Gradiva, 1997. 245p.

MARQUES, E. C. Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, Out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf>> Acesso em 15 fev. 2012.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.60, p.15-42, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29759.pdf>> Acesso em 19 jan. 2012.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, p.157-161, 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>> Acesso: 18 jan. 2012.

MARTÍ, J. L. Alguna precisión sobre las nuevas tecnologías y la democracia deliberativa y participativa. **IDP Revista de Internet, Derecho y Política**. n.6, p. 3-11, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247p.

MATEOS, P.; DURAND, J. Residence vs. ancestry in acquisition of Spanish citizenship: a netnography approach. **Migraciones internacionales**, v.6, n.4, jul.-dec. 2012.

MATTHES, J. Framing politics: an integrative approach. **American Behavioral Scientist**, v.56, n.3, p.247-259, 2012.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288p.

- McADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.
- McADAM, D. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.
- McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Social movements organizations. In: GOODWIN, J.; JASPER, J. M. (Org.) **The social movements reader: cases and concepts**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- McCARTHY, J. D.; SMITH, J.; ZALD, M. N. Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.
- McCRACKEN, G. **The long interview**. Newbury Park: Sage Publications, 1988. 88p.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- MENDES, D. C. V. R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n.2, p.143-153, jul./dez. 2007.
- MENEZES NETO, A. J. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH Salvador**, v.20, n.50, p. 331-341, mai./aug. 2007.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, p. 123-193, fev. 2003.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: A source book of new methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1984. 256p.
- MILLER, W. L.; CRABTREE, B. F. Depth interviewing. In: CRABTREE, B.; MILLER, W. L. (Orgs.) **Doing qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. 406p.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5/6, p.134-50, 1997.
- MKONO, M. The othering of food in touristic eatertainment: a netnography. **Tourist Studies**, v.11, n.3, p.253-270, 2011.

- MIRANDA, L. M. A rede no outro lado da rede: estudo multietnográfico nos espaços públicos de acesso pago à Internet em Novo Hamburgo. **Verso e Reverso**, v.25, n.58, jan.-abr. 2011.
- MOLINA, P. Ciberperiodismo e interactividad: entre la participación y la apariencia. **Anàlisis**, n.36, p. 175-182, 2008.
- MONTARDO, S. P. Redes temáticas na web e biosocibilidade online. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.17, n.3, p. 295-303, set.-dez. 2010.
- MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M. Implicações de redes temáticas em blogs na Análise de Redes Sociais (ARS): estudo de caso de blogs sobre autismo e síndrome de Asperger. *Revista Interface, Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v.14, n.35, p.921-931, dez. 2010.
- MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.23, n.2, p. 142-155, 2000.
- MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, v.11, n.2, p.321-33, maio-ago. 2004.
- MORRIS, D. M.; STAGGENBORG, S. Leadership in social movements. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) **The blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 754p.
- MURTI, D. C. W. Manifestation of ‘click’ action to political action: civic practice in social media and the dynamic of democracy in Indonesia. **International Conference on Communication, Media, Technology and Design**, Istanbul – Turkey: ICCMTD, p. 516-520, may. 2012.
- NEGROPONTE, N. **Vida digital**. Trad. Sérgio Tellaroli. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NELSON, M. R.; OTNES, C. C. Exploring cross-cultural ambivalence: a netnography of intercultural wedding message boards. **Journal of Business Research**, v.58, n.1, p. 89-95, 2005.
- NOGUEIRA, J. P. F.; CASTRO, C. P. Internet, democracia e comunicação de governo – análise do conteúdo da página do Facebook do Portal Brasil da Presidência da República. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v.15, n.37, p.134-151, jan.-mar. 2014.
Disponível em:
<www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd1=14577&dd2=6930&dd3=pt_BR&dd99=pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.
- NOVELI, M. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a Internet? **Organizações em Contexto**, v.6, n.12, p. 107-133, 2010.
- NORRIS, P. **Democratic phoenix: reinventing political activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2010. 232p.

OLIVEIRA, R. S.; RAMINELLI, F. P. O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Seqüência**, Florianópolis, n.69, p.159-182, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p159/28387>> Acesso em: 20 jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO REFORMA POLÍTICA. **Atos em todo país defenderam plebiscito oficial da reforma política**. (06/11/2014). Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/noticias/plebiscito/1154-atos-em-todo-pais-defenderam-plebiscito-oficial-da-reforma-politica.html>> Acesso em 19 nov. 2014.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Dilma anuncia página do Palácio do Planalto no Facebook**. (20/11/2013). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w7pe0b8OE98>> Acesso em 17 nov. 2014.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (eds). **Routledge Handbook of Internet Politics**. London: Routledge, 2009.

PATRICK, K.; DOTSIKA, F. Knowledge sharing: developing from within. **The Learning Organization**, v.14, n.5, p. 395-406, 2007.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. São Paulo: FGV, 2005. 204 p.

_____. Redes sociais e interorganizacionais: abordagem conceitual, agenda de pesquisa e estratégias metodológicas. In: **III Congresso Latino-Americano de Ciência Política**, 2006, Campinas. Democracia e Desigualdades. Campinas: UNICAMP/ALACIP. p. 1-17.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. A. P.; SILVA, S. J. Ação política na internet brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p. 111-132, jan./mar., 2011.

PENTEADO, C. Os protestos contra a copa do mundo de 2014 no Brasil: análise do II grande ato contra a copa no Facebook. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.7-23, mar. 2014. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Mar_14_Dossie_Claudio.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: IV ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>> Acesso em 16 dez. 2014.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n.1, p.68-87, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a04.pdf>> Acesso em 13 mar. 2014.

PERUZZO, C. M. K. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, D.; KAPLÚN, G. (Orgs.) **Comunicação e movimentos populares**: quais redes? São Leopoldo: Unisinos, 2002. P. 275-298. Disponível em: <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf> Acesso em 13 fev. 2012.

PORTAL BRASIL. **Governo lança soluções para fortalecer relação com cidadãos e servidores**. (24/09/2013). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/governo-lanca-solucoes-para-fortalecer-relacao-com-cidadaos-e-servidores_v2> Acesso em 17 nov. 2014.

PRIMO, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. In: Intercom 1997 - **XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/A%20emerg%EAncia%20das%20comunidades%20virtuais.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Interação Mútua e Interação Reativa: uma proposta de estudo. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.12, jun. 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim – reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

QUEIROZ E MELO, M. F. A. Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Educar em Revista**, v.39, p. 177 - 190, 2011.

RECUERO, R. C. Webrings: As Redes de Sociabilidade e os Weblogs. **Revista Sessões do Imaginário**, da Famecos/PUCRS. Porto Alegre, v.11, p. 19-27, 2004a. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webrings.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet: considerações sobre o Orkut, os weblogs e os fotologs. In: **XXVII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre, Anais do XVII Intercom, 2004b. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. **UNIREvista**. Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, v.1, n.3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_daCunha.PDF> Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009. 191p.

REED, M. Teorização Organizacional: Um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; WALTER, R. N.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. **Handbook de Estudos Organizacionais**. Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. Volume 1. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

RHEINGOLD, H. **Comunidade virtual**. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

RIBEIRO JÚNIOR, A. **A privatária tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011. 334p.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011. 334p.

RITCHIE, J. SPENCER, L. Qualitative data analysis for applied policy research. Developments in qualitative data analysis: an introduction. In: BRYMAN, A.; BURGESS, R. G. (Orgs.) **Analyzing qualitative data**. London: Routledge, 1994. 232p.

ROCHA, C. V. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, n.38, p. 171–185, fev. 2011.

ROUSSEAU, G. S. Introduction. In: ROUSSEAU, G. S.; GILL, M.; HAYCOCK, D.; HERWIG, M. (Eds.) **Framing and imagining disease in cultural history**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

RUIVO, F. Cidadania Activa, Movimentos Sociais e Democracia Participativa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.54, p. 172-179, 1999.

SADE-BECK, L. Internet ethnography: online and offline. **International Journal of Qualitative Methods**, v.3, n.2, p. 1-14, jun. 2004.

SANDLIN, J. A. Netnography as a consumer education research tool. **International Journal of Consumer Studies**, v.31, n.3, p. 288-294, 2007.

SANTOS, B. S. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. **Politics & Society**, v.26, n.4, p. 461-510, dec. 1998a.

_____. Presupuestacion participativa: hacia una democracia redistributiva. **Ruralter**, n.16-17, p. 107-156, 1998b.

_____. **Reinventar a democracia**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998c.

_____. Reinventing social emancipation: toward new manifestos. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon**. Londres: Verso, 2005a.

_____. **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introduction: democracy, participation and grassroots movements in contemporary Portugal. **South European Society and Politics**, v.9, n.2, p.1-15, Autumn 2004.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Opening up the canon of democracy. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon**. Londres: Verso, 2005.

SANTOS, F. J. A. O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. **Revista Anagrama**. Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, ano 5 – ed.1 – set.-nov., 2011.

SANTOS JÚNIOR, D. L.; MANTOVANI, D. M. N. Comunicação nas redes sociais: um estudo com usuários das comunidades do Orkut. **Análise**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.21, n.1, p.30-41, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8235/5905>> Acesso em: 17 jan. 2012.

SARDÀ, A. M.; SOLÀ, N. S. Periodismo digital y democracia participativa. **Anàlisi**, n.36, p. 115-129, 2008.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n.196, p.77-92, mar.-abr. 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v.21, p. 109-130, 2006.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L.; FRANK, P. S. S.; SILVA, F. A.; DEL SENT, D. T. ECoDI: A criação de um Espaço de Convivências Digital Virtual. In: **XVII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – XVII SBIE**. Brasília. XVII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - XVII SBIE, 2006. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/507/493>> Acesso em: 10 jan. 2012.

SCHWARTZMAN, H. B. **Ethnography in organizations**. Newbury Park: Sage Publications, 1993. 83p.

SHAW, A. Centralized and decentralized gatekeeping in an open online collective. **Politics & Society**, v.40, n.3, p. 349-388, 2012.

SILVA, L.; GOEL, L.; MOUSADIVIN, E. Exploring the dynamics of blog communities: the case of MetaFilter. **Information Systems Journal**, v.19, p. 55-81, 2008.

SILVA, S. A. M. e. Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.28, n.1, p. 53-74, jan./abr. 2013.

SILVA, T. T. Mobilidade e ativismo: novas estratégias na luta contra o Estado hegemônico. **Revista Geminis**, ano 2 – n.1, p. 53-65, 2011.

SILVEIRA, S. A. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. **Líbero**, São Paulo: FACASPER, v.12, n.24, p.131-138, dez., 2009.

SLOTHUUS, R.; VREESE, C. H. Political parties, motivated reasoning, and issue framing effects. **The Journal of Politics**, v.72, n.3, p.630–645, jul. 2010.

SNOW, D. A. Framing process, ideology, and discursive fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) **The blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 754p.

SOLOW-NIEDERMAN, A. G. The power of 140 characters? #IranElection and social movements in web 2.0. **Intersect**, v.3, n.1, 2010.

SOUKI, L. G. A convivência de diferentes culturas políticas no espaço metropolitano. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, p. 245-262, mai./ago. 2012.

STRAUSS, A. L. **Qualitative analysis for social scientists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**. London: Sage, 1990.

SZELL, S.; THURNER, S. Measuring social dynamics in a massive multiplayer online game. **Social Networks**, v.32, p. 313-329, 2010.

TAKHTEYEV, Y.; GRUZD, A.; WELLMAN, B. Geography of Twitter networks. **Social Networks**, v.34, n.1, p.73-81, 2012.

TARROW, S. **States and opportunities: the political structuring of social movements**. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.

TAVARES, W. Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local: o caso do setor têxtil na microrregião de Campo Belo (MG). **Dissertação** – Lavras: UFLA, 2010. 168p.

TAVARES, W.; PAULA, A. P. P. Participação Cidadã na Gestão Pública via Internet. In: VII CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA: por uma Gestão Sustentável, 7., 2014, Brasília. **Anais ...** Brasília: CONSAD, 2014.

TAVARES, W.; PAULA, A. P. P.; ALMEIDA, G. C. O Impacto da Cibercultura nas Mobilizações Sociais: o caso dos “rolezinhos” organizados via *Facebook*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

TILLY, C. **The politics of collective violence**. New York: Cambridge University Press, 2003.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O *objeto* objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v.7, p. 48-65, 2009.

USEEM, B. Breakdown theories of collective action. **Annual Review of Sociology**, v.24, p.215-238, 1998.

VIEIRA, M. M.; CALDAS, M. Teoria Crítica e Pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v.46, n.1, p. 59-70, jan./mar. 2006.

VLIEGENTHART, R.; ZOONEN, L. V. Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis. **European Journal of Communication**, v.26, n.2, p. 101–115, 2011.

VREESE, C. H. New avenues for framing research. **American Behavioral Scientist**, v.56, n.3, p. 365–375, 2012.

WALL, M. A. Social movements and email: expressions of online identity in the globalization protests. **New Media & Society**, v.9, n.2, p.258-277, apr. 2007.

WARD, K. J. The Cyber-Ethnographic (Re)Construction of Two Feminist Online Communities. **Sociological Research Online**, v.4, n.1, 1999. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/4/1/ward.html>> Acesso em: 12 fev. 2013.

WATTS, D. **Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness**. New Jersey: Princetown University Press, 1999.

_____. **Six degrees: the science of a connected age**. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

WELLMAN, B. Network analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Eds.). **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988. p. 19-61. Disponível em: <<http://homepage.ntu.edu.tw/~khsu/network/reading/wellman2.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2012.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, B. From little boxes to loosely-bounded networks: the privatization and domestication of community. In: ABU-LUGHOD, J. (Ed.) **Sociology for the twenty-first century: continuities and cutting edges**. Chigaco: University of Chicago Press, 1999. p. 94-114. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes1/littleboxes1.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Little Boxes, Glocalization, and Networked Individualism. In TANABE, M., BESSELAAR, P. V. D.; ISHIDA, T. (Eds.) **Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches**. Berlin: Springer-Verlag, 2002. p.11-25. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes/littlebox.PDF>> Acesso em: 10 fev. 2012.

WELLMAN, B.; GULIA, M. Net surfers don't ride alone: virtual communities as communities. In: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (Eds.) **Communities and Cyberspace**, New York: Routledge, 1999. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/netsurfers/netsurfers.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2012.

WHITTLE, A.; SPICER, A. Is actor network theory critique? **Organization Studies**, v.29, n.1, p. 611-29, 2008.

WILLIAMS, R. H. The cultural contexts of collective action: constraints, opportunities, and symbolic life of social movements. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.) **The blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 754p.

WIRTH, L.; HAMEL, M. R. Democracia participativa e desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, ano 4, n.7, p. 153-168, jan./jun. 2006.

ZAGLIA, M. E. Brand communities embedded in social networks. **Journal of Business Research**, v.66, n.2, p. 216-223, 2013.

ZAGO, G.; BATISTA, J. Ativismo e agendamento nos *trending topics* do *Twitter*: o caso Wikileaks. **Contemporânea** (UFBA), v.9, n.2, 2011.

ZALD, M. N. Culture, ideology, and strategic framing. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.) **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996. 426p.

ZOCH, L. M.; COLLINS, E. L.; SISCO, H. F.; SUPA, D. H. Empowering the activist: Using framing devices on activist organizations' web sites. **Public Relations Review**, v.34, n.4, p. 351-358, 2008.